



BARBALHA

Sua Câmara, seu povo

180 anos de
HISTÓRIA

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis | Darlan de Oliveira Reis Junior
Iarê Lucas Andrade | Jaime Valim Mansan



Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis
Darlan de Oliveira Reis Junior
Iarê Lucas Andrade
Jaime Valim Mansan

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

BARBALHA:
sua câmara, seu povo
180 anos de história

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2026

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV

Imagem de Capa: Magnific

Revisão: Os Autores

Colaboradores: Dorivan Amaro dos Santos, Francisca Lucivania de Almeida Silva, Wesclly Tiago Pereira Ramos (Câmara Municipal de Barbalha); Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira, João Pedro Eleutério, Juliana Ferreira da Anunciação, Rayana de Souza Ramalho, Ruan Mykael Almeida, Suzzana Sthefany Ferreira de Sousa, Gláucia Gomes Landim Macêdo

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

B229

Barbalha: sua Câmara, seu povo – 180 anos de história / Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis, Darlan de Oliveira Reis Junior, Iarê Lucas Andrade, Jaime Valim Mansan – Curitiba : CRV, 2026.
234 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-251-9904-7

ISBN Físico 978-65-251-9903-0

DOI 10.24824/978652519903.0

1. História 2. História do Ceará 3. Câmara Municipal de Barbalha 4. Famílias e poder I. Reis, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez II. Reis Junior, Darlan de Oliveira III. Andrade, Iarê Lucas IV. Mansan, Jaime Valim V. Título VI. Série.

CDU: 94(813.1)

CDD: 981.31

Índice para catálogo sistemático

1. História do Ceará – 981.31

2026

Foi feito o depósito legal conf. Lei nº 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora CRV

Tel.: (41) 3029-6416 – E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Conselho Editorial:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
 Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
 Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
 Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
 Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
 Carlos Federico Domínguez Avila (Unieuro)
 Carmen Tereza Velanga (UNIR)
 Celso Conti (UFSCar)
 Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional
 Trés de Febrero – Argentina)
 Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
 Eduardo Pazinato (UFRGS)
 Eliane Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
 Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
 Élsio José Corá (UFFS)
 Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
 Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
 Gloria Fariñas León (Universidade
 de La Havana – Cuba)
 Guillermo Arias Beatón (Universidade
 de La Havana – Cuba)
 Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
 João Adalberto Campato Junior (UNESP)
 Josania Portela (UFPI)
 Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
 Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
 Lourdes Helena da Silva (UFV)
 Luciano Rodrigues Costa (UFV)
 Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
 Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
 Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
 Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
 Mariah Brochado (UFMG)
 Paulo Romualdo Hernandez (UNIFAL-MG)
 Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
 Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
 Simone Rodrigues Pinto (UNB)
 Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
 Sydione Santos (UEPG)
 Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
 Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Comitê Científico:

Adriane Piovezan (Faculdades Integradas Espírita)
 Alexandre Pierezan (UFMS)
 Andre Eduardo Ribeiro da Silva (IFSP)
 Antonio Jose Teixeira Guerra (UFRJ)
 Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP)
 Carlos de Castro Neves Neto (UNESP)
 Carlos Federico Domínguez Avila (UNIALFA)
 Edilson Soares de Souza (FABAPAR)
 Eduardo Pimentel Menezes (UERJ)
 Euripedes Falcao Vieira (IHGRRGS)
 Fabio Eduardo Cressoni (UNILAB)
 Gilmar Yoshihara Franco (UNIR)
 Jairo Marchesan (UNC)
 Jussara Fraga Portugal (UNEB)
 Karla Rosário Brumes (UNICENTRO)
 Leandro Baller (UFGD)
 Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
 Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO)
 Luiz Guilherme de Oliveira (UnB)
 Marcel Mendes (Mackenzie)
 Marcio Jose Ornat (UEPG)
 Marcio Luiz Carreri (UENP)
 Maurilio Rompatto (UNESPAR)
 Mauro Henrique de Barros Amoroso (FEBF/UERJ)
 Michel Kobelinski (UNESPAR)
 Rafael Guarato dos Santos (UFG)
 Rosângela Aparecida de Medeiros
 Hespanhol (UNESP)
 Sergio Murilo Santos de Araújo (UFCG)
 Simone Rocha (UnC)
 Sylvio Fausto Gil filho (UFPR)
 Valdemir Antoneli (UNICENTRO)
 Venilson Luciano Benigno Fonseca (IFMG)
 Vera Lúcia Caixeta (UFT)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
----------------	---

Dorivan Amaro

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

CAPÍTULO 1

BARBALHA E SUA CÂMARA NO SÉCULO XIX.....	15
--	----

As câmaras municipais no Brasil Império	15
---	----

Os direitos civis e políticos no Império	16
--	----

A autonomia política de Barbalha.....	18
---------------------------------------	----

A população, a economia e a atuação da Câmara Municipal.....	19
--	----

As crises sociais e ambientais no século XIX e a atuação política da Câmara.....	41
--	----

CAPÍTULO 2

FAMÍLIAS E PODER EM BARBALHA NO SÉCULO XIX	53
--	----

Os vereadores de Barbalha nas páginas de jornais do Ceará	80
---	----

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DA CIDADANIA:

a história de Barbalha sob a ótica da Câmara Municipal.....	87
---	----

O eclipse da autonomia municipal: da Revolução de 1930 ao Estado Novo.....	91
--	----

Nos bastidores do poder local: as atas da Câmara e a dinâmica política de	
---	--

Barbalha	93
----------------	----

Organização institucional e os primeiros passos da Modernização.....	94
--	----

Normatização, cotidiano e conflitos de interesse.....	96
---	----

Conectividade regional e articulação política	99
---	----

O cenário pós-guerra: institucionalidade e assistência social.....	100
--	-----

Cidadania, praças e linhas telefônicas: a história de Barbalha através das	
--	--

atas da Câmara.....	107
---------------------	-----

A dinâmica parlamentar: rituais, licenças e um fato inédito.....	108
--	-----

A fiscalização do dinheiro público e o embate político	110
--	-----

O desenho da cidade: urbanismo e integração territorial.....	111
--	-----

O Mercado, a fé e as tensões do cotidiano.....	113
--	-----

O debate sobre as licenças e o pagamento de professoras substitutas	116
---	-----

Criação de novas escolas e contratação de professoras	117
---	-----

Culturas políticas e conservadorismo no Brasil dos anos 1950 e 1960: a	
--	--

passagem de Plínio Salgado por Barbalha	119
---	-----

CAPÍTULO 4

HISTÓRIA POLÍTICA DE BARBALHA: 1964-2026.....	125
---	-----

Tempos de ditadura	125
--------------------------	-----

A Constituição de 1988 e a volta da democracia	133
--	-----

A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha	145
Território e população	147
Economia e poder	151
Memórias de Barbalha	158
O histórico debate em torno da (não) gratuidade da vereança.....	172
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 179
 REFERÊNCIAS	 181
Fontes.....	188

ANEXOS

PRESIDENTES DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARBALHA (1936 – 2026).....	201
BIOGRAFIA DOS VEREADORES.....	223
ÍNDICE REMISSIVO	227
SOBRE OS AUTORES	231

PREFÁCIO

Este livro é fruto de uma parceria entre a Câmara Municipal de Barbalha e o Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), materializada em um projeto que uniu o compromisso institucional com a preservação da memória e o rigor da pesquisa acadêmica. Ao longo de dez meses, os professores Ana Isabel Reis, Darlan Reis Junior, Iarê Lucas Andrade e Jaime Valim Mansan e os estudantes do curso de graduação em História, Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Gláucia Gomes Landim Macêdo, Iria Maria Oliveira, João Pedro Eleutério, Juliana Ferreira da Anunciação, Rayana de Souza Ramalho, Ruan Mykael Almeida e Suzzana Sthefany Ferreira de Sousa, dedicaram-se a um mergulho profundo nos arquivos, revelando uma história que, até então, repousava em grande parte silenciosa em caixas de documentos, atas, páginas de jornais antigos e nas memórias dos agentes políticos, cidadãos e cidadãs.

O resultado é uma obra que percorre 180 anos da história política, social e econômica de Barbalha, tendo como fio condutor a trajetória de sua Câmara Municipal. Mas este não é um livro sobre instituições no sentido estrito. O leitor é conduzido por um universo muito mais amplo: a própria cidade, seu povo, suas crises, suas transformações e a complexa teia de relações que forjou a identidade barbalhense.

A obra é, portanto, um convite. Convite ao leitor interessado na história do Cariri, ao barbalhense que deseja conhecer as raízes de sua cidade, ao estudante e ao pesquisador que buscam compreender as dinâmicas do poder local no Brasil. Mais do que um registro institucional, a história da Câmara Municipal de Barbalha é um espelho das contradições brasileiras: escravidão e liberdade, miséria e riqueza, autoritarismo e luta por direitos – todas essas forças passaram por suas sessões, tendo sido registradas em seus documentos. Que possa cumprir seu propósito central: o de aproximar a história acadêmica do público em geral, mostrando que o passado não é um território distante e árido, mas um campo vivo de experiências humanas que ainda ecoam em nossas ruas, praças e instituições.

Dorivan Amaro
Barbalha, julho de 2026.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

INTRODUÇÃO

Este livro é um convite para adentrar os bastidores do poder em Barbalha, no coração do Cariri cearense, ao longo de quase dois séculos. A história que aqui se desenrola tem como fio condutor a trajetória de sua Câmara Municipal, mas não se limita aos seus muros. Ao seguir o rastro de vereadores, intendentes, prefeitos e demais autoridades, descobrimos um universo muito mais amplo: o da própria cidade, de seu povo, de suas lutas, suas crises e suas transformações.

A história de Barbalha, como a de tantas cidades brasileiras, foi construída por agentes diversos: a força da natureza e a engenhosidade humana para cultivá-la, a rigidez das hierarquias sociais e a resiliência dos mais pobres, as disputas acirradas pelo poder local e a busca constante por dias melhores. A Câmara Municipal, ao longo desses 180 anos, foi o palco e, muitas vezes, o protagonista desses embates. Longe de ser um anexo frio do poder provincial ou estadual, ela se revela como um espaço vivo, onde se articularam os interesses das oligarquias, se reivindicaram melhorias para a população e se registraram, em letra manuscrita, as angústias e esperanças de um povo.

No primeiro capítulo, viajamos ao século XIX, quando o Império conferia às Câmaras um papel ambíguo: corporações administrativas, mas também expressão do poder das oligarquias locais. Acompanhamos os vereadores de Barbalha enquanto lidavam com as crises mais elementares – a fome, as epidemias de cólera e varíola, as secas implacáveis – e com as demandas mais prosaicas da vida municipal, como a construção de um cemitério, a abertura de estradas ou a manutenção de um prédio em ruínas. É nesse período que se desenha a estrutura social da vila, com sua maioria de homens e mulheres livres, porém pobres, ao lado de pessoas escravizadas. Através dos recenseamentos da época, o passado ganha números e rostos. Pelas tabelas apresentadas, sabemos que a vila contava com 12.860 pessoas livres e 415 escravizados, numa sociedade marcadamente rural. A maioria da população era composta por pardos (mais de 8 mil pessoas), seguidos por brancos (cerca de 2,5 mil), pretos (quase 900) e caboclos (pouco mais de 700).

O capítulo também nos mostra a base econômica de Barbalha: a agricultura, especialmente a cana-de-açúcar (transformada em rapadura e aguardente), o fumo, a mandioca (cuja farinha era o alimento básico da população) e o arroz. Os engenhos de rapadura eram numerosos – 95 em 1863 – e a produção de farinha de mandioca, em 130 estabelecimentos, alcançava 20 mil alqueires, superando a de várias outras localidades da região. Mas a economia não se limitava ao campo: havia também fabricação de redes, tecidos de algodão, cigarros, olarias e uma diversificada produção artesanal (carpinteiros,

ferreiros, pedreiros, marceneiros) que atendia às necessidades locais. Também nos coloca diante das tragédias que marcaram a vida dos barbalhenses: a epidemia de cólera de 1862, que ceifou centenas de vidas; a seca de 1877–1879, que trouxe fome e migrações em massa; e o incêndio de 1871, que reduziu à miséria dezenas de famílias de artesãos. Em todas essas crises, a Câmara atuou como intermediária entre a população aflita e o poder provincial, ainda que suas ações estivessem longe de ser suficientes.

O segundo capítulo mergulha nas engrenagens do poder local, revelando que a política em Barbalha, como em grande parte do Brasil Império, era um assunto de famílias. Através do cruzamento de assinaturas em documentos oficiais e registros genealógicos, foi possível mapear as linhagens que ocuparam as cadeiras da Câmara por décadas. Os sobrenomes que se repetem nos documentos – Sá Barreto, Pereira, Callou, Sampaio, Costa, dentre outros – demonstram que o acesso ao poder era garantido pela pertença a um grupo familiar e pela capacidade de estabelecer alianças matrimoniais com outras casas influentes. O caso de José de Sá Barreto Sampaio (1861-1940) é exemplar: descendente de duas famílias – Sá Barreto e Sampaio –, ele se casou com Maria Costa Sampaio, unindo-se também à família Costa, igualmente influente. Seu filho Leão Sampaio, e seus netos dariam continuidade a essa tradição de protagonismo político.

Os vereadores não atuavam somente nos gabinetes. Páginas de jornais como o *Pedro II* e o *Gazeta do Norte* revelam sua presença em outras esferas da vida pública. Alguns deles, como Guilherme Brígido dos Santos e o próprio José de Sá Barreto Sampaio, estavam envolvidos na fundação de um “Gabinete de Leitura” em Barbalha, em 1889 – um clube literário que buscava difundir a “civilização” entre as classes. Outros, como o farmacêutico José Candido das Dôres, tornaram-se figuras centrais em momentos de crise, tratando gratuitamente os doentes durante as epidemias de febre gástrica e varíola e ganhando o reconhecimento da população.

O terceiro capítulo nos conduz ao século XX, em que são analisadas as transformações de Barbalha em busca da modernidade. Os vereadores demonstraram forte visão diplomática ao criar eixos rodoviários integradores, negociando diretamente com o prefeito de Juazeiro do Norte, a construção de uma estrada intermunicipal e, anos mais tarde, garantindo verbas federais e estaduais com o governador para a manutenção do traçado rodoviário até Missão Velha. No cenário pós-guerra, a partir de 1948, sob novas lideranças camarárias, o foco legislativo se ampliou para o desenvolvimento dos distritos e para o amparo social. Destacam-se, nesse período, a emenda orçamentária para a construção do Mercado Público e o projeto que instituiu a Maternidade municipal voltada às gestantes desamparadas. Esse ciclo de modernização teve

momento marcante em maio de 1948 com a histórica inauguração da Empresa de Luz e Força, um divisor de águas que inseriu definitivamente Barbalha na era industrial e tecnológica.

Nos anos da década de 1950, o Palácio 3 de Outubro – sede do poder legislativo de Barbalha – funcionou como o principal palco das transformações estruturais e modernizações do município. As atas da Câmara Municipal revelam uma dinâmica burocrática rígida, caracterizada por rituais institucionais e intensas articulações políticas, como as recorrentes licenças parlamentares. Esse cenário de imprevistos e substituições abriu caminho para um marco histórico na política local em 1954: a posse da primeira mulher a legislar na história do município, fato celebrado pela Casa como um acontecimento inédito. Paralelamente, o legislativo barbalhense exercia um papel ativo e altivo de fiscalização sobre o Poder Executivo, travando embates contra a regularização tardia de despesas da prefeitura e aplicando um forte rigor fiscal na contenção de auxílios financeiros e verbas de viagens.

Para além da política institucional, os registros retratam o planejamento urbano e as tensões cotidianas de uma sociedade em transição. A Câmara viabilizou importantes projetos de infraestrutura e integração territorial, como o direcionamento de créditos especiais para a construção da “Praça do Ginásio” (em frente ao Ginásio Santo Antônio) e a instalação da linha telefônica ligando a sede urbana à Vila de Arajara, com o cuidado de alocar o aparelho em um local de livre acesso público. No dia a dia da população, os vereadores mediavam debates calorosos que iam desde denúncias de fraudes e problemas de higiene causados por marchantes no Mercado Público, até o gerenciamento de verbas para eventos religiosos, como a histórica passagem da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima.

O capítulo quatro aborda os desafios do período republicano, desde o golpe civil-militar de 1964 até o presente. Este é o momento em que as tensões entre tradição e modernização se tornam mais agudas, com o poder local se adaptando a regime autoritário, ao mesmo tempo em que enfrenta a resistência de atores populares e a emergência de novas vozes na redemocratização. Embora os poderes Executivo e Legislativo municipais tenham se adaptado rapidamente ao contexto ditatorial militar, chegando a manifestar apoio ao general Médici, a história de Barbalha no período também foi marcada por fortes ações repressivas, com prisões de ativistas populares e de esquerda, como o mestre de banda José de Freitas Noca, o sindicalista Manoel Ramos e a educadora popular Maria Antonietta Duarte Silva, que sofreu torturas. Em contraste com tais violências inseridas nos processos de controle social típicos do período, o município vivenciou expansão urbana e demográfica.

O capítulo aborda ainda o processo de redemocratização do país. A partir da conclusão daquele processo, formalizado por meio da Constituição

Federal de 1988, Barbalha promulgou sua Lei Orgânica em 1990, ampliando a participação política e a diversidade de atores políticos em alguns postos representativos, notadamente no Legislativo. Paralelamente a tais mudanças, tradições conservadoras permaneciam firmes e com grande influência social no município. O município também se consolidou nesse período como polo regional de saúde, serviços e turismo religioso, enquanto as disputas eleitorais pouco a pouco se profissionalizaram e digitalizaram, ainda que redes de influência familiar tenham permanecido relevantes e atuantes até hoje.

Finalmente, com o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, intensificaram-se os impactos da turbulência nacional em Barbalha, acompanhando o cenário nacional, com campanhas mais digitalizadas e influenciadas por redes sociais e dinâmicas inerentes ao atual contexto típico do capitalismo de vigilância (Zuboff), junto a debates sobre temas urbanos e sociais que já não podem ser ignorados.

Em síntese, a trajetória política de Barbalha, na segunda metade do século XX e nestas primeiras décadas de século XXI, aponta para a coexistência entre práticas oligárquicas tradicionais e processos de renovação democrática e lutas lideradas por trabalhadores. É exemplo emblemático dessas lutas a trajetória do atual presidente da Câmara, vereador Dorivan Amaro dos Santos (PT), homem negro e trabalhador, já tendo sido servente, operário, vendedor e vigia. A história recente de Barbalha é, portanto, moldada por conflitos, acomodações, lutas, diálogos, permanências e transformações sociais. Conhecer seu passado e seu presente é condição necessária para que os e as barbalhenses possam vislumbrar futuros possíveis e decidir, dentre eles, aqueles que mais lhes convêm.

CAPÍTULO 1

BARBALHA E SUA CÂMARA NO SÉCULO XIX

As câmaras municipais no Brasil Império

Para compreendermos as atribuições das Câmaras Municipais e das funções dos vereadores no Brasil do século XIX, é preciso ter um panorama das relações políticas e da organização institucional e jurídica do Império, pois, no decorrer do tempo, as mesmas mudaram. O papel das Câmaras Municipais do Brasil nos dias atuais difere do exercido em outras temporalidades. Desse modo, apresentamos algumas características do período colonial e as mudanças durante o período imperial, no qual a Câmara Municipal de Barbalha foi criada.

No Brasil Império, as Câmaras Municipais perderam parte da autonomia que possuíam na estrutura colonial portuguesa. Durante a colonização, as Câmaras exerciam funções políticas, jurídicas, administrativas e tributárias, sendo que as cidades estavam diretamente subordinadas ao Governo Geral ou à Corte¹. Com a independência do Brasil, a Constituição de 1824 estabeleceu as prerrogativas dos municípios². Luciana Lopes, ao analisar a Lei complementar de 1º de outubro de 1828, demonstra que as Câmaras no período imperial brasileiro passaram a ter papel administrativo, com a perda da autonomia tributária, e com vários de seus atos pendentes da aprovação do Presidente da Província, Ministro do Império ou da Assembleia Geral³.

TITULO II FUNÇÕES MUNICIPAES

Art. 24. As Camaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa.

- 1 LOPES, Luciana Suarez. Notas Sobre a Autonomia Municipal no Brasil Colônia e Império. **Boletim Informações Fipe**, v. 465, n. jun. 2019, p. 36.
- 2 "Das Camaras. Art. 167. Em todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se crearem haverá Camaras, ás quaes compete o Governo economico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas. Art. 168. As Camaras serão electivas, e compostas do numero de Vereadores, que a Lei designar, e o que obtiver maior numero de votos, será Presidente. Art. 169. O exercicio de suas funções municipaes, formação das suas Posturas policiaes, applicação das suas rendas, e todas as suas particulares, e uteis attribuições, serão decretadas por uma Lei regulamentar". In: BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.
- 3 Lopes, 2019, p. 38.

Art. 25. As Camaras farão em cada anno quatro sessões ordinarias de tres em tres mezes, no tempo que ellas marcarem, e durarão os dias que forem necessarios, nunca menos de seis.

Art. 26. Occorrendo algum negocio urgente, e que não admitta demora, o Presidente poderá convocar a Camara extraordinariamente.

Art. 27. Achando-se reunidos nas cidades, ou villas cinco Vereadores, poderão deliberar: a maioria de votos decide, e no caso de empate, terá o Presidente voto de qualidade para o desempate⁴ [...].

Desse modo, ao conhecermos os atos, proposições e disputas da Câmara Municipal de Barbalha, devemos entendê-la ao longo do processo histórico, relacionando-a com suas prerrogativas legais e com a situação política de cada período. As Câmaras eram a expressão do poder político local, porém com suas limitações específicas de cada tempo. Apesar da norma legal prever as atribuições de cada poder, órgão e agente público, a efetiva implantação dependia da situação política, das disputas e da capacidade do aparato estatal em implantar a regra. Segundo Almir Oliveira, até a segunda metade do século XIX, uma das características centrais da política no Ceará era a autonomia de suas regiões em relação à capital, Fortaleza⁵. No decorrer daquele século, ocorreu a mudança que levou à centralização do poder político e administrativo na figura do presidente da província, não somente no Ceará, mas em todo o Brasil.

No Brasil Império não havia o cargo de prefeito, as câmaras exerciam as funções que hoje seriam atribuídas ao poder executivo – prefeitura e o poder legislativo – câmara de vereadores. Geralmente o vereador mais votado assumia a presidência da câmara, e exercia funções que se aproximam às funções de um prefeito atualmente.

Os direitos civis e políticos no Império

Na política institucional, todas as pessoas livres possuíam direitos civis, sendo que os direitos políticos estavam restritos aos homens e a partir de um critério censitário. O voto era indireto, estavam excluídas do direito ao voto as mulheres livres, as pessoas escravizadas e a população indígena. Do ponto de vista dos direitos civis, as mulheres livres estavam sob a responsabilidade

4 BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**. "Dá nova fôrma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz". Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm

5 OLIVEIRA, Almir Leal. A Construção do Estado Nacional no Ceará na Primeira Metade do Século XIX: Autonomias Locais, Consensos Políticos e Projetos Nacionais. In: OLIVEIRA, Almir Leal; BARBOSA, Ivone Cordeiro. Organizadores. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009, p. 17.

do pai enquanto solteiras, e na condição de casadas, necessitavam da outorga dos maridos para realizar os atos da vida civil. Direitos políticos eram negados a essas mulheres. De modo que, na sociedade escravocrata, até mesmo as pessoas livres tinham restrições políticas e civis, enquanto as pessoas escravizadas sofriam o processo de exploração e tentativa de desumanização. É nesse tipo de formação social que devemos entender quem detinha os direitos políticos, para além da análise de como se dava o processo eleitoral e quem poderia ocupar os espaços de poder.

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias

I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

Art. 93. Os que não podem votar nas Assembléas Primarias de Parochia, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

III. Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida, na fórmula dos Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Art. 96. Os Cidadãos Brasileiros em qualquer parte, que existam, são elegíveis em cada Districto Eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quando ali não sejam nascidos, residentes ou domiciliados.

Art. 97. Uma Lei regulamentar marcará o modo pratico das Eleições, e o número dos Deputados relativamente á população do Imperio⁶.

Ao abordarmos a questão da cidadania no Brasil, consideramos sua historicidade, ou seja, ela mudou no decorrer do tempo, através das lutas sociais e das transformações estruturais do país. Numa sociedade escravista, que considerava os escravizados como propriedade, a exclusão também atingia as pessoas livres, a partir de condicionantes como a origem social, a riqueza, a cor da pele, o gênero, a religião escolhida, bem como a capacidade de estabelecer laços familiares e buscar a “proteção” da classe senhorial⁷.

As Câmaras Municipais eram a expressão do domínio da classe senhorial, em suas relações entre oligarquias, grupos familiares regionais e, ao mesmo tempo, reivindicavam as demandas locais, enfrentavam os problemas de seu tempo, bem como apresentavam aos poderes provinciais e central, um relato importante do cotidiano, da conjuntura e de como o Brasil profundo entendia o quadro geral.

A autonomia política de Barbalha

No ano de 1846, Barbalha conquistou a autonomia, através da Lei nº 374, de 17 de agosto de 1846:

Sanccionada pelo presidente Ignacio Corrêa de Vasconcellos.

11.

Art. 1. As povoações da Barbalha e Milagres ficão elevadas á categoria de villas com as mesmas denominações.

6 BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

7 “Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia”. In: BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, 25.03.1824.** A questão é que somente as pessoas livres gozavam da cidadania, e ainda assim, as mulheres não eram nem mencionadas em lei como excluídas dos direitos políticos, pois não era necessário excluí-las através da lei, era um costume da sociedade brasileira do século XIX.

Art. 2 Os limites do município da villa da Barbalha abrangerão a freguesia do mesmo nome, e a de Missão Velha somente na parte que actualmente pertence ao município do Crato, continuando a pertencer ao do Jardim os sitios Chiqueiro de Cabras, Canabrava, e serra do Mãozinha (1).

Art. 3. Os limites do município de Milagres serão os mesmo marcados para a freguesia pela Lei de 3 de Dezembro de 1842, n. 22 (2).

Art. 4. Em cada uma das referidas villas haverá um só tabelião do judicial e notas e mais anexos, que accumulará também o officio de escrivão de órfãos.

Art. 5. Ficção revogadas as leis e disposições em contrario.

(1) Vide Lei. n. 852 de 27 de Agosto de 1858. Explicado pela Portaria de 19 de janeiro de 1849, que foi aprovada pelo art. 16 da Lei n. 437 de 1 de Setembro de 1847.

(2) Vide Lei n. 469 de 29 de Setembro de 1854⁸.

A história de Barbalha é anterior a este processo formal de criação da Vila, com sua tradição enquanto localidade importante, mas isso escapa da temporalidade dessa obra. Vamos nos concentrar na história política, social e econômica a partir desse marco temporal, da emancipação, no Brasil Império. No ano de 1876, mais precisamente em 30 de agosto, através da Lei n. 1740, Barbalha foi elevada à categoria de cidade⁹.

No século XIX, destacamos posturas, relatórios, ofícios, obras e orçamentos que repercutiram nas vidas dos habitantes de Barbalha. As ações do poder público diante das catástrofes naturais e sociais – como as epidemias, problemas advindos das secas, fome, migrações – além dos embates entre os agentes públicos – denúncias, disputas, que fizeram parte de sua história.

A população, a economia e a atuação da Câmara Municipal

Para compreender as ações da Câmara Municipal no século XIX, deve-se entender o contexto, as condições econômicas, políticas e sociais, e assim, poder analisar o alcance, as limitações e os problemas enfrentados pelas pessoas naquele tempo. Na região do Cariri ocorria a predominância de um mundo rural, não a exclusividade deste. As cidades eram os centros administrativos,

8 CEARÁ. Lei nº 374, de 17 de agosto de 1846. **Leis Provinciais:** Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009, p. 494-495.

9 Vila era a sede autônoma de um município, com câmara municipal e cadeia, e a cidade era um título honorífico, conferido às vilas com importância política, religiosa e econômica. Para saber mais sobre o assunto, conferir FREITAS, Ana Paula Ribeiro. Territorialidades em (trans)formação: vilas e cidades nos primeiros tempos da Assembleia Legislativa Mineira (1835-1843). **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 25, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/topoi/a/Y4wzd9sq7xyySJPQHMrmlrwl/?lang=pt>

políticos e jurisdicionais do poder estabelecido, onde também se desenvolviam atividades econômicas, contribuindo para sua diversificação. Sobre a cidade de Barbalha pode-se apontar alguns dados, obtidos das fontes disponíveis da época. Segundo o Recenseamento Geral do Império de 1872, a população de Barbalha estava assim constituída:

Tabela 1 – População de Barbalha em 1872

Condição jurídica	Sexo	Total
Livres	Homens – 6058	12860
	Mulheres – 6802	
Escravos	Homens – 212	415
	Mulheres – 203	

Fonte: Brasil. Recenseamento Geral do Império de 1872, Ceará, v. 15.

Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872ce>.

Apesar da ampla maioria ser livre, Barbalha ainda possuía pessoas escravizadas no ano de 1872, fato que era comum na maioria dos municípios brasileiros, mesmo com o fato de que a Província do Ceará, desde o ano de 1850, havia se tornado grande exportadora no tráfico interprovincial para as províncias do Centro-Sul do Brasil. Segundo Robert Conrad, no Brasil havia um número considerável de pessoas que viviam do trabalho de um ou mais escravos. Conrad apresenta um dado significativo. No ano de 1870, todos os seiscentos e quarenta e três municípios do Império que possuíam estatísticas registravam a presença de escravos.

[...] desde 48.939 no Município Neutro (o distrito da capital) até três escravos registrados no município baiano de Vila Verde. Os escravos não só eram um elemento quase universal na população, mas também eram usados em quase todos os tipos de trabalho¹⁰.

No ano de 1874, a população do Ceará era composta de 686.773 livres e 31.975 escravos, ou seja, aproximadamente 4,4% da população era escravizada. O percentual de escravos no Município Neutro era de 17,2%, na Província do Rio de Janeiro era de 39,7%, enquanto na Província de São Paulo era de 20,4%¹¹. Nas décadas de 1860 e 1870, mais especificamente entre 1864 e 1874, a província do Ceará registrou a saída de 7.104 escravizados¹². Sobre as atividades declaradas, foi possível identificar as seguintes:

10 CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Tradução: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, p. 6-13.

11 CONRAD, *op. cit.*, p. 345.

12 CONRAD, *op. cit.*, p. 351.

Tabela 2 – População ocupada em Barbalha, recenseamento de 1872

Profissão / Ocupação/Classe	Homens (Livres)	Mulheres (Livres)	Homens (Escravos)	Mulheres (Escravas)
Profissões Liberais: religiosos, juristas, médicos, farmacêuticos, professores	23	2	0	0
Capitalistas e proprietários	10	2	0	0
Manufatureiros e fabricantes	31	6	0	0
Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	49	5	0	0
Costureiras	0	889	0	26
Operários	146	190	5	4
Lavradores	2018	126	32	1
Criadores	17	0	0	0
Pessoas assalariadas: criados e jornaleiros	236	30	0	0
Serviços Domésticos	208	1655	21	86
Sem Profissão / Não declarados	3322	3394	154	76

Fonte: Brasil. Recenseamento Geral do Império de 1872, Ceará, v. 15.

Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872ce>.

A tabela demonstra a composição social em diferentes atividades econômicas, a partir das declarações das pessoas. A partir de 1º de agosto de 1872, as paróquias enviaram para os domicílios, formulários de papel, para o preenchimento pelos chefes de família e posterior devolução¹³. O órgão responsável por conduzir o levantamento foi a Diretoria Geral de Estatística (DGE), criada no ano de 1871¹⁴. A maioria civil era atingida aos 21 anos de acordo com a legislação da época (Código Criminal de 1830 e Constituição de 1824).

Tabela 3 – A divisão racial segundo o critério do recenseamento de 1872

Categoria	Homens (Livres)	Mulheres (Livres)	Homens (Escravos)	Mulheres (Escravas)
Branços	1296	1233	0	0
Pretos	439	449	98	100

continua...

13 AGÊNCIA SENADO. **1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>

14 “Criada pelo decreto n. 4.676, de 14 de janeiro de 1871, a Diretoria-Geral de Estatística foi o primeiro órgão da administração imperial voltado para o levantamento de dados estatísticos, o que fora previsto pela lei n. 1.829, de 9 de setembro de 1870, a chamada Lei do Censo. Elaborada e aprovada por iniciativa de Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, a Lei do Censo determinava a realização de recenseamentos decenais de toda a população do Império, bem como o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos (Brasil, 1870, p. 89)”. In: BRASIL. **Diretoria-Geral de Estatística (1889-1930)**. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/896-diretoria-geral-de-estatistica>

continuação

Categoria	Homens (Livres)	Mulheres (Livres)	Homens (Escravos)	Mulheres (Escravas)
Pardos	4108	4210	114	103
Caboclos	313	417	0	0

Fonte: Brasil. Recenseamento Geral do Império de 1872, Ceará, v. 15.

Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872ce>.

No censo de 1872, o termo pardo referia-se ao mestiço resultante da união entre pretos e brancos. O termo caboclo, neste censo especificamente, designava a população indígena ou seus descendentes diretos, posto que a condição indígena não foi pesquisada diretamente naquele censo¹⁵. A maioria da população de Barbalha no último quarto do século XIX era mestiça, com predominância dos pardos, segundo os critérios de classificação estatal da época. E a ampla maioria de seus habitantes dedicava-se às atividades do mundo rural, não obstante a importância de algumas atividades mais ligadas ao núcleo urbano. Uma atividade desenvolvida exclusivamente por mulheres, segundo o recenseamento, era a de costureira, conforme indica a tabela dois.

Como a câmara de Barbalha atuou, dentro de suas possibilidades e perspectivas políticas, sobre as atividades econômicas? E como era o desenvolvimento das forças produtivas naquele período, naquele meio histórico?

Sobre as características gerais das localidades, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, em seu ensaio estatístico sobre a província do Ceará, no início da década de 1860, descreveu algumas cidades e vilas da região.

Cidade do Crato – Está situada a 7° 14' 2" de latitude meridional sobre a abundante corrente do *Grangeiro*, a 112 leguas da capital e a 32 do Icó, tem 550 casas de telha e 600 de palha, e dos arredores outro tanto; consome diariamente 8 rezes, entretém bastante commercio, e presume-se que terá só a cidade, de 6 a 8 mil habitantes. [...]

Villa da Barbalha – É pequena, porém bem regada pelo *Salamanca*; tem 100 casas de telha e 200 de palha; dista 2 leguas do Crato e 100 da capital. [...]

Povoados e capelas – Tem duas povoações, Missão-Velha e Missão-Nova: a primeira é a cabeça da freguezia, e antigamente de todo o Cariry, situada á margem do rio de seu nome: tem uma boa igreja dedicada a S. José, e

15 Para mais informações sobre o tema, conferir: OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). *Horizontes Antropológicos*, v. 3, n. 6, out. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/fh9cpRfmbxt4QNKmvnZyffg/?format=html&lang=pt>

uma capella a N. S. do Rosario; esta povoação vae em decadencia, tendo desaparecido ruas inteiras¹⁶ **(grifo nosso)**.

Thomaz Pompeu destaca a importância política de Barbalha e alguns de seus políticos, “É a pátria do senador Alencar, foi a residência do capitão-mór Filgueiras, o mais prestigioso que já teve o centro desta província, e do coronel Joaquim Pinto Madeira, autor da revolta de 1833”¹⁷.

No século XIX, era comum que políticos, intelectuais e artistas destacassem uma suposta “vocação” dos espaços brasileiros. Sobre a região do Cariri, ainda nos séculos XVIII e principalmente no século XIX, se difundia a ideia de um espaço único em contraste com o restante do interior cearense e também das províncias vizinhas. Um dos discursos destacava sua vocação agrícola, e a razão do “sucesso” de tal indústria seria a natureza em si, como afirmou Bernardino Gomes de Araújo.

O Vale do Cariri-novo, situado no centro dos sertões do Norte do Brazil figura a terra da Promissão entre os desertos da Palestina. Dotado de um solo fertilissimo, natureza prodiga, cortado de regatos perennes, elle se achava como o Paiz de Cannaa habitado por nações barbaras e quase impias¹⁸.

Por existir em parte do território da região do Cariri, a Chapada do Araripe com seus recursos hídricos e a fertilidade dos solos eram destacadas em discursos como vocacionais de cidades como Crato e Barbalha, enquanto “celeiros” do sertão.

Pela demonstração dada pelo *Araripe* n 48 ve-se claramente, que, só os dois termos do Crato e **Barbalha** são banhados por 6 correntes grandes; 33 menores; e por 25 vertentes, que ao todo fasem 64 boccas d’agoas perennes, que molhão estes dois terrenos agriculas; é pois mui presumivel, que estas fontes lancem, dia e noite uma quantidade d’agoa consideravel; e que tanta agoa chega para molhar huma grande parte de terrenos destes dois termos; e por consequinte que haja muita plantação nelles; e della sahia annualmente incalculavel fructo; e por esta rasão he forçoso que haja tambem muita riqueza nos dois referidos termos (si he admissivel diser-se) que a agricultura he o ramo da maior riqueza de hum Pais¹⁹. **(grifo nosso)**

16 BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II, 1864, p. 113-114. Disponível em http://memoria.org.br/trf_arq.php?a=00027002.

17 *Ibid.*, p. 115.

18 A VOZ DA RELIGIÃO, 21 fev. 1869, p. 2. Coleção Digital, CEDOCC.

19 Carta publicada em O ARARIPE, 26 jul. 1856, p. 2-3. Coleção Digital, CEDOCC.

A área do entorno da Chapada do Araripe constitui o que seus habitantes chamam de “pé-de-serra”²⁰. A ocorrência das terras úmidas facilitava as atividades agrícolas, criando paisagens retratadas na literatura, nas artes em geral, no cancionário popular sobre a região e em especial sobre Barbalha. A atividade nos engenhos de Barbalha mereceu destaque no Ensaio Estatístico de Thomaz Pompeu de Sousa, bem como a importância do rio Salamanca.

6. Hydrographia – Todas as aguas da Barbalha correm para o Salamanca; tem 3 grandes correntes e 23 menores.

7. PRODUÇÃO, INDUSTRIA E COMMERCIO – Contam-se na Barbalha 95 engenhos, que presume-se dar um rendimento de 150:000\$000. Em 1854 contava 11 fazendas, em que se coletaram 360 garrotes e 13 poltros: o terreno é todo agrícola²¹.

O desenvolvimento das atividades não se dava apenas pela ocorrência dos recursos hídricos, era preciso investimento nos meios de produção. A câmara procurava recursos para a produção. No ano de 1861, os vereadores relatavam algumas dificuldades enfrentadas na agricultura.

Sendo á agricultura o único ramo de riqueza deste município, e achando-se ainda em grande atraso, não só pela falta de capitais e braços, como uma machina que facilitasse o trabalho; esta municipalidade compenetrada de seus deveres, e desejando o progresso de seu município vem ate V. Ex. ^a pedir se digne fornecer um arado e uma machina de descascar arroz, objectos estes que serão dignos de utilidade a este município.

Deos Guarde a V. Ex. ^a felicitad^e

Paço da Câmara Municipal de Barbalha, em Seção Ordinária de 27 de Julho de 1861.

20 Segundo Manuel Correia de Andrade, os pés-de-serra, “[...] para onde afluem os materiais transportados das encostas pelas enxurradas, possuem quase sempre um manto de solo mais espesso, o que permite a conservação, por um tempo de espaço maior, da umidade na estação chuvosa. Daí serem os mesmos considerados brejos e geralmente utilizados por agricultores nas regiões de clima semiárido. [...] Na realidade, a umidade da Chapada do Araripe, desde que as águas das chuvas que caem sobre ela, encontrando um topo relativamente plano e permeável, se infiltram e aprofundam pelas camadas de arenito permeáveis, até encontrar porção impermeável. Forma-se o lençol subterrâneo que escoar, devido à inclinação das camadas, em direção ao território cearense, onde volta ao solo através de uma série de fontes com regime permanente. O volume destas fontes não é o mesmo, daí costumarem os habitantes da região classificá-las em três grupos: nascentes, as fontes de águas abundantes; olhos d’água, as de volume médio; miradouros, as de pequeno volume”. In: ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 47-55.

21 BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II, 1864, p. 114. Disponível em: http://memoria.org.br/trf_arq.php?a=00027002.

Ilmo. e Exm. ° Sen.º D.º Manoel Antonio Duarte d'Azevedo, Presidente desta Província.

Raimundo Jº [José] Camello P²².

Marcos Jº [José] da Silva

Cezario Deodato de Pontes

Idelbrando Ferreira de Meneses

Sebastião Roiº [Rodrigues] Vieira

Normando Alves Feitosa²³

Nove anos depois do recenseamento geral do Império, os vereadores Antonio de Sá Barreto Sampaio (então presidente da Câmara), Francisco de Magalhães Landim, Gregório Parente de Sá Barreto, José Conh de Sá Barreto, Vicente Grangeiro Sampaio e Conegundes Parente, em resposta ao questionário enviado pelo Presidente da Província, Senador Pedro Leão Velloso, sobre as atividades econômicas, deram um precioso relato sobre o cotidiano na cidade, sua população, a produção e os problemas existentes.

1º _ Quaes os ramos da indústria, desse município, e aproximadamente a quantidade de produção, e numero de braços que se ocupão em cada um deles?

Os ramos da industria deste município são a agricultura e o commercio. Alem destes há a criação de gados, que não satisfaz as necessidades do município, por falta de terreno, em que se podesse aumental-a, sem damificar a agricultura; pequenas e pobres fabricas, que fazem boas redes, cobertores t., e fazendas groças de algodão que se prestão convenientemente p^a., vestuário da população que se occupa da lavoura; fabricas de cigarros, que os fazem p^a.. o município; olarias em que se fabricão bons vazos p^a. agua, optimo tijolo de ladrilho e telha, p^a. este e os municípios vizinhos; carpinteiros, ferreiros, pedreiros, marceneiros, pintores, t. que se occupão na construção de toda qualidade de obras e predios deste município, e no preparo, dos engenhos de moer canna, aviaamentos de fazer farinha e de toda obra necessária ao movimento da agricultura, commercio, t., sem que se precise de nenhuma pessoa de fora, nem mesma para as obras mais finas, como altares, mobilhas t²⁴.

A Câmara apresentava o quadro do comércio, o que era vendido para outras regiões, bem como o que era comprado, além de informar a estimativa populacional para o ano de 1881. É interessante notar como a maioria da

22 A letra "P", indica a função de presidente da Câmara.

23 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Ofício ao governo da Província do Ceará, 27 de Julho de 1861**, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

24 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Relatório da Câmara de Barbalha enviado ao Presidente da Província do Ceará, de 3 de agosto de 1881**. Caixa 21, APEC.

população estava envolvida com as atividades agrícolas, reforçando a noção de como aquela sociedade era rural.

A exportação de produto da agricultura p. grande parte dos certões desta província, da de Rio-Grande do Norte, Parahiba e Pernambuco; e a importação de mercadorias estrangeiras, que são vendidas a retalho p^o o município, e em grosso e a retalho p^a. o de Jardim e Milagres desta província, Salgueiro, Leopoldina e outros da de Pernambuco, constitui o commercio deste município. [...]

A população que em 1872, conforme o recenciamento, era de 12700 e tantos habitantes, é hoje calculada em 16000 habitantes; três partes desta população ocupão-se da agricultura; e a outra parte vive das mais industrias indicadas, occupando metade dela o commercio²⁵.

A segunda questão do relatório tratou do que era produzido na agricultura e em quais quantidades. Segundo os vereadores, Barbalha destacava-se na produção de cana-de-açúcar, arroz, fumo, mandioca, milho, feijão, algodão e batatas, sendo que todos os produtos eram consumidos localmente e também exportados.

Da cana fabrica-se a pequena quantidade d'assucar necessaria ao município; grande quantidade d'aguardente que abastesse ao município e aos certos vizinhos pelo insignificante preço de 320 a 500 r^s a carrada; e, mais ou menos, 20 mil cargas de rapadura (uma caraga 100 rapaduras, uma rapadura 2 libras), das quaes consome o município 4 mil e exporta 16. O fumo é exportado p^a. o Crato, Missão Velha, Jardim e Milagres desta província, que, não obstante serem lugares agriculas, preferem o d'aqui p^{or}. ser optimo; e para os municipios mais perto das provincias vizinhas. Não pode esta Camara determinar nem aproximadamente a quantidade de arrobas deste genero, p^{or}. falta de dados.

Da farinha, milho, arroz e feijão, nem sempre ha exportação que signifique, porque, quando nos certões são regulares os invernos, os certanejos os cultivão e despenção quase totalmente os deste município; ha porem anos, como o pp. em que, não obstante estarem despovoados os certões, calculou-se ter exportado este município 30 mil quartas de farinha (uma quarta 64 litros), sendo muito menor a quantidade de arroz e feijão que se exporta, por não os quererem tanto os certanejos pela diferença de preço. Alem dos gêneros indicados produz café, que, sendo exportável pelo seo preço mesmo em cavalos, infelizmente não se tem cultivado, nem

25 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. Relatório da Câmara de Barbalha enviado ao Presidente da Província do Ceará, de 3 de agosto de 1881. Caixa 21, APEC.

mesmo p^a. as necessidades do município; assim como optimas mangas, bananas, cajús, imbus, goiabas, ananás, côco, e outras muitas fructas, tendo tbem os indigenas piquy, cajú, puçás, mangába, côco de palmeira e outras, piquy em quant^e. extraordinariam^e. grande ²⁶.

Este documento, diante da falta de informações estatísticas registradas no período, nos traz um quadro revelador da produção em Barbalha. Para os grandes produtores, os fazendeiros, a Câmara ressaltava a produção de rapadura, aguardente, fumo e farinha de mandioca. No terceiro quesito do documento, o governo da província solicitou saber se as atividades econômicas progrediam, estacionavam ou retroagiam. A análise dos vereadores revela para além da descrição, mas também como entendiam as relações sociais nos sertões cearenses.

Tem progredido e está retrogradando; mas antes de extinguir-se, estacionará. Progride d'um anno p^a. outro, como p^{or} encanto, quando por qualquer motivo os centros consumidores dos productos desta indústria tem maior necessidade deles; p^a. que o povo deste município, podendo dizer-se de todo o Cariry, principalmente este e o de Crato, cuja pronunciada índole de laborioso e actilado cearense não se acomoda com a indolência, está sempre prevenido, embora com prejuízo, atento e sonhando com a sua milhora, a procura do producto de seos esforços pelo preço que compense aos seos sacrificios.

Retrógrada sempre que tem progredido, porque, não podendo exportar-se p^a. exportar e desaparecendo a necessidade dos certanejos, vem a sobrar grande quantidade de generos. Ja o anno pp. perdeo-se neste município grande quantidade de rapaduras, que, reduzidas a mel, corrião de portas a fora; e este anno ja se vê desprezados nas roças os milhos, os feijões, as mandiocas, porque de tudo sobra muito. As rapaduras (são optimas as deste municipio) ja estão de 2 a 4\$000 a carga! seis e meia arrobas de doce! E, concluída a culheta, não se achará como é costume, mais de 500 a 800 r^o pelos 64 litros de farinha e milho; e arros porem por ser o principal e geral alimento neste municipio e em todo Cariry tem sempre o preço firme de 2\$000 a quarta.

Estaciona quanto tem dezanado até que fique reduzida a exportações de legumes a um terço de que figurou-se, e a da rapadura a dous terços. D'ahi nunca tem dessido; mas quando está neste ponto é que tem-se peiores preços, preços de prejuízo²⁷.

26 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. Relatório da Câmara de Barbalha enviado ao Presidente da Província do Ceará, de 3 de agosto de 1881. Caixa 21, APEC.

27 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. Relatório da Câmara de Barbalha enviado ao Presidente da Província do Ceará, de 3 de agosto de 1881. Caixa 21, APEC.

Além disso, podemos entender do que os camponeses viviam, bem como o que as populações indígenas produziam. A população pobre plantava milho, feijão, arroz, mandioca, base da sua alimentação. Destacamos a importância da farinha não somente para o comércio dos grandes produtores, mas também para o campesinato, a maioria da população. A produção nos aviamentos de farinha, bem de raiz que não era acessível a todos, gerava a relação de dependência entre as classes sociais. Segundo Darlan Reis Junior, a partir do estudo do Ensaio Estatístico da Província do Ceará²⁸, de autoria de Thomaz Pompeu de Sousa, a produção de farinha de mandioca apresentava o seguinte quadro:

Tabela 4 – Produção de farinha de mandioca em localidades do Cariri

Freguesias	Estabelecimentos	Quantidade de alqueires
Missão Velha	120	10.000
Milagres	60	4.000
Barbalha	130	20.000
Crato	4.054	70.000
Assaré	125	2.800
Jardim	1.828	38.000

Fonte: REIS JUNIOR, Darlan de O. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014, p. 92 (**grifo nosso**).

Barbalha possuía menos casas de farinha do que o Crato em 1863, porém a quantidade de alqueires plantados revela como os estabelecimentos eram maiores, revelando a capacidade de produção dos fazendeiros, à época denominados “agricultores”. Vinte mil alqueires em cento e trinta propriedades revela a capacidade produtiva barbalhense. Diante do exposto, pode-se afirmar que a predominância das atividades vinculadas ao mundo rural, particularmente ligada ao setor agrário, foi uma característica de Barbalha e da região do Cariri, não obstante o crescimento de seus núcleos urbanos.

No século XIX, a câmara municipal não era somente um órgão de reivindicações ao governo provincial, mas também um agente político que buscava entender como estava organizada a sociedade em seus diferentes aspectos. Além disso, dentre suas competências estava a de fiscalizar as atividades econômicas, disciplinar a vida urbana, garantir a segurança pública

28 BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I, 1863. Disponível em: http://memoria.org.br/trf_arq.php?a=00027001. Acesso: em maio de 2012.

e construir o que hoje são denominados equipamentos públicos. Exemplo disso era a elaboração das posturas municipais, como a Lei nº 491, de 16 de agosto de 1849.

Lei n 491 de 16 de Agosto de 1849

Publicada pelo presidente Fausto Augusto de Aguiar

12.

Approvando artigos de posturas da camara municipal da villa da Barbalha, ns. 1 e 2.

Art. 1. Fica proibida a criação de de gados lanígeros, cabras e porcos no riacho do Genipapeiro, em toda a extensão que compreende os sitios Gangorra, Piçarras, Palmeiras, Arneiroz, Fazenda Velha, Malhada d'Arêa, Riacho, Terra Vermelha e Taboas: os contraventores pagarão a multa de mil réis por cada cabeça, ou soffrerão oito dias de prisão e na reincidência o duplo.

Art. 2. Ficão revogadas as disposições em contrário²⁹.

A aprovação do orçamento municipal era outra atribuição da câmara no século XIX. Para exemplificar, o orçamento previsto para o ano de 1849 foi assim deliberado e aprovado na lei Nº 476, de 31 de agosto de 1848:

Art. 10. A camara municipal da villa de Santo Antonio da Barbalha é autorisada a despende, no sobredito anno, com os seguintes objectos, a quantia de quatrocentos e vinte seis mil réis..... 426\$000.

§ 1. Ordenados:

Ao secretario, obrigado ao expediente, cem mil réis..... 100\$000

Ao porteiro, dezeseis mil réis..... 16\$000

Ao fiscal, vinte mil réis..... 20\$000

Porcentagem ao procurador, sessenta mil réis..... 60\$000

§ 2. Despesas judiciais e empregados de justiça:

Com o expediente do jury e custas de processos, cem mil réis.... 100\$000

Ao alcaide, oito mil réis.....8\$000

Ao escrivão do mesmo, seis mil réis..... 6\$000

Ao porteiro do auditório, seis mil réis..... 6\$000

§ 3. Despesas diversas:

Luz para as prisões, trinta mil réis.... 30\$000

Com a factura de um curral de açouge, cinquenta mil réis.... 50\$000

29 CEARÁ. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso.** – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009. TOMO II, p. 103-104.

Com eventuais, trinta mil réis..... 30\$000

426\$000³⁰

Além dos relatórios sobre as atividades econômicas, a câmara se ocupava com outras questões. As reivindicações de orçamento da Câmara de Barbalha ao Governo Provincial demonstram a variedade de temas sobre os quais se debruçavam os vereadores, como obras, a recolha de tributos, a fiscalização, dentre outras.

Esta Camara em obediência ao que ordenou VEx^{cia} em officio de 28 de Agosto próximo findo sob numero 5, tem a honra de levar a presença de VEx^{cia} a planta e orçamento junto para a conclusão do cemitério desta Villa, e igualmente a quantia já despendida para chegar ao estado em que se acha ponderando a mesma a VEx^{cia} que a obra existente, tendo levado sobre si dous invernos, é succetivel que no seguinte detiore-se, visto estarem umidas as paredes e esgotados os recursos dessa Camara.

Deos Guarde a V. Ex^{cia} felizmente

Paço da Camara Municipal da Villa da Barbalha em sessão ordinária de 24 d'Outubro de 1861.

Ilmo. Exm^o Senr. Doutor Manoel Antonio Duarte d' Azevedo Presidente desta Provincia.

Raimundo José Camello P.
Manoel Nogueira Grangeiro
Normando Alves Feitosa
Sebastião Rodrigues Vieira
Antonio Duarte Grangeiro
Gregorio Per^a Pinto Calou
Marcos José da Silva³¹

O orçamento enviado pelos vereadores informava haver sido despendido um conto, 182 mil e duzentos réis (1:182\$200), sendo a maior parte de doações (subscrições, na grafia “sobscrepções”) (582\$250), do tesouro provincial (400\$000) e da câmara (200\$000). E para a conclusão da obra, faltariam oitocentos e setenta e oito mil réis (878\$000).

30 CEARÁ. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009. TOMO II, p. 73-74.

31 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Officio da Câmara de Barbalha para a Presidência da Provincia do Ceará, de 24 de outubro de 1861**. Caixa 21, APEC.

Imagem 1 – Orçamento para a obra do cemitério, 1861

Planta e orçamento do cemitério da Villa da Barbalha, que tem:

112	palmeiras de comprimento		
115	" " largura		
4	" " altura em toda sua circunferencia		
2	" " largura		
1	capella ja coberta; p. em preto, que tem		
23	palmeiras de comprimento		
15	" " largura;		
1	Sacristia tambem coberta, e de m. comprimento		
	da capella e 12 palmeiras de largura		
1	Portão de grade no frontispicio: Com o qual se quer aquantia de reis	1:18 212	
	que praez		
	Do Thesouro Provincial	400000	
	Do cofre desta Camara	000000	
	De subscrições	58 215	1:18 212
	<i>Para sua conclusão:</i>		
16	Milhoeiras de tijelloz com ofrete 1000		160000
100	quarteis de cal	1080	108000
200	Cargas de areia	100	200000
1	Grade com a ferragem p. a Capella		40000
1	Umma para o Altar		100000
1	Banta com a ferragem p. a Sacristia		10000
60	diar de Pedreiros	2500	150000
300	" " Serventes	500	150000
60	" " de um administrador 2000		120000
			878100

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. Officio da Câmara de Barbalha para a Presidência da Província do Ceará, de 24 de outubro de 1861. Caixa 21, APEC.

Os vereadores constantemente reivindicavam como prioridade a construção de estradas; a necessidade de construí-las e conservá-las, bem como indicavam as condições nas quais as já existentes encontravam-se. Em resposta à circular do Presidente da Província, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, a qual buscava informações sobre o tema, a Câmara de Barbalha, no ano de 1866, apresentava o seguinte quadro.

A unica estrada que ha neste termo, e pela qual se faz todo o movimento Commercial, é a estrada denominada do Salgado, a qual partindo da cidade do Icó passa pelas Villas das Lavras e Missão-Velha, vem a esta e segue para a Cidade do Crato. Todo o movimento Commercial do Cariry é feito por referida estrada, porque dellas partem outras muitas que seguem para Milagres, Jardim e alguns outros povoados aggriculas; esta estrada porém recente-se de muitos inconvenientes, sendo a sua maior falta não prestar-se toda ella para o tranzito de carros.

Os imensos seriais de que tanto abunda todo Cariry são exportados em costas de animais; sendo que, se pelo contrario, eles fossem exportados em carros serião de quadruplicar. Esta Camara pois, solicita pelo bem estar e progresso deste municipio, chama a atenção de VEx para que seja melhorada a estrada que vem de tractarm a fi de que por ella possão tranzitar carros para que exportam-se em maior escala os productos aggriculas do Cariry, tragão a Provincia aumento em sua receita.

Uma ley provincial orçando dez contos de reis para os concertos da estrada do Salgado, fixou quantitativo suficiente para levar a conclusão tão necessário, quanto util melhoramento.

As demais estradas que desta Villa partem não merecem tanta atenção do Governo; porque são de curtas distancias, e concertadas pelos proprietarios dos terrenos por onde ellas passão logo que se finda o inverno. Deos Guarde e V. Ex. Paço da Camara Municipal da Villa da Barbalha, em Sessão extraordinária em 1º de Junho de 1866 [...].

Gregorio Pereira Pinto Calou
Antonio Duarte Grangeiro
Antonio de Magalhaes Dom
Pedro Dias Azevedo
Benvenuto Tavares de Castro³²

A reivindicação por melhorias no prédio da Câmara de Barbalha, ou pela construção de uma nova edificação, foi recorrente no início da década de 1870. Eis como os vereadores se posicionavam sobre o tema.

32 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Officio encaminhado ao Presidente da Província do Ceará, de 1 de junho de 1886.** Caixa 21, APEC.

Paço da Camara Municipal da Villa da Barbalha em 18 de Junho de 1873
Il^{mo} Ex^{mo} Senr.

Em observância a ordem de V. Ex.^a em circular de 12 de Abril do corrente anno, sob n^o 8, esta Camara passa a ministrar circunstanciadamente as informações a respeito da Cadeia desta Villa, nos pontos seguintes:

1^o Que serve de cadeia nesta Villa um pequeno quarto pertencente a casa desta municipalidade, com muito pequena demenção, sem comportamento algum, e não oferece a menor segurança.

2^o Que não pode precisamente dizer quanto si ha despendido com a construção do mesmo, mas que calculadamente pode se avaliar em cento cincoenta mil reis aquella casa enquanto precisa de um grande reparo e calçada, cuja demora dos reparos emportará o seo desmoronamento.

D^s G^e V. Ex.^a felizmente.

Il^{mo} Ex^{mo} Senr. D^{or} Francisco de Assis Silveira Maciel. M. D. Presidente desta Provincia.

Antonio Bernardes dos Santos Filho V.P.

Domingos de Figueirêdo Arnaut

Conegundes Gonçalves Parente

Joaquim Gomes da Rocha

Francisco de Magalhães Landim³³.

No ano de 1874, a situação de perigo de desabamento do prédio da Câmara levou os vereadores a reivindicar recursos para a construção de um novo edifício, ao tempo em que informavam que haviam alugado uma casa para provisoriamente realizar os trabalhos.

Paço da Camara Municipal da Barbalha, 29 d'Agosto de 1874.

Il^{mo} Ex^{mo} Senr.

Achando-se sobremodo arruinado o edificio que serve para os trabalhos desta Camara, reunião do jury do termo e audiência dos respectivos juizes a ponto de ameaçar completo desabamento, não tendo mais lugar concerto algum a não ser uma total reparação ou nova edificação do predio proprio para o mesmo fim, por isto esta Camara resolvendo allugar uma casa particular para nella funcionar, toma ao mesmo tempo a deliberação de dirigir-se a V. Ex.^a ponderando-lhe que pela exiguidade de suas rendas não lhe é possível absolutamente tratar de reconstrução do predio em ruinas, sendo, aliás de absoluta necessidade, e portanto recorre a V. Ex.^a para que se digne, pela verba – obras publicas – mandar destinar a quantia de um conto de reis a fim de que se de começo a edificação citada, que pode ser ampliada, não só por esta Camara, como pelos particulares, o que parece

33 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. *Officio encaminhado ao Presidente da Provincia do Ceará, de 18 de junho de 1873.* Caixa 21, APEC.

que não padecerá a menor duvida, desde que se achar a obra em certo ponto de construção³⁴.

O documento demonstra a pouca autonomia que uma câmara municipal detinha no Brasil Império, necessitando reivindicar ao governo provincial a liberação dos recursos. O problema orçamentário impactava diretamente a possibilidade de realização das obras públicas, até mesmo para a manutenção do prédio que era o símbolo do poder local. De todo modo, os vereadores apresentavam seus argumentos sobre a relevância de Barbalha para a região. O facto de ser esta localidade a sede de uma Comarca, onde residem as autoridades superiores da mesma, e a necessidade de haver uma prisão, ao menos com o caracter de provisoria, para o recolhimento dos criminosos, que aliás abundão em uma localidade onde a população é numerosa, tudo isto faz crescer de pronto a urgente precisão de que se faz mister o edificio reclamado, no qual em de seos lados se estabelece a referida prisão.

Nessas condições, pois, acreditando esta Camara seriamente no patriotismo dessa presidencia, cujo fim principal deve ser promover o engrandecimento moral e material da Província, attenderá, espera confiadamente que será ella atendida por V. Ex.^a, mandando consignar a verba já indicada – de um conto de reis, a qual quantia poderá ser entregue a uma Comissão de membro que V. Ex.^a julgar dignos para tratar da construção do predio, ou a que V. Ex.^a entender conveniente.

Deus G^c a V. Ex.^a felizmente.

Ilmo Exm^o Sr. Barão d'Ibiapaba, M. D. V.P. desta Província.

Gregorio Pereira Pinto Callou

João Quezado Filgr^{as}

Jose Joaquim de Jesus

Alexandre Dar^{te} de Sá Barr^{to} ³⁵

Além das reivindicações e relatórios, a câmara atuava nas situações mais críticas, como no caso do incêndio das casas. No ano de 1870, mais precisamente no dia 20 de novembro, um grande incêndio atingiu a cidade de Barbalha, destruindo 71 habitações. O caso foi comunicado pelo governo provincial ao Ministério dos Negócios do Império, em correspondência enviada em 15 de janeiro de 1871.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a as communicações que a esta Presidência foram dirigidas pela Camara Municipal e 1^o Substituto do Juiz Municipal do Termo da vila da Barbalha em officio de 24

34 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Officio encaminhado ao Presidente da Província do Ceará, de 24 de agosto de 1874.** Caixa 21, APEC.

35 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Officio encaminhado ao Presidente da Província do Ceará, de 24 de agosto de 1874.** Caixa 21, APEC.

de Novembro do anno passado por copia sob N^{os} 1 e 2, relativamente ao horrivel incendio que teve lugar naquella villa no dia 21 do sobredito mes de Novembro.

Havendo se manifestado o incendio em uma rua composta em sua maior parte de casas de palha habitadas quase todas por pobres artistas e jornalheiros tomou tão rapido desenvolvimento que dentro em meia hora o fogo mais havia devorado setenta casas e reduzido a extrema miseria duzentos quarenta e quatro indivíduos.

Ainda que felizmente nenhuma perda de vida houvesse a lastimar-se, todavia dentre as pessoas que se empenharam na extinção do incêndio, quatro ficaram gravemente queimadas e algumas outras levemente³⁶.

A condição de extrema gravidade, relatada pela Câmara de Barbalha e pelo Juiz Municipal, era reafirmada pelo 2º Vice-Presidente do Ceará, Joaquim da Cunha Freire. Notificava ao Ministério dos Negócios do Império, as medidas que já haviam sido tomadas, bem como a atitude dos moradores da cidade em arrecadar auxílio para os atingidos.

Communicando o lamentavel successo, aquellas autoridades fizeram sentir a necessidade de ser pelo Governo auxiliada uma subscrição que havia sido promovida pelos habitantes da sobredita localidade com o fim de suavizar os terriveis efeitos d'aquelle acontecimento; ao que atendendo meu antecessor, e autorizado pelo art. 5º, § 1º, e art. 8º do Decreto Nº 288 de 1º de Fevereiro de 1862, fez expedir as convenientes ordens como V. Ex^a vera do officio por copia, sob Nº 3 para que, sob sua responsabilidade a Thesouraria de Fazenda mandasse entregar a quantia de um conto de reis a comissão, que logo nomeou, composta do Presidente da Camara, 1º Substituto do Juiz Municipal, Vigario da Freguesia, Delegado de Polícia e 1º Supplente do subdelegado em exercicio, todos da Barbalha, afim de ser distribuida com as pessoas, que mais houvessem soffrido.

Em vista do exposto, espero que V. Ex^a dignar-se-ha de aprovar o acto desta Presidencia.

Deos Guarde A V. Ex^a³⁷.

Os recursos foram liberados pelo Ministério de Estado dos Negócios do Império, e no ano seguinte, em fevereiro de 1871, a câmara municipal de

36 PROVÍNCIA DO CEARÁ. *Officio do 2º Vice-Presidente da Provincia do Ceará, Joaquim da Cunha Freire, ao Conselheiro João Alfredo Correia D'Oliveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, em 15 de janeiro de 1871*. Livro *IJJ9 185, Arquivo Nacional (AN).

37 PROVÍNCIA DO CEARÁ. *Officio do 2º Vice-Presidente da Provincia do Ceará, Joaquim da Cunha Freire, ao Conselheiro João Alfredo Correia D'Oliveira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, em 15 de janeiro de 1871*. Livro *IJJ9 185, Arquivo Nacional (AN).

Barbalha prestava contas do que havia sido distribuído a quem perdera suas casas. A prestação de contas indica que foram gastos 1:000\$000 (um conto de réis), divididos entre os moradores que perderam suas casas.

Paço da Camara Municipal da Barb^a em 1º de Fevereiro de 1871

Esta camara tem a honra de passar as mãos de VEx^{ca} a lista nominal das pessoas por quem foi distribuida a importância de um conto de reis, fornecida por essa presidencia para socorrer aos affetados do encendio que aqui se deu, a qual lista nos foi remetida pela respectiva comissão.

Deos Guarde a V. Ex.^{ca}

Ilm.º Exmº Snr. Vice Presidente Coronel Joaquim da Cunha Freire

João Quezado Filgueiras v.P.

Antonio do Nascimento Samp^o

Sebastião Roiz. da Gama e S^a

Arnaud Pereira Grangeiro

Antonio Felipe Santiago³⁸.

Desse modo, a Câmara de Barbalha, em ação com as demais autoridades da época e com o apoio da população barbalhense, acudiu os atingidos pelo incêndio. Como a correspondência do presidente em exercício da província demonstra, tratavam-se de artesãos (“artistas”) e trabalhadores que recebiam pelo dia trabalhado (“jornaleiros”), a parte mais pobre da população livre.

38 CÂMARA Municipal de Barbalha. **Relatório enviado ao Vice-Presidente da Província do Ceará, em 1º de fevereiro de 1871.** Caixa 21, APEC.

Imagem 2 – Pessoas que receberam auxílio por ocasião do incêndio, 1871

Lista dos que soffreram com o incendio, e que receberam a quantia de 1.000 \$ 000 mandada pelo Exm. P. Presidente da Província

1 Vicente Paulo d'Araujo	174.000
2 Vincencia Guterria	164.000
3 Velha Eugênia	174.000
4 Manoel Tezulino	214.000
5 Vicente Barbosa	144.000
6 Joaquim Jose	184.000
7 Antonio Felix	254.000
8 Luis d'Oliveira Capriles	244.000
9 Joao Adriano	204.000
10 Manoel Dantas	144.000
11 Velha Monteiro	184.000
12 Antonio Lyex	164.000
13 Rosa Renovato	164.000
14 Joao Franca	144.000
15 Maria Ignacia	104.000
16 Mattheos	104.000
17 Francisco Fidoles Junior	104.000
18 Bibia Renovato	104.000
19 Maria Rosa	104.000
20 Francisco Fidoles Senior	84.000
21 Custodia	104.000
22 Manoel Nunes	164.000
22 Jose Primario	94.000
23 Antonio Marques	204.000
24 Terza Cairrada	104.000
25 Maria Bellado	104.000
26 Velha Izabel	304.000
27 Goncalves de Deus	164.000
28 Guilhemmyza Guterria	204.000
29 Vicente Lapratino	144.000
30 Izabel Richarda	74.000
	<u>4704.000</u>

Fonte: CÂMARA Municipal de Barbalha. Relatório enviado ao Vice-Presidente da Província do Ceará, em 1º de fevereiro de 1871. Caixa 21, APEC.

Imagem 3 – Pessoas que receberam auxílio por ocasião do incêndio, 1871

3	Transporte	470,00
31	Maria de Lima	140,00
32	Joanna Dóca	100,00
33	Joaquina Rita	80,00
34	Silvestre de tal	140,00
35	Gertrudes de tal	140,00
36	Estanislau Teixeira	130,00
37	Ignacio Lopes	100,00
38	Joaquim Caifora	200,00
39	Francisco Xavier	210,00
40	Elleteria	100,00
41	João Batista Carpinho	210,00
42	Antônia Brás	100,00
43	Nello André	140,00
44	Domingos, Judeiro	290,00
45	Nicolau Veruso	140,00
46	Margarida	90,00
47	Francisca Viana	80,00
48	Pedro Simplicio	160,00
49	Filippa	100,00
50	Antônia Ambrosio	280,00
51	Antônia Cypriana	140,00
52	José Felix	180,00
53	José Viúto	120,00
54	Delmira	90,00
55	Manoela Maria da Gama	90,00
56	Joanna Baptista	80,00
57	Alexandre Guteria	80,00
58	Estanislau José	180,00
59	Joanna Ribeiro	80,00
60	João Soares Caballero	100,00
61	Damiana Negro	100,00
62	Antonio Martins	290,00
63	Antonio Muea	160,00
64	Luiza Maria	100,00
		<u>942,00</u>

Fonte: CÂMARA Municipal de Barbalha. Relatório enviado ao Vice-Presidente da Província do Ceará, em 1º de fevereiro de 1871. Caixa 21, APEC.

Imagem 4 – Pessoas que receberam auxílio por ocasião do incêndio, 1871

Transporte	
65 Josefa	940 000
66 Manoel d'Espírito Santo	70 000
67 Maria Ximenes	80 000
68 Manoel d'Almeida	100 000
70 Joanna Freire	120 000
71 Maria Lopes	160 000
	50 000
	<u>1.000 000</u>

Barbalha, 30 de Dezembro 1870 -
 Vigário José Manoel de Almeida
 José Paes de Sá e Sousa
 Antônio de Sá e Sousa
 Gregório Pereira Pinto Cabral.

Fonte: CÂMARA Municipal de Barbalha. Relatório enviado ao Vice-Presidente da Província do Ceará, em 1º de fevereiro de 1871. Caixa 21, APEC.

Outro exemplo da atuação da câmara de Barbalha, em seus propósitos e diálogos no século XIX, foi sua relação com figuras relevantes, que atuaram entre os mais pobres da região. O padre José Antonio Pereira Ibiapina, popularmente conhecido como Padre Ibiapina, teve uma relação importante com Barbalha. Foi juiz, chefe de polícia, deputado e advogado. Aos quarenta e quatro anos, decidiu se tornar padre. Foi o idealizador e responsável pela construção de uma rede de trabalho e assistência aos mais pobres, pelo interior dos sertões. Suas prédicas religiosas, verdadeiros eventos que mobilizavam milhares de pessoas, eram conhecidas pelo termo “missões”. Dentre suas várias funções, uma das principais era educar os sertanejos livres e pobres para o trabalho, atividade esta que tinha uma avaliação positiva do missionário, sendo para ele responsável pela superação da miséria e que conferia honradez ao trabalhador³⁹.

A Barbalha, apesar da dedicação do Rdº Vigario, e da constante oração das mulheres, não estava em paz. O verbo de Satanaz tinha plantado ali intrigas gravíssimas; os homenes estavam em dois campos oppostos; e todas as questões se tratavão conforme o gosto da política mesquinha, e egoista. O espirito de avareza tinha tãobem seu partido, alguns senhores entenderão mais convinente cuidar da safra de seo engenho, do que vir assistir a missão. Por isso, aberta a missão, a concorrência não foi franca estavam no principio da safra; e muitos senhores se deixarão ficar, fasendo suas rapaduras. O Rdº Missionario fulminou do pulpito aquelles que por motivo de avaresa, deixassem de comparicer á missão, mandando callar todos os engenhos. Alguns teimarão, e forão immidiatamente punidos. Dois ou tres engenhos quebrarão-se na manhã seguinte: uma moenda de ferro embirrou, e não quis dar um passo; talves respeitasse mais o preceito apostolico que seo dono; Uma casa ardêo em chammas; e os seos proprietarios assim castigados servirão de exemplo a outros; e estabeleceu-se então a concorrência; não faltou ninguem; dez ou dose mil almas ouvirão a palavra, e se empregarão no serviço. Duas obras começarão ao mesmo tempo: a da matriz, e a do cemiterio dos cholicos; a primeira feita a tijollo e cal, de que ja se tinha previnido o Rdº Vigario, pelos mestres, e a segunda de pedra e barro, feita pelos moços principaes da terra com algum official⁴⁰.

Diante da cobrança do Reverendo Ibiapina, a Câmara de Barbalha requereu recursos ao governo da província.

39 RIBEIRO, Josiane. **Penitência e Festa – As missões do Padre Ibiapina**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2006, p. 27.

40 A VOZ DA RELIGIÃO, 27 de Junho de 1869, p. 2, Coleção Digital, CEDOCC.

Tendo o Reverendo P^e Mestre José Antonio de Maria Ibiapina missionado a poucos dias nesta villa, e chamando a atenção desta Camara para a conclusão da cacimba publica, que, achando-se em quaze abandono por faltar-lhe bomba, e outros objectos indispensaveis, necessita taõbem se lhes dê um empregado continuo, e atendendo a tão util quanto necessaria medida, esta Camara ha votado despenda-se com referido edificio a quantia de trezentos e deiz mil reis, a saber, cento e cecenta de ordenado fixo ao empregado, e o resto com os objetos indispensaveis com sua completa concluzão⁴¹.

Nos mais diferentes setores da vida pública, a câmara municipal de Barbalha fez parte do processo de construção da cidade, seja atuando como fiscalizadora, propositora, reivindicando melhorias.

As crises sociais e ambientais no século XIX e a atuação política da Câmara

A câmara municipal foi atuante durante os momentos de crises sociais, ambientais, catástrofes naturais, buscando entender o quadro, bem como providenciar ajuda, auxílio, soluções. A documentação revela as contradições, angústias e providências tomadas pelos vereadores e pela população de Barbalha.

Na segunda metade do século XIX ocorreram períodos de crise social, marcados pela ocorrência de calamidades. Epidemias como a de cólera, de varíola, de febre gástrica, bem como a ocorrência da fome generalizada. Fenômenos associados à questão climática, como as secas e as enchentes, se fizeram presentes, marcando a história da região do Cariri. Uma das epidemias que mais repercutiu no Cariri, foi a do cólera, na década de 1860. No ano de 1862, com o aparecimento da doença, os recursos disponíveis para atender à população com alimentos eram mínimos, além da falta de medicamentos paliativos.

Não eram infundados os receios que a V Ex^a manifestei da invazão do cholera morbus nesta provincia, que está hoje a braços com este terrivel flagelo. Desde o dia 5 do mez proximo passado declarou-se elle de um modo indubitavel na cidade do Icó, e d'alli se tem propagado ás freguesias da Telha e Lavras, á de Milagres na comarca do Jardim, e á cidade do Aracaty, que dista 30 legoas desta capital, onde tambem já se váe notando alguma alteração na saúde publica. [...] Remetti novas ambulancias para o Crato e Icó, por não serem sufficientes as que antes tinham sido enviadas; do mesmo modo mandei tambem remedios e bouta para o Aracaty, S

41 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. *Officio ao governo da Província do Ceará, 22 de Agosto de 1868*, caixa 21, APEC.

Bernardo, Telha, Saboeiro e Cachoeira. [...] Peço a V Ex^a a aprovação das medidas e despesas, que têm sido realizadas na Thesouraria de Fazenda, e das que, não tendo ainda sido feitas, estão auctorizadas⁴².

Este officio foi enviado no mês de maio de 1862. Dois meses depois, o governo imperial era informado do número crescente de mortos devido à doença. Todas as regiões do Ceará estavam representadas.

Relação das pessoas fallecidas de cholera morbus nas diversas localidades da Provincia.

Crato (cidade) até 15 de Julho – 550

Crato, resto do Termo – 550

Toda Freguesia – 900

Jardim com Porteiras (toda Freguesia) – 400

Milagres, Barbalha e Missão Velha – 200

Inhamuns (Termo) extinto – 284

Saboeiro com S. Matheus (extinto) – 400

Assaré até 7 de Julho – 15

Telha (Termo) extinto – 300

Lavras (Termo) extinto – 350

Icó (Termo) extinto – 700

Russas (Termo) quasi extinto – 400

Aracaty (Termo) extinto – 600

Cachoeira extinto – 49

Cascavel (Termo) até 21 de Julho – 340

Aquiraz (Termo) – quasi extinto – 160

Maranguape, villa e arredores – 800

Jubaia, Santo Antonio, Tubatinga – 260

Pacatuba, Guaiuba, Rio Formoso, Pavuna Peperi, Mangua – 800

Mecejana e arredores e Mucuripe – 80

Baturité (cid^e) e arredores visinhos ate 25 – 830

Acarape até 24 – 275

Quixeramobim até 22 de Julho – 110

Capital até hoje (quasi extinto) – 309

Secretaria do Governo do Ceará em 31 de Julho de 1862⁴³

O relatório de Antonio Manoel de Medeiros, médico do exército, que atuou no Cariri em momentos distintos, na epidemia do cólera em 1862, e na

42 PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Offício do Presidente da Província do Ceará, José Antonio Machado, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, José Ildefonso de Souza Ramos, em 4 de Maio de 1862.** Livro *IJJ9 181, Arquivo Nacional (AN).

43 PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Offício da Secretaria do Governo do Ceará para o Ministério dos Negócios do Império, em 31 de julho de 1862.** Série Interior Negócios de Províncias e Estados – Offícios de diversas autoridades. Livro *IJJ9 181, AN.

epidemia da varíola em 1879, revela o quadro grave e as condições sociais da maioria da população⁴⁴. Suas primeiras impressões destacavam as preocupações com o quadro de calamidade que ia encontrando no caminho entre a capital Fortaleza e a região do Cariri.

Á um medico viajando, em quadras de tamanho perigo e confusão, è absolutamente impossivel o estudo das condições climatologicas das localidades que percorre, dos costumes, alimentação e idiosyncrasia das populações, que visita: porque os trabalhos clinicos lhe absorvem o tempo que devem consagrar ao repouso; a continua agitação lhe gasta a intelligencia, os pezares, os cuidados, desviam-lhe o espirito de qualquer outro assumpto. Elle se vê obrigado a percorrer noite e dia a pè ou a cavallo, centenares de habitações, ministrando remedios e quasi sempre manipulando-os. Na cama, na mesa, dá consultas, e ouve a relação de desgraças tamanhas, que dobrão a impassibilidade de um homem da profissão, habituado pelo seu triste dever à impressão dos gemidos e da dor⁴⁵.

Ao visitar as localidades da região, o médico Antonio Manoel de Medeiros constatara que o mês de junho de 1862 havia sido um dos mais graves da ocorrência da doença. Entre 26 de Junho e 7 de Julho daquele ano, a cifra diária era de 48 mortes. Até os coveiros faleciam após terem contatos com os defuntos.

Releva no entanto dizer a V. Exe. que, não obstante isto, não havia quem recusasse, a pequeno salario, teve-se bastante gente para conduzir e sepultar os cadaveres, o que foi talvez um facto singular no Ceará, porque também a população pobre do Cariry é uma gente única na provincia pela sua audacia e afoitesa. Naturalmente desasada, ou negligente, prima por sua coragem é capaz de afrontar os maiores perigos. Homens mal vestidos e descalços, os coveiros e carregadores andavão ao sol ardente, e durante o frio intenso da noite, sem a menor precaução; tomavão os cadaveres e conduzião; levando pendurado no carro carne que compravão, comião sobre elle, e ahi deitados voltavão do cemiterio procurando novos cadaveres para sepultar⁴⁶!

44 O médico Antonio Manoel de Medeiros foi atingido pela varíola, falecendo ao retornar para Fortaleza por este motivo.

45 PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Relatório do médico Antonio Manoel de Medeiros enviado ao Presidente da Província do Ceará**, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, em 13 de Dezembro de 1862. Livro *IJJ9 182, AN.

46 PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Relatório do médico Antonio Manoel de Medeiros enviado ao Presidente da Província do Ceará**, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, em 13 de Dezembro de 1862. Livro *IJJ9 182, AN.

A epidemia em Barbalha, assim como em outras cidades e vilas do Cariri, provocou um quadro de catástrofe social. O relatório do Ministério do Interior do Império revela a gravidade da situação.

Termo da Barbalha

Segundo as últimas datas, que alcançam a 20 do mês passado, a epidemia invadira aquele Termo, no dia 13 de junho ultimo. Até o dia 9 de julho se ia propagando lentamente; mas d'ahi em diante tornou-se intensa, tendo feito 80 e tantas victimas e acommettido a 300 e tantas pessoas na villa e seus suburbios⁴⁷.

No mês de dezembro daquele ano, o número de vítimas na região era, segundo o governo provincial, o seguinte:

Relação a que se refere officio desta data, compreendendo o numero das pessoas que têm succumbido á epidemia do cholera-morbus.

Jardim (Termo) ate 26 de julho 500

Milagres (“) “ 120

Crato (“) “ 31 “ 1100

Barbalha (“) “ “ 200

Missão Velha (Freguesia) “ 26⁴⁸

Dezessete anos mais tarde, o Cariri era atingido por uma epidemia de varíola, em plena seca de 1877/79. O médico Antonio Manoel de Medeiros estava de volta à região, para o tratamento dos doentes. Mas dessa vez, o próprio Medeiros seria acometido da enfermidade. Em ofício de junho de 1879, o médico comentava a precariedade das condições sanitárias de Crato e de Jardim, além da repugnância da população à vacinação. Segundo ele, apesar da recomendação para a criação de lazaretos, não havia recursos para a construção dos mesmos, o que levou o presidente da província a encaminhar o pedido para o governo imperial⁴⁹. Já enfermo, Medeiros encaminhou outro ofício para o governo cearense, solicitando que ficasse encarregado do tratamento dos indigentes acometidos pela varíola no Crato, Missão Velha, Barbalha e vizinhanças.

47 PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Officio da Secretaria do Governo do Ceará para o Ministério dos Negócios do Império, Ministro Marquês de Olinda, presidente do Conselho de Ministros, em 20 de agosto de 1862.** Série Interior Negócios de Províncias e Estados – Offícios de diversas autoridades. Livro *IJJ9 181, AN.

48 PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Officio da Secretaria do Governo do Ceará para o Ministério dos Negócios do Império, em 12 de dezembro de 1862.** Série Interior Negócios de Províncias e Estados – Offícios de diversas autoridades. Livro *IJJ9 181, AN.

49 PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Officio do Presidente da Província do Ceará, José Julio de Albuquerque Barros, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Carlos Leoncio de Carvalho, em 16 de Junho de 1879.** Livro *IJJ9 189, AN.

As epidemias nos lugares montanhosos como este, são ordinariamente de mais funestas consequências, porque os povoados estão collocados em posição relativamente baixas, em que não é possível manter-se a desejada salubridade. O intenso frio das noites e manhãs aqui é prejudicial a qualquer molestia e maxime na variola que reclama uma temperatura branda. A syphilis constitui uma outra causa de grandes complicações no tratamento. os indigentes só procuram os lasaretos nas proximidades da morte. Os que entram no primeiro ou segundo periodo sahem curados. Os casos de variola hemorragica no sexo feminino são numerosos, mesmo entre as crianças. Trato de estudar as causas d'este phenomeno. [...] A população do Cariry é em geral pauperrima e actualmente a mais infeliz da provincia, porque os recursos de seo fertil solo são consumidos pelos emmigrantes que começam a affluir de todas as partes onde chegaram os rigores da secca nestes trez annos. Se não fossem as fructas silvestres de que a natureza é pródiga nesta immensa região, o Cariry estaria deserto, ou a morte teria arrebatado a ricos e pobres. Pronuncio-me assim porque tenho pleno conhecimento desta terra. A miseria, a nudez e a desolação em que se acham cerca de sessenta mil pessoas, arranca-me esse reclamo em seo favor, unico motivo que me levou a acceitar a honrosa comissão que V Ex^a approve confiar-me, assim como tenho acceitado outras, em diversas calamidades que tem ferido esta região⁵⁰.

Imagem 5 – Tabela sobre o lazareto de Barbalha, relatório médico, 1879

Cópia
Lazareto de Santa Quitéria da Barbalha
93
o movimento das enfermidades no
lazareto de 1879
de 1º de junho de 1879

Entradas	Saídas	Mortos	Curados
7	1	16	9
12	10	30	15
1	1	2	3
18	10	38	21

Fonte: PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Officio do médico Antonio Manoel Medeiros ao presidente da Província do Ceará, em 1º de junho de 1879.** Série Interior Negócios de Províncias e Estados – Offícios de diversas autoridades. Livro *IJJº 189, AN.

50 PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Officio do médico Antonio Manoel Medeiros ao presidente da Província do Ceará, José Júlio de Albuquerque Barros, em 8 de junho de 1879.** Série Interior Negócios de Províncias e Estados – Offícios de diversas autoridades. Livro *IJJ9 189, AN.

Observações

Existem duas enfermarias, uma de homens e outra de mulheres e crianças. Trata-se de fazer-se outras para receber o crescido numero de indigentes faltos inteiramente de recursos em suas casas. A maior parte dos doentes estão em estado gravissimo.

Cidade da Barbalha 1º de junho de 1879.

O medico em Comissão

D^{or} Antonio Manoel de Medeiros⁵¹.

A Comissão de Socorros de Barbalha apresentou um relatório sobre a situação, em que destacava as ações realizadas ao tempo em que apresentava quais seriam as soluções estruturais que contribuiriam para a melhora da vida da população.

Cumprimos o dever de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que a epidemia da variola continua a grassar com a maior intensidade, attingindo o numero dos mortos a trezentos e poucos, sendo que os indigentes accommettidos anda por seiscentos e tantos, já fora as pessoas das outras classes. O Lazareto a cargo do Alferes Varella tem hoje o numero de duzentos e doze variolosos accommettidos. O Doutor Medeiros depois de ter feito aqui duas visitas, uma no dia vinte e oito do mes proximo passado e outra no dia nove deste corrente mes fez regularizar o estado sanitario e hygienico, mandando dar maiores proporções ao Lazareto que a Comissão ja havia mandado prontificar, deixando aos cuidados do Alferes Varella, que tem sabido cumprir este dever com dedicação. Infelizmente o Doutor Medeiros foi accommettido de uma febre perigosa que o levou a deliberar retirar-se para sua casa. Alem d'isto ficamos inteiramente sem remedios apropriados ao tratamento da variola, pois os que para aqui vieram, já se liquidaram, ficamos portanto sem remedios⁵².

Outro grave problema que afligia a população cearense no século XIX era a questão da fome. No ano de 1869, uma epidemia de fome atingiu o interior do Ceará. Diante dessa situação de catástrofe social, os vereadores da época – Gregorio Pereira Pinto Callou, Antonio Filipe Santiago, Alexandre Duarte de Sá Barreto, Arnaud Pereira Grangeiro e Sebastião Rodrigues da

51 PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Officio do médico Antonio Manoel Medeiros ao presidente da Província do Ceará, José Júlio de Albuquerque Barros, em 1º de junho de 1879.** Série Interior Negócios de Províncias e Estados – Offícios de diversas autoridades. Livro *IJJ9 189, AN.

52 PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Relatório do Comissão de Socorros de Barbalha, em 22 de junho de 1879.** Série Interior Negócios de Províncias e Estados – Offícios de diversas autoridades. Livro *IJJ9 189, AN.

Gama e Sá – enviaram um relatório ao então vice-presidente da Província, Coronel Joaquim da Cunha Freire, relatando o problema.

Paço da Camara Municipal da Villa da Barbalha em Secção Ordinaria de 26 de julho de 1869.

Il^{mo} e Exm^o Senr.

A Camara municipal da Villa de Santo Antonio da Barbalha zelosa do bem estar de seus munícipes, trahiria certamente a confiança que por estes lhe foi confiada, se, acaso ameaçada de uma iminente catástrofe, não procurasse a bem do municipio dissipar seus effeitos ou ao menos diminuil-os. Essa Camara não devendo ser indifferente ao quadro tenebroso que se lhe assolla nos effeitos de uma fome devastadora, julga de seo dever sagrado, invocar opportunamente a benevolencia do Governo Imperial por intermédio de seos Delegados, afim de que tomando esta tão justa proclamação no mais sabido apreço, se digne prestar a este municipio socorros pecuniarios ou alimenticios que a caso pede, e a caridade ordena, e para que estes sejam convenientemente applicados consinta V. Ex^a que no acanhado espaço desta representação, relate as circunstancias e condições em que nos achamos.

A Sêcca o maior flagelo do povo do norte absorvendo sua riqueza, honra, e vida, innervando periodicamente seu engrandecimento deste lado do Imperio apresentam-se hoje com um caracter assustador, e da resultados talvez nunca vistos⁵³.

A câmara apresentava o quadro, que, segundo ela, seria o causador da epidemia de fome que atingia a maior parte da população.

Concidere-se na fraqueza do inverno nestes dois últimos anos, na escacês da colheita, e no aumento dos consumidores, este breve golpe de vista retroactivo basta para demonstrar a infalibilidade de uma fome assustadora. Nessa circunstancia acresce a da nossa posição topográfica. Este municipio distante oitenta leguas do porto, e no centro com circunvizinhos formão o Cariri-novo banhado escassamente por diversas ribeiras de perennes e fracos olhos d'agua e com o auxilio das chuvas, dão-nos e aos povos circunvizinhos, a certeza de alguns recursos naturaes de generos alimenticios especialme o sacareiro; mas seu trabalho na plena estiagem, pela falta de auxílios dos poderes competentes que dêsse-lhe desenvolvimento não pode comportar em qualquer emergência de sêcca com o peso de inumeros vizinhos que famintos afluem para habitar o lugar, em cargas enganosas. Infelizmente nestas condições nos achamos, e somente da Providencia Divina, benéfico

53 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. Relatório enviado ao Vice-Presidente da Província do Ceará, em 28 de julho de 1869. Caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

e sabio Governo de S. M. o Imperador esperamos a que se darão o remédio de novos malles, sendo certo que na altura em que se achão os preços dos generos, e a facilidade com que se transporta para o centro das Provincias de Piauí, Pernambuco, Parahiba, e Rio Grande do Norte, e outras paragens, um morticínio humano se manifestará neste centro, mais ou menos intenso, logo que passe o próximo futuro mês de Novembro. Concluindo a presente, esta Camara, roga a V. Ex.^a, se digne acreditar na sinceridade de sua exposição, e no profundo respeito e alta consideração a pessoa de V. Ex.^a.

Deos Guarde a V. Ex.^a. felism^e.

Il^{mo} e Exm^o. Senr, C^{el} Joaquim da Cunha Freire, D. Vice Presidente desta Prov.^{cia}

Gregorio Pinto Callou Pres^e.

Antonio Felipe Santiago

Alexandre Dar^{te} de Sá Barreto

Arnaud Pereira Grangeiro

Sebastião Roiz. da Gama e S.^{a54}

A câmara de Barbalha, atenta ao grave problema, solicitava apoio do governo central e provincial. Em inúmeras situações similares, procurava socorrer os atingidos. Assim também agiu durante os episódios de secas, que agudizavam os problemas sociais, principalmente no interior do Ceará, em particular, do Cariri, para o qual afluíam migrantes. Em 5 de setembro de 1877, a Câmara comunicava ao presidente da província, a situação de calamidade devido à seca iniciada naquele ano.

A Camara municipal da Barbalha em sua totalidade vem ante V. Ex.^{cia} como primeira autoridade da Provincia ainda uma vez apresentar a V. Ex.^{cia} o estado lastimoso desta localidade, e confiada na rectidão administrativa, seos sentimentos humanitarios de V. Ex.^{cia} espera, que não será de [...] o appelo que vem a fazer.

Ex^{mo} Sr á uma secça horrorosa que nos afflige e a uma numerosa população retirante transida de fome, cheia da maior miseria que se pode annunciar, se adduz ainda para o aumento d'afflicção e o afflicto a certeza junta de sermos atacados por numerosos grupos de criminosos que nos ameação e já fazendo suas extorsões em território desta Comarca!

Por certo será impossível uma resistencia seria, se por ventura V. Ex.^{cia} não mandar destacar aqui uma força conveniente, com um Commandante.

Assim Ex^{mo}, sendo infelizmente certo este suscito historico da miseria actual, e mais, um pouco adiante a anarchia mais desastrosa, pedimos a V. Ex.^{cia} promptos socorros em beneficio de uma população afflicta.

Deus Guarde V. Ex^{cia}

Il^{mo} Ex^{mo} Sr Des^{or} Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, M.D. Presidente desta Província.

Antonio Pereira da Cunha Callou P.

Sebastião Roiz. da Gama e S^a

Cesario Deodato de Pontes Franco

José Conh de Sá Barreto

Antonio de Sá Barreto Sampaio

Francisco de Magalhães Landim

João Raim^{do} Bento da Costa

Antonio Duarte Grangeiro⁵⁵

Como é de conhecimento público, a questão das secas e os problemas decorrentes da estrutura econômica e das classes no Brasil no século XIX causaram o que na historiografia é conhecido como catástrofe social⁵⁶. Em diversos momentos, a câmara de Barbalha se defrontou com a gravidade do problema. Já no Período Republicano, o Conselho de Intendência de Barbalha (a denominação inicial da Câmara) informa a situação da seca de 1891 ao Governador do Estado, destacando a chegada de retirantes, furtos nas lavouras e solicitando garantias à propriedade.

Intendencia Municipal da Barbalha, em 15 de Junho de 1891.

Ex.^{mo} Sr. Governador

Certamente por causa da horrível secca que espanca aos sertanejos d'este e d'outros Estados, vai diariamente o territorio d'esta Comarca e outros pontos circunvizinhos enchendo-se de retirantes; e, segundo está informada a esta Intendencia grande numero d'elles são criminosos, vindos, sobretudo, dos Estados de Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte, com as quais este se limita; [...]

Não só por isso, mas também por que vão se dando furtos pelas lavouras, esta Intendencia pede-vos com instancia que vos digneis de, com a prontidão possível, providenciar no sentido de serem os habitantes d'este Termo garantido em suas propriedades e vidas, mandando destacar n'esta Cidade numero não inferior a vinte praças do Corpo de Segurança Publica, pois que,

55 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Officio enviado ao presidente da província do Ceará, em 5 de setembro de 1877.** Caixa 21, (APEC).

56 Frederico de Castro Neves propõe um quadro explicativo no qual as práticas e ações dos movimentos sociais populares rurais, no Ceará, estavam condicionadas pelas experiências e pela realidade socioeconômica e cultural, sem que se deixe de considerar o impacto das calamidades, tanto das secas quanto da fome. Assim, a questão deixa de ser somente "natural", para ser compreendida em termos históricos, com suas repercussões entendidas a partir das relações sociais em que aconteceram. In: NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

sendo um numero de os soldados aqui destacados, mal chega este numero para guarda e segurança da Cadeia. [...]

Saúde e Fraternidade

Ao Exmº Sr. General José Clarindo de Queiroz M.D. Governador d'este Estado.

Antonio Dias Arvorêdo P. (presidente)

José Furtado de Lacerda

José Candido das Dôres⁵⁷

Os conflitos sociais, que derivavam das tensões próprias da formação social brasileira, eram traduzidos na ocorrência da criminalidade, da violência, nas disputas por terras, nas revoltas contra as medidas governamentais, nas crises sociais relacionadas às epidemias, calamidades climáticas, doenças, enfim, todo um conjunto de problemas que eram entendidos de maneiras diversas pelos grupos sociais, bem como pelos poderes públicos, incluída a Câmara Municipal de Barbalha.

Questões que envolviam disputas políticas regionais, a produção, os temas sociais, interligavam-se e faziam parte do cotidiano local. A câmara de Barbalha foi partícipe em diversos momentos. Com a proclamação da República, ocorreu a reorganização política e administrativa do estado brasileiro, atingindo os municípios.

DECRETO Nº 71, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1889

Declara a entrancia da comarca de Barbalha, no Estado do Ceará, e marca o vencimento do respectivo promotor publico.

O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1º E' declarada de primeira entrancia a comarca de Barbalha, no Estado do Ceará, restaurada pela lei n. 2002 de 28 de agosto de 1882.

Art. 2º O promotor publico terá o vencimento annual de 1:400\$, sendo 800\$ de ordenado e 600\$ de gratificação.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça assim o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 20 de dezembro de 1889, 1º da Republica.

MANOEL DEODORO DA FONSECA.

M. Ferraz de Campos Salles⁵⁸.

57 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Ofício enviado ao Governador do Estado do Ceará, General José Clarindo de Queiroz, em 15 de junho de 1891.** Caixa 21, APEC.

58 BRASIL. **Declara a entrancia da comarca de Barbalha, no Estado do Ceará, e marca o vencimento do respectivo promotor publico. 20 de dezembro de 1889.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-71-20-dezembro-1889-516246-publicacaooriginal-1-pe.html>.

No entanto, as disputas políticas no Ceará levavam às tentativas de reorganização do aparato estatal. A título de exemplo, no ano de 1891, a Intendência Municipal tomou posição em defender a autonomia da cidade, inclusive do ponto de vista da organização judiciária, e declarava não aceitar que sua comarca fosse incorporada à comarca do Crato⁵⁹. A comarca de Barbalha havia sido criada no ano de 1872, extinta no ano de 1878, e restaurada no ano de 1882⁶⁰. O documento ainda relatava outros pontos relevantes.

Intendencia Municipal da Barbalha em 15 de junho de 1891.

Ex^{mo} Sr. Governador

Com grande surpresa acaba esta Intendencia de saber que o Congresso d'este Estado, que se acha funcionando, tem assumtado em suprimir esta Comarca, incorporando seu territorio á do Crato.

Semelhante noticia, Ex^m Sr que concorre como infalível, não poderia, com effeito de surpreheender á esta Intendencia e a todos os seus municípios, em vista dos primeiros motivos que passa a expor-vos.

É esta Comarca, sinão a primeira uma das primeiras Comarcas d'este Estado que mais se avantajão por seus muitos e variados productos agricolas, porquanto é não só com os mesmos productos que exclusivamente são alimentados os seus habitantes em numero de trinta a quarenta mil, mas tambem milhares de sertanejos d'este e d'outros Estados⁶¹.

O argumento inicial foi o acima declarado, a importância de Barbalha, seja do ponto de vista populacional, seja do ponto de vista da sua atividade agrícola. Como já exposto, a defesa da agricultura como potencialidade e, ao mesmo tempo, solução para a melhora das condições de vida da população, foi uma característica do discurso político no século XIX, nas diferentes correntes políticas, liberais, conservadores e as denominações que passaram a utilizar com o advento da república.

É o território d'esta Comarca quase todo coberto d'uma agricultura abundante e variada e ocorre que muitos dos seus habitantes, desde a calamitosa e

59 Com a constituição de 1891, de fato, o Brasil passou a contar com a divisão em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo sido extinto o poder Moderador. A transição do escravismo para o capitalismo consolidou mudanças nas esferas do estado, com a necessidade da nova constituição e regime político republicano. Do ponto de vista da organização estadual da justiça, a constituição de 1891 dava autonomia aos entes, a primeira instância era representada pelos juizes de direito nas **comarcas**, e a segunda instância por tribunais estaduais agora denominados Tribunais de Justiça e não mais Tribunais da Relação. Para mais informações, conferir: BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm.

60 Para mais informações, conferir: STUDART, Guilherme. Descrição do município de Barbalha. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano 2, t. 2, p. 9-13, 1888. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1888/1888-DescricaoMunicipioBarbalha.pdf>.

61 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Carta da Intendência Municipal de Barbalha ao Governador do Estado do Ceará, General José Clarindo de Queiroz, em 15 de junho de 1891**. Caixa 21, APEC.

[...] secca de 1877 a 1879, não tem cessado até hoje. Ao plantar leguas e mais leguas de mandiocas sobre a extensa e larga Serra do Araripe, que divide, pelo lado do Sul, esta Comarca do Estado de Pernambuco e da Cidade do Jardim d'este Estado; de modo que, não obstante a horrivel secca que, pela falta de chuvas, açoita a todos os sertões circunvisinhos e que vão affluindo diariamente em grande numero para todos os pontos d'este Carirry, está esta Intendencia convicta de que inesgotáveis serão os celleiros de farinha. Além de, pelas causas supra expostas, ser esta Comarca uma das mais importantes pelo seu grande Commercio de importação e exportação, pode este Municipio com o de Missão Velha de que ella se compõe, sustentar-se á sua custa com sobras, por isso que a sua receita dos impostos a receber vai além vinte contos de reis (20:000\$000).

Ocorre ainda que com a suppressão d'esta Comarca, em cujos destinos residem, como acima está dito, o numero de trinta a quarenta mil habitantes, sendo seu território incorporado ao da Comarca do Crato, que deve ser habitada por um numero igual, sinão superior, impossivel ficará assim o funcionamento e distribuição da justiça ao numero de sessenta a setenta mil habitantes, tanto mais quando o territorio desta Comarca dista do d'aquella cerca de três leguas, sendo separados por sabidos vínculos e dehsabilitados. Fazendo-vos Exm^o Sr., tais ponderações, o intuito d'esta Intendencia é pedir-vos, em vista d'ellas e das conveniencias da Justiça, vos digneis de suspender a execução da resolução do Congresso estadual supprimindo esta Comarca, si, por ultima, isso ja tenha sido anoctado.

Isto posto, a mesma Intendencia pede-vos permissão para, servindo-se da oportunidade, assignarmos dos protestos de maximo respeito e consideração que tribula a vossa distincta pessoa.

Saúde e Fraternidade.

Ao Ex.^{mo} Sr. General José Clarindo de Queiroz, M. D. Governador d'este Estado.

Antonio Dias Arvorêdo I.

José Furtado de Lacerda

José Candido das Dôres⁶².

Naquele ano, através de um decreto de reorganização judiciária, a comarca de Barbalha foi extinta. No entanto, a mobilização política de sua câmara municipal garantiu que fosse reaberta e posteriormente consolidada através da Lei nº 422, de 29 de setembro de 1897⁶³. A documentação pesquisada revela parte da história de Barbalha, por meio de sua câmara e suas lutas políticas no decorrer do período oitocentista. Em seguida, será discutida a relação entre as famílias e o poder político em Barbalha no século XIX.

62 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. *Carta da Intendência Municipal de Barbalha ao Governador do Estado do Ceará, General José Clarindo de Queiroz, em 15 de junho de 1891*. Caixa 21, APEC.

63 PEREIRA, Cezidio d'Albuquerque Martins. *Promptuário da legislação republicana do Estado do Ceará: de 2 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1914*. Fortaleza: Typografia Minerva, 1915. Reimpressão fac-similar: Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. 274 p. (Coleção Biblioteca Básica Cearense).

CAPÍTULO 2

FAMÍLIAS E PODER EM BARBALHA NO SÉCULO XIX

A organização do poder no Império do Brasil herdou muitas características das relações estabelecidas no Brasil do período colonial. Estudos realizados sobre as Américas, Portuguesa e Espanhola, nos séculos XVIII e XIX, contribuíram para a compreensão de uma autoridade dividida, ou negociada, no eixo metrópoles-colônias, que afetou diretamente o mundo luso. No mundo dos Avis e, mais tarde, dos Bragança, era marcante uma espécie de disputa ou negociação entre os poderes políticos que consistiam na administração da Coroa e no poder senhorial a partir de sua participação em órgãos de vilas e cidades. Nesse contexto, o rei ocupava o centro do poder, mas sua atuação garantia a coordenação entre as diversas corporações (famílias, senhorios, vilas, municípios) existentes, através de suas leis maiores e justiça.

Enquanto famílias e senhorios gozavam de uma significativa capacidade autorregulatória do poder político, que tendia para a produção de um “bem comum”. Essa relação de poder conferia ao poder local uma relativa autonomia em relação à Coroa, sobretudo em atividades mais restritas à vida regional e controle mais direto dos recursos, como também contribuía para a consolidação de uma elite social local, à medida que os políticos gozavam da percepção da população como os homens que detinham o poder de decisão sobre os mais diversos aspectos da vida local, em suas mãos. E esse poder tinha um caráter marcadamente familiar: os “homens bons” eram os representantes das famílias mais influentes da vila ou cidade em que estavam.

Em Barbalha, a partir da observação dos documentos e correspondências oficiais produzidos pela sua Câmara no período imperial, é possível identificar as famílias envolvidas com o poder político. Os nomes de vereadores e presidentes das câmaras podem ser encontrados nas assinaturas dos documentos da câmara. Abaixo, foram compilados os nomes desses políticos, organizados por décadas. Esse trabalho permite entrever as linhagens que governaram mais tempo a vila e, depois, a cidade de Barbalha.

ANO 1850-1860

Manoel Antonio de Jesus
 Jose Antônio de Macedo
 Antonio Bezerra de Jesus
 Joaquim Ignacio Cardoso
 Jacinto Pereira Grangeiro

João Antonio de Jesus
 Antonio Joaquim(ilegível)
 Sebastião Manoel Sampaio
 Antonio Vicente de(ilegível) Grangeiro
 Normando Alvez Feitosa
 Ildebrando Ferreira de Meneses
 Manoel Nazario Grangeiro
 Joaquim da Costa Araujo
 Raimundo José Camello C.
 J. Ferreira de Meneses
 Normando Alves Feitosa
 Cezario Deodalo de Pontes
 Antonio Duarte Grangeiro
 Sebastião Rodrigues Vieira
 João Quezado Filgueira

ANO 1870-1880

João Guerado Queiroz
 Antonio do Nascimento Sampaio
 Sebastiao Rodrigues da Gama
 Arnaldo Pereira Grangeiro
 Antonio Felipe Santiago
 Olegario João Franco da Costa
 José Pautes de Sá Souto
 Gregorio Pereira Pinto Calou
 João Quezado Filgueira
 Sebastiao Raiz da Gama silva
 Jose Joaquim de Jesus
 Alexandre Duarte de Sá Barr.to
 Cornelio Mendes de Figueiredo
 Francisco de Magalhães Landim
 Romão Quezado Filgueiras
 Conegundes Gonçalves Parente
 Antonio Bernardes dos Santos Filho
 Domingos de Figueiredo Arnaud
 Joaquim Gomes da Rocha
 Cornelio Mendes de Figueiredo

Marcos José da Silva
 Antonio Furtado de Figueiredo
 José Raimundo Alencar
 Gregorio Pereira Pinto Callou
 Antonio da Cunha Callou
 Antonio Santos Callou
 Antonio do Nascimento Carneiro
 Sanches Pereira Filgueiras
 Antonio Figueredo Rocha.
 Gregorio Pereira Bento Calou
 Antonio de Magalhães (ilegível)
 Pedro Dias Azevedo Benuto
 Benuto Tavarres d'Costa
 Manoel Joaquim Cam.º
 Bevenuto Soares e Castro
 Gregório Pereira Pinto Calou
 Cezario de Cortez Franco
 Raimundo Alves Lima
 Arnoud P. Grangeiro
 Sebastião Rodrigues da Gama e Silva

Joaquim Raim^{do} Pinto da Costa
 Alexandre Cart.te de Sá Barreto
 Antonio de Sá Barreto Sampaio
 Gregorio Parente de Sá Barreto
 Vicente Grangeiro Sampaio
 Sebastião M. de Sampaio, Jr.
 José Candido das Dores
 Pedro José d'Oliveira e Silva
 Adolpho da Cunha Caldas
 Antonio de Espirito Santo Carneio
 Antonio Manoel da Costa.
 Joaquim Pereira da Silva S.
 Felismino Alves Feitosa
 Francisco Martins de Figueredo
 Andreilino Ribeiro da Costa
 Francisco Martins de Figueredo
 Francisco Telles Quental
 Asterio Mathias Pereira da Costa
 José Pedro de Mello
 José Coelho de Sá Barreto

José Joaquim de Souza
 Antonio Mathias Pereira da Costa
 Antonio Dias Arvoredo
 Manoel Coelho Bastos do Nascimento
 Antonio Pereira da Costa Callou
 José furtado de Lacerda
 Andreilino Ribeiro de Cortes
 Antonio Manoel de Sampaio

Francisco de Magalhães Jardim
 Jozé Cardoso dos Santos
 Francisco Tellez Quental
 José Couto de Sá Barreto
 João Raimundo pinto da Costa
 Joaquim José de Maria Oliveira
 Ademir da Cunha Callou
 Severino José de Freitas

ANO 1890 – 1900

José pinto de Sá Barreto
 José Ribeiro da Costa Sobrinho
 João Fernandes Vieira
 José Pereira da Silva Filho
 José Furtado de Lacerda
 Manoel Peixoto de Alencar
 João Francisco Adriano
 Ignacio Basto de Oliveira
 Antonio Evangelista
 Francisco Rodriguez Lima
 Manoel Antonio de Amorim
 Clemente de Siqueira Amorim
 Joaquim Reis Vieira
 Manoel Ramalho
 Manoel Ramalho Alencar
 Raimundo Manoel da Cruz
 Coriolano da Costa Oliveira Alencar
 João Diaz Arvoredo
 Joaquim Filgueira Sampaio

José Bernardino Carvalho Leite
 Pedro Diaz Arvoredo
 Cel Ramalho Salmos
 Siqueira Dantas
 Antonio Dias Arvorêdo
 Napoleão Quesado Figueiredo
 José Peixoto de Homem
 Francisco Xavier de Sousa
 Antonio Bernardo de Figueiredo
 Raimundo Manoel da Cruz
 Antonio Dias Arvorêdo
 Cel. Ramalho d'Alencar Quadros.
 Antonio Bernardo de Figueiredo
 João Gonçalves Thomaz de Aquino
 José Coelho de Sá Barreto P.
 Canuto Jozé de Feitoza
 Antonio Saraiva de Sá Barreto
 Roberto de Salles Silva

Nessa lista de vereadores que assumiram uma cadeira na Câmara de Barbalha, entre 1850 e o ano 1920, pode-se perceber que alguns sobrenomes são relacionados com mais frequência que outros e, por conseguinte, é possível indicar as famílias com maior poder na vida política de Barbalha no século XIX. O sobrenome Sá e Pereira aparecem quatorze vezes cada um, enquanto o nome Barreto é identificado em doze das ocorrências. Eles são seguidos por dez ocorrências do nome Sampaio, nove dos nomes Costa e Figueiredo, oito ocorrências do nome Callou (Calou), seis ocorrências do sobrenome Grangeiro, cinco ocorrências dos nomes Alencar, Duarte, Filgueira, Macedo e Pinto e, finalmente, quatro ocorrências dos nomes Dias, Feitosa, Gonçalves, Oliveira e Parente. Os demais nomes, quando se repetem, chegam a três ocorrências, no máximo, frequência considerada muito pequena para o período de setenta anos.

É importante destacar ainda que essa verificação considera a repetição dos sobrenomes nas listas de assinaturas das correspondências oficiais da Câmara de Barbalha, significando a possibilidade da repetição de uma personalidade, não somente do sobrenome. Por exemplo, o nome José Coelho de Sá Barreto, que atuou na década de 1870 e 1890. No entanto, essa repetição somente foi considerada para décadas diferentes. Quando o nome de um político foi contado mais de uma vez numa mesma década, as ocorrências repetidas foram desconsideradas, porque podiam se referir ao mesmo pleito.

Alguns sobrenomes, no entanto, são percebidos de forma relacionada. Das quatorze ocorrências do sobrenome Sá, em doze delas ele esteve associado ao nome Barreto e que, em alguns casos, também estava ligado à família Sampaio. Fato este que indica a consolidação de relações familiares no âmbito de poder. É o caso de José de Sá Barreto Sampaio, que viveu entre os anos 1861 e 1940 e assumiu cargo na Câmara de Barbalha na década de 1910. Ele nasceu em 7 de agosto de 1861, em Barbalha, filho de Sebastião Manoel de Sampaio (1828–1862), que tinha 33 anos à época, e Francisca de Sá Barreto (1825–1881), com 35 anos. Ele casou-se com Maria Costa Sampaio em 15 de maio de 1895, em Barbalha. O casal teve 6 filhos e 3 filhas, alguns dos quais são também famosos por suas atuações em Barbalha, são eles: Maria Costa Barreto Sampaio (1896–1987), Leão Sampaio (1897–1988), José de Sá Barreto Sampaio (1898–1988), Paulo Costa Sampaio (1899–1984), Maria Alacoque Sampaio (1900–1903), Antonio Costa Sampaio (1902–1991), Pio de Sá Barreto Sampaio (1904–1995), Maria Alacoque Sampaio (1906–1994), Manuel Expedito Sampaio (1908–1980). Ele faleceu em 4 de maio de 1940, em Barbalha, com 78 anos.

Imagem 6 – José de Sá Barreto Sampaio e Maria Costa Sampaio

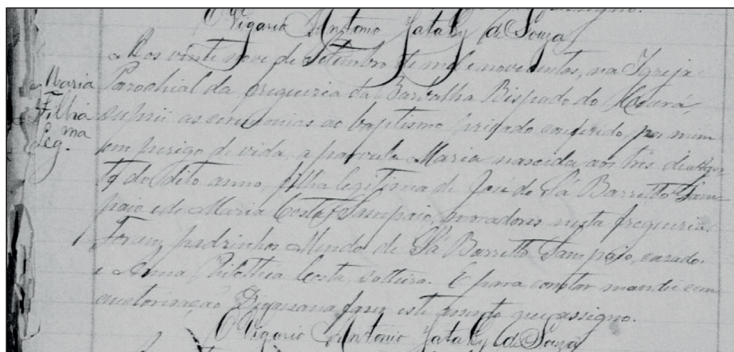


José de Sá Barreto Sampaio (1861-1940) Maria Costa Sampaio (1867-1959)

Fonte: José de Sá Barreto Sampaio e Maria Costa Sampaio. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/L1BF-449/jos%C3%A9-de-s%C3%A1-barreto-sampaio-1861-1940>.

Entre os registros de batismo realizados na Parochia da Freguesia de Barbalha em 29 de setembro de 1900, foi localizado o referente ao nascimento da primeira Maria Alacoque Sampaio, que viveu somente três anos. No registro, apresentado abaixo, é possível ler que o vigário Antonio Jatahy de Souza realizou o “baptismo privado conferido por mim em perigo de vida a parida Maria nascida aos três de agosto do dito anno, filha legítima de José de Sá Barreto Sampaio e de Maria Costa Sampaio, moradores nesta freguesia”.

Imagem 7 – Registro de nascimento de Maria Alacoque Sampaio (1900-1903)



Fonte: Registro de nascimento de Maria Alacoque Sampaio (1900-1903). Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/L1BF-449/jos%C3%A9-de-s%C3%A1-barreto-sampaio-1861-1940>.

O casamento de José de Sá Barreto Sampaio e de Maria Costa Sampaio ainda revela as relações da família Sá Barreto Sampaio com a família Costa, também influente na vida política de Barbalha. Nas ocorrências, já indicadas nesse texto, o sobrenome Costa foi contado nove vezes. Sua associação, além da família Sá Barreto, foi estabelecida com a família Mathias Pereira (esta última tem influência semelhante à Sá Barreto).

Dos filhos de José de Sá Barreto Sampaio e de Maria Costa Sampaio, cabe destacar Leão Sampaio, nascido em 6 de fevereiro de 1897, em Barbalha. Ele viveu 91 anos e faleceu em 24 de novembro de 1988. Foi casado com Odorina Castello Branco Sampaio (1908–1992), com quem teve oito filhos: José Mauro Castello Branco Sampaio (1927–2015), Paulo Mauricio Castello Branco Sampaio (1928–1970), Odorico Carlos Castello Branco Sampaio (1930–falecido), Helena Maria (1931–falecida), Arina Maria Castelo Branco Sampaio (1932–falecida), Antônio Hugo Castello Branco Sampaio (1936–2011), Margarida Maria (1940–falecida), Pedro Jorge Castello Branco Sampaio (1942–falecido).

Outra família bastante presente na vida política de Barbalha foi a de sobrenome Pereira, que, assim como a família Sá, aparece quatorze vezes nas listas de políticos citados no início deste capítulo. Um representante da família Pereira é José Pereira da Silva Filho que, além de sua atuação na câmara de Barbalha,

foi um dos representantes, no cargo de secretário, do “Centro Republicano: Clubs filiaes do Centro Republicano”, conforme notícia publicada no jornal *Libertador: Orgão da Sociedade Cearense Libertadora (CE)*, de 16 de abril de 1890. Na comissão do referido clube ainda constava o de Francisco Rodrigues Vieira, como presidente, e os de Felismino Alves Feitosa, José Furtado de Lacerda, Guilherme Brígido dos Santos, Francisco Martins de Figueiredo e João Peixoto de Alencar, como membros desse Centro Republicano. Alguns deles, inclusive, também exerceram cargo político na Câmara de Barbalha e estão citados na lista de membros da Câmara de Barbalha do início do texto.

Na imagem abaixo, é possível entrever a atuação de José Pereira da Silva Filho na Câmara de Barbalha, no que dizia respeito ao destacamento de polícia. A transcrição da referida imagem é a seguinte:

Casa do Conselho de Intendencia municipal da Cidades da Barbalha, 22 de Abril de 1892

Cidadão

Tendo V.Ex^a por decreto N.º15 de 28 de Março findo do auththorizado aos Concelhos de Intendencia, criarem uma guarda municipal para o policiamento das respectivas circunscrições territoriais conforme foi comunicado a esta Intendencia por officio circular do Secretario dos Negocios do Interior sob n.º 7 de 13 deste mez de Março; resolveu esta Intendencia em secção de hoje tendo em vista os seos pequenos rendimentos que por certo não dão para comportar as despesas indispensaveis como sua guarda municipal que não deveria ser menos de 10 prassas, comandada mesmo por um inferior a não criação desta Guarda sem previa authorização do Governo para que seja ella paga pelos cofres do Estado o que vem de solicitar de vos ordem a respeito. Esta Intendencia julga de ser dever levar a vosso conhecimento de que nesta Cidade existe uma cadeia onde se contem detidos sempre para mais de trinta presos sentenciados não só deste como do termo de Missão Velha e da Comarca do Jardim pelo que torna-se indispensável uma força para guarda da mesma cadeia e do policiamento do municipio que, com a gerada do pequeno distacamento do Pavilhão de segurança publica que aqui se achava; ficão aquellas prissões sem guarda, e assim em dificuldade aos respectivos authoridades a quem do direito cabe velar sobre ellas.

Saúde e Fraternidade

Ao Illm. Cidadão Benjamim Liberato Barroso

M. D. Governador deste Estado do Ceará

José Furtado de Lacerda P.

Joaq^{im} Rod^{es} Meira

José Pereira da Silva Filho⁶⁴

64 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. *Officio ao governo da Província do Ceará, 22 de abril de 1892*, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Imagem 8 – Ofício ao governo da Província do Ceará (1892)

12/11/92

Excmo do Conselho de Intendência Municipal da Cidade
da Barbalha 22 de Abril de 1892

Cidadão

Senhor V. Ex.^a por decreto n.º 15 de 25 de Março p.º tem
de autoridade ao Conselho de Intendências, criarem uma
guarda municipal para o policiamento das respectivas cir-
cunscrições territoriais conforme foi comunicado a esta
Intendência, por offício circular do Secretario das mu-
nicipaes do Interior dat. n.º 2 de 13 deste mes de Março, e
solu esta Intendencia em face de hoje tendo em vista
as suas pequenas rendas e que por certo não dão para
comportar as despesas indispensaveis como uma guarda mu-
nicipal que não deverá ser menor de 10 pessoas, com
mandada mesma por um superior a v.ª criação desta
guarda sem previa autorização do Governo para que
seja elle paga pelo Estado, a quem vem de
solicitar a v.ª ordem a respeito.

Esta Intendencia julga de seu dever levar ao conhecimento
de v.ª que nesta Cidade existe uma Cadeia anti-
seccom de detidos sempre para mais de trinta presos
sentenciados não se desta casa do termo de Alcaide
Velho e da Cammarea do Jardim pelo que torna a
indispensavel uma força para guarda da mesma Ca-
deia e do policiamento do Municipio que, com a vel-
hada do pequeno destacamento do Postão de Segurança
e publica que aqui se achava, ficam a guarda pri-
vo sem guarda, e assim indistincta as respectivas
authoridades a quem do direito cabe velar sobre elles.

Saud. e Fortissima

Reg - 16-5-92.

continua...

A. M.^{te} Caudano Desamparado Liberal e Barroco
 M.^{te} Governador deste Estado da Ceara

Jaci Augusta de Almeida
 "pai" Roiz de Almeida
 José Pereira da Silva Filho

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Também é representante da família Pereira o Major – Coronel Gregório Pereira Pinto Callou, cujo sobrenome indica a relação estabelecida entre a família Pereira e as famílias Pinto e Callou, outros ramos importantes na genealogia de Barbalha. Gregório Pereira Pinto Callou nasceu em 16 de abril

de 1839, em Jaguaribara, no Ceará, e faleceu em 21 de novembro de 1935, em Barbalha. Foi casado com Gertrudes Pinto Callou, com quem teve duas filhas: Raimunda Pinto Callou & Carlota Pinto Callou. Ele era genro de Antônio Pereira Gonçalves Martinz Parente, filho de Antônio Pereira da Costa, também nomes que fizeram história em Barbalha.

Imagem 9 – Gregório Pereira Pinto Callou (1839-1935)



Fonte: Coronel Gregório Pereira Pinto Callou (1839-1935). Disponível em: <https://www.genealogiapernambucana.com.br/familia.asp?numPessoa=96085#inicioCorpo>.

O Major Gregório Pereira Pinto Callou ocupou a função de Subdelegado de polícia do ‘districto da villa da Barbalha’ sendo nomeado intendente de Barbalha em 1912, cujo documento foi assinado por José de Sá Barreto Sampaio. Ele também foi chefe do Partido Liberal em Barbalha. Conforme notícia do jornal O Cearense⁶⁵ de 1883, que narrou os festejos pela vitória do Partido Liberal nas eleições daquele ano: “os fogos que saihão das inumeras casas dos Barbalhenses que sustentam a bandeira liberal genuina, crusavão-se no ar. O partido Liberal reunido em casa de digno chefe, o Sr. Major Gregório Pereira Pinto Callou, dava repetidos e aplaudidos vivas ao Exm. Sr. Conselheiro Rodrigues; ao eleitorado do 4º districto que teve a honra de o eleger; ao Ceara pela gloria de vêr seu predilecto filho n’um dos mais distinctos lugares deste Imperio; ao Gabinete 24 de Maio; e ao Conselheiro Saraiva, fundador da independencia política do Brazil”⁶⁶.

65 O Cearense foi um periódico que circulou no Ceará no século XIX. Foi fundado por Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomaz Pompeu de Souza Brasil, em 4 de outubro de 1846, e foi o principal órgão oficial de divulgação das ideias do Partido Liberal na então província do Ceará. O periódico destacou-se no cenário do Ceará no século XIX como um importante órgão de imprensa ligado ao Partido Liberal. O jornal O Cearense surgiu da união de outros dois periódicos de caráter liberal: o 23 de Julho e A Fidelidade. Ele circulou no Ceará até o início do período Republicano.

66 O Cearense, 15 de setembro de 1883, p. 2, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>.

A menção ao Gabinete 24 de maio faz referência ao Gabinete Lafayette, formado em 24 de maio de 1883 pelo Partido Liberal, chefiado por Lafayette Rodrigues Pereira, sendo o 27º gabinete ministerial do Império, que permaneceu no poder até 6 de julho de 1884. Houve outro, o 13º Gabinete Ministerial do Segundo Reinado, que também foi formado em um dia 24 de maio, do ano de 1862, pelo Partido Progressista e chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos. Esse último ficou conhecido como “Gabinete dos Anjinhos”, devido à sua duração de somente seis dias – foi dissolvido em 30 de maio de 1862. No total, foram formados 37 gabinetes no Império do Brasil entre 1800 e 1889, sendo 18 deles de orientação liberal. O Gabinete, ou Conselho de Ministros do Império do Brasil, era o responsável pelo governo na monarquia constitucional brasileira. Era composto pelo Presidente do Conselho e demais membros, que eram escolhidos por ele, com a anuência do Imperador. A sucessão de 37 gabinetes no período do chamado Segundo Reinado, alguns com durações breves, de alguns dias, denota a alta rotatividade e cenário de disputas intensas entre liberais e conservadores no Brasil imperial.

Também é interessante a menção ao Conselheiro Saraiva, destacado como “fundador da independência política do Brasil” na notícia do Cearense. Ele foi o responsável pela Lei Saraiva de 1881, que foi considerada a maior reforma eleitoral do Império. A referida lei era o Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, cujo redator final foi o Deputado Geral Rui Barbosa, que instituiu o voto direto para os cargos eletivos do Império (senador, deputado à Assembleia Geral, membro das Assembleias Legislativas Provinciais, vereador e juiz de paz), eliminando o sistema indireto em dois turnos. Nele, foi proibido o voto dos analfabetos e permitida a eleição para imigrantes e homens não católicos (religião oficial do Império), desde que estes possuísem renda superior a duzentos mil réis. Na eleição de 31 de outubro de 1881, a primeira sob a Lei Saraiva, compareceram 96.411 eleitores, dos 145.296 possíveis, o que significava 1% da população total do Brasil naquele ano⁶⁷.

Todas essas referências são importantes porque indicam as dinâmicas eleitorais que explicam a permanência de algumas famílias no lugar de poder durante o século XIX e sua perpetuação nesses lugares no avançar do século XX. O voto censitário, que restringia o direito ao voto a homens com renda anual superior a cem mil réis, diminuía sensivelmente a possibilidade de mudanças entre os votantes e contribuía para que os mesmos sobrenomes permanecessem, pleito após pleito, ocupando as cadeiras da Câmara Municipal. Isso explica o fato de alguns sobrenomes como Santos, Silva, entre outros, não serem tão frequentes entre os que ocupavam cargos de vereadores na Câmara de Barbalha.

Entre os vereadores de Barbalha, um era denominado intendente municipal. A função de intendente municipal, no início do século XX, assemelhava-se

67 BRASIL. Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881. “Lei Saraiva”. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227300>.

à figura do atual prefeito: um chefe do executivo, sendo responsável pela administração do município, arrecadar impostos, aplicar multas e licenças, gerir os rendimentos locais, tinham importante papel no controle sanitário, melhoria das condições de saúde e higiene da população, cuidar da iluminação pública, limpeza de praças, construção de coretos, entre outros. O cargo de intendente municipal era assumido pelo vereador mais votado da Câmara Municipal ou por homens diretamente nomeados pelo presidente do Estado, sendo o caso do Major Gregório Pereira Pinto Callou e dos demais intendentes municipais de Barbalha – e todos os intendentes municipais de Barbalha aqui citados foram nomeados pelo presidente do Estado do Ceará. O cargo de intendente municipal foi oficialmente extinto em 1930, logo em seguida à ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, e substituído pelo atual cargo de prefeitos.

Na correspondência oficial trocada entre a câmara de Barbalha e o governo da província – e, mais tarde, a presidência do Ceará no período republicano –, é possível identificar vereadores da Câmara de Barbalha que assumiram o cargo de intendentes municipais. Não é possível, no entanto, assegurar, a partir dessa documentação, o período exato de seus mandatos, haja vista que esses documentos não tinham essa função específica, somente citando quando necessário ao que era tratado no ofício. Há informações de início e fim dos mandatos dos homens que ocuparam o cargo de intendentes de Barbalha, para o século XIX e início do XX, mas que não podem ser estabelecidas aqui por não haver documentação histórica que as sustente.

Podem ser citados entre os que são mencionados ou assinam as correspondências oficiais da Câmara de Barbalha, José Bernardino C. Leite (em 1902) e João Raymundo de Macêdo, que assumiu o cargo em outubro de 1907. Nesse caso, o próprio João Raymundo de Macêdo encaminhou ofício à presidência do Ceará informando-a a respeito, conforme:

Intendencia Municipal da cidade de Barbalha,
3 de Outubro de 1907

Ex.^{mo} Senr.^o

Tenho a honra de communicar a VEx.^{cia} que nesta data prestei o compromisso da lei e assumi o exercício do cargo de Intendente Municipal desta cidade, para o qual fui nomeado em virtude do titulo de 8 de Setembro do corrente anno, que me foi enviado.

Saúde e Fraternidade

Ao Ill.^{mo} Ex.^{mo} S.^r D.^r José Pompeu Pinto Accioly

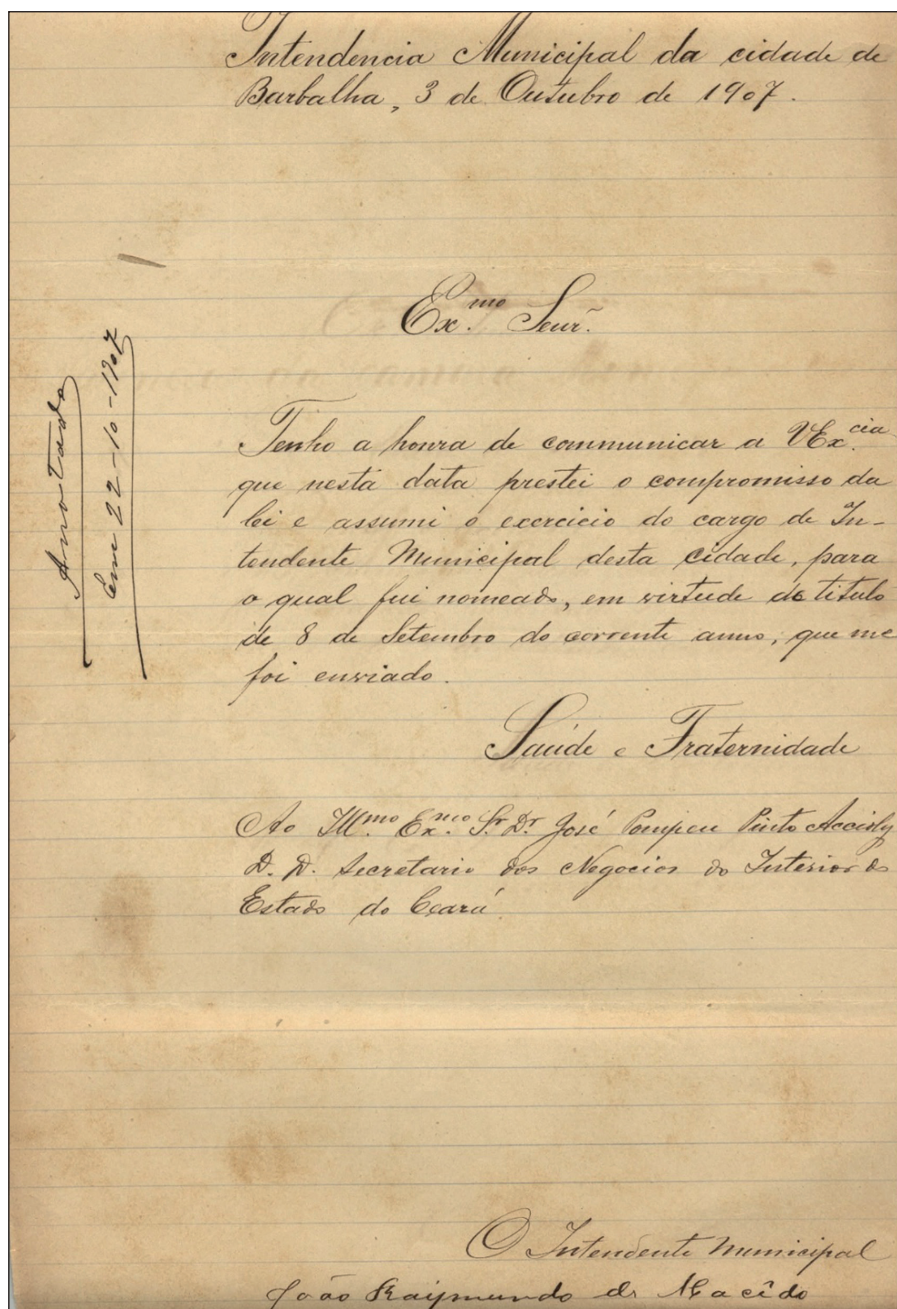
D. D. Secretario dos Negocios Interiores do Estado do Ceará

O Intendente Municipal

João Raymundo de Macêdo⁶⁸

68 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Ofício ao governo da Província do Ceará, 3 de outubro de 1907**, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Imagem 10 – Ofício ao governo da Província do Ceará (1907)



Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. Ofício ao governo da Província do Ceará, 3 de outubro de 1907, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Acervo digital: CEDOCC.

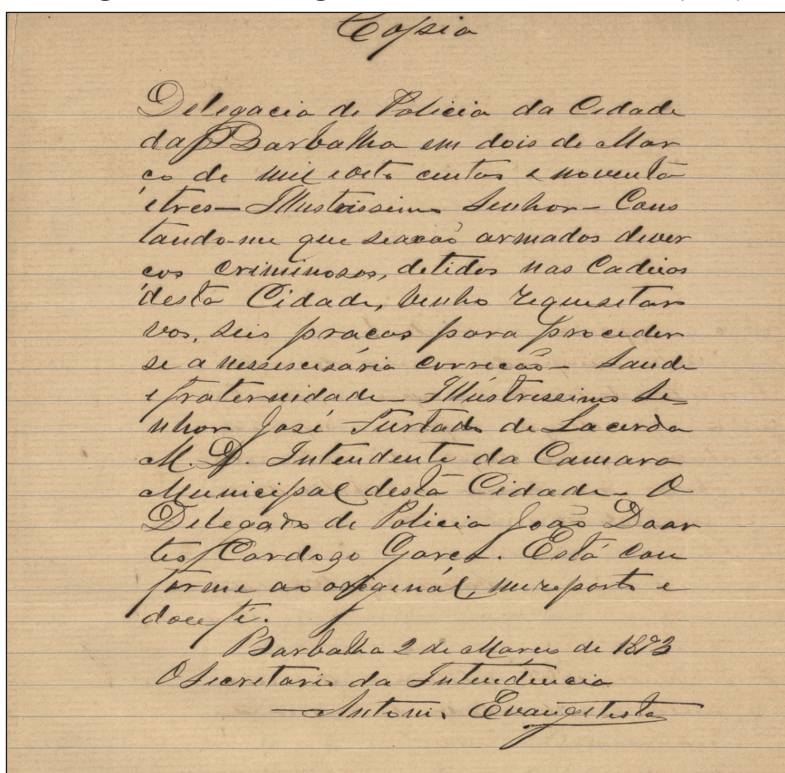
Também pode ser citado José Furtado de Lacerda, que ocupava o cargo de Intendente de Barbalha em 1893, conforme ofício de 2 de março desse ano, assinado por Antonio Evangelista (Secretário da Intendência de Barbalha):

Delegacia de Policia da Cidade da Barbalha em dois de Março de mil e oito centos e noventa e tres – Illustrissimo Senhor – Constando-me que serão armados diverços criminosos, detidos nas Cadeias desta Cidade, venho requisitar vos, seis praças para proceder se a nessescisária (necessária) correção – Saude e fraternidade – Illustrissimo Senhor José Furtado de Lacerda M. D. Intendente da Camara Municipal desta Cidade. O Delegado de Policia João Duarte Cardozo Garça. Está conforme ao original, me reporto e dou fé. Barbalha 2 de Março de 1893

O Secretario da Intendencia

Antonio Evangelista⁶⁹

Imagem 11 – Ofício ao governo da Província do Ceará (1873)



Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. Ofício ao governo da Província do Ceará, 2 de março de 1873, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Acervo digital: CEDOCC.

69 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. Ofício ao governo da Província do Ceará, 2 de março de 1893, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Também foi identificado o Major Gregório Pereira Pinto Callou, ligado ao Partido Liberal, que assumiu a Intendência municipal de Barbalha em 1912, conforme ofício seguinte:

Paço da Camara Municipal da Cidade da Barbalha, em 11 de Outubro de 1912

Ex.mo Senr.

A Camara Municipal desta cidade tem a honra de comunicar-vos que, nesta data, o Coronel Gregorio Pereira Pinto Callou, nomeado Intendente deste Municipio por ato de hontem de Vossa Excellencia, prestou perante esta mesma Camara o devido compromisso, entrando, logo, no exercicio do respectivo cargo tudo de conformidade com a determinação exarada em telegramma ao mesmo dirigido pelo Excellentissimo Senr Secretario do Interior.

Saudações.

Ao Excellentissimo Senhor Dr. Marcos Franco Rabello D. D. Presidente do Estado

José de Sá Barreto Sampaio – presidente da Câmara Municipal

Antonio Correia Sampaio Filgueira – vice presidente da Câmara Municipal⁷⁰

70 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Ofício ao governo da Província do Ceará, 11 de outubro de 1912**, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Imagem 12 – Ofício ao governo da Província do Ceará (1912)

Arquivo

Arquivo

Saco da Câmara Municipal
Cidade de Barbalha, em 11 de
Abril de 1912.

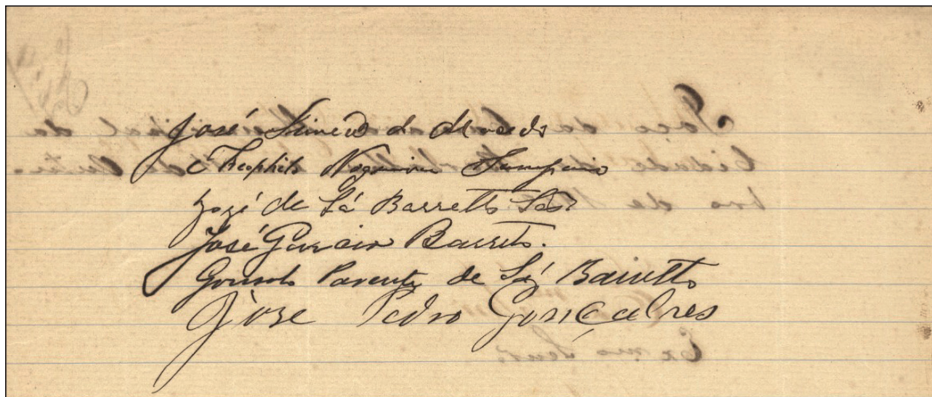
Ex. mo Senr.

A Câmara Municipal de
de tem a honra de comu-
vos que, nesta data, o Cor-
gonio Pereira Pinto Calloia,
Intendente deste Município
to de hontem de Vossa Excel-
prestou perante esta mesm-
ra o devido compromisso, en-
go, no exercicio do respecti-
tudo de conformidade com
minação exparada em telegr-
ao mesmo dirigido pelo Ex-
mo Senr Secretario do Inter-

Saudações.

Ao Excellentissimo Senhor

continua...



Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Ofício ao governo da Província do Ceará, 11 de outubro de 1912**, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Acervo digital: CEDOCC.

Esse registro é particularmente interessante pela observação “Anulado”, escrita na lateral do documento, que sugere o contexto de disputas políticas em que se deu a nomeação do Major Gregório Pereira Pinto Callou. Sua nomeação ao cargo de Intendente de Barbalha, em 1912, seguida da anulação, sucedia à queda da oligarquia Accioly, em 1911, e estava mergulhada nos conflitos políticos que culminariam na Sedição de Juazeiro em 1914. Conforme Iacê Carleial de Sá, esses acontecimentos políticos interferiam na história política de Barbalha e que “os interesses da família Sampaio conduziram-na [Barbalha] a apoiar os grupos rabelistas da região. A vila de Barbalha foi sede de uma reunião de representantes de quinze municípios da região, que proclamaram sua lealdade ao recém-empossado Franco Rabelo”⁷¹.

É importante destacar que a correspondência da Câmara de Barbalha, trocada com as instâncias superiores do Ceará, tanto no período imperial como no republicano, permite entrever a atuação dos vereadores de Barbalha em diferentes períodos do funcionamento dessa instância de poder e que alguns temas perduram por anos entre as pautas da câmara. É o caso do major Gregório Pereira Pinto Callou, que assumiu mais de uma vez uma cadeira na Câmara de Barbalha. É possível observá-lo agir em 1874, bem antes de sua nomeação/anulação como Intendente de Barbalha em 1912; e da discussão sobre o prédio no qual a câmara de Barbalha funcionava ainda no período imperial.

O citado vereador, juntamente com João Quezado Filgueira, Sebastiao Rodrigues da Gama, Jose Joaquim de Jesus e Alexandre Parente de Sá Barreto, enviou um ofício para o então presidente da província do Ceará, o Barão de

71 SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os homens que faziam o Tupinambá moer**: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980). Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007, p. 63.

Ibiapaba, em 29 de agosto de 1874, solicitando verba para a construção de um novo prédio para a Câmara de Barbalha. No ofício, também foi informado que:

Passo da Camara Municipal de Barbalha, 29 de Agosto de 1874.

Achando-se sobremodo arruinado o edificio que os trabalhos desta Camara, reunião do jury do termo e audiencia dos respectivos juizes a ponto de ameaçar completo desabamento, não tendo mais lugar com certo algum a não ser uma total reparação um novo edificação do predio proprio o mesmo fim, por isto esta camara resolvendo allugar uma casa particular para nella funcionar, toma ao mesmo tempo a deliberação se dirigir a V.Ex^a ponderando-lhe que pela exiguidade de suas rendas não lhe é possivel absolutamente tratar de reconstrução do predio em ruina, sendo, aliás da absoluta necessidade, e por tanto decorre a V.Ex^a para que se digne, pela verba – obras publicas – mandar destinar a quantia de um conto de reis a fim de que se de começo a edificação citada, que pode ser ampliada não só por esta Camara, como pelos particulares, o que parece não padecerá a menor duvida, desde que se acha a obra em certo ponto de construção.

O facto de ser esta localidade a sede de uma Comarca, onde residem as autoridades superiores da mesma, e a necessidade de haver uma prisão, ao menos com o carater de provisoria, para o recolhimento dos criminozos, que aliás abundão em uma localidade onde a população é numeroza, tudo isto faz crescer de pronto a urgente precisão de que se faz mister o edificio reclamado, no qual em seos lados se estabelece se estabelece a referida prisão. Nessas condições, pois, acreditava esta Camara seriamente no patriotismo desta presidencia, cujo fim principal deve ser promover o engrandecimento moral e material da Provincia, attenderá, espera confiadamente que será ella attendida por V.Ex^a mandando consignar a verba já indicada – de um conto de reis, a qual quantia poderá ser entregue a uma Comissão de membro que V.Ex^a julgar dignos para tratar da construção do predio, ou a que V.Ex^a entender conveniente.

Deus G^e a VEx.^a felizmente

Ilm^o Exm.^o Barão d'Ibiapaba, M. D. V. P. desta provincia

Gregorio Pereira Pinto Calou

João Quezado Filgr^{as}

Sebastiao Roig^s da Gama

Jose Joaquim de Jesus

Alexndre Dar.^{te} de Sá Barr.^{to72}

Em 1882, o prédio da Câmara de Barbalha voltou a ser assunto na sua correspondência oficial com o governo da província do Ceará. Nessa ocasião,

72 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. *Ofício ao governo da Província do Ceará, 29 de Agosto de 1874*, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

foi solicitada a venda do antigo edifício que permanecia em ruínas desde 1874, sendo acrescentadas ainda compreensões negativas sobre sua aparência arquitetônica. O ofício, assinado por Antonio de Sá Barreto Sampaio, Gregorio Parente de Sá Barreto, Conêgundes Gonçalves Parente, Francisco de Magalhães Landim e Vicente Grangeiro Sampaio, solicitava a Torquato Mendes Vianna, então presidente da província do Ceará, que:

1882

Barbalha

Paço da Camara Municipal da Barb.^a em 24 de Março de 1882

Ill.º.Exn.º.Semº

De posse do officio em que VEx.^a ordena a esta Camara que deaigne um dos segmentos para depois de aprovado por VEx.^a proceder com respectiva agente fiscal a demarcação dos limites referidos ao imposto da decima urbana, no proximo futuro quatrienio de 1882 a 1885, por não ter feito, por não ter feito como ja havia ordenado; e responde que em sessão extraordinaria de 15 de novembro, em virtude da circular n.º 2462 de 31 d' Agosto dessa presidencia deaignam ao seo paricer o Snrº Gregorio Parente de Sá Barreto e submeteo a aprovação de VEx.^a conforme a citada circular. Posto pela nova ordem que VEx.^a não recebe sua plebicitação, pede seja aprovada a mezma deaignação, hoje mesma confirmada.

Um predio que tem esta Camara na rua do video desta cidade, que antigamente servia para as suas e as sessões do jury, esta em quaze completa ruina de modo a julgar-se sem um grande reparo inevitavel o seo desabamento, pois que suas ruinas agora mezmo com as ultimas chuvas se tem augmentado consideravelmente; e não sendo este predio necessario a Camara, nem se prestando á outra qualquer obra publica, de que por vintura necessitasse esta cidade, e nem podendo esta Camara por falta de recursos mandar reparal-a, de modo a ficar util e seguro (o que não converia por ser este reparo uma inteira reconstrução) vem, em observancia aos art. 40 e 42 da lei do 1º de outubro de 1828, pedir a VEx.^a autorização para o vender na conformidade do art. 43 de citada lei. Este predio esta em completo abandono desde 1874; a Camara, nesse tempo, attendendo as reclamações do publico, que era obrigado a aali comparecer ás sessões do jury e outros trabalhos, alugou uma caza particular para este e os seus trabalhos, por ser perigosos alli estar-se. Este predio é hoje de muito pouco valôr, p.^f que, alem de tão arruinado, é de pecima construção, feia architettura e pequeno tamanho; entretanto, é melhor por este modo aproveital-o, do que perdel-o totalmente. Queira portanto VEx.^a dignar-se dar a autorização que pede esta Camara, que tem com isto o fim de cumprir seus deveres⁷³.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

73 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. *Ofício ao governo da Província do Ceará, 24 de Março de 1882*, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

A resposta dada à solicitação foi anexada ao ofício e consistiu num direcionamento da ação a partir de orientação jurídica. Conforme transcrito abaixo:

Sobre a autorização que pede a Camara Municipal da Barbalha para vender um predio que possui n'aquela cidade, visto achar-se elle muito arruinado, pendo, que não obstante as disposições dos art.^s 42 e 43 da lei de 1 de Outubro de 1828, essa autorização so pode ser concedida pela assemblea legislativa provincial em face do ss 4.^o do art. 10 do Acto Additional.

S. Ex.^a, porem, resolverá com for mais acertado.

1^o – 5 – 84

F. Garcia⁷⁴

Em lápis, nesse último documento foi registrado: Requeiro a Ass. Provincial, indicando a continuidade do processo para instância superior.

Contudo, nem sempre houve harmonia nas atuações dos vereadores de Barbalha junto à Câmara. No ano de 1881, é possível observar posicionamentos divergentes entre eles e que, naquele caso e segundo o ofício transcrito abaixo, podiam prejudicar os cofres da própria Câmara:

Paço da Camara Municipal de Barbalha, 5 de Fevereiro de 1881

Ilm^o. Exm^o. Snr.^o

Esta Camara ao 11 do passado levou ao conhecimento de VEx^a o que na sessão do dia anterior praticarão os Snr^{es} Cap^m Manoel Ribeiro da Costa, primeiro suplente do juiz municipal deste termo; seo mano Andrelino Ribeiro da Costa, Delegado de Policia e vereador desta Camara; Guilherme Brigido dos Santos, professor primario desta cidade, Manoel Fernandes Bastos, contador destruidor, José Lobo Pereira Maia, agente do correio; e agora vem representar ainda contra estes e contra os Snres Cezario Deodato de Pontes Franco, Paulino Antonio do Nascimento e José Geraldo Bezerra pelo facto seguinte: Estes ultimos, Exm^o. Snr^o. Presidente, como o Snr^o. Andrelino Ribeiro da Costa pela ordem e combinação de todosos mencionados segundo consta, tem pregadoque não se paguem os impostos municipaes e com especialidade ao povo ignorante nas feiras que não pague o imposto de 40 r^s. de carga de gênero que se vende no mercado publico, isto pregão em todas as feiras de depois do dia 10 do passado ate a de hoje, pelo que nada se tem recebido deste imposto; pregão em alta vós na caza de mercado, em toda a rua onde se estende a feira e de carga em carga dos seus donos com estas e outras illusões: “não paguem, é um furto da Camara a cobrança d'este imposto, nós somos fiscais e podemos garantir e de mais seremos responsaveis pelo que lhes possa succeder, pois

74 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. *Ofício ao governo da Província do Ceará, 24 de Março de 1882*, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

a força policial toda é nossa etc”. Assim esta camara, tão accinteiramente ultrajada pelos desordeiros citados, que a despeito de tudo intentão desmoralizar-a sem nenhum motivo que justifique este procedimento incivil, ou antes selvatico, querendo reivindicar seos direitos tão vilmente conculcados, comunicou este facto ao Snr^o. Promotor da Comarca⁷⁵.

Não há assinaturas nesse officio, provavelmente elas estavam numa terceira página que se perdeu, impedindo a identificação de quem redigiu e assinou esse documento. Mas, os nomes citados ao longo da correspondência aparecem em vários outros documentos dessa instância de poder e em notícias de jornais que divulgavam notícias sobre Barbalha e que estavam mais próximos do grupo político de orientação liberal, sobretudo pela presença de um membro da família Brígido dos Santos.

Cerca de um ano depois, na sessão ocorrida no dia 11 de janeiro de 1881, é possível ver um embate entre os vereadores que, se não fosse uma continuidade da querela indicada pelo officio acima, provavelmente seria um enfrentamento dos mesmos grupos – a crer pelos nomes indicados. O relato do que ocorreu na sessão da câmara, ocorrida em 10 de janeiro de 1881, foi expresso no officio enviado à presidência da província do Ceará no dia seguinte, em 11 de janeiro. De início, o então presidente da câmara descreveu os atos da forma seguinte:

Paço da Camara Municipal de Barbalha, 5 de Fevereiro de 1881

Ilm^o. Exm^o. Snr^o

A Camara municipal desta cidade em cumprimento ao disposto no art. 25 da lei de 1^o de outubro de 1828 e para tratar de negócios de vital interesse reuniu-se hontem em sessão ordinaria, e quando deo principio a discutir as materias tendentes a sua jurisdição, presenciou uma serie de actos de verdadeiro canibalismo, atentatorio ao poder publico e á moralidade, sendo esses actos tanto mais graves quanto é certo que forão praticados por pessoas que se dizem de ordem superior e empregados públicos.

Esta mesma Camara, Exm^o. Snr^o, soube compreender o fim de tão descomunal procedimento, despresando tudo quanto era filho do desespero e da loucura, tomando o alvitre de fazer chegar ao alto conhecimento de V.Ex^a., como primeira autoridade da provincia para providenciar segundo for de direito e justiça⁷⁶.

75 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Officio ao governo da Província do Ceará, 5 de Fevereiro de 1881**, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

76 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Officio ao governo da Província do Ceará, 11 de Janeiro de 1882**, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Em seguida, Antonio de Sá Barreto Sampaio passou a descrever a reação de Andrelino Ribeiro da Costa e a invasão da câmara pelos seus apoiadores. Alguns dos nomes coincidem com os citados no ofício anterior a este – e transcrito acima – que denunciou um grupo que estaria incentivando a população ao não pagamento de impostos. Conforme o ofício:

Assim passa-se a expender com a maxima fidelidade o acontecimento do dia de hontem. No principio dos trabalhos presididos pelo Vice Presidente authorisado, competente e legalmente por força da comunicação official do Snr^o. Presidente desta Camara houverão logo dicisões por maioria absoluta de votos contra a pretensão do vereador Andrelino Ribeiro da Costa, que, ou pela derrota que testemunhou, não tendo um so voto de apoio, ou por um capricho de sua supina ignorância, levantou-se da sessão apossado, pelo seo porte, de um desespero satanico: d’ahi o principio da comedia ridicula, estúpida e nogenta. Minutos depois, funcionando a Camara calma e regularmente, apresenta-se no seo salão um grupo de homens, em cujos semblantes se tradusião o desespero de que estavam possuídos, entre eles o 1^o substituto do juiz municipal Manoel Ribeiro da Costa, seo irmão o Delegado de policia e vereador Andrelino Ribeiro da Costa, professor publico Guilherme Brigido, Agente do correio José Lobo, contador e distribuidor do júizo municipal Manoel Bastos, sem respeito algum, quase todos fumando com chapéo a cabeça propositadamente afrontando o decoro que devemos guardar aos actos publicos. Alguns destes de que se faz menção notadamente o professor Brigido de parceria com os seos satélites de que se compunha o grupo aludido, postados nos corredores e escada do edificio, praticarão ali o que repugna a todo homem de bom senso: batião nas portas a despedaçal-as, assoviavão, arrastavão com infernal rumor umas correntes de ferro pela escada e quanto podia suggerir do pensamento de homens desvairados sob a pressão da mais completa derrota nos seos intentos.

O histórico que fazemos suscintamente em linguagem tosca mas com a verdade em toda sua nudeis, muito intristeceo aos homens desta localidade em que germinão o bom senço e toda a ideia moral.

A parcialidade politica que tem por chefe aqui o Cap^{ão}. Manoel ribeiro da Costa e que vulgarmente se conhece por – minú – balda de legitimo apoio, quer a todo transe dar ganho de cauza ás suas ideias, prevalecendo embora o despotismo: derrotada na Camara p^r sua minoria, não vingando seos planos de arranjo de empregos para seos actos do dia de hontem.

Terminando aqui a exposição que fazemos com o único fim de dar sciencia a V. Ex^a., esperamos que V. Ex^a. tomara na divida consideração essa occorrenciia fazendo o que bem entender a respeito.

Aproveitamos o ensejo de scientificar a V. Ex^a. os protestos de nossa cordial estima.

Deus guarde a V. Ex^a.

Exmo. Snro Conselheiro Andre Augusto de Padua Fleury, M. D. Presidente da Provincia.

Antonio de Sá Barreto Sampaio P.

Francisco Teles Quental

José Coelho de Sá Barreto

Gregório Parente de Sá Barreto

Francisco de Magalhães Landim⁷⁷

A narração dos acontecimentos revela o clima de tensão entre vereadores de Barbalha e sugere possíveis oposições sendo forjadas ao longo dos embates da câmara. Nas assinaturas, que encerram o documento e que significavam, em certa medida, o apoio ao que ali estava escrito, é possível identificar pelo menos três membros da câmara que eram de uma mesma família: Sá Barreto. Além deles, há somente outros dois nomes de famílias que também constam como sobrenomes recorrentes entre os vereadores de Barbalha. De modo que, é possível entender uma oposição entre Sá Barreto e Ribeiro da Costa, cada família tendo seus apoiadores: uma disputa que provavelmente materializava as diferenças entre esses núcleos familiares.

Mesmo não sendo localizados outros ofícios com menções diretas a essa querela, a partir dela é possível entender que as reuniões da câmara nem sempre ocorreram de forma harmônica, em embates que superaram a disputa discursiva. Nas imagens abaixo, pode-se observar a íntegra desse documento:

77 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. *Ofício ao governo da Província do Ceará, 5 de fevereiro de 1881*, caixa 21, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Imagem 13 – Ofício ao governo da Província do Ceará (1881)

Taco da Câmara Municipal da Barbalha
 11 de Janeiro de 1881

Illm.^o Exm.^o Snr.^o

Informa, com urgencia, o Sr. Juiz de
 Direito da Comarca do Crato. Palácio
 do Governo do Ceará em 25 de Junho de
 1881.

A. Fleury

2-4-81
 Arquivo

A Câmara Municipal desta cidade
 de em cumprimento ao disposto no art. 25
 da lei de 1.^o d' Outubro de 1828 e para tra-
 tar de negocios de vital interesse, reuni-
 -se hontem em sessão ordinaria, e quan-
 do des principio a discutir as materias to-
 dentes a sua jurisdicção, presenciou uma se-
 rie de actos de verdadeiro canibalismo, a-
 tentatório ao poder publico e á moralida-
 de, sendo esses actos tanto mais gra-
 ves quanto é certo que foram praticados
 por pessoas que se dizem de ordem supe-
 rior e empregados publicos.

Esta mesma Câmara, Exm.^o Snr.^o, se-
 be comprehender o fim do tão desco-
 mmunal procedimento, despresando tudo
 quanto era filio do desespero e da lou-
 cura, tomando o alvitre de fazer che-
 gar ao alto conhecimento de V. Ex.^o, co-
 mo primeira authoridade da provin-
 cia, para providenciar segundo for o
 direito e justiça.

Hossiu passa-se a expender com
 a maxima fidelidade e acatamento,

continua...

do dia de hontem.

No principio dos trabalhos presidenciaes pelo P.º Presidente, authorisada e legalmente por força da communicação official do Ex.º Presidente desta Camara, houverão logo discussões por maioria absoluta de votos contra a pretensão do Permeador Andreino Ribeiro da Costa, que, em plena plenitude que testificou, não tendo um só voto de apoio, ou por um capricho de sua supina ignorancia, levantando-se da sessão oppressado, pelo seu parte, de um desespero satânico: d'ahi o principio da comedia ridicula, estripada e noventa. Meantem depois, funcionando a Camara calma e regularmente, apresenta-se no seu saltao um grupo de Womans, em cujas semblantes se tradusio o desespero de que estara possuido, entre elles o Sr. Substituto do Juiz Municipal Manoel Ribeiro da Costa, seu irmão o Delegado de policia e Ve-

niador Andreolino Ribeiro da Costa,
 Professor publico Guilherme Brigido,
 Agente do correio José Spota, Constado
 e Distribuidor do Juize Municipal
 ithamel Braton, sem respeito algum
 quosse todos fumanos, com chapéu a
 cabeça propositalmente afrontando o
 decaro que devamos guardar em nos ac
 tor publicos. Alguem destes de que
 se faz menção, notadamente o Profes
 sor Brigido de parceria com os seus
 satellitos de que se compunha o gru
 po alludido, postados nos corredores
 e escada do edificio, praticavam al
 li o que repugna a todo homem de
 bom senso: batia nas portas a do
 pedacal-as, assombrava, arrostarão
 com infernal rumor umas correntes
 de ferro pela escada t. t. e quan
 to podia suggerir do pensamento
 de homens desvairados sob a pres
 são da mais completa derrota na
 seus intentos.

O historico que faremos succintamente em linguagem terna mas com a verdade em toda sua nudez, muito enristeece aos homems desta localidade em quem germinão o bom senso e toda a ideia moral.

A parcialidade politica que tem por chefe aqui o Cap. Alcanal Ribeiro da Costa e que vulgarmente se conhece por-minic-baldia de legitimo apio, quer a todo transe dar ganho de cauza ás suas ideias, prevalecendo embora o despotismo: derrotada na Camara p. sua memoria, não vingando nos planos de arranjo de empregos para seus adeptos, conta a victoria pelos actos do dia de hontem.

Terminando aqui a exposiçã que faremos com o unico fim de dar sciencia a V. Ex.ª, esperamos que V. Ex.ª tomará na devida consideração essa occurrencia fazendo o que bem entender a respeito.

Approveitamos o ensejo de scienti-
ficar a V. Ex. os protestos de nossa
cordial estima.

Deus Guarde a V. Ex.

Vm. Exm. Sm. Conselheiro Andre Augusto de
Padua Henry, M. P. Presidente da Provincia

Antonio de Sá Barreto Sampaio P.
Francisco Dilly Lima Tal
João Campos de Sá Paula
Gregorio Parente de Sá Barreto.
Francisco de Magalhães Landin

Os vereadores de Barbalha nas páginas de jornais do Ceará

Os nomes que apareciam na correspondência oficial da Câmara de Barbalha também surgiam nas páginas de jornais do Ceará, tanto por sua atuação na vida política da cidade, como por sua participação em atividades de cunho intelectual. Na coluna ‘Ineditoriais’ do jornal Gazeta do Norte, de 3 de julho de 1889, foi publicada uma carta assinada por R. B. que anunciava a fundação de um ‘Gabinete de Leitura’ em Barbalha no dia 10 de junho de 1889. Entre os membros listados na carta, é possível identificar vários nomes de políticos ligados à Câmara de Barbalha, o que demonstra não somente a ocupação de várias instâncias de poder por parte de algumas famílias de Barbalha, mas indica o processo histórico por meio do qual alguns nomes tinham reforçada sua identificação com o lugar de poder, que ultrapassava o trato burocrático, por si já instituinte de poder, e ganhava a visibilidade dada pelas páginas de jornais (único veículo de divulgação da época) dentro e fora de Barbalha. Conforme:

Barbalha, 10 de junho de 1889.

Um club com a denominação de Gabinete de Leitura acaba de ser criado e inaugurado n’esta cidade.

Em meio do mais frenético entusiasmo teve lugar sua instalação, de cujos pormenores não ocupamo-nos por falta de tempo.

Cumpre, porém, consignar que, o genio activo, patriótico, econômico, e morigerando dos habitantes da Barbalha não lhes permitia olvidar a inadiável necessidade da criação de um estabelecimento que, como o de que se trata, tivesse por objetivo difundir a civilização ali entre todas as classes. Este, sem duvida, o mais seguro tentamen para aquella localidade marche rapida pela senda que há de conduzir-a aos altos destinos para os quaes fora fadada. E praza a Deus que tal commettimento seja coroado dos mesmos resultados que aquelles que, no curto período de sua vida de município, fal-a não receiar confronto com os mais opulentos dos centros da provincia!

Que o comprovem a florescência de sua cidade, a extensa lavoura de seus ubérrimos campos, a circulação de seu activo commercio.

Assim, resta que a provincia, o paiz, e todos aquelles que sentem os nobres impulsos dos sentimentos patrióticos, não deixem arrefecer os d’esta pequena parte da família brasileira-cearense, atrophizados dos embaraços que de ordinario aparecem a taes cometimentos, auxiliando-a em seu glorioso e nobre empenho.

Nós, que, apesar de residentes em próxima localidade, temos ali nosso berço extremeços daquella terra como fillhos devotados, saudamos delirantes seu Gabinete de Leitura, congratulando-nos com os nossos conterraneos

por tão nobre e patriótica iniciativa, e de qual lugar onde nos achemos endereçar-lhe-hemos o adminículo de nossa fraca cooperação, do modo que o momento possa-nos permitir.

Os srs. Guilherme Brigido dos Santos e José de Sá Barreto Sampaio foram promotores da idéa de dotarem sua terra com tão auspicioso estabelecimento litterario; e o dr. Manoel de Sá Barreto com sua eloquente palavra, e com diversos donativos muito os auxiliou em tão louvavel empenho.

Forão eleitos para regerem a associação no corrente anno os seguintes cavalheiros:

Presidente, Guilherme Brigido dos Santos.

Vice- presidente, José de Sá Barreto Sampaio

1º Secretario, José Pereira da Silva Filho.

2º Dito, Antonio Candido das Dôres.

Oradores: Advogado Felismino José Pereira e Capitão Antonio Pereira da Cunha Callou.

Thezoureiro: Antonio Pinto de Sá Barreto.

Comissão de admissão e convite: Antonio Filgueira Sampaio, Sevirino José de Freitas, e Guilherme Brigido dos Santos.

Comissão de redacção: Guilherme Brigido dos Santos, José de Sá Barreto Sampaio, e Manoel Ramalho de Alencar.

Que perdure e produza os efeitos para os quaes se instituiu o Gabinete de Leitura da cidade da Barbalha, são os nossos mais ardentes votos.

R.B.⁷⁸.

Ainda que todos os nomes citados na nota do Gazeta do Norte⁷⁹ não fossem de membros da Câmara de Barbalha naquele momento, os seus sobrenomes são os mesmos que os políticos da câmara: Sá, Barreto, Pereira, Filgueira, Pinto, Callou e, inclusive, o sobrenome Brígido dos Santos. Esse sobrenome, inclusive, era famoso na cidade de Barbalha, ainda que nenhum dos membros da câmara fosse representante dessa família. No entanto, a participação de João Brígido dos Santos na vida política do Cariri, a partir de sua liderança no partido liberal, do qual faziam parte alguns homens da câmara de Barbalha, contribuiu para que esse nome ficasse particularmente marcado na história da cidade. João Brígido foi apontado como responsável por crimes em processos eleitorais, sumiço de atas, importunação de menores e mesmo homicídio. É certo que as trocas de acusações em jornais e no cotidiano das cidades eram típicas das disputas políticas no século XIX, e aqui importa destacá-las como

78 GAZETA do Norte, de 3 de julho de 1889, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>.

79 Gazeta do Norte foi um jornal fundado por Tomás Pompeu de Sousa Brasil, em Fortaleza, em 8 de junho de 1880, e funcionava como um órgão de imprensa do Partido Liberal. O periódico surgiu a partir de uma cisão dentro do Partido Liberal local e foi substituído pelo jornal O Estado do Ceará, em 1890.

parte das disputas e atividades da câmara de Barbalha, que ultrapassavam os documentos burocráticos e eram reverberadas nas páginas de jornais da cidade e da província.

Assim, mesmo João Brígido dos Santos não fazendo parte da Câmara de Barbalha, é possível verificar suas ações movimentando membros dessa instância de poder. No jornal *Pedro II*, na publicação do dia 11 de novembro de 1857, foi veiculada uma carta escrita por José Candido das Dores intitulada “Noticias da Barbalha”, em que o citado autor narra as represálias que vinha sofrendo por ser do partido conservador. A denúncia de José Cândido revela calúnias publicadas no jornal *O Araripe*, do qual João Brígido era redator – tais publicações eram assinadas por Lucio Brigido, irmão de João Brígido, e Pedro Lobo, cunhado desse último. Conforme se vê na nota transcrita abaixo:

Julgo Sr. redactor, que os meus calumniadores são os bem conhecidos liberaes Lucio Brigido, Pedro Lobo e sendo este quase analphabeto foi redigida a calúnia pelo tal de Lucio; pois corre como moeda legal que este é o encarregado de noticias d’aqui para o Araripe; e tanto mais é para acreditar, quanto é elle bom irmão do tal que se publica no Crato: e o outro, Lobo, bom cunhado, o qual teve a habilidade de saber quaes os objectos que seu bom inquilino tinha em casa antes de sua chegada! .. foi roubada a loja dp sr Torres Portugal acerca de 4 a 5 annos, por um escravo da casa e um pardo vagabundo do Icó; o quando o guarda-livros o sr. José Raymundo Alecrim veio a dar fê já era velha a traficancia quem foi o comprador das fazendas e mais objectos? Não fostes vós, sr. Lobo? Não se achou ainda em vossa loja fasendas? Foi processado o pardo que seduzia o escravo para roubar, mas vós entregastes, ou pagastes taes fasendas? Não, não. O sr. Lucio não comprou também um chapeo de feltro? Findo, sr, redactor porque bastante extensa já se acha esta correspondência e or ora terminarei dizendo que acho como impossível que os Brigidos não venhão a acarretar muitas desgraças nesta comarca, especialmente n’esta villa, pois não cessão de urdir as mais perigosas intrigas, que forão aqui plantadas pelo energúmeno João Brigido dos tantos que por veses apresentou-s em attitude bélica e os seus, até para cobrar dívidas! E o Sr. De Lucio aprendeo bem as terríveis lições de seu desvairado sobrinho, pois que inda não faz 4 meses que elle foi a loja so Sr. Torres Portugal e ali teve o arrojo de ameaçar com uma bala a seu próprio parocho!!!! E que tinha muitos bacamartes; a que deo lugar ao sr. Tores responder-lhe que se se atrevesse a semelhante horror, que elle e seus cumplices contassem-se perdidos sem recursos. Não julgueis aos mais pelo infeliz assassinado Vicente Themoteo, por cujo crime de homicídio foi levado ao tribunal do jury vosso parente João Brigido dos Santos, o qual teve a nunca contada felicidade de irem seus juizes buscal-o do em casa e conduzirem-no pelo braço a barra do tribunal e absolverem-no!!... e as autoridades processantes

sahirem em cima ludibriadas!... O presente é outro, o presidente do tribunal não será mais vosso cúmplice e nem vós podereis ter tempo para urdir e assim conculcar a verdade.

Não sei, Sr. redactor, o que querem ser os Brígidos!...

Barbalha 14 de outubro de 1857⁸⁰

O jornal *Pedro II*⁸¹ era vinculado ao partido conservador e, portanto, constituía um veículo de comunicação e difusão dos interesses e notícias que beneficiavam de algum modo os adeptos do partido conservador, enquanto atacava os membros do partido liberal. Em jornais como *O Cearense* e *O Araripe*, de caráter liberal, essa relação se invertia: notícias eram construídas de maneira a beneficiar liberais e prejudicar conservadores. À História interessa mais estudar tais disputas e entrever a cidade de Barbalha e as relações sociais que a constituíam, do que entrar em qualquer juízo de valor sobre quem poderia estar certo ou errado. De maneira que as disputas entre liberais e conservadores no Ceará tinham em Barbalha um importante espaço de reverberação e desenvolvimento.

Houve mais relatos semelhantes ao primeiro, transcrito acima. Em publicação posterior no jornal *Pedro II*, de 20 de janeiro de 1858, é possível observar outra notícia intitulada “Estado da Barbalha”, em que há a continuidade das querelas que envolviam a família Brígido, José Candido das Dores e a cidade de Barbalha ficou evidente. Nessa nova notícia, não é possível identificar quem é o autor, mas é uma carta enviada a João Silveira de Souza, então presidente da província do Ceará:

Quando a mão de Brígido, que, sacrilegamente arma-se de uma faca dentro da igreja no meio de um grande concurso de povo para offender o seu parócho, e a mão que aponta o caminho da desordem e turbulencia. Com fumaças de advogado tudo anarchisa; não sabendo cumprir os deveres, que lhe impõe o magisterior, e inteiramente prejudicial á marcha da educação dos melises alunmos, que são confiados ao seu cuidado. Que bellos preceitos, e melhores regras não aprenderão intelligencias tenras, e ainda verdes! Á estas mesmas horas estará tragando angustias a infeliz famílzia do pacifico cidadão, José Candido das Dôres, por quem Brígido se disse injuriado. Prevemos que de perseguição, e tormentos não se preparão para esse cidadão inoffensivo. Como tãobem prevemos que a conservação do professor João Brígido em uma tão importante localidade é de terriveis

80 PEDRO II, 11 de novembro de 1857, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>.

81 Pedro II foi um jornal, de orientação política Conservadora, fundado no Ceará em setembro de 1840, pelo jornalista e político conservador Miguel Fernandes Vieira, a partir da transformação do antigo periódico *Dezesseis de Dezembro*. Ele circulou no Ceará até o anos 1889.

calamidades; e, com effeito, quem ameaça roubar a vida do seu parcho(-dentro da igreja!) é capaz de tudo.....menos para reger uma cadeira tão importante qual a da cidade do Crato. Encontrando Brigido e mais parente no vigario Pedro uma testemunha, e por isso um obstaculo aos seus damnados planos, aos seus sanguinoletos intentos, tudo fazem, e farão,afim de obrigarem-no á abandonar o seo beneficio. É de suppór que continue o cortejo de desatinos e violencias; mas em todo caso aconselhamos aos amigos e parentes do nosso illustre amigo, que tudo soffrão resignados, tomando por exemplo a mansidão do seu respeitavel parcho,á quem por nossa vez, dizemos, que deve descansar, porque a opinião publica é sempre justa em dar á cada um que he seo; porque as mãos não terão poder bastante para agrilhoa! a voz da consciencia publica esclarecida. Ao Exm.o Sr. Silveira de Souza, á quem nos dirigimos, pedimos que tome em consideração que mal levamos dito⁸².

De outro lado, notícias da atuação de José Candido das Dores na cidade de Barbalha também podem ser observadas em mais notícias do jornal Pedro II, talvez com mais frequência que nos documentos da câmara. Em 7 de dezembro de 1870, foi noticiado um grande incêndio que atingiu muitas casas na cidade de Barbalha. José Candido das Dores, junto ao delegado em exercício Cesareo Deodato de Pontes Franco, ao subdelegado Antonio Felipe de Santiago e ao Capitão Antonio de Sá Barreto, participaram do socorro à população atingida. A notícia, que teve por título “Incendio Horrroso” foi a seguinte:

Escrevem-se da Barbalha em 22 de novembro ultimo: “Hontem (21) às tres horas da tarde manifestou-se n’esta villa um horroroso incêndio, que devorou sessenta e duas casas – de palha e de telha. A população ficou na maior consternação; o prejuizo foi grande, muito grande mesmo. Muitas familias, que alias tinham meios, ficaram reduzidas a miseria, a ponto de serem sustentados pela caridade publica. O fogo ameaçou tragar a villa inteira; mas Deus se amerceu de nós, e atendeu as preces, que lhe eram enviadas no meio d’afflicção, de que todos participavam. O delegado em exercicio Cesario Deodato de Pontes Franco, o subdelegado Antonio Felipe Santiago, o Capitão Antonio de Sá Barretto, e o cidadão José Candido das Dôres prestaram importantes serviços, por modo tal que o povo, em seu reconhecimento, quase os tem carregado nos braços. Ao passo, que aquelle capitão Sá Barreto promovia uma subscrição em favor das familias que mais tinham soffrido com o incêndio; subscrição que já se eleva a mais de seiscentos mil réis, os soldados de policia, que aqui temos, tratavam de

82 PEDRO II, 20 de Janeiro de 1858, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>.

roubar e effectivamente roubavam os objectos salvados das chamas aqui e acolá. Apenas escaparam a esta depredação alguns objectos; por que o delegado Cesario, informado do roubo, conteve os soldados desamados, que aproveitavam o desanimo dos outros, para se arranjamem. Por ocasião do incêndio apenas sahiram feridos um homem gravemente, e uma mulher que não corre perigo. Escrevo-lhe sob a impressão desagradavel do incêndio e com medo da morte; por que ainda a esta hora está-se apagando o fogo, para extinguir de todo o incendio”⁸³.

Dezessete anos depois do incêndio, o nome de José Candido das Dôres voltou a aparecer nas páginas do Pedro II. Nessa ocasião, a notícia que relatava o surgimento de “casos de febre gástrica com symptomas biliosos, fazendo logo uma victima, três dias depois de ser acometida”. Ainda conforme a notícia, desde o final de maio de 1887, “um caso foi succedendo a outro, até que do dia 5 do corrente appareceram com tamanha intensidade que o numero de doentes se eleva á hora, em que escrevemos estas linhas, appossados de terror, ao numero superior de cem, succumbindo a seis!”. Nesse contexto, José Candido das Dôres foi indicado

Como intrépido general na firmeza e justiça da causa que defende, como medico zeloso do juramento ao entrar na senda espinhosa de curar doentes, o filantropo pharmaceutico José Candido das Dôres, por iniciativa própria incumbiu-se do tratamento geral de todos os accomettidos, fornecendo gratuitamente os remédios. Lá no turgurio do pobre, onde a dor e a miséria se ostenta desapiedadamente, chega elle toda hora do dia e da noite: não tem momentos de descanso desde a invasão do mal. Como optimo instrumento nas mãos de Deus, com a pratica de aplicar remédios n’este centro, onde não há facultativo, tem tirado os melhores, e por isso mesmo ainda não se enlutaram todas as famílias d’esta cidade. Como balsamo suave nos momentos d’angustia, José Candido é a consolação dos que soffrem e a esperança dos que ainda não foram accomettidos. A sua botica offerece um espetaculo duplamente doloroso e ao mesmo tempo conservador: doloroso á vista dos portadores da miseria, alguns cobertos de trapos, expondo as phases da molestia depois da ultima visita, outros pedindo soccorro; consolador á vista da pratica da caridade christã pelo humanitário boticario⁸⁴.

Desde janeiro de 1875, José Candido das Dôres abriu a sua botica na cidade de Barbalha, provavelmente motivado porque havia muito vivida na

83 PEDRO II, 7 de Dezembro de 1870, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>.

84 PEDRO II, 7 de Julho de 1887, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>.

mente dos barbalhenses a epidemia de cólera experimentada anos antes. Também por esse motivo, a atuação de Candido das Dôres foi mais elogiada.

Em todo caso, essas fontes, que permitem estudar uma história de Barbalha a partir da atuação da câmara municipal, mostram a permanência de alguns homens na função de vereadores e a perpetuação de algumas famílias nesses lugares de poder. A dinâmica das votações, com restrições censitárias, contribuía diretamente para que um pequeno círculo de pessoas ocupasse as cadeiras da câmara municipal e que essa condição se repetisse com outros familiares e descendentes, uma vez que, em todo o Brasil, a divisão fundiária sempre tendeu à concentração de terras nas mãos de poucos. O que, em geral, dividiu esses homens era uma orientação política (liberal ou conservadora), que também era determinada mais por interesses pessoais e convenientes aos jogos de poder em que se viam inseridos do que necessariamente uma convicção política.

A câmara de Barbalha no século XIX, assim como em tantas outras cidades e vilas do interior do Brasil, foi o espaço para arranjos e rearranjos políticos que expunham as disputas entre famílias. Querelas que se perpetuaram com os mandatos dos vereadores e que podiam ser reorganizadas, por vezes unindo antigos desafetos, de acordo com a conveniência dos que participam dos jogos de poder. E, ao que parece, o século XIX não parece ser tão antigo ou superado.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DA CIDADANIA: a história de Barbalha sob a ótica da Câmara Municipal

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

O argumento aqui posto expande e analisa as tensões políticas no Brasil do final do século XIX, a meados do século XX, focando na dualidade entre o poder central e a resistência das elites locais, utilizando o exemplo de Barbalha para ilustrar a complexidade dessas relações.

A construção da nação republicana muitas vezes exigiu que o centro federativo impusesse sua vontade sobre os estados e municípios. Para unificar o país, criaram-se poderes intermediários que, na prática, corroeram a autonomia municipal. Entretanto, esse processo não foi uma via de mão única, pois estava estabelecido desde dependências mútuas, na medida em que o Estado central precisava das elites locais para garantir a representação política e a ordem nas bases sociais. Por outro lado, também eram construídas formas de Cooptação Econômica, pois a perda de autonomia política das elites municipais foi, frequentemente, “compensada” por uma maior dependência e integração ao aparelho estatal e seus recursos financeiros.

Ao analisarmos a política sob a perspectiva da História, as definições generalistas de “coronelismo”⁸⁵ ou “hegemonia oligárquica”⁸⁶ revelam-se insuficientes. O caso de Barbalha exemplifica que o tecido social local é vibrante e complexo. A política local não é representada por uma imagem monocromática; em realidade ela é realizada desde diversos tons que refletem as estratégias de sobrevivência dos atores sociais diante de condições muitas vezes impostas de fora.

85 Para aprofundar o debate acerca disso, considerar: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985. t. 3, v. 1, p. 153-187. GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

86 Para melhor entendimento sobre essa temática: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1. SOARES, Rodrigo Goyena. **Entre oligarquias: as origens da república brasileira (1870-1920)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2024.

Isso posto, se deve considerar que os atores locais não são meros receptores passivos de ordens federais ou estaduais, na medida em que eles muitas vezes adaptam-se às novas regras do jogo, interagem criativamente com as estruturas externas de poder e reinventam-se para garantir a permanência de sua influência, utilizando todos os recursos – simbólicos e materiais – à disposição.

Entre 1890 e 1930, a República brasileira consolidou um modelo de federalismo que, paradoxalmente, resultou no sufocamento das instituições locais. Diferente do que se poderia esperar de um regime descentralizado, o que se viu foi o fortalecimento absoluto dos governadores de Estado, que transformaram os municípios em meros apêndices administrativos da máquina estadual. Neste período, o município não participava da federação com autonomia própria, ficando submetido à organização imposta pelos Estados. A legislação da época permitiu que os governadores limitassem a autonomia fiscal, administrativa e política das municipalidades.

Um ponto importante dessa mudança foi a separação dos poderes Executivo e Legislativo na esfera municipal. Antes integradas às Câmaras, as funções executivas passaram a ser exercidas pela figura do intendente. Entretanto, a democracia local era restrita: apenas oito estados brasileiros permitiam a eleição direta do chefe do executivo municipal – São Paulo; Minas Gerais; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro; Bahia; Pernambuco; Paraná e Amazonas –; nos demais, o cargo era preenchido por nomeação do Presidente do Estado (governador).

No cenário político de Barbalha, a sequência dos Intendentes configurou-se da seguinte maneira:

- 1) José Furtado de Lacerda
- 2) Napoleão Quesado Filgueiras
- 3) Manoel Ramalho de Alencar
- 4) Felismino Alves Feitosa
- 5) Salustiano de Sousa
- 6) Felismino Alves Feitosa
- 7) José Bernardino Carvalho Leite
- 8) Raymundo Ribeiro da Costa
- 9) Antonio Duarte Grangeiro Primo
- 10) João Raymundo de Macêdo
- 11) Gregório Pereira Pinto Callou⁸⁷

No Ceará, a evolução do cargo de intendente ilustra a estratégia de controle centralizador. Inicialmente, o intendente era um membro da Câmara eleito

87 COUTO Duarte. T. J. **Barbalha em tempos passados**. Secretaria Municipal de Educação: Barbalha-CE, 1986.

por seus pares para funções administrativas. Contudo, em 1895, determinou-se que os intendentes da capital seriam nomeados pelo governador. Em 1904, essa prerrogativa foi estendida a todos os municípios cearenses, e, em 1914, o cargo passou a ser denominado Prefeito. Essa mudança teve um objetivo claro: controle fiscal.

Deposto o Presidente do Estado Cel. Marcos Franco Rabelo, em 1914, assumiu o Governo o Cel. Benjamin Liberato Barroso que substituiu o nome de “Intendente” pelo de “Prefeito Municipal”, sendo nomeados deste período em diante:

1º) Antonio Pinto de Sá Barreto

2º) João Raymundo de Macêdo

3º) Henrique Fernandes Lopes Sobrinho [...]

Da passagem destas administrações, ligeiros são os traços de benefícios que até hoje, se observam no município, especialmente na cidade, que, lentamente, vai progredindo de acordo com as suas verbas orçamentárias e com a boa [...] ⁸⁸

O fortalecimento do Executivo municipal servia para conter a “rebelia orçamentária” das Câmaras Municipais, evitar que as municipalidades tributassem áreas de competência estadual, como a exportação, ademais de garantir que o Estado mantivesse o controle sobre a arrecadação de rendas.

O sistema representativo da Primeira República era marcado por eleições pouco competitivas. Segundo historiadores, o processo eleitoral era permeado por fraudes em todas as suas etapas, desde o alistamento de eleitores à apuração dos votos. Nesse cenário, o poder político tornou-se um “negócio de família”. Grupos que conquistaram o poder no início da República passaram a perpetuar-se no cargo, distribuindo posições estratégicas entre seus membros. O critério para a ascensão política não era a capacidade intelectual, mas a subserviência e a fidelidade às famílias dominantes.

Fizemos eleição Câmara Municipal, sendo eleitos vereadores os nossos amigos Manoel Cavalcante, Manoel Furtado, Antônio Quesado, Francisco Benevenuto e José Coelho e os adversários Conrado Cruz, Olegário e Camillo Grangeiro. Antônio Pinto, João Coelho ⁸⁹.

Outra das marcas significativas desse período era a condição de violência política e física. Sobre esse cenário, Henrique Fernandes Lopes Sobrinho, opina desde sua experiência vivenciada no contexto:

88 COUTO Duarte. T. J. **Barbalha em tempos passados**. Secretaria Municipal de Educação: Barbalha-CE, 1986.

89 Jornal “O unitário”, 01/1912. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/15sJbCLzS67PFT12gLp6tvMraVKXq9Vud?usp=sharing>.

A política aqui se fazia pelas armas criminosas, desde que se iniciou o regime republicano.

É que os habitantes do sertão não possuíam a necessária educação cívica para entenderem e usufruírem as prerrogativas de um regime democrático. A lei nº 33, conferindo autonomia aos municípios, outorgou-lhe também o poder de criarem a sua política interna, como imediata garantia do cidadão. O resultado foi deplorável, porque a *guarda local* não traduziu o nobre instituto da lei. Dirigida pelas paixões políticas dos chefes dominantes se converteu logo em instrumento de perseguição e morte. Era muito para temer-se o contato de um destes soldados da *guarda local* por ter sido arrebanhado dentre os bandidos e criminosos mais temidos.

Falsearam logo as garantias do cidadão e da propriedade e para a garantia recíproca lançaram todos mãos às armas, criando uma situação anômala conhecida pela época do *cangaço*⁹⁰ e *cangaceiros*⁹¹.

Com essas nuances, pode-se considerar que o período republicano inicial no Brasil não fortaleceu a base popular; ao contrário, utilizou o federalismo para empoderar elites estaduais que, ao nomearem prefeitos e controlarem as finanças locais, anularam a autonomia dos municípios e consolidaram o poder de poucas famílias.

Importa também considerar que os fatores vinculantes entre esses “caciques políticos” locais e os poderes das oligarquias criavam redes de apoio mútuo, da qual nem mesmo as chamadas vozes da imprensa de então, conseguiam escapar sem sofrer consequências. Nesse sentido, acionar o dispositivo que transformavam sujeitos que não estavam dentro dos padrões da justiça da época – definidos como bandidos, criminosos, cangaceiros – em policiais a serviço da suposta segurança, foi prática normalizada. Isso pode ser constatado numa coluna de um jornal da época⁹² que assim comunicava:

Que o Accioly deu ordem, para a Barbalha, ao chefe político d’ali, de transformar 50 cangaceiros, em soldados de polícia, fardados, afim de que tenha força suficiente para proibir a saída de um jornal⁹³.

90 Para análise fundamentada desse tema: FACHIN, Frederico. **O Cangaço**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. MELLO, Frederico Pernambucano de. **Apagando o Lampião**: vida e morte do rei do cangaço. São Paulo: Global, 2018.

91 COUTO Duarte. T. J. **Barbalha em tempos passados**. Secretaria Municipal de Educação: Barbalha-CE, 1986.

92 Para melhor conhecimento acerca do tema, considerar: BORGES, Vera Lucia Borgéa. **A batalha eleitoral de 1910**: imprensa e cultura política na primeira república. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. SCHERER, Marta Eymael Garcia. “Balas e sustos” na imprensa republicana da primeira hora: um estudo de liberdades e censuras observadas pelo jornalista Olavo Bilac. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: ANPUH, 2009.

93 Jornal O unitário. 03/1912. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/15sJbCLzS67PFT12gLp6tvMravKXq9Vud?usp=sharing>.

Nesse recorte, a imagem dos vereadores cearenses no início do século XX, era de completa submissão. As Câmaras Municipais, antes vistas como corporações de prestígio, transformaram-se em órgãos “aduladores”, cujos membros eram nomeados por intendentes, que, por sua vez, eram submetidos aos presidentes de Estado.

Assim que o coronelismo substituiu a autonomia dos grupos locais. O chefe político tornou-se uma figura onipotente, acumulando funções e influências que iam desde a interferência em inventários e heranças até o controle de cargos públicos como coletores e juizes. No caso de Barbalha, Henrique Fernandes Lopes Sobrinho assevera que:

Um sistema de defesa mútua adotada por certas famílias, passou para os municípios que, à semelhança das nações tinham também seus tratados de alianças. Cada chefe de localidade era um soberano. Só podia exercer cargo público os que alienassem a dignidade e independência da vontade. Deste desequilíbrio resultaram pugnas selvagens e inúteis que arruinara não só famílias como alguns municípios⁹⁴.

Ou seja, apesar da mudança de regime (da Monarquia para a República), as estruturas de poder em Barbalha demonstraram uma forte continuidade familiar e ideológica.

O eclipse da autonomia municipal: da Revolução de 1930 ao Estado Novo

A trajetória política brasileira entre 1930 e 1945 foi marcada por um movimento pendular entre a centralização autoritária e a modernização institucional. O marco inicial dessa transformação foi a Revolução de 1930, que interrompeu a lógica da Primeira República e afastou as elites eleitas, estabelecendo um Governo Provisório com poderes discricionários.

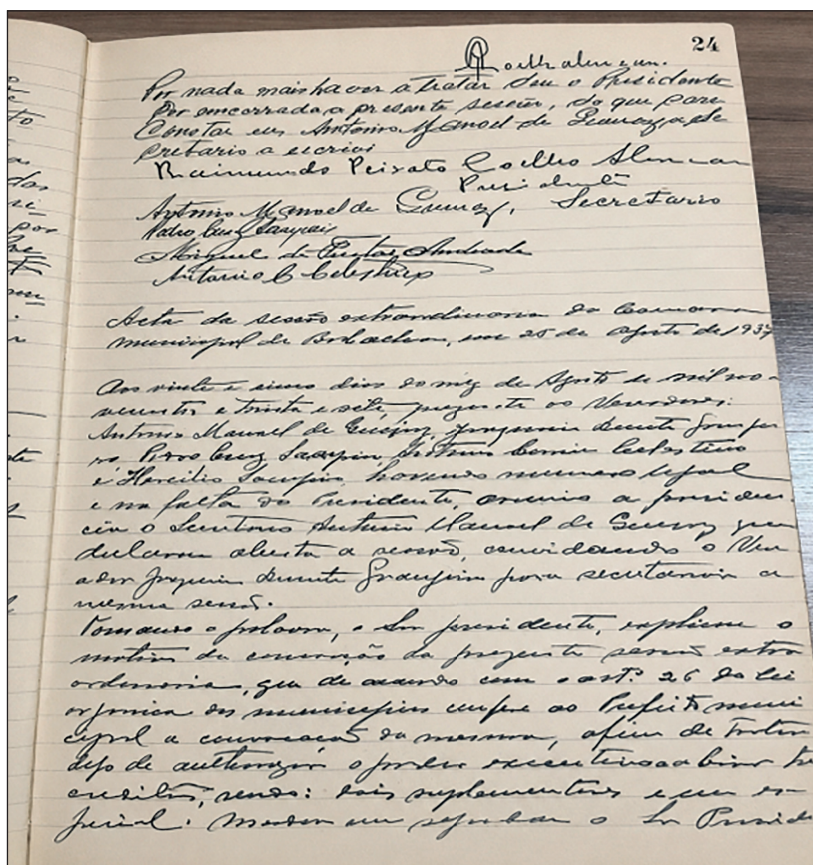
Sem embargo, essa condição não era sinônimo de desvinculações ou relações estratégicas com o governo centralista de Vargas. Isso pode ser entendido a partir da manifestação de apoio local à Getúlio:

Barbalha, 26 – Apraz-nos comunicar a vossencia percorremos todo município lado prefeito Duarte Júnior outras autoridades pessoas gradas concitando população defender elevados ideais revolucionários outubro. Podemos atestar povo barbalhense firme lado vossencia indignado criminosa atitude reacionários paulistas que impatrioticamente procuram destruir paz economia Nação tão bem governada honrado Ditador dr. Getúlio Vargas. Conduzida seu atual prefeito se acha pronta atender patrióticos

apelos vossencia. Atenciosas saudações. Dr. Leão Sampaio, presidente Club 3 de outubro, Antônio Fernandes Vieira, vice-presidente, Manuel Peixoto, 1º secretário, José Macedo, coletor federal, Manuel Leite, agente Correio, Coelho Alencar, Henrique Lopes⁹⁵ (Ofício ao Interventor Federal sobre o apoio de Barbalha ao Ditador Getúlio Vargas).

Embora a Constituição de 1934 tenha tentado uma reorganização jurídica, sua vigência foi efêmera, sendo atropelada pelo golpe de Getúlio Vargas em 1937. A partir disso, foi instalado no Brasil o chamado Estado Novo, com a ditadura de Vargas. Nesse cenário, a Câmara Municipal de Barbalha registrava a sua última sessão extraordinária antes da vigência do Estado Novo:

Imagem 14 – Acta da sessão extraordinária da Câmara municipal de Barbalha (25 ago. 1937)



95 Jornal "O Nordeste". 28 de julho de 1932. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/15sJbCLzS6PPT12gLP6tvMraVKXq9Vud?usp=sharing>.

Acta da sessão extraordinária da Camara municipal de Barbalha, em 25 de Agosto de 1937

Aos vinte e cinco dias do mez de Agosto de mil novecentos e trinta e sete, prezente os Vereadores: Antonio Manoel de Queiroz, Joaquim Duarte Sampaio, Pedro Cruz Sampaio, Antonio Cornelio Celestino e Hercilio Sampaio, havendo numero legal e na falta do Presidente, assumio a presidencia o Secretario Antonio Manoel de Queiroz que declarou aberta a sessão, convidando o Vereador Joaquim Duarte Sampaio para secretariar a mesma sessão.

Tomando a palavra, o Sr. presidente, explicou o motivo da convocação da prezente sessão extraordinária, que de accordo com o art. 26 da lei organica dos municipios cumpre ao Prefeito municipal a convocação da mesma, afim de tratar dep. de autorizar o poder executivo a abrir tr... créditos, sendo: dois suplementares e um especial⁹⁶.

Sob o manto do Estado Novo⁹⁷, a democracia local foi formalmente asfixiada. Pela primeira vez na história do Brasil, as Câmaras Municipais foram oficialmente extintas. Entre 1930 e 1948, os municípios – incluindo, evidentemente, exemplos locais como Barbalha – deixaram de eleger seus representantes, sendo geridos por interventores nomeados pelos governadores.

Nos bastidores do poder local: as atas da Câmara e a dinâmica política de Barbalha

As atas das sessões de uma Câmara Municipal⁹⁸ funcionam como verdadeiras janelas para o passado de uma comunidade. Longe de serem apenas registros burocráticos, esses documentos guardam as discussões, os conflitos e os projetos de desenvolvimento que ajudaram a moldar a identidade de um município. No caso de Barbalha, no Cariri cearense, os registros datados entre as décadas de 1930 e 1950 expõem um período demasiado importante de transição para a modernidade urbana, no qual as esferas de infraestrutura, saúde pública, regulação econômica e articulação regional se consolidaram.

96 Última sessão extraordinária da Câmara Municipal de Barbalha, no dia 25 de agosto de 1937. Livro de Atas da Câmara Municipal de Barbalha. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPd0KfHuDyuMFle36dDkDAICD?usp=drive_link.

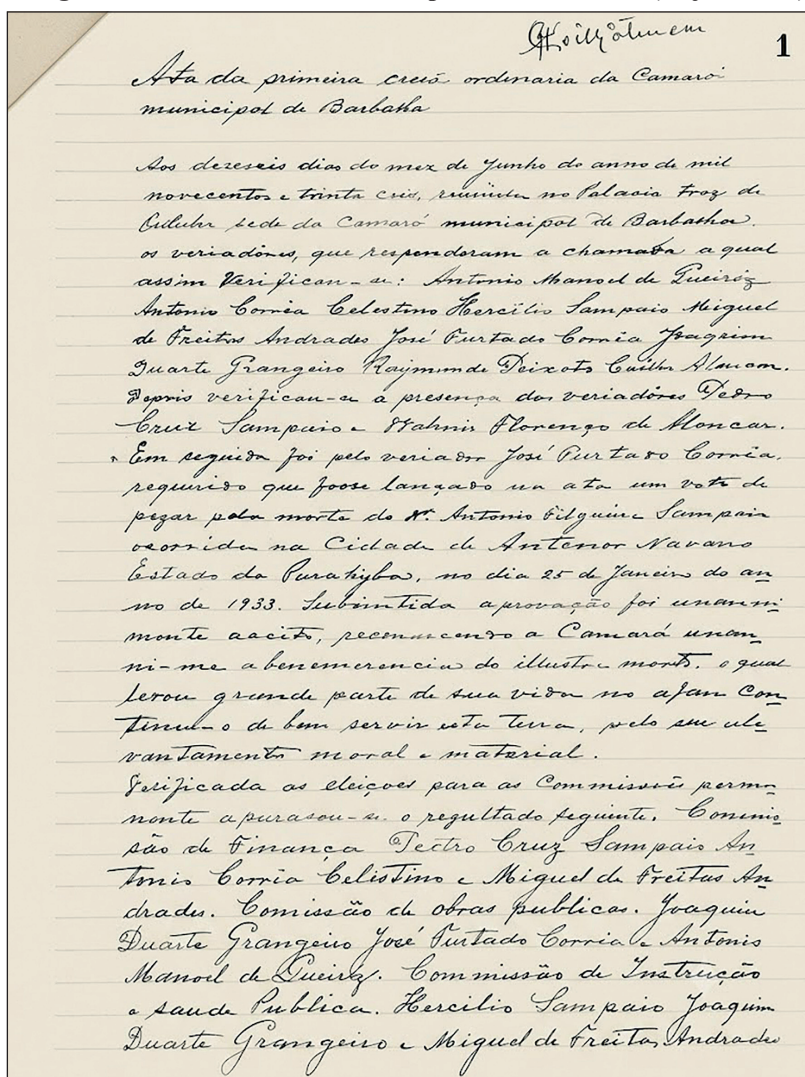
97 Para aprofundar o conhecimento sobre o Estado Novo: GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. D'ARAÚJO, Maria Celina. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

98 Para entendimento da abordagem sobre as Atas de Câmaras Municipais: BARCELLOS, Jorge. O silêncio dos legislativos municipais na produção historiográfica. **Revista de Estudos Legislativos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 45-68, 2018. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas Brasileiros, 2002.

Organização institucional e os primeiros passos da Modernização

O recorte das fontes legislativas tem início formal em 16 de junho de 1936, durante o mandato do prefeito Lyrio Callou. Sob a presidência de Raimundo Peixoto Coelho Alencar e o secretariado de Antônio Manuel de Queiroz, a Câmara organizou suas primeiras frentes de atuação por meio de comissões especializadas: Finanças, Obras Públicas, Instrução e Saúde Pública, e Redação de Leis e Orçamentos. Essa divisão estrutural reflete a intenção de organizar de forma técnica as prioridades de uma Barbalha que buscava alinhar-se ao progresso.

Imagem 15 – Ata da Câmara Municipal de Barbalha de (18 jun. 1936)



Aos dezoito dias do mez de Junho do anno de mil novecentos e trinta e seis reunidos no Palacio treze de Outubro sede da Camará municipal de Barbalha, os veriadores, que responderam a chamada a qual assim verificou-se: Antonio Manoel de Queiroz Antonio Correa Celestino Hercilio Sampaio Miguel de Freitas Andrades José Furtado Corrêa Joaquim Duarte Grangeiro Raymundo Peixoto Coelho Alencar. Depois verificou-se a presença dos veriadores Pedro Cruz Sampaio e Walmir Florenço de Alencar. Em seguida foi pelo veriador José Furtado Corrêa, requerido que fosse lançado na ata um voto de pesar pela morte do Dr. Antonio Filgueiras Sampaio ocorrido na Cidade de Antenor Navarro Estado da Parahiba, no dia 25 de Janeiro do an_ no de 1933. Submettida a aprovação foi unanimemente aceito, reconhecendo a Camará unanime a benemerencia do illustre morto, o qua levou grande parte de sua vida no afan Continuo de bem servir esta terra, pelo seu ele_ vantamento moral e material. Verificada as eleições para as Commissions permanente apurou-se o rezultado seguinte: Comissão de Finança Pedro Cruz Sampaio Antonio Correa Celestino e Miguel de Freitas Andrades. Comissão de obras publicas. Joaquim Duarte Grangeiro José Furtado Corrêa e Antonio Manoel de Queiroz. Comissão de Instrução e saude Publica. Hercilio Sampaio Joaquim Duarte Grangeiro e Miguel de Freitas Andrade⁹⁹.

Um dos marcos iniciais dessa busca pela modernidade foi a preocupação com o espaço público e o embelezamento urbano. Na 4ª sessão ordinária, o vereador Antônio Manuel de Queiroz apresentou o projeto para a instalação de iluminação pública na Praça João Pessoa. Na 8ª sessão, com a aprovação do projeto, a municipalidade também prestou homenagem ao Dr. Filgueiras, denominando uma praça como “Filgueiras Sampaio”. Essas iniciativas demonstram como o centro urbano começava a ser valorizado enquanto espaço de convivência e afirmação política e simbólica.

Ata da quarta Sessão da Câmara municipal de Barbalha.

Aos dezenove dia do mes de junho do anno de mil novecentas trinta e seis as doze horas do dia reunidos no Palacio Trez de Outubro, sede da Camará municipal de Barbalha, os veriadores que atenderam a chamada; Antonio Manoel de Queiroz Antonio Correa Celestino Hercilio Sampaio Miguel de Freitas Andrade, Joaquim Duarte Grangeiro Pedro Cruz Sampaio Raymundo Peixoto Castro Alencar e Walmir Florencio de Alencar. Dado a palavra ao vereador Antonio Manoel de Queiroz, este depois de ter lido entregou a meza um projecto que diz respeito a deficiência de luz na Praça João Pessôa, o qual foi pelo Presidente, distribuido a commissão de

99 Ata da Câmara Municipal de Barbalha de 18 jun. 1936. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPfd0KfHuDyuMFIe36dDkDAICD?usp=drive_link

obras publicas para dar parecer. Emtrou em primeira discussão o projeto do regimento interno o qual recebeu cinco emendas voltando a Comissão para os devidos fins. Para o expediente da sessão seguinte o Presidente determinou a segunda e ultima discensão do regimento interno e a revizão do Codigo de Posturas. Por Nada mais haver a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão.

Raymundo Peixoto Castro Alencar Presidente. Antonio Manoel de Queiroz Secretario Antonio C. Celestino Pedro Cruz Sampaio Joaquim Duarte Grangeiro Walmir Florencio de Alencar¹⁰⁰

Se deve sublinhar que naquele recorte, depois do Estado Novo Getulista e meados da década de 1960, o sentido de modernidade se estabelecia com a industrialização e a urbanização. A busca pela “modernidade” pelas elites políticas brasileiras nesse período foi um dos processos mais ambiciosos e, ao mesmo tempo, contraditórios da nossa história. Ser moderno deixou de ser apenas uma aspiração estética ou cultural e passou a ser encarado como um projeto de sobrevivência econômica e afirmação de identidade.

Para as elites do pós-guerra, ser moderno significava uma coisa muito clara: superar o passado agrário, rural e “atrasado” e transformar o Brasil em uma potência industrial e urbana.

Como se pode perceber, a Câmara Municipal de Barbalha estava inserida nesse debate.

Normatização, cotidiano e conflitos de interesse

À medida que o município crescia, a convivência urbana exigia regras mais severas de comportamento e organização da produção rural. Na 13ª sessão, durante a revisão do Código de Posturas do município, o legislativo barbalhense determinou a proibição de gados soltos nas vias públicas, estabelecendo como única exceção a área da Serra do Araripe. Na mesma sessão, registrou-se a intervenção na economia local ao proibir que agricultores fabricassem de maneira autônoma suas próprias formas de rapadura, instituindo uma regulamentação direta sobre os engenhos. Em contrapartida, medidas de zeladoria urbana continuavam avançando, como o projeto aprovado do vereador Pedro Cruz Sampaio para o melhoramento da rua da Matriz.

[...] foi pelo vereador P. C. Sampaio, apresentado uma emenda para que a Prefeitura Custiasse com um terço o Projetado melhoramento da Rua da Matriz. Submettida a apreciação da Camará foi Pelo vereador A.

100 Ata da Câmara Municipal de Barbalha de 19 jun. 1936. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPd0KfHuDyuMFle36dDkDAICD?usp=drive_link

C. Colentino requerido á discussão do Projeto ou a precoa para a Sessão seguinte sugestão esta unanimemente aceito. Em seguida o Veriador Joaquim Duarte Grangeiro apresentou um projeto de sua autoria o qual de ordem do “Visto” do Presidente foi sob o numero cinco distribuido a Comissão de Viação e obras publicas, para o respectivo parecer. Continuou a discussão sobre a petição do Codigo de Posturas, a qual alem de outras emmendas foram aprovadas unanimemente a proibição de gados soltos no municipio a excepção da Serra Araripe, ficando Comprehendido que esta proibição atingirá ao Vacum Cavalar lannigero Caprinos e suinos; ficou tambem assentado a proibição terminante aos agricultores mandarem fabricar formas para Rapaduras, as quaes serão fornecidas pela Prefeitura a requisição dos intereçados as quais devem ser requisitados nos mezes de Novembro Dezembro e Janeiro. Por nada mais haver a tratar o Presidente encerrou a sessão¹⁰¹.

R. P. Carlos Alencar

A. M. de Queiroz

Ainda na direção das formas de convivência e de formação sociocultural no Município de Barbalha, os edis também debateram acerca de temas que trataram das atividades culturais. É o caso de projetos para viabilizar e financiar a Banda de Música local, que sempre se fez presente em eventos, solenidades e festividades da cidade.

8ª do orçamento em vigor; segundo pedindo outro tanto autorização para abrir um credito tambem no valor de dois contos de réis suplementar a sub-consignação 7 da verba 4ª do orçamento em vigor; terceiro pedindo ainda mais outra autorização sobre á abertura de mais um outro credito especial no valor de duzentos mil réis, para pagamento a banda de musica local, pela execução de tocata publica, ou sejam retretas efetuadas aos Domingos no jardim publico da Praça Filgueiras Sampaio. Submitidos a votação foram aludidos verbas considosos por unanimidade de votos¹⁰².

Outro ponto de forte impacto social foi o debate acerca do deslocamento temporal da atividade comercial mais importante da cidade: a feira livre. A Câmara recebeu um officio assinado por dezenas de cidadãos – em sua maioria comerciantes – solicitando a mudança da feira local do sábado para o domingo. Após debates substanciais, o plenário rejeitou o pedido por unanimidade de votos, preservando a tradição mercantil de sábado que ditava o ritmo socioeconômico regional.

101 Ata da Câmara Municipal de Barbalha, 18 jun. 1936.

102 Ata da Câmara Municipal de Barbalha, 22 jul. 1936. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPd0KfHuDyMFle36dDkDAICD?usp=drive_link

Foi ainda pelo Presidente lido um ofício dirigido a Camara assignado por dezenove cidadãos residentes nesta cidade, sendo a maioria de comerciantes cujo assumpto foi depois de feitos diversas considerações pedindo a Camara a mudança da feira local, do dia de Sabbado para o dia de Domingo.

Posto mesmo em discussão foi por maioria, isto é, por unanimidade de votos rejeitado, pelo que o Presidente nomeou uma comissão composta dos vereadores A. C. Celestino, F. C. Sampaio, M. de F. Andrades, para levar ao conhecimento dos signatarios do aludido Ofício o resultado da deliberação da Camara¹⁰³.

O ordenamento urbano¹⁰⁴ também avançava em parcerias com o Poder Executivo. O prefeito Lyrio Callou solicitou e obteve autorização legislativa para o fechamento estratégico de travessas e becos específicos, promovendo a interligação das ruas Pinto Madeira, Filgueiras Campos e Salamanca, visando otimizar a malha viária central.

Tendo depois comparecido a sessão o Prefeito Municipal Doutor Antonio Lyrio Callou, dada a palavra a este, pediu verbalmente a Camara, autorização para o fechamento de uma travessa que liga as Ruas Pinto Madeira e Siqueira Campos, logo de inicio das referidas ruas.

Submetida a apreciação da Camara, esta deliberou por unanimidade de votos que o Senhor Prefeito poderá agir sobre este assunto pelo modo que julgar mais conveniente aos interesses da Municipalidade.

Foi ainda autorizado ao Prefeito a entrar em intidimento com os proprietários de predios que se interessam pelo fechamento do beco que segue da Rua Pinto Madeira a ligar com a Rua Salamanca.

Foi pelo Presidente dito que tendo a Camara aberto as suas sessões para a presente legislatura no dia oito do corrente que completa hoje a data do encerramento, salvo se a Camara deliberar pela prorrogação de igual periodo. Posta em discussão o alvitre do Presidente, deliberou a Camara por unanimidade de votos para o encerramento da presente legislatura. Pelo que de acordo com o regimento interno foi esta ata por mim lida e por todos aprovada, e que será ainda por todos assignada¹⁰⁵.

Os debates na Câmara de Barbalha estavam ambientados nas reformas urbanas no Brasil, que funcionaram como o espelho físico do projeto de

103 Ata da Câmara Municipal de Barbalha, 22 jul. 1936. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPfd0KfHuDyuMF1e36dDkDAICD?usp=drive_link

104 Sobre o tema do ordenamento urbano: LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil (1895-1965)**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP, 1999. ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1997.

105 Ata da Câmara Municipal de Barbalha, 22 jun. 1936.

modernização que as elites políticas e econômicas buscavam para o país. Se o objetivo era transformar o Brasil em uma potência industrial, as cidades precisavam deixar de parecer “vilas coloniais” ou “entrepósitos agrícolas”.

Esse período consolidou a transição definitiva do modelo de urbanismo higienista do início do século, focado no saneamento e no controle de epidemias, para o urbanismo rodoviarista e funcional.

Conectividade regional e articulação política

Barbalha não se desenvolvia de forma isolada. A percepção de que o progresso econômico dependia da integração com outras centralidades do Cariri mobilizou os vereadores na criação de eixos rodoviários. Na 14ª sessão, o vereador Pedro Sampaio propôs a criação de uma rodovia que ligasse diretamente Barbalha à vizinha cidade de Juazeiro do Norte.

Valmir Florencio, membro da comissão que devia se entender em Joazeiro com as autoridades municipais, sobre o projeto de construção de uma rodovia direta àquela cidade, informou, que a comissão tratando com o Snr. Prefeito daquela cidade, cidadão José Gualdo da Cruz, manifestou-se o mesmo com a máxima boa vontade, prontificando-se a construir a estrada no trecho que cabe ao seu município, por qualquer parte que convier ao Município de Barbalha. Foi lido, um convite do “Cetema Club” sociedade recreativa local, para esta Camara se representar às solenidades de inauguração de sua sede, no proximo dia 29. Foram nomeados em comissão para fazer dita representação os vereadores Pedro Cruz Sampaio, José Furtado Barrea e Antonio C. Celestino. [...] Em tempo, o projeto nº 6, foi aprovado com a seguinte emenda; onde diz “alcance o leito da estrada de ferro”, diga-se “alcance, a estrada de ferro”¹⁰⁶.

A viabilidade da proposta exigiu diplomacia intermunicipal: uma comissão especial foi designada para negociar diretamente com o então prefeito de Juazeiro do Norte, José Geraldo da Cruz. O esforço logrou êxito quando, nas sessões seguintes, o parlamentar Walmir Florêncio comunicou ao plenário a resposta favorável do governante juazeirense, que se comprometeu a executar as obras no território correspondente ao seu município. Anos mais tarde, a infraestrutura de transportes voltaria a ser pauta central com o recebimento de um telegrama do Governador do Ceará, Faustino de Albuquerque, assegurando recursos para a manutenção das rodovias que interligavam Barbalha a Missão Velha.

106 Ata da Câmara Municipal de Barbalha, 13 jul. 1936. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPd0KfHuDyuMFle36dDkDAICD?usp=drive_link.

[...] reunidos no Palácio “3 de Outubro”, sede da Câmara Municipal, os vereadores, Severino Ribeiro, Antônio Duarte, Costa Sampaio, Antônio Francisco Sampaio, Raul Coelho, Dr. Livio Callou e Gérson Filgueiras, foi pelo Presidente vereador Severino Ribeiro, feita a chamada e havendo número legal foi declarada aberta a sessão. Em seguida mandou que o secretário procedesse a leitura da ata da sessão anterior que logo depois de lida e posta em discussão, foi aprovada com uma ligeira retificação ressalvada abaixo da mesma com um em-tempo, para em seguida ser assinada pelo Presidente e Secretário. Ato contínuo, na ordem do expediente o Secretário fez a leitura de um telegrama do Exmo. Sr. Governador Faustino de Albuquerque, agradecendo os atenciosos cumprimentos da Câmara vereadores deste município, prometendo satisfazer as justas aspirações do laborioso povo barbalhense no tocante ao pedido da manutenção do primitivo traçado rodoviário Missão-Velha Barbalha¹⁰⁷.

Esse tema explorado nas Sessões da Câmara de Barbalha estava inserido nas principais preocupações daquele momento. A expansão das estradas de rodagem no Brasil durante as décadas de 1940 e 1950¹⁰⁸ não foi apenas uma obra de engenharia ou uma escolha de transporte; ela foi a principal pauta geopolítica e econômica do projeto de modernização do país.

Até a década de 1930, o Brasil era um “arquipélago econômico”: as regiões eram isoladas entre si, voltadas para fora, exportação e conectadas precariamente por ferrovias coloniais que ligavam o interior produtor diretamente aos portos. As estradas foram a ferramenta escolhida para costurar esse território fragmentado e criar, pela primeira vez, um mercado interno unificado.

O Estado brasileiro percebeu que, para consolidar a industrialização iniciada por Vargas e acelerada por JK, era preciso garantir a livre circulação de mercadorias e matérias-primas por todo o continente que é o Brasil.

O cenário pós-guerra: institucionalidade e assistência social

Após as transformações políticas dos anos 1940, a ata de 1º de janeiro de 1948 registra a instalação de uma nova Mesa Diretora na Câmara, elegendo Joaquim Duarte Grangeiro como presidente e Antônio Duarte de Sá Barreto como secretário.

107 Ata da Câmara Municipal de Barbalha, 6 abr. 1936. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPd0KfHuDyuMF1e36dDkDAICD?usp=drive_link.

108 Sobre esse tema, tratar: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estradas da integração**: o rodoviarismo, a ditadura do Estado Novo e o desenvolvimento regional no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. GARCIA, Maria Fernanda. A Marcha para o Oeste e as estradas de rodagem no Brasil Central (1940-1950). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 145-168, 2014.

Aos primeiro dia do mês de janeiro, do ano de mil novecentos e quarenta e oito, no salão nobre do Cetama Clube, onde por convocação se reuniram os Vereadores eleitos à Câmara Municipal de Barbalha, para o quadriênio a terminar a trinta e um de janeiro de mil novecentos e cinquenta e um, às 9 (nove) horas, sob a presidência do Dr. Juiz Eleitoral interino, bacharel Pedro Pinheiro de Melo, teve início a sessão de instalação da Mesa da Câmara Municipal de Barbalha. Inicialmente, o Sr. Presidente, declarando aberta a sessão, convidou a mim, Maria Luísa Souto Jondim, para secretariar, em caráter ad-hoc, a presente solenidade.

Em seguida, dando os motivos da referida sessão ou seja, eleição da Mesa que deve dirigir os trabalhos da Câmara Municipal, fez recolher os diplomas, para a sua devida conferência, verificando terem comparecido os seguintes Vereadores: Antônio Duarte de Sá Barreto, Antônio Costa Sampaio, Severino Ribeiro Parente, Hercílio Sampaio, Joaquim Duarte Grangeiro, Raul Coelho de Alencar, Néroby Filgueiras, Dr. Antônio Lyrio Callou e Epitácio Newton Cruz.

Ato contínuo, constatando-se a presença de todos os vereadores eleitos, o Sr. Presidente anunciou que se ia proceder, em caráter secreto, à eleição para Presidente e Secretário da Mesa, e, recolhida a votação, em sobrecartas, verificou-se o seguinte resultado: Para Presidente: Joaquim Duarte Grangeiro, obteve cinco votos e para Secretário, Antônio Duarte de Sá Barreto, alcançou, igualmente cinco votos, havendo abstenção das bancadas da coligação P.S.D. –

P.S.D., justificando o Dr. Antonio Byro Calou, por deixado de votar, por supôr, que a votação seria secreta e feita no edifício da Camara Municipal. Proclamado o resultado, foram declarados eleitos para Presidente e Secretário respectivamente, os Srs. Vereadores: Joaquim Duarte Grangeiro e Antonio Duarte de Sá Barreto. Em seguida, o Sr. Presidente convidou o Presidente eleito a prestar o compromisso, o qual, de pé, proferiu as seguintes palavras sacra- mentais: *“Prometo cumprir e defender as Constituições da União e do Estado, bem como as leis e posturas dêste Municipio e, quanto em mim couber, promover o progresso e o bem estar do seu povo.”* Convidado, assumiu a presidência o Sr. Presidente eleito que, facultando a palavra a quem dela quisesse usar, e como, não houve quem quizesse falar, o Sr. Presidente agradeceu a distinção e confiança dos seus colegas de bancada, elegendo-o para Presidente da Câmara. A seguir, esboçou, em síntese, o plano de ação do Prefeito eleito a sete de dezembro último, bem como a cooperação que lhe prestará à bancada majoritária, terminando por agradecer o comparecimento das famílias. Antes de encerrar a sessão, o Sr. Presidente convocou a Câmara para uma reunião às treze horas, de amanhã, no Paço Municipal. Como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a presente sessão, do que para constar, eu, Maria Zoila Couto Jondine, secretária ad-hoc, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Juiz Eleitoral, Presidente da

Mesa, Secretário e Vereadores. Eu, Maria Zoila Couto Jondine, secretária ad-hoc a escrevi.

Em tempo: pelo vereador Heroly Filgueira foi dito que deixou de votar não pelo motivo exposto, visto como julgava que a votação seria no momento e que a mesa forneceria o material de votação. E como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a presente reunião, do que para constar eu, Maria Zoila Couto Jondine, secretária ad-hoc, lavrei a presente ata, que, lida e achada conforme vai assinada pelas partes presentes¹⁰⁹.

(Assinaturas)

Pedro Nogueira de Melo (*Juiz Eleitoral*)

Joaquim Duarte Grangeiro – Presidente

Antonio Duarte de Sá Barreto – Secretario

Severino Ribeiro Parente

Iraci Sampaio

Raul Coelho de Alencar

Heroly Filgueira

Antonio Byro Calou, com restrição

Epifânio Mementon Cruz

Antonio Estafânio

Severino Pacifer Duarte

Abner Bezerra

Pedro Vicente de França

José de Sá Barreto Sobrinho

Antonio Correia Saraiva

Gilberto de Sá Barreto

Paulo Duarte Sampaio

Antonio de Paula Gadelha

Argemiro Sampaio

José Sampaio Primo

Maria Leíria Sampaio

Maria Duarte de Sá Barreto

Maria Diosal Calou Duarte

Raimundo Francisco Teixeira

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

Pouco tempo depois, na 5ª sessão, Grangeiro precisou afastar-se temporariamente do cargo para assumir as funções de prefeito interino ante a ausência do titular, sendo sucedido no comando da Casa por Severino Ribeiro Parente.

5ª Sessão ordinária da Câmara Municipal de Barbalha em 30 de Março de 1948.

109 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 1 jan. 1948. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPd0KfHuDYuMFle36dDkDAICD?usp=drive_link.

As 15 horas do dia (30) trinta de Março do ano de mil novecentos e quarenta e oito, na sede da Camara Municipal, no Palacio “3 de Outubro” reunidos os vereadores, Joaquim Duarte, Antonio Costa Sampaio, Antonio Duarte, Dr Antonio Cirio Callou, Raul Coelho e Severino Ribeiro, foi preliminarmente aberta a sessão; passando o Presidente Joaquim Duarte, a expôr a sua incompatibilidade na Presidencia, visto estar no exercicio do Cargo de Prefeito durante a auzencia do Prefeito eleito, desta cidade. Assim, convocou o 3º Suplente na auzencia do 1º e 2º, comparecendo o suplente vereador Antonio Francisco Sampaio, depois de exhibir o respectivo diploma, passou a fazer de acordo com a lei, o compromisso, tomando em seguida posse do Cargo de Vereador De acordo com o Art 101 § 6º da Constituição Estadual, foi procedida a eleição para novo Presidente da Camara, durante o impedimento do Presidente atual, ora no exercicio do Cargo de Prefeito. Feita a apuração, o resultado foi o seguinte: Para Presidente: Severino Ribeiro Parente, (3) votos, Dr Cirio Callou (1) voto, Antonio Costa Sampaio, (1) voto, e um em branco, proclamado eleito o vereador Severino Ribeiro, e logo em seguida tomou posse¹¹⁰.

Essa nova composição legislativa direcionou o olhar para o desenvolvimento dos distritos e para o amparo social. Severino Ribeiro Parente propôs a criação de um Mercado Público na vila de Arajara, solicitando um crédito inicial de 15.000 cruzeiros (sendo acordado o repasse fracionado de 10.000 e, posteriormente, 5.000 cruzeiros) para descentralizar o abastecimento e fomentar o comércio local.

Ata da Sessão Ordinaria da Camara Municipal de Barbalha em 1º de Abril de 1948.

Presidencia do Vereador Severino Ribeiro.

Aos 1º dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e quarenta e oito, reunidos no Palacio “3 de Outubro” os vereadores, Costa Sampaio, Antonio Francisco Sampaio, Dr Livio Cafon, Antonio Francisco Ribeiro, Raul Coêlho e Eptacio Newton Ribeiro, havendo numero legal foi declarada aberta a sessão. Em seguida o Presidente mandou que o Secretário fizesse a leitura da ata, que depois de lida e aprovada sem contestação digitalmente [sic]*. No continuo, o Senhor Presidente, na ordem do expediente, poz em discussão o auto projeto nº 3 Orçamento Municipal. Solicitada a palavra pelo que fosse feita a distribuição em cópias aos vereadores, para emendas e projetos, para que fosse melhor estudado os assuntos a-fim-de que não tivesse um curso precipitado na aprovação ou não das emendas e projetos, no que foi atendido, ficando o secretario incubido da distribuição das copias. Pelo vereador Severino Ribeiro, foi apresentado uma emenda

110 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 30 mar. 1948. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPf0KfHuDyuMFle36dDkDAICD?usp=drive_link

ao Aut-projeto nº 3 do Orçamento do corrente ano, solicitando a criação de uma verba de 15.000,00 quinze mil cruzeiros, para construção de um mercado publico na Vila de Aráporanga. Posto em discussão a emenda, depois de demorada apreciação, o vereador Costa Sampaio, justificou com muito acerto, a elevada verba para o ano corrente, e as incertezas inerentes a parte da Receita, transpareciam duvidas, que pudesse dificultar a estabilidade da despesa orçada no corrente ano, vindo assim criar uma situação de desigualdade na parte da Receita e Despesa. Em igual demonstração logica e mui coerente tambem se expressou o vereador Dr Livio Cafon, e dando o seu parecer pela aprovação da emenda, porem distribuida em dois anos. O vereador Costa Sampaio tambem aprovando a emenda, pediu que fosse consignado no Orçamento vigente 10.000,00 dez mil cruzeiros, e outros Cr\$ 5.000,00, para o Orçamento de do ano seguinte. Submetido a aprovação, foi por unanimidade aceita a proposta da emenda do Vereador Presidente Severino Ribeiro, de acordo com o parecer dos vereadores Costa Sampaio e Dr Livio Calou, Cr\$ 10.000,00 para o ano corrente e Cr\$ 5.000,00 para o ano vindouro, destinados à Construção do Mercado Publico de Arajara, séde do 2º Distrito.

Em continuação, passaram os senhores vereadores, a fazer a revisão do Orçamento, na parte da Despesa, Capitulo por Capitulo, recebendo depois de discutido a aprovação d'alterações, que foram postas a margem do referido Anteprojeto, que depois de findo será definitivamente aprovado e convertido em Lei a-fim-de ser sancionado pelo Prefeito Municipal. Dado o adiantado da hora, o Snr Presidente suspendeu os trabalhos da presente sessão, convocando outra para o dia imediato às 10 horas. E eu Secretário, para de tudo fazer constar lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada passará a ser assinada pelo Presidente e Secretário¹¹¹.

Severino Ribeiro Parente

Antônio Duarte Secretário

Seguindo a atuação dos poderes municipais de Barbalha, com destaque para a Câmara Municipal, os esforços para modernização e para ações de progresso material e econômico tiveram momento marcante com a inauguração da Empresa de Luz e Força de Barbalha. Nos anos 1940, a inauguração de uma empresa de energia em uma cidade¹¹² do interior do Nordeste representava uma verdadeira revolução estrutural e social, funcionando como o divisor de águas entre o isolamento colonial e a modernidade. Em uma época marcada

111 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 1 abr. 1948. Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPd0KfHuDyuMFle36dDkDAICD?usp=drive_link

112 Para maior entendimento do tema: MALAVOTA, Cláudia Maria S. Iluminando a cidade: a energia elétrica e a transformação dos hábitos urbanos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 115-136, 2002. DIAS, Gisele de Souza. **Luz para o interior**: as disputas políticas e econômicas em torno da eletrificação municipal (1940-1950). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

pelo esforço federal de integração nacional (como a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas) e pela posterior criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf em 1945, a chegada da eletricidade ia muito além de iluminar as ruas à noite: ela quebrava o monopólio da tração animal e do candeeiro a querosene, permitindo a instalação das primeiras indústrias locais (como algodoeiras e usinas), modernizando o comércio e transformando radicalmente o cotidiano da população. No contexto da época, a energia elétrica era o símbolo máximo de emancipação econômica, capaz de fixar o homem no campo e injetar uma promessa de progresso em regiões historicamente negligenciadas pelo poder central. Dessa forma, os registros da Câmara Municipal de Barbalha, tratam daquele momento marcante:

Ata das solenidades da Inauguração da Empresa de Luz e Força desta cidade de Barbalha. Aos (15) quinze dias do mês de Maio de mil novecentos quarenta e oito, teve lugar a inauguração da “Empresa de Luz e Força” desta cidade de Barbalha, pertencente a municipalidade, em virtude de aquisição feita pelo atual Prefeito, Cel. Argemiro Sampaio, à firma Comercial “Irmãos Pinto & Cia” de Fortaleza, Capital do Estado – de um Conjunto “General Motor”, com os qua-dros respectivos de Cincronização e distribuição e demais acessórios e utensílios. Esta realização Constituindo uma ardente aspiração do povo barbalhense, vitima desde longos anos desse desserviço publico, que roubava a vida noturna da cidade, isolava-a dessas comunicações radiodifusão, e privava-a das instalações de maquinas e aparelhos de industrias, despertou a mais intensa vibração de entusiasmo na população local e populações circunvizinhas. A alvorada foi saudada pela “Philarmonica S. José”, a excurgir de fogos de artificios e vibrantes aplausos ao Senhor Prefeito Municipal, repetindo-se ao meio dia essa nota de intenso regosijo. Durante o decorrer do dia, inumeros Carros penetraram nesta cidade, transportando os elementos de maior destaque das Cidades de Crato, Juazeiro e Missão-Velha. Pelas dezesete e meia horas foi oficializada a inauguração da Empresa, com o Conparecimento das autoridades e grande massa popular, procedendo o benzimento das maquinas, o Revdmo. Vigário Pe. Sávio Gurgel, ao reboar de notas musicais e ao estrepito de baterias e girândolas. Após declarar o Snr. Prefeito Bel. Argemiro Sampaio, inaugurada a Empresa, tomou a palavra o orador oficial, advogado Duarte Júnior: Em notável oração dissertou a risca da grande significação da obra inaugurada, aludindo ao seu elevado custo e ingentes sacrificios despendidos pelo Prefeito. Confeccionado o Conjunto elétrico em “Detroit” nos Estados Unidos, o seu transporte cargas e descargas, taxas aduaneiras, lucros e comissões em sucessivas operações cambiais, tudo isso elevou o seu preço ao maximo; referiu-se á grandesa futura do Brasil com o aproveitamento da energia hidráulica de nossas quédas d’água, enalteceu a extraordinária operosidade

e visão administrativa do Bel. Argemiro Sampaio, ressaltou a intervenção decisiva do Senhor Governador Faustino de Albuquerque, em favor do grande empreendimento, elogiou a escolha do Conjunto “General Mór” e a excelência da luz elétrica – a melhor dessa região –, a liberalidade e honestidade dos Irmãos Pinto e, depois de descortinar sobre o poder aquisitivo e situação das Comunas brasileiras em confronto com as de outros países da América e do Europeu, perorou tecendo um hino à luz, entre vibrantes aclamações da assistência, que ao mesmo tempo ovacionava o Prefeito Argemiro Sampaio, alvo das simpatias e da gratidão do povo barbalhense! À tarde o Grupo “Martiniano de Alencar” sob a direção de Dona Josefa Alves Couto, levou a efeito brilhante passeata, inclusive diversos números de ginástica Sueca. Fizeram-se representar as autoridades: O Excm^o. Snr. Governador do Estado, Desembargador Faustino de Albuquerque e seus Secretários Dr. Aluizio Brancalves e Dr. João Campos, além dos cidadãos, Deputado Celso Sampaio, Deputado José Napoleão, Snr. Fran Martins, Prefeito e Câmara de Juazeiro, Prefeito de Missão-Velha, Coletor Federal de Baturité, Prefeito e Câmara de Parnamirim, Estado de Pernambuco e a Assembleia Legislativa do Estado. Pelas (20) vinte horas, teve início brilhantíssimo sarau dançante na sede do “Cêlma Club” e ao mesmo tempo na sede da Prefeitura Municipal, com o comparecimento das sociedades de Crato, Juazeiro e desta cidade no que possuímos de mais distinto e elegante, prolongando-se com grande calor e animação até alta madrugada, quando se encerraram as festividades deixando no espírito de todos a mais grata impressão. E para constar, eu, Antonio Duarte de Sá Barretto, secretário da Prefeitura Municipal, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Snr. Prefeito, Juiz, Vigário e demais pessoas que o queiram¹¹³.

Argemiro Sampaio – Prefeito

Pedro Pinheiro de Pinho – Juiz Municipal

Pe. Octavio de Sá Gurgel, S.D.S. – Vigário

Manoel Emidio Pinho – Inspetor Escolar.

Joaquim Cruz Sampaio – Comerciante

Joaquim Duarte Sampaio – Cirurgião dentista

Contudo, um dos registros mais significativos do ponto de vista humanitário partiu do Dr. Antônio Luiz Callou. Na 8ª sessão, o médico e vereador apresentou um projeto propondo a criação de uma Maternidade municipal, solicitando o crédito de 8.000 cruzeiros. Em sua justificativa, Callou defendeu a urgência do amparo à “mulher mal vestida, mal alimentada e desamparada no período da gravidez”, caracterizando a medida não apenas sob o viés humanitário, mas também como um imperativo de fraternidade

113 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 15 maio 1948. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPfd0KfHuDuYMFle36dDkDAICD?usp=drive_link.

cristã. O projeto foi aprovado por unanimidade na sessão subsequente, consolidando a atuação da Câmara na proteção social.

[...] Também foi lido anteprojeto nº 4. do Vereador Dr Antonio Lyrio Cal-
lou, pedindo um Credito de Cr\$ 8.000,00 para Maternidade, um projeto de
construção, já fundada e lançada a sua pedra fundamental em 17 de Agosto
de mil novecentos e quarenta e seis data do Centenario do Municipio
de Barbalha. Em razões plausíveis fundamentou logicamente o aumento
das verbas na Receita prevista do Orçamento, nos Impostos Predial e Fo-
mento que foram aumentados de 14.500,00 para Cr\$ 17.000,00 e no
Fomento de Cr\$ 28.000,00 para Cr\$ 30.000,00, e na redução da Despesa
prevista no Titulo 5º Fomento Produção Vegetal, Codificação 8-51-4 de
Cr\$ 8.500,00 para Cr\$ 4.800,00. Os motivos justos apresentados alem de
relatar os meios encontrados dentro os recursos do presente Orçamento é
ainda argumentado com fatos in- refutaveis, em prol da Mulher mal ali-
mentada, mal ves- tida e desamparada no periodo de gravidez. Justificou,
fina- lizando o seu Projeto, não só por humanitario como ainda, como
medida Cristã, de um povo civilisado, e de grande visão social. Submetido
a aprovação foi tambem adiada a materia pelo adiantado da hora, ficando
para ser discutido na proxima Sessão. Não havendo outro assunto o Snr
Presidente suspendeu os trabalhos da presente Sessão, marcando outra
reunião para quarta- Feira 7 de Abril as 13 horas. E eu, Secretario para de
tudo constar lavrei a presente, que depois de lida e aprovada será assinada
pelo Presidente e Secretarios¹¹⁴.

Severino Ribeiro Parentes – Presidente

Antonio Duarte Silva Barreto – Secretario

Como se pode perceber, o fechamento deste ciclo cronológico coincide com um momento culminante para a infraestrutura urbana local: as solenidades de inauguração da Empresa de Luz e Força na Cidade de Barbalha. A chegada da energia elétrica, somada à expansão das rodovias, à regulamentação do comércio e ao fortalecimento das instituições de saúde, coroa o esforço documentado ao longo desse quadro de atividade parlamentar. As atas da Câmara Municipal de Barbalha revelam-se, portanto, muito mais do que papéis amarelados pelo tempo; são a memória viva de uma elite política e de uma comunidade empenhadas em desenhar o futuro de sua terra.

Cidadania, praças e linhas telefônicas: a história de Barbalha através das atas da Câmara

Nos anos da década de 1950, o cotidiano de Barbalha passava obrigatoriamente pelas galerias e salas do Palácio 3 de Outubro, a sede do poder

114 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 2 abr. 1948. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPf0KfHuDyUMFle36dDkDAICD?usp=drive_link.

legislativo local. Longe de ser apenas um espaço de carimbos e formalidades burocráticas, a Câmara Municipal funcionava como uma caixa de ressonância das transformações estruturais, das tensões econômicas e dos costumes de uma sociedade caririense em pleno processo de modernização. Ler as atas daquele período é descortinar uma Barbalha que equilibrava o rigor de suas leis com os desafios práticos de sua gente.

A dinâmica parlamentar: rituais, licenças e um fato inédito

A vida institucional da Câmara era marcada por uma burocracia ritualística rígida. Era comum, por exemplo, que o Vereador Presidente, fosse o Dr. Antônio Lívio Callou ou o Dr. Ciro Coêlho, solicitasse o afastamento temporário da condução da Mesa Diretora, passando o comando ao secretário, apenas para ter o direito de subir à tribuna e apresentar ou defender um projeto de sua própria autoria.

compareceram às 18 horas no Palacio (sede da Camara Municipal) os vereadores: Dr. Luiz Lopes, Antonio Duarte, Epifanio Cruz, Joaquim Costa Sampaio e Nelson Felgueiras. Havendo numero legal foi declarada aberta a sessão. Ato seguido o Secretario fez a leitura da ata da sessão anterior, que logo submetida a aprovação, foi aprovada unanimemente e em seguida assinada pelo Presidente e Secretario. O expediente constou das seguintes materias: Projeto-Lei nº 107 que dispõe da abertura de um credito especial de 28.800,00 na forma de substitutivo do relator Nelson Felgueiras, posto em ultima votação, foi o mesmo aprovado unanimemente. Usou da palavra o Vereador Presidente Sr. Luiz Lopes, pedindo para afastar-se da Presidencia da Casa, para apresentar o seu projeto, foi aprovado em votação pela Casa, ocupou a Presidencia o vereador Secretario, que na continuação dos trabalhos [...] ¹¹⁵.

Mas o que realmente chama a atenção nas sessões de 1954 é a complexa “dança das cadeiras” gerada por pedidos de licença. Em uma das sessões, o Dr. Ilio Sampaio pediu afastamento por conta de ocupações particulares. O seu primeiro suplente pelo Partido Representação Popular (PRP) ¹¹⁶, Cristóforo

115 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 3 mar. 1954. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WHSmaaZTcKKzcsiKoxXOHvDr9vi9vYoK?usp=drive_link.

116 No âmbito político do Brasil da década de 1950 a sigla PRP significava Partido de Representação Popular. Era o partido do O Novo Integralismo. O PRP foi fundado em 1945 por Plínio Salgado. Ele funcionava como o herdeiro direto da antiga Ação Integralista Brasileira (AIB), o maior movimento de inspiração fascista do Brasil nos anos 1930, os famosos “camisas-verdes”. Para poder atuar na democracia do pós-guerra, Plínio Salgado e seus aliados suavizaram o discurso. Abandonaram a retórica abertamente antidemocrática e autoritária dos anos 30 e adotaram uma postura focada no nacionalismo, no anticomunismo ferrenho, no

Costa Sampaio, assumiu e, ato contínuo, também pediu licença. O segundo suplente, José Duarte de Sá Barreto, enviou um ofício desistindo de assumir por motivos de saúde; a justificativa médica, registrada com a sinceridade da época, apontava que ele “estava privado de subir escadas”.

Foi esse encadeamento de imprevistos que abriu caminho para um marco histórico na política barbalhense: a convocação e posse da terceira suplente, a Senhorita Argentina de Sousa Viana. O registro em ata não esconde o impacto do acontecimento: o Presidente manifestou o seu contentamento e o da Casa por contar, pela primeira vez, com uma figura feminina legislando, classificando o fato como um *“acontecimento inédito na história da Câmara Barbalhense”*.

No curso da sessão compareceu o Vereador Dr. Ilio Sampaio, que usando da palavra, pediu licença até o fim do ano de ano [sic] para afastar-se da Câmara, alegando ocupações que os privava ao comparecimento, á tratos, a pedido de licença, requerido pelo Vereador Dr. Ilio Sampaio, o Sr. Presidente convocou o 1º Suplente de Vereador pelo “Partido Representação Popular” Sr. Cristoforo Costa Sampaio, que achava-se presente e logo em seguida foi empossado, sendo dispensado de prestar o Compromisso de acordo com a Lei Organica dos Municipios por ja ter o mesmo prestado quando exerceu o mandato no exercicio passado. Nesta mesma ocasião usando da palavra o vereador empossado Cristoforo Costa Sampaio; pediu licença até o fim do corrente ano, alegando que suas inumeras ocupações o privava de comparecer, e nesta mesma ocasião foi entregue a Presidencia da Casa de um oficio do 2º Suplente de Vereador pelo mesmo partido P.R.P. Sr. José Duarte de Sá Barreto, que logo entregou à Secretaria para leitura do mesmo, observou-se de tratar-se de pedido de dizistencia de seu comparecimento, alegando seu estado de saude abalado, que por prescrição medica o privava de subir escadas. Atendimento foi convocado o 3º Suplente de Vereador do mesmo Partido P.R.P. senhorita Argentina de Sousa Viana, que achando-se presente, foi convidada pelo Sr. Presidente a prestar o compromisso legal, exigido por lei e bem assim o diploma de 3º Suplente, preenchido as formalidades da lei, foi a mesma empossada no

conservadorismo e nos valores cristãos/espirituais. O Contexto de 1954: Em 1954, o Brasil vivia uma crise política dramática que culminou no suicídio de Getúlio Vargas em agosto daquele ano. O PRP posicionava-se na ala da direita conservadora. Embora fosse um partido de médio para pequeno porte no Congresso, ele tinha uma base eleitoral muito fiel, concentrada principalmente nas colônias de imigrantes alemães e italianos no Sul do país, como no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As Eleições de 1954 e 1955: Nas eleições parlamentares de outubro de 1954, o partido conseguiu eleger deputados federais importantes. Esse fortalecimento nas urnas serviu de trampolim para que, no ano seguinte, 1955, o líder Plínio Salgado se lançasse candidato à Presidência da República, obtendo cerca de 8% dos votos. Para aprofundamento dessa temática considerar: SILVA, Giselda Brito. **A lógica da suspeição contra a força do sigma**: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. PARENTE, Josênio Camelo. **Integralismo no Ceará**: a utopia conservadora. Fortaleza: UFC, 1999.

respectivo Cargo de Vereador. Nesta ocasião, o Presidente, tendo manifestado o seu contentamento e da Casa do legislativo, em contar com uma Senhorita tomando parte dos trabalhos da legislação, que seria um acontecimento inédito na história da Câmara Barbalhense¹¹⁷.

A fiscalização do dinheiro público e o embate político

As atas revelam que o Poder Legislativo de Barbalha exercia um papel ativo de fiscalização sobre o Poder Executivo, muitas vezes blindando o erário de excessos. Nesse sentido, a Casa Legislativa destacava-se como uma das vozes mais firmes na defesa do rigor fiscal.

O grupo de oposição frequentemente batia de frente com as mensagens do Prefeito que solicitavam a “suplementação de verbas extintas” – ou seja, quando a Prefeitura gastava primeiro para depois pedir a regularização do crédito à Câmara. Para os edis, a prática violava os dispositivos constitucionais, pois o correto seria solicitar o crédito antecipadamente.

Aos trinta dias do mês de março do ano de mil novecentos cinquenta e quatro, compareceram às 13 horas, os vereadores: Dr. Lívio Callou, Antônio Duarte, Joaquim Cruz Sampaio, Dr. Pio Sampaio e Epifânio Cruz Sampaio, havendo número legal o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida o Secretário fez a leitura da ata, submetida a discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O expediente constou da seguinte matéria: Projeto de Lei nº 100, que dispõe de Suplementações de verbas para regularização do escrito da Prefeitura, submetido a discussão e votação foi o mesmo aprovado em 1ª votação com restrições dos vereadores Joaquim Cruz Sampaio e Dr. Pio Sampaio, que se manifestaram contrários a prática da suplementação de verbas extintas, isto é, para, solicitada depois de realizada a despesa, contrário aos dispositivos Constitucionais. Projeto de Lei nº 101, que dispõe de Crédito Especial de Cr\$ 40.930,00 destinado ao pagamento de subvenções não pagas no exercício de 1953, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade¹¹⁸.

Essa postura de contenção de despesas se repetia na votação de auxílios financeiros. Quando o Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros (em São Lourenço-MG) ou o Congresso Estadual convidavam a Câmara e solicitavam verbas para custear passagens e hospedagens (valores que orbitavam entre Cr\$ 6.000,00 e Cr\$ 7.000,00), os vereadores frequentemente costumavam

117 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 1954. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WHSmaaZTcKKzcsiKoxXOHvDr9vYoK?usp=drive_link.

118 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 30 mar. 1954.

“substitutivos” para reduzir drasticamente os valores para Cr\$ 1.000,00 ou Cr\$ 2.000,00. Em alguns casos, por falta de voluntários dispostos a viajar ou por economia, a Câmara simplesmente autorizava o secretário a enviar um telegrama agradecendo e justificando a ausência do município.

Em seguida, se leu um telegrama do Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, convidando um membro da Câmara, para se fazer representar no grande certame a realizar-se em 14 de Maio próximo na Cidade de São Lourenço, Minas Gerais, e ao mesmo tempo solicitando o financiamento de Cr\$ 6.000,00 para as despesas de passagem e hospedagem, o assunto foi discutido, não havendo nenhum vereador que aceitasse a incumbência, sendo autorizado o secretário a telegrafar agradecendo e justificando a não representação desta Câmara no Congresso. Esgotada a hora regimental o Sr. Presidente levou-se a sessão, declarando encerrada. E eu secretário para de tudo constar, lavrei esta que depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente e Secretário¹¹⁹.

Antonio Lívio Callou (Presidente)

Antonio Duarte de Queiroz (Secretário)

Se faz importante ressaltar que o papel das Câmaras Municipais na contenção e fiscalização de despesas entre 1945 e 1960 foi de aprendizado institucional sob condições adversas. Embora a redemocratização tenha devolvido a legitimidade política aos legislativos locais, a herança do clientelismo aliada à crônica falta de quadros técnicos impediu que as Câmaras atuassem de forma plenamente eficaz no controle dos gastos públicos, um desafio estrutural que o municipalismo brasileiro levaria décadas para começar a mitigar.

O desenho da cidade: urbanismo e integração territorial

A década de 1950 também foi o momento de planejar e erguer cartões-postais e infraestruturas que definem Barbalha até hoje. Dois grandes eixos saltam aos olhos nos projetos de lei debatidos.

Um deles é o que tratou da nomeada “Praça do Ginásio”: O Dr. Lívio Callou e o Dr. Ciro Coêlho empenharam-se na abertura de créditos especiais (que variaram entre Cr\$ 20.000,00 e Cr\$ 30.000,00) para a construção de uma praça em frente ao Ginásio Santo Antônio, que estava prestes a ser inaugurado. Nas palavras orgulhosas dos parlamentares, tratava-se de uma obra de “embelezamento urbanístico” necessária para emoldurar aquela artéria da cidade, visto que o colégio era considerado “talvez o maior edifício

119 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 6 abr. 1954. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WHSmaaZTcKKzcsiKoxXOHvDr9vi9vYoK?usp=drive_link.

do Nordeste” na época. O projeto foi tão bem amarrado que os vereadores exigiram a apresentação prévia de “croquis” (desenhos técnicos) antes de aprovarem valores mais robustos.

Usou da palavra o Vereador Dr. Livio Callou, expondo os objetivos que o levavam à tribuna, a fim de fazer uma exposição de justos motivos, à necessidade de dotação à cidade de mais uma praça, e esta localizada em frente ao Ginásio Santo Antonio em construção nesta cidade. Fez a leitura do projeto, e o crédito, sendo pequeno para agigantada obra de embelezamento urbanístico d’aquela arteria, recebeu de início varias sugestões para que o mesmo viesse acompanhado de Croquis com pedido de Crédito mais elevado, diante o pronunciamento unanime da Casa, o orador agradeceu o apoio hipostado a sua iniciativa, prometendo votar na proxima sessão com o projeto e Croquis da futura praça. Obrigando-se de explicações, discursou o Vereador Dr. Lívio, sobre o embelezamento d’aquela arteria com uma praça em frente ao futuro Ginásio prestes a se inaugurada, obra que muito honra a nossa Terra, por tratar-se de um edificio talvez o maior do Nordeste. Esgotada a hora regimental o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão. E eu secretario, lavrei esta que depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente e por mim Secretario¹²⁰.

Antônio Lyrio Callou Presidente

Antenor Duarte de S. Barreto Secretário

O outro eixo dos debates da Câmara Municipal tratou da instalação da Linha Telefônica¹²¹ de Arajara. Naquele cenário, representava um marco de integração, e teve a aprovação de Cr\$ 15.000,00 para instalar uma rede telefônica ligando a sede urbana de Barbalha à Vila de Arajara, além de reformas na cadeia pública daquela localidade. Demonstrando preocupação com o alcance social da tecnologia, o vereador Joaquim Cruz Sampaio emplacou uma emenda para que o aparelho telefônico não ficasse restrito, mas sim instalado em um local público, ao alcance de qualquer cidadão: o Café de Orlando Ribeiro.

Projeto de Lei nº 102, que dispõe sobre abertura de Crédito Especial de Cr\$ 15.000,00 destinado a instalação de uma rede telefônica ligando esta cidade à Vila de Arajara submetido a 2ª discussão e votação foi o mesmo aprovado de acordo com a emenda nº 1 ao projeto, de autoria do Vereador Joaquim Cruz Sampaio.

120 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 28 abr. 1954. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WHSmaaZTcKKKzcsiKoxXOHvDr9vi9vYoK?usp=drive_link.

121 Para análise da temática: MORAES, Kátia Maria de. **O telefone na vida cotidiana do Rio de Janeiro (1877-1950)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

A 3ª Mensagem lida acompanhada do Projeto-Lei nº 102, que abre um Crédito especial de Cr\$ 15.000,00 para instalação de uma rede telefônica desta cidade à Vila de Arajara, foi posto em 1ª discussão e votação, recebendo o mesmo aprovação unânime, seguido de uma emenda do Vereador Joaquim Cruz Sampaio, para que os aparelhos fossem colocados em lugar público ao alcance a qualquer momento de todos que necessitassem para negócios úteis e de interesse Coletivo, designando o Café de Orlando Ribeiro, onde ficará instalado o aludido telefone.

Na continuação dos trabalhos foi lida a Mensagem nº 101, acompanhada do Projeto-Lei nº 101 que dispõe sobre o pedido de Crédito especial de Cr\$ 10.930,00 para pagamento de dos subsídios não pagos no ano anterior e ainda para consertos de prédios da Cadeia pública de Arajara, sede do 3º distrito deste município, depois de longas considerações em torno do mesmo, foi submetida a 1ª discussão e votação, recebendo aprovação unânime¹²².

As Sessões da Câmara estabeleciam assim debates importantes. As décadas de 1940 e 1950 no Brasil foram marcadas por um crescimento urbano acelerado e pela interiorização do país. Nesse cenário de transição de um Brasil rural para um Brasil urbano, as comunicações telefônicas e a segurança pública operaram como dois termômetros das contradições da nossa modernização.

Nessa direção, tanto as comunicações telefônicas quanto a segurança pública nas décadas de 40 e 50 expunham as dores de crescimento de um Brasil que corria contra o tempo para ser moderno nas estruturas econômicas, mas que engatinhava na prestação de serviços básicos aos seus cidadãos.

O Mercado, a fé e as tensões do cotidiano

Para além das grandes obras, a Câmara enfrentava os problemas do dia a dia do povo. Um dos debates mais calorosos envolveu um requerimento do vereador Eptácio Cruz contra os abusos praticados pelos marchantes (magarefes) no Mercado Público. Havia denúncias graves de adulteração de produtos e falta de higiene – relatos da época mencionavam até o uso fraudulento de água e sal para alterar o peso das mercadorias.

Findo em continuação da matéria do expediente foi lido um requerimento do vereador Eptácio Cruz, endereçado ao Prefeito Municipal, em que solicitava a abertura do açougue no interior e subúrbios da cidade, a fim de estabelecer uma concorrência contra os abusos e exploração da

122 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 26 mar. 1954. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WHSmaaZTcKKzcsiKoxXOHvDr9vi9vYoK?usp=drive_link.

economia popular por parte dos marchantes do Mercado Público desta cidade; citando no aludido requerimento a falta de honestidade dos marchantes no comércio da carne e toucinho, que usavam a pratica criminosa, de emprego de agua e sal no mesmo, de tal maneira que chegou em um kilo de ovos gramas de policarbo extrai 350 gramas de sal. O assunto foi muito apreciado, não deixando de merecer elogios e louvores pela iniciativa, porém, opinou o vereador Antenor Seraphim, para que o Prefeito, tomando conhecimento dos fatos graves ocorridos no Mercado, deveria impor uma fiscalização eficiente enérgica e constante contra os magarefes infratores, e nunca permitir a prosperidade novos açougues, de vez que, o Executivo, ressentia-se de fiscal enérgico e ativo para por termo a esses abusos, como inclusive encontrar fiscaes capazes de imprimir essa cautella em poucos açougues na cidade, quando os profissionais deste ramo de negocio, quasi na sua totalidade é constituída de pessoas irresponsaveis, analfabetos, rusticos, destituídos de traço assistencial, enfim, homens que se misturam com porcos, os Comentários foram alongados e sugestões inúmeras, sendo encaminhado o requerimento ao Sr. Prefeito para os devidos fins. Esgotada a materia da ordem do dia falou o Sr. Presidente sôbre a continuação da tomada das contas de Prefeito¹²³.

O debate escalou de tom nas sessões. Enquanto uns pediam a abertura de novos açougues nos subúrbios para forçar a livre concorrência e quebrar o monopólio, outros parlamentares, como Antenor Seraphim, alertavam que o problema era a falta de uma fiscalização municipal “enérgica e eficiente”. A linguagem áspera das atas reflete o preconceito da elite política da época em relação aos trabalhadores do mercado, descritos em momentos de tensão como “rústicos”. Após intensos debates, as expressões mais pesadas foram suavizadas em ata para “homens que lidam com porcos”, e o caso foi encaminhado ao Prefeito.

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de mil novecentos cinquenta e quatro, compareceram às 15 horas no Palácio 3 de Outubro, sede da Câmara Municipal, os vereadores: Dr. Lívio Calixto, Antonio Duarte, Epitácio Cruz, Severino Ribeiro, Nestório Felgueiras e Joaquim Cruz Sampaio. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida o Secretário fez a leitura da ata da sessão anterior, que submetida a discussão foi aprovada, com restrição do vereador Epitácio Cruz, que disse não ter sido constado em ata o apelo dos vereadores Joaquim Cruz Sampaio e Pio Sampaio referente ao seu pedido de abertura de açougues em requerimento ao Prefeito, nas zonas urbanas e suburbanas da cidade. Também lembrou, o Sr. Presidente, que nas considerações do vereador Antonio Duarte relativas aos comentários dos marchantes (magarefes de

123 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 27 abr. 1954. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WHSmaaZTcKkZcsiKoxXOHvDr9vi9vYoK?usp=drive_link.

toucinho), mencionava que “outros que se misturam com porcos”, no que foi aceito pelo Vereador Antonio Duarte a substituição da frase, por “homens que lidam com porcos”. Logo em seguida foi a ata assinada pelo Presidente e Secretário¹²⁴.

As tentativas de controle de preços via tabelamento ou mesmo estimulando a concorrência e a fiscalização, muitas vezes agravaram o problema, gerando escassez e empurrando a população de baixa renda de volta para a informalidade e para os alimentos sem controle sanitário, demonstrando que a modernização urbana não se sustentava sem reformas estruturais na produção e na distribuição de alimentos.

A partir de uma perspectiva relevante, temos o tema da religiosidade – marca indelével da identidade barbalhense – também passava pelo crivo financeiro do Palácio 3 de Outubro. Naquele ano, a passagem da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima mobilizou a região¹²⁵. A prefeitura tentou aprovar verbas para pagar publicidades em revistas de Fortaleza, como a *Contemporânea* e a *Revista Arquidiocesana*, que registrariam os aspectos religiosos da festa e os discursos oficiais. Novamente, a Câmara agiu com cautela: reduziu os créditos propostos e chegou a designar uma comissão para “entender-se com o Vigário” da paróquia, investigando se o pedido era uma iniciativa oficial da Igreja ou um interesse particular de terceiros.

Projeto-Lei nº 105 acompanhado de Mensagem do Prefeito, que pede um crédito especial de Cr\$ 4.000,00 no orçamento vigente, para atender uma solicitação da Revista Arquidiocesana “Nossa Senhora de Fátima” referente às solenidades religiosas, na visita da Imagem Peregrina de N. S. de Fátima a esta cidade em Outubro p. passado, o aludido projeto foi largamente discutido, tendo o Vereador Joaquim Cruz Sampaio, sugerido a Casa para ouvir o Vigário, se o representante de recebeu tinha sido credenciado pelo arcebispo, para angariar este donativo, ou se, a iniciativa

124 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 28 abr. 1954. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WHsmaaZTcKkzcsiKoxXOHvDr9vi9vYoK?usp=drive_link.

125 A jornada da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima pelo Brasil na década de 1950, especialmente durante sua histórica visita em 1953, foi muito mais do que um fenômeno de piedade popular; ela funcionou como uma das mais poderosas e sofisticadas operações políticas de massa da história do catolicismo brasileiro. Em um país majoritariamente católico, a Igreja e as elites conservadoras souberam canalizar a imensa devoção popular à Virgem de Fátima para construir uma barreira ideológica e espiritual contra o avanço do comunismo e das transformações sociais da época. A passagem da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima na década de 1950 foi o grande laboratório das chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreriam uma década depois, em 1964. Sobre o tema, considerar: MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002. SERRA, João B. As viagens da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima (1947-1954): diplomacia e devoção na Guerra Fria. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, Lisboa, v. 10, n. 18, p. 143-165, 2012.

ia de caráter particular, ficando designado os vereadores: Dr. Luiz Callou e Joaquim Cruz Sampaio, para entenderem-se com o Vigário sobre o assunto, e oportunamente em sessão se pronunciarem em torno do assunto, Projeto-Lei nº 105, que dispõe da abertura de um Crédito Especial de Cr\$ 6.000,00 para atender as despesas com a publicidade da revista “Contemporânea” editada em Fortaleza, assinalando os aspectos religiosos por interior, quando do ensejo da Imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima em sua passagem a esta e outras cidades, assumiu o referido projeto, longamente discutido, recebeu emenda dos vereadores Joaquim Cruz Sampaio, Epitácio Cruz e R. Filgueiras, reduzindo o crédito de Cr\$ 6.000,00 para Cr\$ 2.000,00, sugerindo ainda o vereador Joaquim Cruz Sampaio, que a publicidade na Revista Contemporânea devia figurar inclusive o discurso do orador oficial quando do ato da recepção da imagem peregrina. Posto em discussão e votação foi aprovado em 1ª votação conjuntamente ao substitutivo que fixa em Cr\$ 2.000,00¹²⁶.

Naquele cenário, a Igreja e os setores conservadores testaram e comprovaram a eficácia de utilizar símbolos religiosos profundos do povo brasileiro como ferramentas de mobilização política e de coesão social anticomunista. A Virgem Peregrina cumpriu, assim, uma dupla função: alimentou a fé legítima de milhões de brasileiros e, simultaneamente, operou como uma poderosa força geopolítica de contenção das reformas de esquerda no tabuleiro da Guerra Fria nacional.

O debate sobre as licenças e o pagamento de professoras substitutas

Outro eixo deu lastro para importantes debates na Câmara Municipal de Barbalha durante a década de 1950. Esse relacionado à educação no município e às condições de trabalho dos profissionais em educação. O ponto central sobre os vencimentos e afastamentos de professoras aparece na discussão do Projeto de Lei nº 106. O texto mostra variações de valores em diferentes sessões o que indica que passou por revisões, emendas ou transcrições de momentos diferentes da tramitação, revelando um forte debate sobre o direito à licença.

Projeto-Lei nº 106, que dispõe sobre abertura de um Crédito Especial de Cr\$ 4.120,00 destinado ao pagamento das professoras substitutas das professoras licenciadas para tratamento de saúde, licença prêmio e de gestante, como determina a lei estadual. Posto em discussão e votação, foi o mesmo, longamente discutido e analisado com ficha detalhe e conveniência

126 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 27 abr. 1954. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WHSmaaZTcKkZcsiKoxXOHvDr9vi9vYoK?usp=drive_link.

do mesmo, para em seguida, posto pelo Sr. Presidente em votação, o qual recebeu aprovação por 3 votos, contra o Sr. 1º Secretário Joaquim Cruz Sampaio, que alegou ser a medida um precedente para as professoras prevalecerem-se de licenças nesta altura, e o vereador Ruah Filgueiras, discordou do colega, esclarecendo que a licença só era permitida mediante atestado médico, o que os médicos mais fáceis punham-se de fornecer de um modo afastado gracioso¹²⁷.

O Projeto de Lei nº 106 dispunha sobre a abertura de créditos especiais (registrado em momentos diferentes como Cr\$ 4.430,00, Cr\$ 4.120,00 e Cr\$ 1.250,00) destinados especificamente ao pagamento de professoras substitutas para assumirem as cadeiras de ensino no lugar de professoras licenciadas para tratamento de saúde, licença-prêmio e gestantes, conforme determinava a lei estadual.

A votação não foi pacífica e gerou divergências entre os vereadores. Os principais posicionamentos tiveram a seguinte composição: o vereador Joaquim Cruz Sampaio votou contra a medida. Ele argumentou que a aprovação desse crédito abriria um “precedente para as professoras prevalecerem-se de licenças nesta altura”. De sua parte, o vereador Dr. Lívio Callou escusou-se de opinar em um dos momentos, chegando a classificar a medida como uma “injustiça e sobretudo quase inconstitucional”, defendendo que deveria ser uma lei ordinária com dotações amplas que se estendessem a todas. Em defesa das professoras, os vereadores R. Filgueiras e Newton Nogueira rebateram as críticas, esclarecendo que o afastamento não era arbitrário, mas sim um direito garantido que “só era permitido mediante atestado médico”. Newton Nogueira defendeu a lisura do processo argumentando que “os médicos locais jamais prestariam se ao fornecimento de um atestado gracioso”, ou seja, por favor ou sem necessidade real.

Ao final, O projeto acabou sendo aprovado nas votações em plenário por maiorias de 3 votos e 5 votos nas sessões em que foi apreciado.

Criação de novas escolas e contratação de professoras

Sobressaindo como relevante para a educação do município de Barbalha sendo objeto de debates na Câmara Municipal, aparece na tramitação do Projeto de Lei nº 107. Acompanhado de uma Mensagem do Prefeito Municipal, este projeto solicitava inicialmente a abertura de um Crédito Especial de Cr\$ 30.000,00 para a criação de escolas com professoras contratadas.

127 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 27 abr. 1954. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WHSmaaZTcKkZcsiKoxXOHvDr9vi9vYoK?usp=drive_link.

Projeto-Lei nº 107, acompanhado de Mensagem do Prefeito, solicitando um Crédito especial de Cr\$ 30.000,00 para criação de escolas com professoras contratadas, posto em 1ª discussão e votação o projeto, recebeu emenda do Vereador Neroly Filgueiras, que reduziu o crédito para Cr\$ 23/801,00, fixando o número de cadeiras em 15, e pedicimação de Cr\$ 200,00, sendo aprovado por unanimidade pela forma do substitutivo do Vereador Neroly Filgueiras¹²⁸.

O projeto recebeu uma emenda do vereador Neroly Filgueiras, que reestruturou a proposta. Ele reduziu o crédito total para Cr\$ 23.801,00, mas fixou especificamente o número de cadeiras de ensino em 15 novas turmas/escolas, estabelecendo uma gratificação/vencimento de Cr\$ 200,00. Dessa forma estruturada, o projeto foi aprovado por unanimidade na Casa.

Os debates e posicionamento da Câmara Municipal nesse recorte revelam que a educação¹²⁹ em Barbalha na década de 1950 passava por uma fase de expansão, com a criação de 15 novas cadeiras de ensino através de professoras contratadas, ao mesmo tempo em que a Câmara começava a lidar com as demandas de direitos trabalhistas da categoria. A discussão em torno do Projeto nº 106 põe à mostra o embate político entre uma visão mais conservadora, que temia o absenteísmo ou o “abuso” de direitos de licença médica e de gestante, e uma ala que defendia a legalidade e a necessidade de garantir a substituição remunerada para que as turmas não ficassem sem aula.

É importante destacar que o período entre o fim do Estado Novo, 1945, e o golpe civil-militar de 1964 é um dos momentos mais vibrantes, complexos e contraditórios da história da educação no Brasil. Com a redemocratização, o país viveu uma ebulição de debates pedagógicos, disputas ideológicas e projetos que tentavam responder a um desafio central: modernizar o país e incluir as massas populares que migravam para as cidades através da escola. Com o avanço da industrialização e do êxodo rural, as pessoas deixando o campo rumo às cidades, a demanda por escolarização explodiu. O Estado expandiu o número de escolas, mas o sistema continuou elitista e excludente.

Dessa forma, se pode perceber que essas questões permeavam os debates na Câmara Municipal de Barbalha, com aspectos que se posicionavam

128 ATA da Câmara Municipal de Barbalha, 14 abr. 1954. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1WHSmaaZTcKKzcsiKoxXOHvDr9vi9vYoK?usp=drive_link.

129 Sobre o tema da Educação no Brasil dos anos 1950: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Caminhos da Educação). SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2013.

acerca de temas como direitos de trabalhadores/as em educação, contratação de professores/as, condições de trabalho e criação de escolas. Era uma espécie de representação local dos grandes debates do Brasil daquele recorte.

As atas da Câmara Municipal de Barbalha são muito mais do que um repositório de burocracia administrativa; elas funcionam como uma máquina do tempo. Nelas, vemos uma cidade que discutia o preço da carne no mercado ao mesmo tempo em que comemorava a entrada da primeira mulher na política, planejava praças monumentais e debatia como o telefone mudaria a vida dos moradores do distrito de Arajara. Através do olhar atento de seus vereadores, Barbalha escrevia, linha por linha, as páginas de sua própria modernidade.

Culturas políticas e conservadorismo no Brasil dos anos 1950 e 1960: a passagem de Plínio Salgado por Barbalha

A historiografia contemporânea sobre o Brasil das décadas de 1950 e 1960 superou as leituras mecanicistas que enxergavam a polarização política do período como um mero duelo entre dois blocos rígidos e monolíticos. Os debates atuais revelam uma cultura política dinâmica, marcada pela fluidez, por ambiguidades e por constantes reorganizações ideológicas diante do impacto da industrialização e das tensões globais da Guerra Fria. No centro dessa disputa, tanto a esquerda quanto a direita buscavam hegemonizar o significado de modernização nacional, operando através de discursos que combinavam tradição, reformismo e o uso estratégico das instituições democráticas da chamada Terceira República (1946 – 1964).

Nesse cenário de disputas, no campo das esquerdas, a principal força motriz do período era o nacional-reformismo e a linguagem do populismo trabalhista, hegemonizada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e articulada pragmaticamente com o Partido Comunista. As esquerdas conectaram a luta por direitos sociais ao projeto das Reformas de Base. Grupos heterogêneos, que iam de sindicatos urbanos às Ligas Camponesas e ao movimento estudantil, tensionavam o Estado desenvolvimentista para que a inclusão social e a soberania econômica fossem pré-requisitos fundamentais para a modernização do país¹³⁰.

Por outro lado, as forças conservadoras atuaram de forma articulada em múltiplas frentes, mesclando o liberalismo econômico da União Democrática

130 Para aprofundar essa discussão: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. SANTOS, Wanderson Chaves. *As direitas no Brasil: história, memória e atuação política no século XX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. AARÃO REIS, Daniel; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *As esquerdas no Brasil (Vol. 2): Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Nacional (UDN), o aparato de doutrinação empresarial do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), além da mobilização de setores religiosos e da classe média urbana. É nesse ambiente que a trajetória de Plínio Salgado e do Partido de Representação Popular (PRP) ganha relevância teórica. Diferente da fase abertamente fascista da Ação Integralista Brasileira (AIB) nos anos 1930, Salgado adaptou o PRP ao jogo eleitoral do pós-guerra, reconfigurando o lema “Deus, Pátria e Família” como uma plataforma anticomunista moral e cristã, o que transformou o legado doutrinário integralista em capital parlamentar legítimo e converteu seu eleitorado em uma importante base de sustentação ideológica que desaguiaria no apoio ao golpe de 1964 e na posterior adesão à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Compreende-se, assim, que a ruptura de 1964 não resultou de um colapso irracional do sistema partidário, mas do choque frontal entre dois projetos antagônicos de nação. De um lado, posicionava-se uma esquerda que buscava expandir a democracia por meio da democratização da terra, do voto e do capital. Do outro, articulava-se uma direita heterogênea – do empresarial moderno aos remanescentes do integralismo de Plínio Salgado – que enxergava nessa mobilização popular uma ameaça subversiva à ordem e à propriedade privada, optando por dismantelar a ordem constitucional em nome da segurança nacional e da preservação dos valores cristãos ocidentais.

Ao projetar esse panorama nacional sobre a escala regional, torna-se premente analisar o impacto desses espectros políticos no interior do Nordeste, onde a presença do Integralismo e a passagem de seu “Chefe Nacional” pela região do Cariri cearense constituem um dos episódios mais marcantes do conservadorismo e do messianismo político regional. A partir de 1933, a AIB expandiu-se rapidamente pelo interior do Ceará. Em Barbalha, o movimento encontrou solo fértil e tornou-se o principal feudo do conservadorismo regional, catalisado pela adesão de oligarquias e famílias de prestígio local, como a família Sampaio. Os periódicos das décadas de 1930 e 1950 registram uma cidade onde a adesão popular se mesclava com o catolicismo tradicional e com ritos bem estruturados. A apropriação simbólica manifestava-se nos desfiles dos “camisas-verdes”, nos orfeões infantis, no hasteamento de bandeiras com a letra grega Sigma e na saudação “Anauê!”. Paralelamente, a imprensa católica e os panfletos doutrinários faziam circular a ideia de que o Integralismo representava a continuação da defesa da fé contra o “perigo comunista”, associando a doutrina às tradições devocionais da região.

O jornal *O Nordeste*, de 21 de novembro de 1934, descreveu:

No dia 15, o Cariri [...] assistiu, curioso, a um espetáculo novo que perturbou de interrogações o cérebro do povo. [...] Na manhã do dia 15 [...]

desfraldavam, também, pelas ruas do Crato, a bandeira azul e branca do integralismo. [...] Às 12 1/2 horas, a milícia dirigiu-se à vizinha cidade de Barbalha. Desfile pelas ruas de Barbalha. Reunião no Theatro [...]. Fundação do Núcleo Integralista da localidade. Muito entusiasmo dos oradores e da milícia. Fusão forte e entusiasmos populares.

Em desdobramento a essa consolidação, o jornal *A Razão*, de 5 de julho de 1936, deu o seguinte destaque ao fortalecimento institucional do movimento na cidade com a criação de espaços educativos e de formação cívica:

Em primeiro de maio foi fundada a Escola Integralista, sob a direção dos camisa-verdes Antonio Leite Gondim, José Feijó de Sá, da companheira Argentina Torres, a professora Zuleide de Carvalho e Alacoque Sampaio, que além das noções constantes dos programas escolares, ensinam o verdadeiro civismo, o culto à Pátria, e as nossas tradições. [...] Falou por último, o Dr. Pio Sampaio sobre o perigo comunista que ameaçava todas as nações e em particular o Brasil. A sessão foi encerrada com a primeira parte do Hino Nacional e o juramento de fidelidade a Plínio Salgado.

A despeito dessa precoce articulação nos anos 1930, o grande acontecimento simbólico gravado na memória política regional foi a visita de Plínio Salgado a Barbalha nos anos 1950. Após o fim do Estado Novo e o retorno do seu exílio em Portugal, Salgado fundou o PRP em 1945 e iniciou caravanas pelo país. Sua chegada a Barbalha, no contexto de articulação de sua candidatura à Presidência da República em 1955, reuniu forte apelo festivo, religioso e partidário. A imprensa do Cariri e as rádio emissoras locais anunciaram o evento não apenas como um ato partidário, mas como a visita de um líder intelectual e espiritual. A recepção de massas reuniu a população urbana e rural em atos públicos, conferências e eventos sociais. Membros da família Sampaio e lideranças locais, como o Dr. Pio Sampaio, Antônio Costa Sampaio e Antônio Gondim, posicionaram-se ao lado do “Chefe Nacional”, sacramentando a aliança entre o PRP e a elite local. Em seus discursos, Plínio exaltava a espiritualidade do povo caririense, apontando Barbalha como um baluarte da ordem, da família e da fé cristã contra as ideologias seculares.

A cobertura jornalística do evento expôs a clivagem política da época através de uma dupla narrativa. De um lado, a imprensa conservadora e partidária retratava a vinda de Plínio como um evento apoteótico, enfatizando a disciplina dos militantes, o resgate do legado do movimento reformatado sob a sigla do PRP e a devoção do público ao líder. De outro lado, periódicos liberais e de esquerda denunciavam o caráter autoritário do passado fascista da AIB, alertando contra a manipulação do sentimento religioso das populações do interior. A passagem de Plínio Salgado por Barbalha, registrada em jornais,

boletins e acervos fotográficos, selou a reputação do município como o polo mais resistente do pensamento integralista e perrepista no Ceará. Mesmo após a extinção do PRP e a transição dos quadros conservadores locais para a ARENA a partir de 1964, a visita do Chefe permaneceu na memória política do Cariri como o grande marco da força das direitas e da coesão das elites tradicionais no interior cearense.

Com efeito, a recepção apoteótica e a atmosfera festiva que marcaram a visita de Plínio Salgado a Barbalha encenaram, no espaço público, a força do conservadorismo e do tradicionalismo que moldavam a cultura política local nas décadas de 1950 e 1960. Mais do que um evento circunstancial, a passagem do líder neointegralista funcionou como um catalisador ideológico, oferecendo coesão doutrinária e visibilidade às elites e setores tradicionais da cidade. O impacto desse encontro gravou-se profundamente na memória política caririense, legando referências e alinhamentos cujos reflexos e matrizes discursivas reverberam, em dinâmicas de longa duração, até o cenário político contemporâneo.

Nesse sentido, a adesão ao projeto salgadista não se limitou à conjuntura eleitoral ou ao entusiasmo passageiro dos palanques; entranhou-se na própria identidade de lideranças influentes da região, que converteram esse ideário em marca indelével de suas trajetórias. A fidelidade a essa vertente conservadora demonstrou ser tão visceral que acompanhou figuras locais até o limiar da vida, desdobrando-se no gesto derradeiro de inscrever em seus próprios epitáfios a máxima “Deus, Pátria e Família”. Esse registro estético e simbólico nos túmulos do cemitério cristaliza a simbiose entre a fé, a política e a memória familiar, perpetuando na pedra a presença do integralismo como um vetor perene da história política do município.

Cumprir notar que, para além da coesão das elites tradicionais, o acirramento do tom conservador em Barbalha alimentava-se diretamente da percepção – e do consequente temor – da presença de forças, ideias e lideranças progressistas ou alinhadas às esquerdas no cenário local e regional. Em um contexto marcado pela crescente mobilização camponesa, pela atuação de setores das pastorais sociais e pelo avanço das pautas do trabalhismo e das Reformas de Base nas décadas de 1950 e 1960, a retórica da reação não operava no vazio. A articulação do conservadorismo barbalhense e a entusiástica recepção a figuras como Plínio Salgado organizavam-se, em grande medida, como um dispositivo defensivo de combate ao chamado “perigo vermelho”. A mobilização contra o fantasma comunista era manipulada para estigmatizar qualquer dissidência social ou projeto de transformação estrutural, transformando a preservação do status quo local em uma verdadeira cruzada moral, religiosa e doutrinária contra a ameaça da subversão.

Em suma, a trajetória do integralismo em Barbalha – expressa na vibrante acolhida a Plínio Salgado e na posterior cristalização de suas diretrizes no imaginário local – revela como as culturas políticas conservadoras do Brasil das décadas de 1950 e 1960 não operaram como meras reproduções passivas do cenário nacional, mas sim como arranjos dinâmicos e profundamente enraizados nas estruturas sociais do interior. Ao aprofundar a dicotomia entre a tradição e a modernidade, o caso barbalhense demonstra que a articulação contra o chamado “perigo vermelho” e a defesa do lema “Deus, Pátria e Família” estruturaram uma memória política de longa duração, cujas marcas, visíveis dos palanques às inscrições tumulares, continuam a oferecer chaves explicativas indispensáveis para compreender as permanências e as reconfigurações da direita no Brasil contemporâneo.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

CAPÍTULO 4

HISTÓRIA POLÍTICA DE BARBALHA: 1964-2026¹³¹

A história política recente de Barbalha revela, desde meados do século XX até os dias atuais, uma combinação de transformações e continuidades, articulando permanências históricas e processos de modernização institucional. Neste pouco mais de meio século, o município esteve conectado às diversas mudanças políticas, econômicas e sociais vivenciadas no país. Ao mesmo tempo, sua história recente é marcada por certa autonomia das disputas políticas e também por consideráveis especificidades, mesmo em relação a outros municípios da região.

Tempos de ditadura

Na década de 1960, Barbalha ainda possuía uma estrutura social fortemente vinculada à economia agrária, com destaque para a produção canavieira, os engenhos e o comércio regional. O poder político concentrava-se em famílias tradicionais, proprietários rurais, comerciantes e profissionais liberais, que exerciam influência por meio de relações de parentesco, compadrio e liderança comunitária. As disputas eleitorais eram marcadas por vínculos pessoais, por alianças individuais e familiares e pela forte presença de lideranças locais na organização da vida pública.

Com o golpe civil-militar de 1964, a política municipal passou por algumas reacomodações, acompanhando a reorganização institucional imposta pelo novo regime político. Durante as décadas de 1960 e 1970, período de ditadura militar, lideranças locais se adaptaram ao sistema bipartidário e

131 A contribuição da equipe técnica foi fundamental para a realização deste livro, notadamente através de atividades de coleta e sistematização de fontes e produção de fontes orais. Para a construção deste capítulo, agradecemos especialmente os(as) estudantes de História da Universidade Regional do Cariri (em ordem alfabética): Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira, João Pedro Eleutério e Ruan Mykael Almeida Flor. Agradecemos também o apoio inestimável do Prof. Tiago Pereira, servidor da Câmara Municipal de Barbalha, por todo o apoio na intermediação de contatos com as pessoas entrevistadas e na facilitação do acesso da equipe técnica ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barbalha. Ao agradecer a ele, estendemos nossos agradecimentos a todas as pessoas que também contribuíram com esta pesquisa, incluindo os(as) demais servidores(as) da Câmara e da Universidade Regional do Cariri e todos(as) os(as) entrevistados(as).

fortaleceram alianças com grupos políticos estaduais e federais. Um bom exemplo disso é o envio de telegrama pela Câmara Municipal, em 13/out/1969, aos ministros da Junta Militar, “reiterando a solidariedade desta Casa pela feliz e acertada escolha do Exmº Sr. General Emílio Garrastazu Médici para Presidente da República”¹³².

Era praxe, durante o período ditatorial, a concessão de honrarias a figuras de proa do regime. Isso aponta tanto para estratégias políticas de aproximação com o grupo no poder quanto para afinidades de segmentos sociais alinhados ideologicamente com o regime político instaurado em 1964 e acomodações de outros setores ao novo contexto político nacional.

É emblemática, nesse sentido, a concessão, pelo governador Cesar Cals, do título de Cidadão Cearense ao ditador General Emílio Garrastazu Médici e a seu Ministro de Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho, em meados de 1971¹³³.

132 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Ata da 37ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Barbalha, 13º do 2º período legislativo de 1969.** Barbalha, 13 out. 1969. Documento manuscrito. Arquivo da Câmara Municipal de Barbalha, Barbalha/CE.

133 CEARÁ. **Lei nº 9.464, de 17 de junho de 1971.** Concede o título que indica e dá outras providências. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, [1971]. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis71/9464.htm>. Acesso em: 3 abr. 2026; CEARÁ. **Lei nº 9.495, de 19 de julho de 1971.** Concede o título que indica e dá outras providências. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, [1971]. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis71/9495.htm>. Acesso em: 3 abr. 2026.

Imagem 16 – Ata da 37ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Barbalha em 1969 (13 out. 1969)

Bom &

Ata da 37ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Barbalha 13ª de 2º Período Legislativo de 1969 -
 Presidência: José de Sá Baptista

Aos treze (13) dias do mês de outubro do ano de mil e novecentos e sessenta e nove (1969), às dez horas e trinta minutos (10:30hs.), compareceram à Sala da Sessão da Câmara Municipal de Barbalha, os seguintes vereadores: José de Sá Baptista, José Ferreira de Sousa, José Altho Carneiro, Floris Trunpaio, Márcio Trunpaio Veloso, Odilon Calvo, Odele de Cruz Lima e Rotsmaidyl Duarte Figueiredo, Lavra. Verificando-se número legal, e estando dentro do horário regimental o Sr. Presidente declarou aberta a sessão convidando o Secretário a fazer a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada e assinada. Expediente: Leitura do expediente, da leitura de uma circular da revista Cooperativista, solicitando pagamento de assinatura. Leitura do TM-3- Telegrama expedido por esta Casa, aos ministros militares que responderam pela Presidência da República, reiterando a solidariedade desta Casa, pela feliz e acertada escolha do Excm. Sr. General Emílio Garrastazu Médici para Presidente da República. Ordem do dia nada existiu. Facultada a palavra, pelo orden fez uso o vereador Floris Trunpaio, requerendo verbalmente licença por 15 dias, para tratar de assuntos de seu interesse particular. A deliberação da Casa, foi aprovada por unanimidade. Ainda facultada a palavra, falou o vereador Rotsmaidyl Duarte, que solicitou ao Presidente informar à Casa do contato com o Sr. Prefeito Municipal em relação ao orçamento que ainda não chegou a esta Casa.

Houve também um impacto significativo sobre certos setores sociais, notadamente políticos de esquerda e trabalhadores, no que diz respeito à repressão após a instauração do regime ditatorial. Nesse sentido, o historiador Fábio Queiroz observa que:

As prisões de personagens populares como José de Freitas Noca (mestre da banda de música da cidade) e de Manoel Ramos (presidente do Sindicato Rural) demonstram que, na cidade de Barbalha, como nos demais pontos do país, o outro lado do colaboracionismo (praticado fundamentalmente por suas camadas dominantes) foi a repressão pura e simples aos que optaram por não se curvar às recorrentes ordens do dia que exalavam das casernas¹³⁴.

Outro caso emblemático de repressão promovida nesse período foi o de Maria Antonietta Duarte Silva. A esse respeito, Queiroz assinala em sua tese:

A cidade de Barbalha não esteve isenta de viver esse conjunto cênico cruento e tirânico. Um exemplar contundente da sanha repressiva pode ser verificado no enclausuramento da ativista social Maria Antonietta, cuja militância, em larga medida, esteve associada à esquerda católica. Ela também pode servir de exemplo para se afirmar a existência de uma senda no interior de uma igreja sobejamente conservadora. Ou seja, mesmo uma cúpula clerical hermeticamente fechada às lutas sociais não é um estorvo absoluto ao surgimento de correntes de leigos com características progressistas. Essa atitude audaz de militância no movimento estudantil e de educação popular, porém, cobrou o seu preço¹³⁵.

Maria Antonietta Duarte Silva, nascida em 6 de junho de 1939, havia militado na Juventude Estudantil Católica e, posteriormente, na Ação Popular, desenvolvendo sólida atuação em educação popular, alinhada com as propostas freireanas. Ainda em 1964, Maria Antonietta passou por prisões na Cadeia Pública de Barbalha e na Escola de Menores Jesus Maria José, em Juazeiro do Norte¹³⁶. A esse respeito, é de se notar que, assim como em outras partes do país, muitos espaços destinados a finalidades diversas foram aproveitados para fins repressivos logo após o golpe, dadas as dimensões da chamada “Operação Limpeza” e suas necessidades de estrutura repressiva que a viabilizassem¹³⁷.

134 QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista (1964-1985)**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. p. 89.

135 *Ibid.*, p. 103-104.

136 *Ibid.*, p. 103-104.

137 Sobre a chamada “Operação Limpeza”, implementada nacionalmente logo após o golpe de 1964, cf.: MAN-SAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores durante a Ditadura Militar**. Curitiba: Appris, 2023. p. 75-81.

Evidentemente, as lideranças dos trabalhadores da região também foram alvo da sanha repressiva dos militares e de seus apoiadores civis. Como observou Fábio Queiroz em sua tese, em diálogo com a dissertação de Ronald Albuquerque:

As detenções de trabalhadores rurais, ocorridas em Crato e Barbalha, são apresentadas por lideranças sindicais como “engano”, cabendo a rápida soltura de todos a partir da intervenção da igreja. No caso dos dirigentes sindicais campesinos, presos em Barbalha e transferidos para Juazeiro do Norte, logo depois da intervenção militar, há a mediação do bispo que obtém a soltura de todos eles, acompanhada de um “pedido de desculpas” da parte do comandante das forças policiais¹³⁸.

A situação ilustra a complexidade e as múltiplas formas com que diferentes atores sociais, inclusive a Igreja Católica, lidaram com a situação repressiva pós-golpe de 1964. Em seu estudo, Ronald Albuquerque cita o depoimento de Teresa Siebra:

Nessa época os problemas em Barbalha foram mais sérios. Eu estava dormindo e vieram me chamar dizendo que a diretoria do sindicato de Barbalha havia sido presa. Eu não tinha condições de resolver. Me vali de um colega, Walderi Oliveira, e ele procurou resolver. Foi ao responsável pela prisão e ele disse que os rapazes foram presos por engano¹³⁹.

Junto à repressão sobre alguns setores sociais e às tentativas de alinhamento institucional por parte de outros, naquele contexto de arbítrio e incertezas, Barbalha promoveu importantes obras de infraestrutura, expansão urbana e transformações administrativas, mantendo a predominância dos grupos familiares tradicionais na condução do poder local, tanto no Executivo quanto no Legislativo do município¹⁴⁰. A Câmara manteve-se ativa na demanda de soluções à Prefeitura, como ilustra uma ata de 1973, na qual o então vereador Luiz Roberto Correia Sampaio propunha que aquela Casa solicitasse, à Prefeitura, urgentes melhorias na limpeza e na iluminação de vias públicas, reparos em esgotos, instalação de um chafariz e mudanças no

138 QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de, *op. cit.*, p. 71.

139 SIEBRA, Teresa *apud* ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. **Igreja, sindicato e organização dos trabalhadores**. 1991. 204f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza(CE), 1991. p. 115-116.

140 Como citado no capítulo 2, os sobrenomes mais frequentes nas nominatas de vereadores da Câmara de Barbalha entre 1850 e 1920 foram: Sá, Pereira, Barreto, Sampaio, Costa, Figueiredo, Callou, Grangeiro.

trajeto da Viação Brasília, reivindicações que foram aprovadas por unanimidade pelos vereadores presentes àquela sessão¹⁴¹.

Tratou-se de um período de forte expansão demográfica em toda a região do CRAJUBAR, conforme aponta Queiroz: “[...] cabe enfatizar que dos anos 1960 até o início do decênio 1980, houve não somente a quase duplicação do número de habitantes da região do CRAJUBAR, mas uma maior centralidade do elemento urbano”¹⁴².

A história política recente de Barbalha reflete a transição de um modelo de poder agrário tradicional para um sistema que buscou na modernização industrial e no turismo cultural formas de manter a hegemonia das elites locais durante e após o regime militar.

De 1964 a 1966, há um alinhamento com o novo regime político e ações pontuais de repressão seletiva, que também assumiam caráter repressivamente preventivo para o restante da sociedade, sinalizando os riscos de se insurgir contra os poderes estabelecidos.

Em 1964, Barbalha era governada por Joaquim Duarte Grangeiro (PSD). Com a eclosão do golpe, a elite política e econômica, liderada por figuras como o deputado federal Dr. Leão Sampaio, apoiou prontamente o novo regime sob o pretexto de combater a “ameaça comunista”. Diferente de cidades vizinhas, a repressão em Barbalha focou em lideranças populares. Foram presos líderes importantes como José de Freitas Noca (mestre da banda de música) e Manoel Ramos (presidente do Sindicato Rural). O padre Eusébio de Oliveira Lima celebrou missas em ação de graças pelo “êxito da revolução”, descrevendo o golpe como um “alívio” que salvou a nação do caos¹⁴³.

Em 1965, com a instituição do bipartidarismo, as lideranças locais migraram majoritariamente para a ARENA, enquanto o MDB local manteve-se reduzido e sem apoio popular expressivo.

De 1967 a 1971, assume como prefeito Antônio Costa Sampaio. Sua gestão foi marcada por um perfil “modernizador”, focado em integrar Barbalha aos planos de desenvolvimento regional dos militares no poder. Sampaio iniciou os esforços para a construção de uma usina de açúcar “moderna”, solicitando ao GERAN a transferência de indústrias

141 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Ata da 15ª sessão da Câmara Municipal de Barbalha, do 1º período legislativo de 1973.** Barbalha, 1973. Documento manuscrito. Arquivo da Câmara Municipal de Barbalha, Barbalha/CE.

142 QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. *op. cit.*, p. 34

143 SIMIÃO, Cícero. **Resistência, rota de fuga e refúgio: o Cariri cearense na ditadura militar.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018; SILVA, Josier Ferreira da. **O Círculo Operário de Barbalha como expressão do catolicismo social na educação e na cultura (1930 a 1964).** 2009. 365 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

deficitárias de Pernambuco para o Cariri. Nesse período também é fundada a COPERCA, promovendo eletrificação rural¹⁴⁴.

[...] no dia 1º de março de 1971 inaugurou-se em Barbalha a Cooperativa de Eletrificação Rural do Cariri – COPERCA, com sede à rua do Vidéo (sede provisória) e jurisdição exclusiva em 18 municípios da região sul do Ceará. Deve-se aos ingentes esforços do ex-prefeito Antonio Costa Sampaio, que foi eleito o primeiro presidente da entidade¹⁴⁵.

De 1971 a 1973, foi prefeito João Coelho Neto, empenhando esforços no âmbito da infraestrutura urbana. É interessante observar que João Coelho Neto é por vezes referido como o “prefeito dos pobres” em Barbalha. Tal afirmação diz mais sobre as “batalhas de memórias” da atualidade do que sobre as dinâmicas políticas efetivamente ocorridas nos anos 1970 em Barbalha. Observe-se ainda que, em sua gestão, foi construído o Centro de Abastecimento de Barbalha¹⁴⁶. Ele também ficaria conhecido por outras obras, como a nova sede da prefeitura e, especialmente, a introdução da iluminação a vapor de mercúrio na cidade¹⁴⁷.

De 1973 a 1977, o engenheiro e militar Fabriano Livônio Sampaio assumiria a prefeitura de Barbalha. Capitão reformado do Exército e membro da tradicional família dos Sampaio, foi presidente do Centro de Melhoramentos de Barbalha, do Gabinete de Leitura e Vice-Presidente da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo, além de sócio da Construtora Callou. Fabriano é também muito lembrado na memória barbalhense como o prefeito responsável pelo processo de transformação da Festa do Pau da Bandeira em um evento com apelo turístico.

Outro aspecto marcante da gestão Fabriano esteve relacionado à ambição de industrialização da região. Com obras iniciadas em 1974, a Usina Manoel Costa Filho foi inaugurada em 1976 e era vista como a grande promessa de crescimento econômico da cidade. Em sua gestão, também foram adquiridas as terras e dado início às obras de construção do Balneário do Caldas, com inauguração em 2 mar. 1975¹⁴⁸.

Nesse ínterim, é de se destacar que, em 1975, Dr. Leão Sampaio encerrava sua extensa carreira de sete mandatos consecutivos na Câmara Federal,

144 LANDIM, Antonio Reginaldo; SANTOS, Carlos Aparecido dos; QUEIROZ, Maria Celene Sá de. **Barbalha “Esquecida”**. Barbalha, 2019-. Disponível em: <https://barbalhaesquecida.com.br/>. Acesso em: 3 abr. 2026.

145 *Ibid.*

146 *Ibid.*

147 *Ibid.*

148 LANDIM, Antonio Reginaldo. Há 46 anos, era inaugurado o Balneário do Caldas. 1975-2021. **Barbalha “Esquecida”**, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://barbalhaesquecida.com.br/2021/03/03/ha-46-anos-era-inaugurado-o-balneario-do-caldas-1975-2021/>. Acesso em: 22 abr. 2026

sinalizando o fim da representação política barbalhense mais longeva em Brasília durante o século XX.

Dois anos depois, em 1977, assumiu a prefeitura Antônio Inaldo de Sá Barreto, nela permanecendo até 1983. Candidato pela ARENA, contava com forte apoio do governador Aduvaldo Bezerra. Focou na conclusão de obras iniciadas em gestões anteriores e na assistência social.

Em 1983, a prefeitura é assumida por João Hilário Coelho Correia, que nela permaneceu até a conclusão da redemocratização do Brasil, em 1988. Professor e radialista, João Hilário representa, com sua gestão, a transição da Ditadura Militar para a então denominada “Nova República”. Naquele contexto, embora o cenário estadual estivesse mudando, com a ascensão de Tasso Jereissati e o fim do “ciclo dos coronéis”, em Barbalha João Hilário acabou, em certa medida, dando continuidade ao modelo de Fabiano Sampaio, investindo na modernização da festa do Pau da Bandeira e na profissionalização do marketing turístico da cidade.

Esse recorrido nos mostra que, ao longo do período ditatorial, embora mudassem os nomes dos prefeitos de Barbalha, o controle permanecia no núcleo das famílias tradicionais, as quais souberam utilizar habilmente as estruturas do Estado adaptadas ao sistema de controle social implementado em 1964 para modernizar a cidade de Barbalha sem perder sua base de poder paternalista e familiar. Paralelamente, a Igreja Católica atuou como a grande fiadora moral desse processo, migrando de um apoio explícito ao golpe em 1964 para uma posição de guardiã das “tradições” nas décadas seguintes.

As famílias Sampaio e Sá Barreto mantiveram o poder em Barbalha nesse período através de uma combinação de predomínio econômico, ocupação estratégica de cargos políticos, paternalismo social e uma sólida aliança com a Igreja Católica. As famílias mantiveram um revezamento quase constante no controle do Executivo e Legislativo municipal.

O Dr. Leão Sampaio, nesse sentido, foi uma figura fundamental, servindo como deputado federal por sete mandatos consecutivos. Ele atuava como um canal de recursos federais para a região, financiando obras como hospitais e colégios, o que reforçava seu prestígio e o da família como “benfeitores” da população da região.

As famílias demonstravam grande capacidade de adaptação aos diferentes regimes. Durante a Ditadura Militar, lideranças como Fabiano Livônio Sampaio e Antônio Costa Sampaio, dentre outros, alinharam-se à ARENA, garantindo que o apoio do Estado e da União continuasse fluindo para o município e, ao mesmo tempo, fortalecendo seus poderes em um contexto de arbítrio onde o MDB representava uma espécie de “oposição

consentida”, permitida enquanto não causasse problemas à obtenção dos objetivos dos militares no poder e seus apoiadores civis. Evidentemente, nem por isso algumas pessoas deixaram de aproveitar essa brecha e usaram o MDB como um canal para realizar ações efetivas de oposição ao regime, particularmente após o início da chamada “distensão”, de 1974 em diante. Entretanto, esse relativo enfraquecimento do regime também estava, em alguma medida, equacionado dentro do projeto de transição “lenta, gradual e segura” que os militares e seus apoiadores buscaram implementar.

Em Barbalha, nesse contexto, a relação entre as classes dominantes e a classe trabalhadora era (e, em alguns casos, continua até hoje) baseada no paternalismo, uma forma de dominação que camufla a exploração através de vínculos pessoais.

A Igreja, de modo geral e com importantes exceções, servia também como uma ferramenta de disciplinamento das classes trabalhadoras, protegendo os interesses das camadas dominantes contra os movimentos e as ideias de esquerda. Instituições como o Círculo Operário de Barbalha, dirigidas por membros desses segmentos sociais, promoviam desde os anos 1930 a ideologia da harmonia entre patrões e empregados, neutralizando a percepção da luta de classes e buscando conter a influência de ideias progressistas na região¹⁴⁹.

A Constituição de 1988 e a volta da democracia

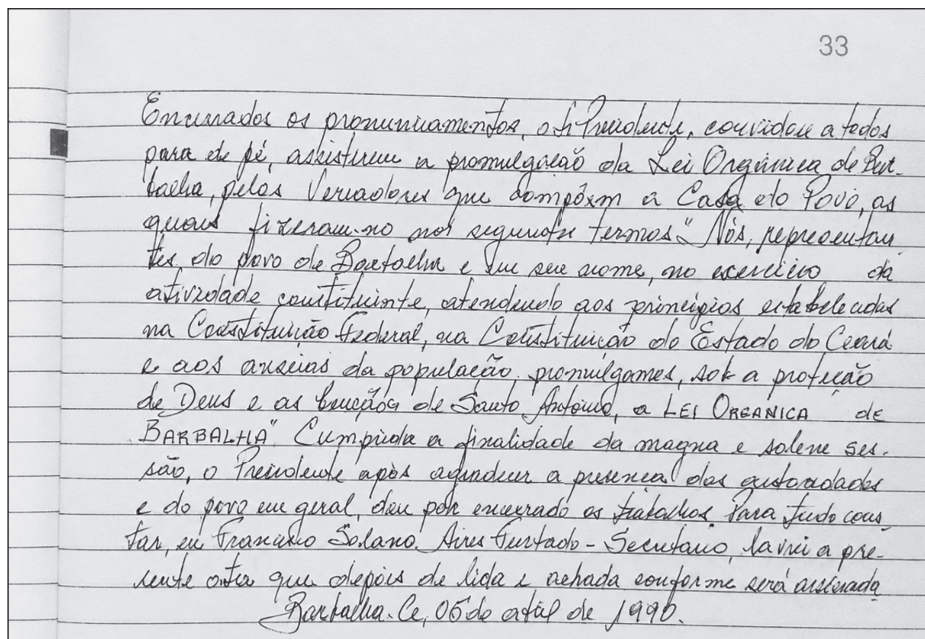
Com a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, abriu-se um importante espaço para novas formas de participação política e reorganização partidária. Em Barbalha, embora antigas lideranças continuassem influentes, surgiram novos atores políticos ligados aos trabalhadores, ao funcionalismo público, à educação, às organizações religiosas e aos movimentos comunitários.

A adequação ao novo regime político se deu na aprovação da nova Lei Orgânica de Barbalha, consoante a nova Constituição Federal, em 5 abr. 1990¹⁵⁰.

149 SILVA, Josier Ferreira da. **O Círculo Operário de Barbalha como expressão do catolicismo social na educação e na cultura (1930 a 1964)**. 2009. 365 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

150 CÂMARA MUNICIPAL DE BARBALHA. **Ata da 15ª sessão da Câmara Municipal de Barbalha, do período legislativo de 1990**. Barbalha, 5 abr. 1990. Documento manuscrito. Arquivo da Câmara Municipal de Barbalha, Barbalha.

Imagem 17 – Ata da 15ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Barbalha em 1990 (5 abr. 1990)



Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barbalha.

Nas eleições municipais de 15 de novembro de 1988, a chapa do PMDB, com Francisco Rommel Feijó de Sá para prefeito e José Leite Gonçalves Cruz para vice, foi eleita com 8.074 votos, contra 4.966 feitos pela chapa do PFL, de Antônio Inaldo de Sá Barreto e José Tadeu Filgueira Macedo. A do PT, então um partido ainda jovem, composta por Francisco Tavares da Silva e tendo por vice Wilis Damasceno, fez 182 votos. Aquela eleição demonstrava uma pujança do PMDB no município, depois de anos de domínio da ARENA, garantido pelas condições autoritárias do contexto ditatorial. Em 1988, além do Prefeito, o PMDB elegeu 11 vereadores, contra apenas 4 do PFL e 2 do PDS¹⁵¹.

151 Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Secretaria de Informática. Coord. de Estatísticas e Informações Eleitorais. Seção de Estatísticas. **Eleições Municipais de 15 de Novembro de 1988.** Os vereadores eleitos na ocasião foram, em ordem de votação: Jacio Berardo Sampaio (PMDB) 763 Votos; Francisco Solano Aires Furtado (PMDB) 690 Votos; José Lirasio Rocha (PMDB) 607 Votos; Raimundo de Sá Barreto Grangeiro (PFL) 485 Votos; Francisco Teixeira de Carvalho (PFL) 455 Votos; Antônio Marcondes Luna Alencar (PMDB) 454 Votos; Francisco Welinton Sampaio Macedo (PDS) 450 Votos; Antônio Ricardo Torres Quental (PMDB) 419 Votos; José Lúcio Sampaio Rolim (PMDB) 408 Votos; Augustinho José dos Santos (PFL) 387 Votos; Francisco Saraiva de Souza (PFL) 380 Votos; Maria Valdenia Cruz (PDS) 374 Votos; Antônio Rodrigues da Silva (PMDB) 320 Votos; Elizário Benedito de Souza (PMDB) 252 Votos; Rômulo Sampaio de Araújo (PMDB) 224 Votos; Luzia Saraiva Rocha (PMDB) 220 Votos; Francisco Honorato dos Santos (PMDB) 211 Votos. Não estão computados aqui e nos próximos balanços os votos em legenda.

A gestão de Francisco Rommel Feijó de Sá e seu vice José Leite Gonçalves Cruz, de 1989 a 1992, foi a primeira eleita sob a égide da Constituição de 1988. Rommel, membro de uma das linhagens políticas tradicionais da cidade, focou na expansão do Parque da Cidade, consolidando o local como o grande palco para os eventos da Festa de Santo Antônio. O parque fica no bairro Vila Santo Antônio e é a principal área pública de lazer do município.

Nas eleições de 1992, foi vitoriosa a chapa do radialista João Hilário Coelho Correia, agora pelo PDT, com 8.466 votos, tendo como vice-prefeita Ermengarda Maria de Amorim Sobreira e Santana (mãe de Camilo Santana). Sua eleição foi emblemática pois, até então, Barbalha nunca tinha tido uma mulher como vice-prefeita. O segundo colocado, Antonio Correia Saraiva, do PSDB, perdeu por apenas 401 votos. É significativo da importância das relações familiares na política em Barbalha que Antonio Saraiva era pai do atual prefeito de Barbalha, Guilherme Sampaio Saraiva. Em relação a permanências, também convém assinalar que, durante a Ditadura Militar, Antonio Saraiva fora filiado à ARENA, chegando a ser eleito prefeito de Ibiapina, como candidato único, por tal legenda. Junto a seus irmãos, também médicos, foi responsável pela construção do Hospital e Maternidade Santo Antônio, inaugurado em 1981. Também foi responsável pela construção do Arajara Park, inaugurado em 2002. Antonio Correia Saraiva faleceu em 2015¹⁵². No Legislativo, destaca-se a expressiva votação feita pela única vereadora então eleita, Maria Valdenia da Cruz (PSDB), com 590 votos, alcançando a maior votação para vereador(a) daquele pleito, mais que o dobro do eleito com menor votação (Francisco Gurgel Corrêa, do PSC, 252 votos. A distribuição de vereadores eleitos entre os partidos também é muito representativa daquele contexto de forte crescimento do número de partidos no país: 7 eleitos(as) pelo PSDB, 5 PDT, 2 PSB, 1 PDS e 1 PSC. Destacava-se o crescimento do PDT e do PSDB como forças importantes no município. Em contrapartida, o PMDB, que havia alcançado resultados expressivos na eleição anterior, não elegeu ninguém nesta¹⁵³.

De 1993 a 1996, em seu segundo mandato, o radialista João Hilário, junto à vice-prefeita Ermengarda Sobreira e Santana, profissionalizou o marketing

152 Disponível em: <https://www.tre-ce.jus.br/eleicao/resultados> e <https://barbalhaesquecida.home.blog/2020/09/24/a-historia-do-dr-antonio-correia-saraiva/>.

153 Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Secretaria de Informática. Coord. de Estatísticas e Informações Eleitorais. Seção de Estatísticas. **Eleições Municipais de 1992**. Os vereadores eleitos na ocasião foram, em ordem de votação: Maria Valdenia da Cruz (PSDB) 590 votos; Antônio Marcondes Luna Alencar (PSDB) 578 votos; João Macedo Cruz (PSDB) 475 votos; Francisco Saraiva de Sousa (PDT) 472 votos; Francisco Elder Cruz Ribeiro (PDT) 470 votos; João Bosco Sá Cavalcante (PSB) 409 votos; Augustinho José dos Santos (PDT) 399 votos; Raimundo de Sá Barreto Grangeiro (PDT) 349 votos; Francisco Wellington Sampaio Macedo (PSDB) 337 votos; João Teixeira de Luna (PDT) 327 votos; Antônio Rodrigues da Silva (PSB) 314 votos; Francisco Teixeira de Carvalho (PSDB) 291 votos; Edvaldo Ferreira Silva (PSDB) 270 votos; Gideone Feitosa de Matos (PSDB) 261 votos; Francisco Advio de Sá Barreto (PSDB) 253 votos; Raimundo Macedo Santana (PDS) 252 votos; Francisco Gurgel Corrêa (PSC) 252 votos.

da cidade e investiu em atrações turísticas, trazendo shows de renome nacional (como Fagner e Belchior) para as festividades juninas, visando integrar Barbalha no calendário turístico estadual e nacional.

Nas eleições de 1996, há a vitória de Antônio Inaldo de Sá Barreto, com a coligação PDT/PFL/PSD/PSDB, alcançando expressivos 12.878 votos. Coligação peculiar, que unia o PDT ao PSD de Cesar Cals, ao PFL de Sarney e Antônio Carlos Magalhães e ao PSDB do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A esse respeito, vale lembrar um fenômeno recorrente em cidades brasileiras interioranas de médio e pequeno porte, onde muitas vezes a legenda importa pouco e o decisivo é o nome do(a) candidato(a), em contextos de forte personalismo¹⁵⁴.

Na disputa pela prefeitura em 1996, Josafá Magalhães, pela coligação PT/PSTU/PCdoB, ficou em segundo lugar, com expressivos 5.809 votos (31,09% dos votos válidos). Segundo Dorivan Amaro dos Santos, a candidatura de Josafá em 1996 marca o ponto de inflexão na história recente da política barbalhense, assinalando o início do crescimento da força do PT no município. Josafá Magalhães, de profissão bancário, bacharelou-se em Direito em 1972. Durante a Ditadura Militar, foi preso e torturado. Ao lado de Lula, José Dirceu e José Genoíno, dentre outros, foi um dos fundadores do PT. Seu nome é lembrado por pessoas como Dorivan Amaro dos Santos como um dos grandes precursores do PT em Barbalha, cidade onde liderou a fundação do diretório do partido. Junto a Napoleão Tavares Neves e outros, ajudou a fundar o movimento Pró-Memória¹⁵⁵.

Para o Legislativo, novamente temos a eleição de Maria Valdenia da Cruz, pelo PSDB, com votação ainda mais expressiva (663), fazendo agora mais do que três vezes a votação alcançada pelo último eleito (José Vasques Landim, do PL, com 198 votos). Neste pleito, elegeu-se, além de Valdenia, outra mulher: Maria Regia Coeli Oliveira Sampaio, do PFL, também com votação muito expressiva (485 votos). Isso parece apontar para um desejo de representatividade feminina reprimido por muitos anos durante o período

154 Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Secretaria de Informática. Coord. de Estatísticas e Informações Eleitorais. Seção de Estatísticas. **Eleições Municipais de 1996**. Os vereadores eleitos na ocasião foram, em ordem de votação: Maria Valdenia da Cruz (PSDB) 663 votos; Raimundo de Sá Barreto Grangeiro (PFL) 635 votos; José Correia Saraiva (PSDB) 579 votos; Renato Saraiva de Sousa (PDT) 550 votos; Antônio Marcondes Luna Alencar (PSDB) 537 votos; João Ferreira (PSB) 528 votos; Maria Regia Coeli Oliveira Sampaio (PFL) 485 votos; Francisco Elder Cruz Ribeiro (PSD) 484 votos; Antônio Everardo Garcia Siqueira (PSDB) 476 votos; João Macedo Cruz (PSDB) 463 votos; Francisco Sandoval Barreto de Alencar (PSDB) 462 votos; Francisco Solano Aires Furtado (PSDB) 438 votos; Pedro Renan Pinheiro Coelho (PDT) 395 votos; Aníbal Leite de Sá Barreto (PFL) 381 votos; Antônio José Leite (PSD) 357 votos; Francisco Gurgel Corrêa (PFL) 316 votos; José Vasques Landim (PL) 198 votos.

155 Disponível em: https://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/Resultado_das_Eleicoes_1996.pdf e <https://barbalhaesquecida.com.br/2021/01/18/josafa-magalhaes/>.

ditatorial, e que agora talvez encontrasse vazão nessas candidatas. É significativo também que tenha sido eleitas por partidos de direita¹⁵⁶.

Assim, de 1997 a 2000, houve a gestão Antônio Inaldo de Sá Barreto, tendo por vice-prefeito Fabriano Livônio Sampaio. Foi uma chapa que uniu dois ex-prefeitos e ícones das famílias Sá Barreto e Sampaio, sinalizando de modo muito evidente as permanências de longa duração dos poderes familiares na região. Foi um período de gestão focado na manutenção das alianças tradicionais e na preservação da memória local, com a conclusão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em 2000.

Para as eleições de 2000, contamos com dados mais detalhados sobre o perfil do eleitorado em Barbalha: maioria de mulheres (52,52% mulheres, 47,25% homens e 0,23% não informado¹⁵⁷) e baixo grau de escolaridade (15,32% de analfabetos e 32,43% identificados como “lê e escreve”, 31,37% com 1º grau incompleto, totalizando 79,12% da população; apenas 1,53% da população possuía superior completo)¹⁵⁸.

Nas eleições de 2000 para prefeito, venceu a chapa de Edmundo de Sá Filho (PSDB/PFL), com 7.212 votos, seguido de perto por João Hilário Coelho Correia (PMDB), com 5.253 votos; Francisco Carlos da Cruz Neves (PTB), com 3.382; Camilo Sobreira de Santana (PSB/PT/PcdoB/PV), com 2.427; Maria Valdenia da Cruz (PPS/PSD/PSC/PSN), com 2.391; e Paulo Orestes Soares Costa (PPB), com 1.286. No Legislativo, destaque para a expressiva votação de Raimundo de Sá Barreto Grangeiro (PSDB/PFL), com 689 votos, mais do que o dobro da votação do último eleito (Semeão de Macedo, da coligação PSB/PV, com 274 votos). Observe-se também a força da coligação PSDB/PFL na ocasião, elegendo 6 vereadores, contra 2 da coligação PPS/PSD; 2 da PSB/PV; 2 da PDT/PMN; 2 do PMDB; 1 do PTB e 1 do PPB¹⁵⁹.

156 Embora o PSDB tenha sido criado no final dos anos 1980 como um partido de centro-esquerda, em suas práticas, assumiu notório perfil de direita e total alinhamento com as diretrizes do neoliberalismo, aproximando-se muito do PFL que, sempre é bom lembrar, era herdeiro direito da ARENA.

157 O que pode ser um indicio de identidades de gênero não binárias, sem descartar possíveis problemas de fornecimento ou interpretação de dados.

158 JUSTIÇA ELEITORAL. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). **Eleições 2000**: Resultado Oficial no Estado do Ceará e Estatísticas Eleitorais. Fortaleza: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, 2001. p. 109

159 JUSTIÇA ELEITORAL. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). **Eleições 2000**: Resultado Oficial no Estado do Ceará e Estatísticas Eleitorais. Fortaleza: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, 2001. p. 112. Os vereadores eleitos na ocasião foram, em ordem de votação: Raimundo de Sá Barreto Grangeiro (PSDB/PFL) 689 votos; José Correia Saraiva (PSDB/PFL) 599 votos; Polyana Silva Coimbra Cruz (PPS/PSD) 546 votos; Antônio Everardo Garcia Siqueira (PSDB/PFL) 536 votos; Antônio Marcondes Luna Alencar (PSDB/PFL) 483 votos; João Macedo Cruz (PSDB/PFL) 461 votos; Francisco Sandoval Barreto de Alencar (PSB/PV) 440 votos; Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (PSDB/PFL) 426 votos; Talles Edacio Ribeiro Batista (PDT/PMN) 426 votos; José Alfredo da Cruz (PDT/PMN) 416 votos; Renato Saraiva de Sousa (PMDB) – ocupou a vaga em decorrência do indeferimento do registro de José Oliveira Garcia; João Flávio Cruz Sampaio (PMDB) 362 votos; Francisco Ricardo Lima Cruz (PTB) 342 votos; José Silva (PSDB/PFL) 335

Note-se a tentativa de Valdenia de canalizar, para uma candidatura à prefeitura, suas expressivas votações nos dois pleitos anteriores para vereadora, contudo, ficando apenas em 4º lugar. Destaque também para a votação de Camilo Santana, expressiva se considerarmos que era o primeiro pleito em que concorria. Sua candidatura unificava a esquerda barbalhense naquele pleito, o que certamente agregou capital político, contribuindo para o crescimento exponencial de sua trajetória subsequente. A respeito das expressivas votações então alcançadas pela coligação PSDB/PFL tanto no Executivo quanto no Legislativo, é bastante plausível a hipótese de fluxo de capital político dos governos federal (Fernando Henrique Cardoso, 2º mandato) e estadual (Tasso Jereissati, 3º mandato) para os candidatos locais.

A gestão de Edmundo de Sá Filho, entre 2001 e 2004, foi marcada pela continuidade do domínio das elites agrárias, agora voltadas para o setor de serviços. Em 2002, foi criado o distrito de Caldas e, em 2003, o Estado instituiu a Lei dos Mestres da Cultura do Ceará (Lei Estadual n. 13.351, de 22/ago./2003), criando o Programa Tesouros Vivos da Cultura e instituindo o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular (RMCTP-CE), gerenciado pela Secretaria da Cultura (SECULT). Foi uma iniciativa pioneira no Brasil, que serviria de modelo aos demais estados na adoção de políticas de proteção ao patrimônio imaterial. Em Barbalha, isso impactou diretamente a relação dos grupos folclóricos com o poder público.

Nas eleições de 2004, a chapa da coligação PTB/PSDB, com Francisco Rommel Feijó de Sá (PTB) para prefeito e Paulo Ney Luna Alencar para vice, foi eleita com 10.110 votos (38,51% dos votos válidos), contra expressivos 9.925 votos (37,81%) obtidos pela chapa da coligação PT/PDT/PPS/PHS/PV, com Camilo Sobreira de Santana (PT) para prefeito e David Negrão Grangeiro para vice. A chapa da coligação PMDB/PFL/PSB, com Antônio Ericson Albuquerque Sampaio para prefeito e Jacio Berardo Sampaio para vice, fez na ocasião 6.149 votos (23,42%). Finalmente, a chapa da coligação PSDC/PMN, com José Vasques Landim para prefeito e Jairondy Alexandre Lucas para vice, fez na ocasião apenas 69 votos (0,26%)¹⁶⁰.

votos; Luciana Renata do Nascimento Silva (PPB) 321 votos; Maria Régia Coeli Oliveira Sampaio (PPS/PSD) 311 votos; Semeão de Macedo (PSB/PV) 274 votos.

160 JUSTIÇA ELEITORAL. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). **Eleições 2004: Resultado Oficial no Estado do Ceará e Estatísticas Eleitorais**. Fortaleza: TRE-CE, 2004. Os vereadores eleitos na ocasião foram, em ordem de votação: José Oliveira Garcia (PTB/PSDB) 1.211 votos; João Flávio Cruz Sampaio (PMDB/PFL/PSB) 1.120 votos; Antônio Everardo Garcia Siqueira (PTB/PSDB) 953 votos; Maria Valdenia da Cruz (PTB/PSDB) 851 votos; Polyana Silva Coimbra Cruz (PMDB/PFL/PSB) 813 votos; Francisco Sandoval Barreto de Alencar (PTB/PSDB) 791 votos; Antônio Sampaio (PMDB/PFL/PSB) 767 votos; José Elismar de Vasconcelos e Sá (PSL) 762 votos; Cícera Bertulino de Souza (PDT/PPS/PV/PT) 538 votos; Daniel de Sá Barreto Cordeiro (PDT/PPS/PV/PT) 432 votos.

Entre os vereadores eleitos, destaque para as expressivas votações alcançadas por José Oliveira Garcia (PTB/PSDB), com 1.211 votos, e João Flávio Cruz Sampaio (PMDB/PFL/PSB), com 1.120 votos. Note-se também a desistência de Maria Valdenia da Cruz em relação ao Executivo e seu retorno ao Legislativo, pela coligação PTB/PSDB, conseguindo eleger-se com 851 votos. A distribuição por coligação também foi bastante equilibrada naquele pleito: PTB/PSDB (3); PMDB/PFL/PSB (3); PDT/PPS/PV/PT (2); PSL (1).

É expressivo o crescimento de Camilo Santana da eleição de 2000 para a de 2004. Apenas 185 votos foi a diferença entre sua votação e a de Rommel, uma diferença de meros 0,7%. Há que se cogitar aqui, também, a hipótese de influência do contexto nacional (primeiro governo Lula) no aporte de capital político à candidatura de Camilo. Contudo, assim como no pleito de 2000, a notável força de sua candidatura não se explica apenas por isso. Para além dos méritos próprios de Camilo Santana e daquele contexto nacional favorável, marcado pelos importantes avanços sociais promovidos pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva já nos primeiros anos de seu primeiro mandato, há que se destacar também, dentre outros fatores favoráveis, o capital político herdado por Camilo da história de resistência durante o período ditatorial protagonizada por seus pais, Eudoro Santana e Ermengarda Maria de Amorim Sobreira e Santana, bem como da expressiva trajetória política do casal após a redemocratização¹⁶¹.

A esse respeito, Cícero Simião comenta:

O engenheiro Eudoro Santana nasceu na cidade de Quixeramobim e foi líder estudantil da Juventude Universitária Católica – JUC, no início dos anos [19]60. Como ativista estudantil, participou da direção do Centro Acadêmico do curso de Engenharia Civil da UFC. Foi Vice-Presidente da União Estadual dos Estudantes, Presidente do Diretório Central dos Estudantes, e foi o primeiro estudante da UFC a participar do Conselho Universitário, além de ter representado várias vezes o Ceará junto a UNE – União Nacional Dos Estudantes. Em 1964, já como engenheiro concursado da Petrobrás, morando em Salvador, foi demitido e teve seus direitos políticos cassados. Em seu depoimento, Eudoro lembra que quem contribuiu para a sua libertação da primeira prisão foi o governador do estado Virgílio Távora. Em seguida, recebeu a proposta de fazer parte do Projeto Asimow, um projeto

161 Eudoro Santana, atual presidente do PSB Ceará, foi deputado estadual durante quatro mandatos (pelo PMDB de 1987 a 1991 e pelo PSB de 1991 a 2003), também atuando como Diretor Regional do INCRA, Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Diretor-Geral do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) durante oito anos, dentre outros cargos no Ceará. Ele chegou a ser preso em 1974, junto a Silmia Sobreira, levado ao Recife, ambos sofrendo torturas. SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. **Resistência, rota de fuga e refúgio: o Cariri cearense na ditadura militar**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. p. 86.

da UFC em parceria com a Universidade da Califórnia, com o objetivo de estruturar empresas no Brasil. Passou a morar no Cariri, primeiro no Crato, depois Juazeiro e Barbalha. Era engenheiro, responsável pela empresa de cerâmica CECASA, em Barbalha, e a da LUNASA, em Juazeiro [...]. A casa de Eudoro Santana em Crato, situada um pouco acima do Crato Tênis Clube, era local de encontro dos que faziam parte do Movimento Contra a Ditadura, assegura Emerson Monteiro. Já como diretor de muitas empresas na Região, Eudoro mantinha contato direto com os dirigentes da AP. [...] O papel desempenhado pelo casal Eudoro e Ermengarda, após o AI-5, foi de localização dos militantes que estavam na clandestinidade, com indicação de trabalho, moradia, estudo para os filhos, e montagem de uma rota de fuga para os que estavam sendo perseguidos. Na França, a irmã de Miguel Arraes, Violeta Arraes, dava abrigo aos que foram ao exílio¹⁶².

O segundo mandato de Francisco Rommel Feijó de Sá foi interrompido em função de sua cassação e a de seu vice, Paulo Ney Luna Alencar, por abuso do poder econômico durante as eleições municipais. Em 20/abr/2005, tomaram posse Camilo Santana e seu vice, David Negrão Grangeiro. O mandato foi marcado, dentre outros, pelo início dos estudos sistemáticos do IPHAN para o registro da Festa do Pau da Bandeira. A cidade começava a ver o fortalecimento de novas lideranças de esquerda, que viriam a mudar o panorama político barbalhense.

Nas eleições de 2008, José Leite Gonçalves Cruz (PT) vence a disputa para prefeito, com 15.554 votos, apoiando-se em uma ampla e heterogênea coligação (PCdoB / PDT / PMN / PSL / PMDB / PT / PSB / PTN / PRB). Em segundo lugar, concorrendo pelo PTB, ficou o já veterano Francisco Rommel Feijó de Sá, com uma também expressiva votação (13.227), concorrendo através da igualmente ampla coligação (PTC / PTB / PRP / PV / PSC / PSDC / PR / PSDB / PP). Em terceiro lugar, o candidato do PSOL, Francisco de Assis Sousa, fez 248 votos.

Para a Câmara de Vereadores, destaque-se as expressivas votações de José Oliveira Garcia (1.322 votos) e Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (1.309), ambos pela coligação PSL/PMDB/PT. Na distribuição entre as coligações, note-se que a coligação integrada pelo PT, junto a PSL e PMDB, logrou eleger cinco vereadores, todos com mais de mil votos cada. As demais coligações elegeram apenas um ou dois vereadores cada: PTB/PSDB (2); PP/PSDC/PV (2) e PTN/PCdoB/PDT/PMN/PRB/PSB (1). Resultados que também parecem confirmar a hipótese de transferência de capital político para as disputas

162 SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. **Resistência, rota de fuga e refúgio**: o Cariri cearense na ditadura militar. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. p. 87-89.

municipais oriundo do contexto nacional (2º governo Lula) e estadual (governo Cid Gomes, com boa presença do PT em sua equipe, incluindo o historiador Francisco José Pinheiro como vice-governador, Camilo Santana como Secretário do Desenvolvimento Agrário, Silvana Parente no Planejamento e Gestão, Francisco Auto Filho na Cultura)¹⁶³.

Em 2012, Zé Leite consegue reeleger-se, confirmando que então o PT já constituía uma das principais forças políticas em Barbalha. Candidato vinculado ao PT, com Maria Betilde Sampaio Correia (PMDB) como vice, e apoiando-se na coligação PT / PTB / PMDB / PSB, Zé Leite alcança 17.079 votos (53,89%), reelegendo-se. Em segundo lugar, o candidato do PPS, Argemiro Sampaio Neto, que tinha como vice Demostenes Silva Coelho, do PC do B, na improvável coligação formada por PR / PPS / DEM / PSDC / PTC / PSDB / PC do B, alcançou 14.269 votos (45,03%). Finalmente, como candidatura mais à esquerda do pleito, Antonio Hildegardis Ferreira, do PSOL, tendo como vice Georjânia Lima Ferreira (Jane), também do PSOL, fez 343 votos (1,08%). No Legislativo, também se confirma a hegemonia do PT e aliados: PT/PTB/PMDB/PSB (7 vereadores eleitos); PP/PSL/PRTB (3); PRB/PTN/PHS/PMN/PV (2); PDT/PSC (1); PR/PTC/PSDC/PSDB (1); PPS/PC do B (1). Destaque para as votações muito expressivas de Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (1.869) e Antonio Correia Saraiva (1.786)¹⁶⁴. Observe-se que Antônio Saraiva, como mencionado, havia sido vinculado à ARENA durante a Ditadura Militar e, nos anos 1990, ao PSDB, alcançando votação expressiva na disputa para prefeito em 1992. Nas eleições de 2012, Antonio Saraiva, agora fazendo parte da coligação PT/ PTB/PMDB/PSB, alcançou expressiva

163 JUSTIÇA ELEITORAL. Sistema de Gerenciamento. **Eleições Municipais 2008 – 1º turno:** Resultado da totalização. 5 de outubro de 2008. Os vereadores eleitos na ocasião foram, em ordem de votação: José Oliveira Garcia (PSL/PMDB/PT) 1.322 votos; Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (PSL/PMDB/PT) 1.309 votos; Desiree de Sá Barreto Diaz Gino (PTB/PSDB) 1.245 votos; Daniel de Sá Barreto Cordeiro (PSL/PMDB/PT) 1.152 votos; João Flávio Cruz Sampaio (PSL/PMDB/PT) 1.146 votos; Semeão de Macedo (PSL/PMDB/PT) 1.062 votos; Francisco Sandoval Barreto de Alencar (PTB/PSDB) 1.054 votos; Francisco Gurgel Corrêa (PP/PSDC/PV) 605 votos; Francisco Tavares da Cruz (PP/PSDC/PV) 560 votos; Maria Ednalda dos Santos (PTN/PC do B/PDT/PMN/PRB/PSB) 480 votos.

164 JUSTIÇA ELEITORAL. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). Secretaria de Tecnologia da Informação. **Resultados Eleitorais – Eleições Municipais 2012.** Os vereadores eleitos na ocasião foram, em ordem de votação: Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (PP/PSL/PRTB) 1.869 votos; Antônio Correia Saraiva (PT/PTB/PMDB/PSB) 1.786 votos (falecido em 14/jan/2015, foi substituído pelo suplente Dorivan Amaro dos Santos); João Flávio Cruz Sampaio (PT/PTB/PMDB/PSB) 1.304 votos; José Oliveira Garcia (PT/PTB/PMDB/PSB) 1.193 votos; Antônio Sampaio (PT/PTB/PMDB/PSB) 1.092 votos; Daniel de Sá Barreto Cordeiro (PT/PTB/PMDB/PSB) 1.014 votos; Odair José de Matos (PT/PTB/PMDB/PSB) 1.010 votos; Epitácio Saraiva da Cruz Neto (PT/PTB/PMDB/PSB) 952 votos; Cícera Bertulino de Souza – “Cícera Show” (PRB/PTN/PHS/PMN/PV) 889 votos; Everton de Souza Garcia Siqueira (PP/PSL/PRTB) 835 votos; Rosalio Francisco de Amorim (PRB/PTN/PHS/PMN/PV) 780 votos; José Aurino Saraiva Duarte (PP/PSL/PRTB) 767 votos; Damião Elias do Amaral (PDT/PSC) 663 votos; João Bosco de Lima (PR/PTC/PSDC/PSDB) 652 votos; Carlos André Feitosa Pereira (PPS/PC do B) 538 votos.

votação novamente. Pai do atual prefeito Guilherme Saraiva, Antonio Saraiva lutou contra uma grave enfermidade durante seu mandato como vereador. Por conta disso, precisou ser substituído, em 1º de dezembro de 2014, por seu suplente, Dorivan Amaro dos Santos. Antonio Correia Saraiva faleceu em 14/jan/2015. Sua trajetória, em vários aspectos, é emblemática da história política de Barbalha¹⁶⁵.

As duas gestões de José Leite Gonçalves Cruz, do PT, com Maria Bertilde Sampaio, do PMDB, como vice, constituíram um ponto de inflexão na política da região. Era o primeiro candidato do PT a ser eleito prefeito de Barbalha. Ainda assim, a força das elites familiares permaneceu. A manutenção da aliança com famílias tradicionais, simbolizada pela vice Bertilde Sampaio, é indicativo da solidez desses elementos tradicionais de longa duração na região, embora, como visto, essa variável tenha perdido força em relação ao poder que tinha no século XX. Destaque-se, em relação às gestões de Zé Leite, o registro do mastro da bandeira e da festa como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN, ocorrido em março de 2015.

Há que se destacar também a importância para o Cariri e para Barbalha da eleição de Camilo Santana em 2015 para o governo do estado do Ceará, sendo reeleito para o período 2019-2022. Essa sinergia das redes políticas em âmbito local, regional e estadual contribuiu para reacomodações e realinhamentos dos grupos políticos em Barbalha. Contudo, o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, junto ao contexto nacional de recrudescimento da direita e da extrema-direita, também repercutiu em Barbalha.

Nas eleições de 2016, foi vitoriosa a chapa da coligação PR/PSDB/PMDB/PTdoB/PEN/PV/SD, elegendo-se prefeito o candidato do PSDB Argemiro Sampaio Neto, com José Ernandes Oliveira Garcia como vice, recebendo 16.570 votos, contra 16.392 votos feitos pela chapa da ampla e heterogênea coligação PT/PDT/PP/PCdoB/PTN/PRB/PTC/PRTB/PSL/PHS/PTB/PMN/PSD/PMB/PROS/PSC/PRP. Tendo como candidato Fernando Matos Santana (PT, concunhado de Camilo Santana) e João Flávio Cruz Sampaio (PDT) como vice. Em terceiro lugar ficou a chapa da coligação PPS/PSB, composta pelo candidato Expedito Leopoldo De Oliveira Junior (PPS) e Joaquim Agostinho Rolim Esmeraldo (PPS) como vice, fazendo apenas 556 votos. Embora o contexto nacional fosse bastante desfavorável, é significativo da consolidação da força do PT na região o fato de Argemiro ter vencido Fernando pela ínfima diferença de 178 votos¹⁶⁶.

165 Ata da 37ª Sessão Ordinária do 2º Período Legislativo da Câmara Municipal de Barbalha, Estado do Ceará no ano de 2014.

166 JUSTIÇA ELEITORAL. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). Secretaria de Tecnologia da Informação. **Resultados Eleitorais – Eleições Municipais 2016**. Os vereadores eleitos na ocasião foram, em ordem de votação: Rosalio Francisco de Amorim (PRB/PTB/PTN/PSC/PP/PRTB/PHS/PMB/PTC/PSD/PROS/

Para o Legislativo, destaque para a manutenção da maioria de vereadores eleitos vinculados à coligação PT, PDT e PCdoB (6 eleitos): Odair Jose de Matos (PT, 1.370 votos), Marcus Jose Alencar Lima (PCdoB, 1.310 votos), Dorivan Amaro dos Santos (PT, 1.217 votos), Antonio Sampaio (PDT, 1.189 votos), Daniel de Sá Barreto Cordeiro (PT, 1.188 votos) e João Ilanio Sampaio (PDT, 1.142 votos). Já as demais coligações tiveram o seguinte desempenho: PRB/PTB/PTN/PSC/PP/PRTB/PHS/PMB/PTC/PSD/PROS/PMN (3); PR/PSDB (3); PT do B/PV/PEN (2) e SD/PMDB (1). Destaque também para o veterano Expedito Rildo, do PMDB, que alcançou se eleger novamente e com votação expressiva (1.370).

De 2017 a 2020, assume portanto a prefeitura o candidato do PSDB Argemiro Sampaio Neto, tendo como vice José Ernandes Oliveira Garcia. A gestão de Argemiro lidou com o acirramento das questões ambientais junto ao ICMBio para o corte do mastro, resultando na assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para regular a extração vegetal na Chapada do Araripe.

Em 2020, ainda durante o contexto de pandemia, foi eleito Guilherme Sampaio Saraiva (Dr. Guilherme), então candidato pelo PDT, tendo Everton de Sousa Garcia Siqueira, também do PDT e com experiência na Câmara Municipal, como vice. A candidatura foi vitoriosa, fazendo um total de 19.900 votos (53,87% dos votos válidos). Derrotaram o então prefeito Argemiro Sampaio Neto, que continuava no PSDB e, buscando a reeleição, fez 17.040 (46,13%)¹⁶⁷.

No Legislativo, em termos de número de vereadores eleitos, aquele pleito registrou uma relativa recuperação do PSDB e do PCdoB: PSDB (4); PCdoB (3); PT (2); PDT (2); MDB (1); PROS (1); PSB (1); PSL (1).

PMN) 1.401 votos; Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (SD/PMDB) 1.370 votos; Odair José de Matos (PT/PDT/PC do B) 1.370 votos; Marcus José Alencar Lima (PT/PDT/PC do B) 1.310 votos; Everton de Souza Garcia Siqueira (PRB/PTB/PTN/PSC/PP/PRTB/PHS/PMB/PTC/PSD/PROS/PMN) 1.252 votos; Dorivan Amaro dos Santos (PT/PDT/PC do B) 1.217 votos; Antônio Sampaio (PT/PDT/PC do B) 1.189 votos; Daniel de Sá Barreto Cordeiro (PT/PDT/PC do B) 1.188 votos; João Ilanio Sampaio (PT/PDT/PC do B) 1.142 votos; Tarcio Araujo Vieira (PT do B/PV/PEN) 1.113 votos; João Bosco de Lima (PR/PSDB) 1.048 votos; Francisco Wellton Vieira (PR/PSDB) 1.006 votos; Carlos André Feitosa Pereira (PR/PSDB) 945 votos; Antônio Correia do Nascimento (PT do B/PV/PEN) 935 votos; Antônio Hamilton Ferreira Lira (PRB/PTB/PTN/PSC/PP/PRTB/PHS/PMB/PTC/PSD/PROS/PMN) 919 votos.

- 167 JUSTIÇA ELEITORAL. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). Secretaria de Tecnologia da Informação. **Resultados Eleitorais – Eleições Municipais 2020**. Os vereadores eleitos na ocasião foram, em ordem de votação: Odair José de Matos (PT) 1.305 votos; Epitácio Saraiva da Cruz Neto (PSDB) 1.298 votos; Expedito Rildo Cardoso Xavier Teles (PSDB) 1.297 votos; Francisco Marcelo Saraiva Neves Junior (PCdoB) 1.218 votos; Antonio Ferreira de Santana (PCdoB) 1.137 votos; Dorivan Amaro dos Santos (PT) 1.114 votos; João Ilânio Sampaio (PDT) 902 votos; Antonio Hamilton Ferreira Lira (PDT) 887 votos; Luana dos Santos Gouvêa (MDB) 879 votos; Efigênia Mendes Garcia (PSDB) 854 votos; João Bosco de Lima (PROS) 843 votos; Vicente Eugênio Pereira (PCdoB) 836 votos; Eufrásio Parente de Sá Barreto (PSDB) 669 votos; Carlos Andre Feitosa Pereira (PSB) 633 votos; Isac Dié Romão Batista (PSL) 480 votos.

A gestão de Guilherme Sampaio Saraiva, ao que tudo indica, foi vista com bons olhos pela população barbalhense, o que garantiu a ele outra impactante reeleição. Tanto ele quanto seu vice haviam migrado para o PT. Em 2024, Guilherme é eleito para a prefeitura de Barbalha, para o atual período 2025-2028, com expressivos 23.970 votos (58,19% dos votos válidos), contra Antônio Neto, do PSDB, com 17.220 votos (41,81%). Uma considerável diferença de mais de 16%.

No Legislativo, nota-se também uma redução considerável do PSDB e do PCdoB e um retorno muito expressivo do PT, conquistando 4 cadeiras e alcançando as maiores votações do pleito: Alex de Daniel (1.767); Dorivan Amaro (1.674) e Professor Odair Matos (1.626). A distribuição de cadeiras por partido foi: PT (4); PSB (3); Republicanos (3); PSDB (2); PDT (1); União (1); PC do B (1)¹⁶⁸.

O perfil dos candidatos mais votados à Câmara e a reeleição de Guilherme compõem um quadro emblemático das transformações pelas quais passou Barbalha desde 1988: os três vereadores mais votados são de esquerda, filiados ao PT, sendo que um deles é vinculado a famílias da cidade (“Alex de Daniel” é José Alex Saraiva de Sá Barreto), enquanto outros dois são provenientes das classes trabalhadoras (Dorivan e Odair); o prefeito, de profissão médico, é vinculado a uma das famílias mais tradicionais do município, mas também é filiado ao PT e alcança ser eleito com expressiva votação, em uma chapa integrada por um vice também do PT e uma coligação abrangendo partidos de perfis político-ideológicos muito diversos (REPUBLICANOS, DC, PP, PT, PCdoB, PV, PSOL, REDE, PSB e MDB).

É provável que a escolha do caririense Camilo Santana pelo presidente Lula para assumir um ministério de grande importância como o MEC, a partir de 2023, também tenha contribuído de modo significativo para o reforço das tendências de rearranjo na política barbalhense nos últimos anos. Isso evidencia tanto os reflexos em diferentes escalas das transformações estratégicas no perfil do PT desde o início do século XXI, com um alinhamento mais ao centro do espectro político, quanto novas formas de acomodação das forças políticas locais às diferentes conjunturas políticas vividas em âmbito estadual e nacional. A configuração da coligação também está em consonância com as

168 AGÊNCIA BRASIL. **Eleições 2024**: Apuração em Barbalha (CE). Brasília, DF: Empresa Brasil de Comunicação, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes/2024/apuracao/ce/barbalha>. Acesso em: 21 mai. 2026. Os vereadores eleitos na ocasião foram, em ordem de votação: Alex de Daniel (PT) 1.767 votos; Dorivan Amaro (PT) 1.674 votos; Professor Odair Matos (PT) 1.626 votos; Joanes Sampaio (PSDB) 1.615 votos; Marcelo Júnior (PT) 1.606 votos; Professor Ilânio (PSB) 1.573 votos; André Feitosa (PSB) 1.454 votos; Cícera Show (PSB) 1.247 votos; Epitácio Cruz (Republicanos) 1.244 votos; Antenor Amorim (PDT) 1.153 votos; Rildo Teles (União) 1.064 votos; Gely do Hospital (Republicanos) 1.042 votos; Antônio Ferreira (PC do B) 1.033 votos; Capitão Marcus (Republicanos) 1.000 votos; Matheus Saraiva (PSDB) 864 votos.

alianças que tem sido feitas em outros níveis e regiões. Destaque para o fato de, pela primeira vez, o PSOL estar coligado com o PT (ou com qualquer outro partido) na política barbalhense, bem como o fato de a coligação que elegeu Guilherme contemplar partidos das mais diversas posições do espectro político, indo do PSOL ao PP.

Tem-se destacado, nas duas gestões de Guilherme, um foco em infraestrutura urbana e rural, um grande cuidado com a área da educação e, no campo da saúde, a consolidação de Barbalha como polo da Região Metropolitana do Cariri (CRAJUBAR). Além disso, o Parque da Cidade, com mais de 76.000 m², recebeu considerável reforma no período, através de parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Barbalha, tendo sido reinaugurado em 29 maio 2024¹⁶⁹.

A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha

Outro aspecto a ser destacado diz respeito àquela que, na visão do pesquisador Diego Alves de Sousa, é “uma das maiores Festas de Santo Antônio do mundo”: a Festa de Santo Antônio de Barbalha/CE, amplamente reconhecida por conta das festividades e rituais relacionados ao pau da bandeira de Santo Antônio.

É na gestão de Fabriano Livônio Sampaio (1973-1977) que surge, segundo Napoleão Tavares Neves, “o impulso inicial à Festa do Pau da Bandeira que incorporou a si a cultural popular, comidas típicas, artesanato”¹⁷⁰.

Ainda segundo Diego de Sousa, “[...] é por meio do pau da bandeira que as demais manifestações se encontram para culminar com o carregamento e o erguimento com a bandeira nele amarrada com cordas de agave, abrindo, assim, os festejos alusivos ao Santo Padroeiro”¹⁷¹.

A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha é um bem cultural reconhecido pelo IPHAN, tendo seu processo de registro iniciado ainda em 2010. Em 2018, o Estado do Ceará reconheceu e registrou a manifestação cultural, na categoria Celebrações, como Patrimônio Cultural Cearense¹⁷².

169 MOREIRA, Roberto. **Parque da Cidade de Barbalha é entregue requalificado para fortalecer a cultura e o lazer. Blog Roberto Moreira**, 31 maio 2024. Disponível em: <https://www.blogrobertomoreira.com/2024/05/parque-da-cidade-de-barbalha-e-entregue.html>. Acesso em: 22 mar. 2026.

170 NEVES, Napoleão Tavares. **Barbalha Cultural**. Barbalha: [s. n.], 2000. p. 108.

171 SOUSA, Diego Alves de. **Tradição, cultura e fé: a Festa de Santo Antônio de Barbalha**. Fortaleza: Premius Editora, 2023. p. 21-27.

172 CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha é reconhecida como Patrimônio Cultural do Estado do Ceará**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 14 dez. 2018. Disponível em: <https://www.ce.gov.br/secult/2018/12/14/festa-do-pau-da-bandeira-de-santo-antonio-de-barbalha-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-do-estado-do-ceara/>.

Diego de Sousa apresenta-se como um carregador do pau da bandeira e, por vezes, dirige-se em especial aos seus “irmãos carregadores do pau da bandeira”. É interessante observar como o relato apresentado em seu livro, mesclando forte devoção católica com aspectos pitorescos daquela tradição (como as curiosas descrições das motivações dos carregadores do pau da bandeira e suas caracterizações¹⁷³), constitui um bom exemplo de como sagrado e profano podem combinar-se naquela manifestação cultural tão emblemática para o povo barbalhense.

Imagem 18 – O rito de carregamento do pau da bandeira



Foto: Augusto Pessoa/SECULT.

Os processos de controle social via propaganda do regime, incentivando visões nacionalistas, ufanistas e conservadoras, emblematicamente marcantes na primeira metade da década de 1970, com o aproveitamento político do Tricampeonato Mundial de 1970 e as festividades do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972, encontraram ecos locais em diferentes momentos, inclusive nos investimentos feitos pela gestão do prefeito Fabríano Livônio Sampaio que resultaram em uma transformação expressiva da Festa do Pau da Bandeira a partir de 1973, no sentido de torná-la um atrativo turístico para atrair recursos para a cidade¹⁷⁴.

173 SOUSA, Diego Alves de. **Tradição, cultura e fé: a Festa de Santo Antônio de Barbalha**. Fortaleza: Premium Editora, 2023. p. 59-61.

174 Outro exemplo é a construção da praça Guadalajara, saída para Missão Velha, em homenagem ao Tri-Campeonato Mundial de Futebol.

Analisando esse processo, o historiador Océlio Teixeira de Souza utilizou, a partir do referencial teórico de Mikhail Bakhtin, o conceito de “carnavalização”, buscando compreender em que medida, com o processo de “folclorização” da Festa do Pau da Bandeira promovido a partir de 1973, ocorre uma forma específica de relação entre sagrado e profano no âmbito da referida festividade¹⁷⁵.

O incentivo à valorização turística da Festa do Pau da Bandeira a partir de 1973, pelo então prefeito Fabriano Livônio Sampaio, alinhava-se com as políticas culturais e de desenvolvimento daquele regime ditatorial. Segundo o historiador Océlio de Souza, que entrevistou o ex-prefeito Fabriano Livônio Sampaio, a partir de 1973 teria ocorrido um “processo de folclorização” da festa, cujo objetivo “era divulgar a festa e atrair turistas para o município”¹⁷⁶. Como observou o historiador, embora as comemorações e festividades religiosas na região remontassem a séculos anteriores, o rito de carregamento do mastro

[...] teve início em 1928, quando o Padre José Correia de Lima, vigário de Barbalha, motivado pelo costume do hasteamento da bandeira nas festas juninas, nas renovações e nas festas dos santos, resolveu instituir o carregamento do mastro no qual seria hasteada a bandeira do padroeiro Santo Antônio. Desde esse ano, o cortejo do pau-da-bandeira marca a abertura dos festejos de Santo Antônio¹⁷⁷.

Território e população

A história recente de Barbalha também abrange as transformações na organização do território. Nesse sentido, é interessante observar que, em 5 nov. 1963, através da Lei Estadual n.º 6.728, o distrito de Arajara foi emancipado de Barbalha; contudo, apenas dois anos depois, Arajara voltaria a ser parte de Barbalha, voltando a constituir-se como distrito barbalhense através da Lei Estadual n.º 8.339, de 14 dez. 1965¹⁷⁸.

175 SOUZA, Océlio Teixeira de. A festa do pau-da-bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): uma experiência religiosa popular. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Associação Nacional de História (ANPUH), 2003.

176 SOUZA, Océlio Teixeira de. A festa do pau-da-bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): uma experiência religiosa popular. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Associação Nacional de História (ANPUH), 2003. p. 3.

177 *Ibid.*, p. 1.

178 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**: Barbalha: histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/historico>. Acesso em: 11 jun. 2026.

Apenas em 1991, Barbalha passaria por novo rearranjo territorial, com a criação do distrito de Estrela através da Lei Municipal n.º 1.147, de 23 abr. 1991.

Finalmente, em 2002 surgiria a conformação territorial atual do município, através da criação do distrito de Caldas, pela Lei Municipal nº 1.499, de 28 fev. 2002, durante a gestão do então prefeito Antônio Inaldo de Sá Barreto. A iniciativa partiu do Poder Executivo municipal e contou com grande aprovação dos vereadores da Câmara Municipal de Barbalha daquela legislatura. Atendia-se assim a uma antiga demanda daquela comunidade, possuidora de identidade própria consolidada, em torno do Balneário do Caldas e da Capela do Bom Jesus¹⁷⁹.

Atualmente, apesar da maioria da população barbalhense concentrar-se nas áreas urbanas, apenas 3,39% do território do município (20,64 km²) correspondem a áreas urbanas, em um total de 608,142 km² de área do município, segundo dados de 2019 e 2025 do IBGE¹⁸⁰.

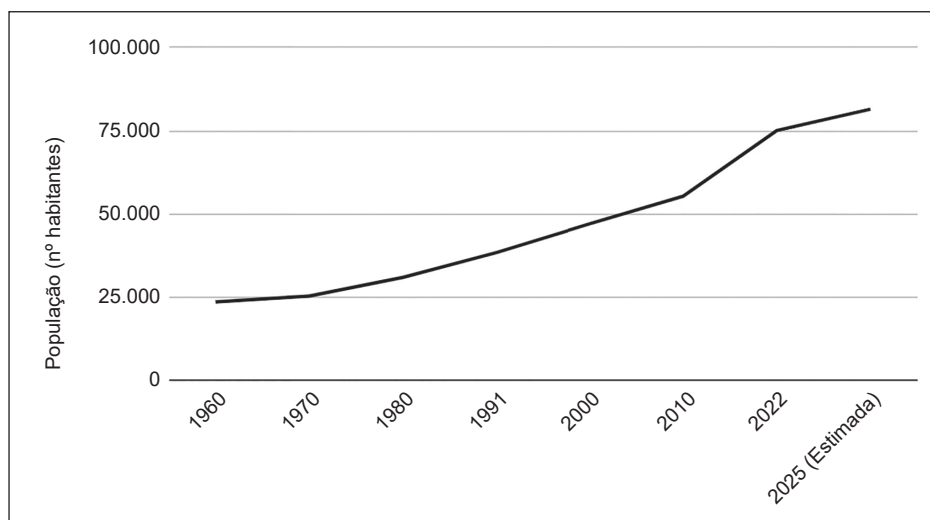
Tabela 5 – População de Barbalha entre 1960 e 2025

Ano	População (num. habitantes)	Crescimento absoluto	Crescimento percentual (%)
1960	23.575	–	–
1970	25.370	+ 1.795	7,61%
1980	30.966	+ 5.596	22,06%
1991	38.430	+ 7.464	24,10%
2000	47.031	+ 8.601	22,38%
2010	55.323	+ 8.292	17,63%
2022	75.033	+ 19.710	35,63%
2025 (Estimada)	81.441	+ 6.408	8,54%

Fonte: elaboração própria com base em: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@: Barbalha: histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/historico>. Acesso em: 11 jun. 2026; Fontes: QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista (1964-1985)**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. p. 34 (com base em dados IBGE); QUEIROZ, Ivan da Silva. **Região Metropolitana do Cariri cearense, a metrópole fora do eixo. Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, set./dez. 2014.

179 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@: Barbalha: histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/historico>. Acesso em: 11 jun. 2026.

180 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@: Barbalha: panorama**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/panorama>. Acesso em: 12 jun. 2026.

Gráfico 1 – População de Barbalha entre 1960 e 2025

Fonte: elaboração própria com base em: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@: Barbalha: histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/historico>. Acesso em: 11 jun. 2026; Fontes: QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista (1964-1985)**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. p. 34 (com base em dados IBGE); QUEIROZ, Ivan da Silva. *Região Metropolitana do Cariri cearense, a metrópole fora do eixo*. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, set./dez. 2014.

Historicamente, o aglomerado urbano-regional conhecido como Craju-bar – denominação que une as sílabas iniciais de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, as três maiores e mais dinâmicas cidades desse conjunto sub-regional localizado no extremo Sul do Ceará – consolidou um processo de conurbação e integração socioeconômica baseado em uma divisão de complementaridades e especializações de bens e serviços¹⁸¹.

Nesse arranjo regional, é interessante observar como se foram estabelecendo certas associações no imaginário coletivo regional: do Crato com a cultura e a educação, do Juazeiro do Norte com o comércio e a religião e da Barbalha com a saúde e a indústria. Evidentemente, tais construções inscrevem-se em relações sociais assimétricas, projetos de poder, dinâmicas identitárias e processos de construção de memórias, como bem demonstrou Otonite Cortez a respeito da construção da ideia do Crato como “cidade da cultura”¹⁸².

181 QUEIROZ, Ivan da Silva. *Região Metropolitana do Cariri cearense, a metrópole fora do eixo*. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, set./dez. 2014.

182 CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

O estudo de Ivan Queiroz destaca que Barbalha despontou até o início dos anos 1990 como centro industrial do aglomerado. Isso ocorreu sobretudo por sediar a Indústria Ibacip (empreendimento remanescente do projeto Asimow) e a Usina Manoel Costa Filho, maior usina de açúcar e álcool da região, que operou até o início dos anos 2000. Além do viés industrial, a importância urbana de Barbalha consolidou-se fortemente na área da saúde por abrigar uma das principais unidades hospitalares do Cariri, o Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo, conferindo à cidade o status de polo regional de saúde, além de polo de lazer. Essa associação de Barbalha com a saúde foi amplamente reforçada pela presença de líderes políticos com formação e atuação profissional em Medicina (notadamente Leão Sampaio, junto a muitos outros) e pela instalação da Faculdade de Medicina da UFCA em Barbalha em 2001¹⁸³.

Tratar das dinâmicas territoriais e populacionais é tema relevante para a história política de qualquer município; os movimentos de criação e emancipação de distritos estão diretamente ligados aos principais pontos de atenção da política municipal, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

No cenário político brasileiro pós-1988, a criação de distritos municipais atua como um mecanismo estratégico que reconfigura o equilíbrio de poder local. Como a Constituição garantiu ampla autonomia aos municípios, a divisão territorial em distritos tornou-se uma ferramenta ambígua para a gestão e a política partidária. Por um lado, a instituição de um distrito poderia servir para descentralizar a máquina administrativa. Os novos cargos de confiança podem servir como moeda de troca para acomodação de aliados e fortalecimento de alianças com lideranças locais. Consequentemente, o distrito tende a se transformar em um reduto eleitoral bem delimitado, onde vereadores e o Executivo utilizam a destinação de serviços básicos e infraestrutura para consolidar suas bases de apoio.

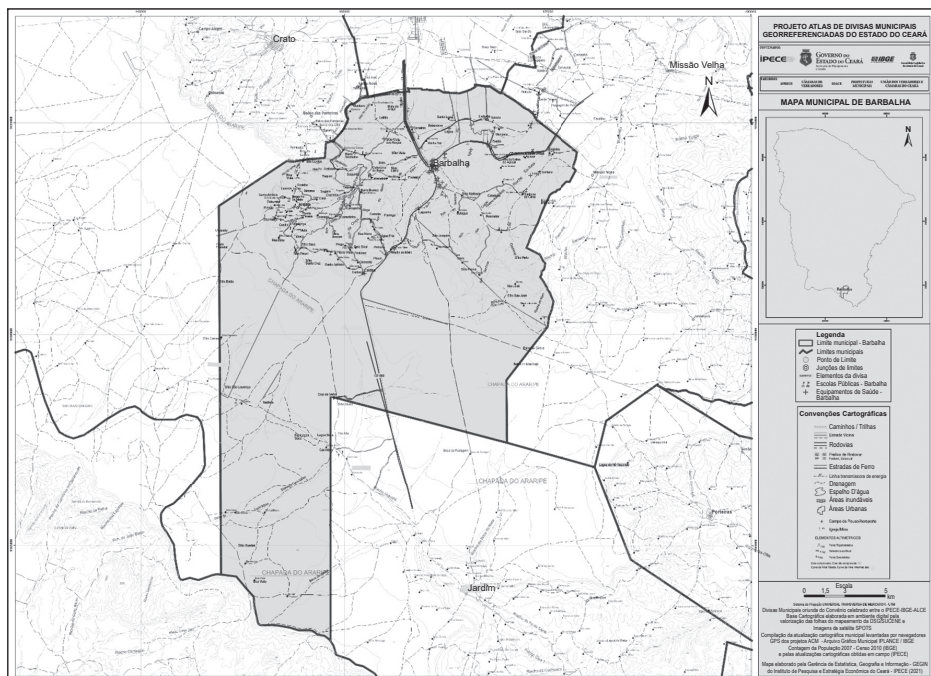
Por outro lado, essa oficialização territorial estimula o fortalecimento de identidades comunitárias e o surgimento de lideranças “bairristas”. Esses novos atores passam a disputar assentos na Câmara Municipal com plataformas focadas fundamentalmente nas demandas locais, o que às vezes pode fragmentar as forças no Legislativo e obrigar o prefeito a negociar com blocos regionalizados.

Por fim, embora a Emenda Constitucional nº 15/1996 tenha dificultado o grande crescimento de emancipações visto na década de 1990, o distrito ainda representa o estágio intermediário para o sonho da independência política.

183 QUEIROZ, Ivan da Silva. Região Metropolitana do Cariri cearense, a metrópole fora do eixo. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, set./dez. 2014; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). Medicina. Juazeiro do Norte: UFCA, [2026]. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/cursos/graduacao/medicina/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

Por razões diversas, lideranças distritais podem articular movimentos emancipacionistas, gerando rearranjos no tabuleiro político municipal¹⁸⁴.

Imagem 19 – Mapa Municipal de Barbalha (atual)



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN. Projeto Atlas de Divisas Municipais Georreferenciadas do Estado do Ceará. 2021¹⁸⁵.

Economia e poder

O início do século XXI marcou a consolidação de Barbalha como importante polo regional de saúde, serviços e turismo religioso. As disputas eleitorais tornaram-se mais competitivas e profissionalizadas, incorporando estratégias de marketing político, maior presença da mídia regional e crescente uso das tecnologias digitais. Ao mesmo tempo, práticas tradicionais, como alianças familiares e redes locais de influência, permaneceram relevantes na dinâmica

184 Para maiores informações, cf.: PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará: A Questão dos Limites Municipais**. Fortaleza: IPECE, 2010.

185 Para um mapa com mais alto nível de detalhamento, cf.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa municipal de Barbalha – CE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2022/CE/barbalha/A0_2301901_MM.pdf. Acesso em: 12 jun. 2026.

eleitoral, demonstrando como tradição e modernidade podem conviver, de múltiplas maneiras, inclusive na esfera política.

Em entrevista, o ex-prefeito Francisco Rommel Feijó de Sá afirmou que, ao longo do século XX, Barbalha buscou se desenvolver na indústria e na saúde, no intuito de fazer frente ao expressivo crescimento comercial de Juazeiro do Norte. Ele destacou o papel de lideranças como Antônio Costa Sampaio, prefeito de Barbalha entre 1967 e 1970, no desenvolvimento industrial e cultural da cidade durante boa parte do século XX¹⁸⁶. Antônio Costa Sampaio foi responsável, dentre outros, pela criação da **IBACIP** (Indústria Barbalhense de Cimento Portland S/A), tendo atuado também em iniciativas sociais e culturais como o Centro de Melhoramento de Barbalha, o Lions Club e a Liga Barbalhense contra o Analfabetismo¹⁸⁷.

Segundo Antonio Landim, “a primeira indústria de base do município teve sua inauguração no dia 17 de agosto de 1970”. A CECASA – Cerâmica do Cariri S/A. teria sido “pioneira na fabricação de ladrilhos cerâmicos no Nordeste”¹⁸⁸. Contudo, “a empresa fechou em 1992, deixando um débito de mais de R\$ 3 milhões de obrigações trabalhistas, junto aos 280 funcionários da empresa”. Assim, “a Cecasa, que durante cerca de 20 anos foi um referencial na região, terminou sendo arrastada pela crise”¹⁸⁹. Os antigos trabalhadores da indústria seguiram na luta por seus direitos. Em 2003, por exemplo, “cerca de 200 ex-funcionários da Cerâmica do Cariri S/A (Cecasa) [...] participaram de uma manifestação de protesto contra a morosidade na Justiça no julgamento da massa falida da empresa”¹⁹⁰.

Em 2005, o patrimônio da empresa foi a leilão, de modo a saldar parte da dívida de mais de R\$ 3 milhões de obrigações trabalhistas, junto aos 280 funcionários da empresa¹⁹¹.

186 SÁ, Francisco Rommel Feijó de. Francisco Rommel Feijó de Sá: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 6 abr. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

187 BARBALHA ESQUECIDA. **Antonio Costa Sampaio**. Barbalha Esquecida, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://barbalhaesquecida.home.blog/2020/12/28/antonio-costa-sampaio/>. Acesso em: 10 abril 2026.

188 LANDIM, Antonio Reginaldo. História de Barbalha. **Barbalha “Esquecida”**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://barbalhaesquecida.com.br/historia-de-barbalha-em-topicos/>. Acesso em: 18 jun. 2026.

189 CECASA terá patrimônio leilado para pagamento de dívidas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 31 ago. 2005. Região. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/cecasa-tera-patrimonio-leilado-para-pagamento-de-dividas-1.109434>. Acesso em: 18 jun. 2026.

190 EX-FUNCIONÁRIOS da Cecasa promovem manifestação. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, [2005?]. Região. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/ex-funcionarios-da-cecasa-promovem-manifestacao-1.505070>. Acesso em: 18 jun. 2026.

191 CECASA terá patrimônio leilado para pagamento de dívidas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 31 ago. 2005. Região. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/cecasa-tera-patrimonio-leilado-para-pagamento-de-dividas-1.109434>. Acesso em: 18 jun. 2026.

Imagem 20 – Cecasa – Cerâmica do Cariri S/A – Barbalha, CE



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cecasa – Cerâmica do Cariri S/A: Barbalha, CE.** [S. l.: s. n.], [19--]. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=434040>. Acesso em: 18 jun. 2026.

Como observou o historiador Assis Daniel Gomes,

O imperialismo americano pós-1945 se deu por meio da ciência e tecnologia associada às atividades econômico-militares e tinha como principal intuito a luta contra o comunismo. Para isso, buscaram guardar o território da América Latina por meio de apoios financeiros com a criação da Aliança para o Progresso em 1961, que possuía estes propósitos: 1- manter a liderança dos EUA no continente americano; 2- fomentar o desmanche de alianças de seus países com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Essa política da boa vizinhança também gerou o financiamento para essa intervenção estadunidense no rumo econômico do Sul cearense nos anos 1960¹⁹².

Esse projeto, liderado pelo prof. Morris Asimow, da UCLA (Universidade da Califórnia – Los Angeles), fora o piloto para o *Rural Industrial*

192 GOMES, Assis Daniel. Da Chesf ao projeto americano Morris Asimow: Modificações técnicas no nordeste brasileiro (1945-1972). **Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, n. 10, 2016. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=958. Acesso em: 19 jun. 2026.

Technical Assistance (Rita), implementado nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará e Paraíba, com recursos financeiros oriundos da USAID (*United States Agency for International Development*) e apoio técnico da UCLA¹⁹³.

Em junho de 1964, durante o governo de Virgílio Távora, o prof. Morris Asimow receberia o título de Cidadão Cearense¹⁹⁴.

Segundo Vitor Monteiro,

Os recursos eram geridos pela Sudene, e o Professor Asimow conjuntamente com a reitoria da UFC escolheram a região do Cariri Cearense como estudo de caso. [...] o projeto Asimow foi implementado no Cariri e reuniu a UFC, o Banco do Nordeste, a Universidade da Califórnia e a Fundação Ford, em 1961, patrocinada pela agência USAID. O interesse da Universidade da Califórnia (UCLA) em realizar este projeto em países subdesenvolvidos era inicialmente voltado para Índia. Mas, o então reitor da UFC Antônio Martins Filho convidou o professor Morris Asimow para vir conhecer o Ceará e, especialmente, o Cariri. [...] Foram concluídos e aprovados os seguintes projetos: CECASA - Indústria de Cerâmica do Cariri SA, em Barbalha; IMOCASA – Industrial de Moagem do Cariri SA, Beneficiamento do milho), no Crato; IESA - Indústria de Montagem de Rádios transistorizados, em Juazeiro do Norte; IBACIP – Fábrica de Cimento de Barbalha; LUNASA – Indústria de Calçados de couro e artefatos, em Juazeiro do Norte; e Fábrica de Doces e Derivados. Os projetos em sua grande maioria eram submetidos conjuntamente à SUDENE e BNB e iniciadas suas implantações. O BNB entrava com empréstimo da parte dos 25% de capital próprio e a Sudene com a participação acionária em 75%. [...] A maioria das empresas faliram ou mudaram sua linha de produção. A CECASA, a mais longínqua, que durante anos foi referência na região, impulsionou a formação do bairro Buriti, com a implantação dos conjuntos habitacionais Malvinas, Vila Santa Teresinha e Vila São José. Fechou em 1992, deixando um débito de mais de R\$ 3 milhões de obrigações trabalhistas, junto aos 280 funcionários da empresa¹⁹⁵.

- 193 GOMES, Assis Daniel. Da Chesf ao projeto americano Morris Asimow: Modificações técnicas no nordeste brasileiro (1945-1972). *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, n. 10, 2016. Disponível em: https://www.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=958. Acesso em: 19 jun. 2026.
- 194 CEARÁ. [Assembleia Legislativa]. **Lei nº 7.315, de 8 de junho de 1964**. Concede o título de cidadão cearense ao Professor Morris Asimow. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 1964. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis64/7315.htm>. Acesso em: 9 jul. 2026.
- 195 MONTEIRO, Vitor Borges. O processo de industrialização do Cariri Cearense na Década de 60: um relato sobre o projeto Asimow. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 7925-7944, jan. 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n1-532. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43475/pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

Em depoimento a Vitor Monteiro, José Orcetti Monteiro, participante do projeto Asimow, rememorou:

CECASA passou a produzir cerâmicas, manilhas, tijolos e telhas, a empresa dispunha de fornos contínuos pesados necessários a fabricação da cerâmica. A CECASA foi uma empresa que não adotou o sistema de direção do professor Asimow, foi criada uma diretoria constituída por diretor industrial, engenheiro Eudoro Santana, diretor comercial Dr. Herivaldo Mattos e diretor financeiro um economista (esqueço o nome). Esta diretoria deu certo e fez a CECASA crescer. A empresa aumentou a produção de cerâmica e entrou no mercado nacional. O Sucesso da CECASA foi tão grande que a empresa chegou a abrir o capital e ter ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo¹⁹⁶.

A política em Barbalha, desde o golpe civil-militar de 1964 até os dias atuais, tem sido marcada pela forte influência de famílias tradicionais, uma estreita relação com a Igreja Católica e o uso da cultura popular como ferramenta de projeção política e turística. Essa relação entre tradição, religião, cultura e poder, contudo, sofreu transformações ao longo do tempo, mesmo se considerada apenas a história recente do município, ou seja, as últimas seis ou sete décadas.

A política cearense traz, em sua história, práticas políticas de grupos oligárquicos que utilizavam mecanismos associados a relações personalistas e clientelistas, com base na dependência e paternalismo. Segundo Barreira (2008), a política cearense viveu três ciclos de poder: 1) oligarquias dos Acciolis, dos Rabelos e com o Padre Cícero no início do século XX; 2) a partir da década de [19]60, viveu as oligarquias dos três coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals; 3) no período da redemocratização inicia-se um novo ciclo protagonizado pelos empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC), principalmente na figura de Tasso Jereissati¹⁹⁷.

Como observou Márcia Vieira, com base em seu estudo sobre o legislativo estadual e as dinâmicas políticas regionais (o que a autora chama de “geografia do voto”), de meados do século XX em diante, a política

196 José Orcetti Monteiro apud MONTEIRO, Vitor Borges. O processo de industrialização do Cariri Cearense na Década de 60: um relato sobre o projeto Asimow. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 7925-7944, jan. 2022, p. 7936. DOI: 10.34117/bjdv8n1-532. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43475/pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

197 VIEIRA, Márcia Paula Chaves. **Poder Legislativo no Ceará: geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. p. 35-36.

cearense passou a combinar elementos de modernização institucional com permanências de práticas tradicionais. Segundo sua interpretação, houve nessa época uma passagem do coronelismo clássico para formas mais modernas de clientelismo e construção de bases eleitorais, mantendo-se a importância das famílias políticas, das lideranças locais e das alianças regionais¹⁹⁸. Como demonstra a documentação analisada, Barbalha acompanhou em linhas gerais o perfil delineado pela autora citada, com essa mudança sendo perceptível em alguns aspectos já na década de 1980, embora a força dos grupos familiares tenha continuado muito destacada, persistindo até os dias atuais.

Os pactos políticos entre grupos oligárquicos aparecem devido à necessidade de reprodução e manutenção do poder, do status quo político. [...] os pactos refletem a força hegemônica de grupos, ao mesmo tempo que demonstra um processo de decadência destes. São a consagração da necessidade de rearranjos e construção de novas alianças que possibilitem perpetuar as forças políticas existentes a partir de bases de legitimidade diversas. [...] As relações paternalistas dos grupos oligárquicos são baseadas na chamada ‘política de favores’. Destacam-se a lealdade e gratidão dos clientes para com seus patrões. As eleições eram o momento em que os patrões lembravam aos seus clientes que chegara a hora de retribuir os ‘feitos’ [...].

A década de [19]50 e o desenvolvimentismo foram elementos centrais para a reconfiguração das chefias políticas. [...] Virgílio Távora iniciou sua carreira política pela União Democrática Nacional (UDN) na década de [19]50. Na década seguinte, em 1962, Virgílio foi eleito governador do estado e iniciou uma modernização do Ceará na economia para o crescimento do Estado. Ele mostrou seu talento para articulações políticas sem prejudicar alianças com os chefes políticos [...].

Com o Regime Militar, Virgílio Távora mais uma vez mostrou-se astuto nas articulações: foi eleito senador e a indicação do Cel. César Cals para governador foi o marco da articulação política entre o Regime Militar e a chefia política. Ele teve como vice Humberto Bezerra, membro do grupo virgilista e um dos irmãos da família tradicional dos Bezerras, da região do Cariri. Esse foi o início do ‘pacto dos coronéis’.

O encerramento do ciclo clientelista dos três coronéis teve início a partir das mudanças nas relações de trabalho e na forma com que a política passa a ter espaço nos grupos empresariais. [...] O final da década de [19]70 e a década de [19]80 são os períodos em que ocorrem relevantes transformações econômicas e sociopolíticas no Ceará. Inicia-se um

enfraquecimento das bases que legitimam o poder tradicional. Há uma mudança na elite política com a chegada dos grupos empresariais como organizadores da ‘nova’ dinâmica de poder. Ascende a figura de Tasso Jereissati e, em seguida, Ciro Gomes dá continuidade à nova perspectiva administrativa imputada pelo grupo empresarial do Centro Industrial do Ceará (CIC). É o surgimento de um jovem grupo de empresários que pertenciam à elite econômica local e passavam a ocupar postos centrais nos grupos econômicos. [...] O grupo de jovens empresários adentra o cenário político cearense já com um histórico de atuação política na família¹⁹⁹.

Após o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, a política local barbalhense não demorou a alinhar-se ao novo regime. Com a instituição do bipartidarismo em 1965, as lideranças políticas barbalhenses concentraram-se majoritariamente na ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

Com o fim do período ditatorial militar, o cenário político estadual mudou do “ciclo dos coronéis” (Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals) para a “era dos empresários” (Tasso Jereissati, Ciro Gomes). Em Barbalha, no entanto, as famílias tradicionais mantiveram forte influência sobre o Executivo e o Legislativo municipais por meio de diferentes siglas, particularmente beneficiando-se do retorno ao pluripartidarismo no contexto de transição democrática.

Como demonstrou Maria Yacê Sá em sua dissertação, no contexto da Ditadura Militar, foi gravemente afetada a base econômica de Barbalha, pois buscou-se substituir a produção tradicional de rapadura (vista como sinal de atraso) pela indústria do álcool (percebida como ‘moderna’ e alinhada às políticas econômicas do regime ditatorial, como o Proalcool), o que resultou na desestruturação do sistema tradicional de engenhos e em profundos impactos sociais. O marco central desse processo foi a inauguração da Usina Manoel Costa Filho em 14 jun. 1976, em um vasto espaço às margens da rodovia CE-96, próximo à divisa de Barbalha com Missão Velha. A chegada da usina acelerou o declínio dos engenhos de rapadura, que já enfrentavam altos custos de produção e a concorrência do açúcar industrializado; muitos engenhos tradicionais, como o Tupinambá, desativaram suas moendas. Apesar do apoio do regime, a Usina Manoel Costa Filho não conseguiu se consolidar; operou de forma deficitária, enfrentando

199 VIEIRA, Márcia Paula Chaves. **Poder Legislativo no Ceará: geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. p. 36-40.

problemas estruturais e acabou fechando por inadimplência, deixando um rastro de dívidas trabalhistas²⁰⁰.

Memórias de Barbalha

Para realização das entrevistas que contribuíram com a fundamentação empírica deste projeto, a equipe técnica realizou uma capacitação em história oral com o Prof. Jaime Valim. A partir dela, foi elaborado um roteiro padrão para as entrevistas. As entrevistas, de tipo temático semiestruturado, foram registradas em vídeo e decupadas com auxílio de recursos digitais, sendo, ao final, revisadas pela equipe técnica do projeto. Foram realizadas nove entrevistas, com as seguintes pessoas: Alexandre Callou Sampaio, Argemiro Sampaio Neto, Dorivan Amaro dos Santos, Francisco Rommel Feijó de Sá, Giuseppe Mallmann de Sampaio, Guilherme Sampaio Saraiva, José Leite Gonçalves Cruz, Luzimar Bezerra Furtado e Odair José de Matos.

Muitas entrevistas precisaram ser remarcadas algumas vezes, em função das dificuldades de agenda das pessoas entrevistadas. Outras pessoas acabaram ao final declinando do convite para as entrevistas. Situações recorrentes para quem trabalha com história oral. De todo modo, entendemos que, embora se trate de uma amostragem pequena para um período tão amplo da história local, trata-se apenas de um primeiro movimento em busca da preservação da memória barbalhense.

Na definição do grupo de pessoas entrevistadas, buscamos perfis diversos, de modo a enriquecer o quadro a ser construído a partir desse mosaico de memórias. Representantes do Executivo e do Legislativo, vinculados a diferentes partidos ou campos políticos, cidadãos oriundos de diferentes classes sociais e atuantes em profissões diversas, pessoas, enfim, de diversos matizes político-ideológicos, resultando assim em um conjunto interessante e, esperamos, algo representativo da pluralidade política da sociedade barbalhense.

Em linhas gerais, é notório e chama muito a atenção o zelo, o carinho e o cuidado com que todos os entrevistados, sem exceção, falam de sua cidade. Nota-se um vínculo muito forte do grupo de pessoas entrevistadas com Barbalha, a despeito de suas diferenças em termos de classe, perfil político-ideológico, vínculos partidários etc. Esse elemento é analiticamente relevante, já que, para quem já trabalhou com depoentes e entrevistados oriundos de regiões mais densamente populosas, muitas vezes os vínculos

200 SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os homens que faziam o Tupinambá moer**: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

primários são de outra ordem que não o município de origem. Tal aspecto identitário diz não apenas dos indivíduos, mas também do lugar.

Outro elemento de destaque é a recorrência e a centralidade do elemento familiar em várias das entrevistas realizadas, notadamente com os depoentes vinculados a algumas das elites familiares locais.

Giuseppe Mallmann de Sampaio, por exemplo, formado em Direito e em Filosofia, começa sua entrevista mencionando ser filho de Fabriano Livônio Sampaio (prefeito entre 1973 e 1977) e neto de Antônio Costa Sampaio (prefeito de 1967 a 1970, vereador). É interessante observar como, em sua narrativa, Giuseppe estabelece uma divisão entre um antes e um depois, que situa de forma aproximativa em “meados do século XX”, criticando a “chegada das ideologias materialistas” no município. Subjaz em sua fala uma crítica também ao pluripartidarismo, ao abordar o contexto da redemocratização, e um forte tom religioso ao longo de toda a sua entrevista²⁰¹.

Na entrevista com o médico Alexandre Callou Sampaio nota-se, igualmente, um forte acento no elemento familiar: “a minha família abrange, nossa, uma quantidade enorme de barbalhenses, né, que é a família Callou, família Sampaio, família Sá Barreto, família Cruz, família Luna, família Costa. Então, eu realmente, quando eu ando em Barbalha, eu vejo na realidade uma grande família para mim. Então, por isso que eu sou tão apegado à cidade, né?”²⁰².

Os prefeitos mais recentes, Guilherme Sampaio Saraiva e Argemiro Sampaio Neto, embora possuam perfis político-ideológicos bastante diversos entre si (Guilherme mais ao centro ou à centro-esquerda, Argemiro mais à direita), são ambos vinculados à tradicional família Sampaio. Esse exemplo é ilustrativo de que os vínculos familiares são apenas uma das variáveis da equação que representa as disputas históricas por poder na cidade de Barbalha.

As entrevistas com Guilherme e Argemiro oferecem perspectivas distintas e, por vezes, complementares sobre a política de Barbalha, refletindo tanto suas trajetórias familiares quanto suas visões sobre suas experiências como prefeitos.

201 SAMPAIO, Giuseppe Mallmann de. **Giuseppe Mallmann de Sampaio**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 9 mar. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

202 SAMPAIO, Alexandre Callou. **Alexandre Callou Sampaio**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 27 abr. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

Quanto à origem e ao legado familiar, Guilherme Sampaio Saraiva identifica-se como parte de uma família com raízes profundas em Barbalha. Ele descreve a política como cíclica, reconhecendo o protagonismo histórico da família Sampaio, seguido pelo período de Rommel Feijó e, atualmente, o ciclo de Camilo Santana, a quem apoia. Argemiro Sampaio Neto também busca destacar seu capital político de origem familiar, porém o faz referindo-se como bisneto do primeiro prefeito eleito de Barbalha. Para ele, vir de uma família tradicional facilitou a aceitação de sua candidatura pelas lideranças, embora entenda que a política se tornou mais democrática com o tempo.

Em relação a quem consideram lideranças influentes no município, Guilherme Saraiva aponta Camilo Santana como a maior liderança atual, destacando sua relação afetiva e política com Barbalha, apesar de ele não ter nascido na cidade. Argemiro também reconhece a força de Camilo em nível estadual, mas defende que Rommel Feijó teria sido o político mais marcante da história recente de Barbalha, justificando sua percepção com base nas obras estruturantes implementadas em sua gestão.

Questionados sobre desafios contemporâneos de Barbalha, Argemiro indica problemas como o desemprego e o avanço de drogas como o crack na zona rural. Ele critica a ‘desindustrialização’ de Barbalha, citando o fechamento de usinas de açúcar e fábricas de cimento e calçados, o que, como visto, ocorreu em grande medida por conta de escolhas políticas feitas durante o período ditatorial (tanto localmente quanto nacionalmente, em especial o forte endividamento externo para financiamento do chamado “milagre econômico”) associadas a crises cíclicas do capitalismo (especialmente a crise do petróleo em 1973), gerando o contexto de grave crise econômica dos anos 1980 e 1990 em todo o Brasil, do qual Barbalha não passou ilesa.

Já Guilherme Saraiva afirma que, hoje, os grandes desafios estão na gestão e na era digital. Ele lamenta a falta de continuidade administrativa quando há troca de grupos políticos no poder, criticando a agressividade e a superficialidade das redes sociais, que dificultam um debate racional. Na educação, afirma que sua prioridade é o desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes.

Em relação a cultura e tradição, há um consenso entre ambos no sentido de refrear o risco da mercantilização da cultura. Argemiro afirma que, antigamente, os mestres e grupos faziam cultura por devoção familiar e tradição, mas hoje muitos grupos só se apresentam se houver pagamento governamental ou de empresas, o que pode ameaçar a perenidade das

tradições se o estímulo financeiro cessar. De modo semelhante, Guilherme defende a preservação da autenticidade da Festa de Santo Antônio. Ele se opõe à modernização excessiva observada em outros festejos juninos do Nordeste, defendendo a manutenção do forró pé de serra e das tradições que geram sentimentos únicos na população, fortalecendo a identidade barbalhense e regional.

Em síntese, o cotejo entre as memórias e os discursos de Guilherme e Argemiro, prefeitos nas gestões mais recentes da história barbalhense, mostra que ambos demonstram se preocupar com a cidade e sua população, e percebem a política como algo de suma importância. Evidentemente, suas palavras buscam fortalecer elementos ligados a seus projetos, bandeiras e gestões. Nessa reflexão sobre o tempo presente em Barbalha, nota-se de modo geral enfoques bastante diversos entre as duas lideranças, o que, reitere-se, aponta para a necessidade de se considerar as múltiplas variáveis envolvidas nesse quadro analítico, para além dos vínculos familiares.

Há, nas entrevistas, de um modo geral, referências recorrentes a certas pessoas. É interessante observar como a memória em Barbalha, a julgar pelas entrevistas realizadas neste projeto e por algumas obras memoria-lísticas consultadas²⁰³, possui algumas figuras de referência altamente consolidadas em termos mnemônicos. Nesse sentido, talvez o caso mais emblemático seja o de Leão Sampaio.

Na ampla maioria das referências, há a afirmação do reconhecimento com base no entendimento de que, enquanto deputado federal, Leão Sampaio ofereceu grande contribuição materialmente ao município. É emblemática a afirmação de Rommel Feijó: “A história da Barbalha tem uma história antes e depois do Dr. Leão”²⁰⁴. A entrevista com Alexandre Sampaio também é exemplar do lugar central que a figura de Leão Sampaio ocupa nessa memória coletiva:

[...] um foi o Dr. Leão Sampaio, não é? Médico, que ele foi deputado federal por muitos anos, acho que uns 35 anos, e era o médico do padre Cícero. Ele chegou em [19]21, em 1921 ele retornou à Barbalha, tendo se formado no Rio de Janeiro. Ele era um grande médico, muito

203 E.g.: CALLOU, Lyrio. **Barbalha: minha vida**. Recife: Bagaço, 2002; NEVES, Napoleão Tavares. **Barbalha Cultural**. Barbalha: [s. n.], 2000; NEVES, Napoleão Tavares. **Da URCA para Barbalha: memória histórica da solenidade de entrega do título de Professor Honoris Causa em 16 de agosto de 2005 na Câmara Municipal de Barbalha**. Barbalha: HB Gráfica, [2005].

204 SÁ, Francisco Rommel Feijó de. **Francisco Rommel Feijó de Sá: depoimento**. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 6 abr. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

caridoso, e havia um fluxo para Barbalha muito grande de pacientes, de vários estados, para se consultar com ele. E ele se tornou tão querido que acabou sendo eleito, em [19]33, deputado federal, e foi para a Guanabara, pro estado da Guanabara. Até então ele era um médico do padre Cícero. E nesse ano de [19]33 ele foi porque tinha a Constituinte de [19]34 que tinha que ser promulgada. E foi nesse ano que o padre Cícero morreu. Ou seja, quando o padre Cícero morreu, o Dr. Leão Sampaio não estava em Barbalha, porque era o médico dele mesmo, não é? Mas quando o Dr. Leão foi para o estado da Guanabara, que hoje é o Rio de Janeiro, um ano depois o padre Cícero veio a falecer. Dr. Leão era uma pessoa muito boa, muito pacata e todo mundo... era meio que uma unanimidade, então todo mundo gostava dele, né? Então, nunca vi ninguém, nunca na minha vida eu escutei alguém para falar qualquer coisa do Dr. Leão Sampaio. Então, ele era uma... Ele trouxe muita coisa pro Cariri, não só para a Barbalha, trouxe para Juazeiro, trouxe pro Crato, para outras cidades do interior, como Mauriti, Brejo, não sei dizer bem quais outras cidades que ele arranjava verbas, mas ele trouxe muita coisa. E para Barbalha ele trouxe muita verba, né? Você veja aqui colégios como é o Santo Antônio, né, que hoje é a Faculdade de Medicina de Barbalha: aquele prédio foi uma verba que o Dr. Leão arranjou, entendeu? O terreno daquele prédio era de um outro médico que também teve uma influência política grande em Barbalha, que era o Dr. Lírio Callou. Então, Dr. Lírio Callou, ele doou terreno, e Dr. Leão Sampaio conseguiu a verba. Construíram aquele prédio que, na ocasião, era o colégio Santo Antônio, que é onde estudavam os homens, e também conseguiu verba posteriormente pro colégio de Nossa Senhora de Fátima, né, que é onde estudavam as mulheres. Então, é... naquela época era assim, né, havia essa divisão. Então, são ótimos colégios, que ajudaram muito a Barbalha a crescer. Isso teve uma diferença muito grande no crescimento de Barbalha, né? Posteriormente, esse colégio Santo Antônio foi cedido para a UFC, que depois se tornou UFCA e hoje é um prédio da UFCA. Mas é o mesmo prédio, conseguido por verbas do Dr. Leão Sampaio, como deputado federal. E ele sempre ficou como deputado federal. Ele nunca foi ser prefeito, mas ele, obviamente, ele tem a sua influência em Barbalha²⁰⁵.

Em contraste com tais memórias, há estudos que sugerem que Leão Sampaio, deputado federal udenista e, após o golpe, arenista, teria estado

205 SAMPAIO, Alexandre Callou. **Alexandre Callou Sampaio**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 27 abr. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

“envolvido em diversas articulações com vistas a desgastar e desbaratar o governo constitucional de João Goulart”²⁰⁶.

A entrevista com Francisco Rommel Feijó de Sá oferece um bom panorama de sua trajetória política e sua visão sobre a história de Barbalha. Médico de formação, Rommel tem 73 anos e, assim como Giuseppe, Alexandre, Argemiro e Guilherme, também pertence a famílias tradicionais da região: “meu avô era Sampaio e Cruz, o meu pai era Sá e minha mãe era da família Callou e Sá Barreto”²⁰⁷. É muito significativo que todos os cinco possuam vínculos com a família Sampaio, o que aponta para as estratégias de vinculação estabelecidas entre tais elites familiares desde o século XIX, como indicado nos capítulos anteriores.

Crítico do sistema presidencialista, Rommel defende o parlamentarismo com base na suposição de que promoveria maior agilidade na substituição de quadros que não apresentem desempenho satisfatório. Em relação à Festa de Santo Antônio, afirma que possui um papel social muito importante por “socializar” a política, como que obrigando as lideranças a se misturarem ao povo e tornando o eleitorado mais próximo de seus representantes.

A entrevista com João Hilário Coelho Correia, ex-prefeito de Barbalha por dois mandatos (1983-1989 e 1993-1997), oferece uma visão conciliadora da política local, marcada pela afirmação de uma percepção de continuidade institucional e da afirmação de uma identidade barbalhense que estaria acima de diferenças partidárias. Ele afirma que “houve sempre muitas adversidades, muita alternância de poder no município, na prefeitura de Barbalha, mas tudo dentro de uma convivência pacífica”.

Natural de Barbalha, nascido em 14/jan/1953, João Hilário formou-se em Letras em 1975, na antiga Faculdade de Filosofia do Crato, na qual passou a lecionar já em 1976. Com a criação da URCA dez anos depois, tornou-se professor da então nascente universidade regional. Professor por 37 anos, radialista desde os 12 anos (“no serviço de alto-falantes do Cine São José”), locutor, apresentador de TV e mestre de cerimônias²⁰⁸.

206 QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista (1964-1985)**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. p. 87.

207 SÁ, Francisco Rommel Feijó de. **Francisco Rommel Feijó de Sá**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 6 abr. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

208 BARBALHA ESQUECIDA. **João Hilário Coelho Correia – Breve histórico**. 14 jan. 2021. Disponível em: <https://barbalhaesquecida.com.br/2021/01/14/joao-hilario-coelho-correia-breve-historico/>. Acesso em: 24 ago. 2026

Filho de Francisco Coelho Correia e de Ana Garcia Sampaio, João Hilário é casado com Maria Betilde Sampaio Correia, educadora com expressiva atuação na política barbalhense, conforme já mencionado. João Hilário integra, portanto, algumas das famílias tradicionais da cidade. Como ele mesmo reconhece, “a família Sampaio teve grande influência na cidade de Barbalha [...] ainda hoje tem muita representatividade, inclusive política”.

Quanto à relação entre política e desenvolvimento econômico, João Hilário atribui o progresso de Barbalha a uma conjugação de esforços de diferentes gestões e lideranças, desde as famílias tradicionais até os governos estadual e federal. Ele destaca o papel de Antônio Costa Sampaio (“um entusiasta das cidades”) na implementação do “tripé industrial” (cerâmica, cimento e açúcar), e reconhece a contribuição de prefeitos e vereadores de todas as origens para o crescimento populacional e urbano. “A política contribuiu muito para o desenvolvimento da nossa cidade”, afirma, buscando valorizar as contribuições das diferentes gestões da história barbalhense.

No campo cultural, as lembranças de João Hilário convergem com as de outros entrevistados. Ele afirma ter contribuído para a projeção nacional da Festa do Pau da Bandeira, levando emissoras de televisão a Barbalha pela primeira vez, por exemplo: “o nosso primeiro mandato do prefeito, nós fomos às televisões, trouxemos a Rede Globo, a Manchete, a Band, o SBT, trouxemos todos eles aqui pela primeira vez a Barbalha”. Esse reconhecimento da importância da cultura no município ecoa o esforço de José Leite e Dorivan, dentre outros, para perpetuar tradições e buscar o reconhecimento do Pau da Bandeira como patrimônio imaterial. João Hilário enfatiza o aspecto de pertencimento coletivo, ao afirmar que “essa é uma festa que a gente encarna e que a gente já vê o Cariri inteiro encarnar [...] como se a festa fosse sua também”. Para ele, a cultura não é um campo de disputa política, mas um elemento unificador do que ele chama de “barbalhensidade”, uma identidade local que transcenderia divergências políticas.

Sobre a redemocratização e as lideranças políticas do período, João Hilário destaca que foi eleito em 1982 com apenas 29 anos (“o prefeito mais jovem da história de Barbalha até hoje”), em oposição a Fabriano Sampaio, militar que, em suas palavras, “representava esse conservadorismo” vinculado ao período ditatorial, enquanto ele seria “tido como a pessoa do lado ali dos que brigavam pela redemocratização do país”. À parte essa diferenciação política, tece uma série de elogios a Fabriano, caracterizando-o como “uma pessoa importante da cidade, uma pessoa com grandes serviços prestados à cidade de Barbalha”. Nesse sentido, é emblemático da importância dos vínculos familiares em Barbalha inclusive no contexto

da redemocratização que tanto João Hilário quanto Fabriano pertençam à família Sampaio.

Ao listar as principais lideranças políticas da cidade, ele inclui nomes muito diversos, como Camilo Santana, Rommel Feijó, Antônio Costa Sampaio, Lírio Callou, Argemiro Sampaio e, inclusive, Augustinho José dos Santos, que Hilário caracteriza como “homem muito simples, vindo do povo mesmo”, vereador por seis mandatos e presidente da Câmara. O ecletismo da lista é significativo da forma como João Hilário busca, em suas memórias, reconhecer a importância de diferentes grupos e linhas políticas em uma narrativa conciliadora e pautada por uma ideia de harmonia social e ausência de conflitos significativos.

Educador e comunicador, João Hilário construiu sua liderança local na confluência entre o poder das famílias tradicionais e as forças do processo de redemocratização nacional. Sua memória, pautada pela afirmação de alternâncias pacíficas de poder e contribuições de todas as gestões para o desenvolvimento da cidade, compatibiliza-se com uma perspectiva que busca afirmar uma identidade barbalhense coesa e harmoniosa. Afirmando que “é preciso conhecer as nossas raízes”, ele reforça a ideia de uma “barbalhensidade” que atenua significativamente os conflitos, diferenças, divergências, silenciamentos e exclusões referidos em outras memórias e identificáveis também nas demais fontes documentais analisadas neste projeto.

Enquanto Rommel, Alexandre, Giuseppe, João Hilário, Guilherme e Argemiro vinculam-se às tradicionais famílias ocupantes do poder político desde o século XIX, são integrantes das camadas sociais economicamente dominantes em Barbalha e possuem formação profissional em áreas como Medicina, Engenharia e Direito, bastante diverso é o perfil dos demais entrevistados: Dorivan Amaro, João Hilário Coelho Correa, José Leite Gonçalves Cruz, Luzimar Bezerra Furtado e Odair José de Matos.

É muito significativo que as únicas pessoas entrevistadas que talvez possam se identificar como não brancas estejam neste segundo grupo, que apenas uma delas seja mulher e seja justamente uma trabalhadora da Câmara, e não uma vereadora. Infelizmente, as limitações de tempo e recursos técnicos e humanos, somadas às compreensíveis dificuldades de agenda dos(as) possíveis entrevistados(as), tornaram inviável a realização de um corpus de fontes orais mais amplo.

A esse respeito, cabe lembrar que, com base em dados do TSE e do IBGE, Campos e Machado elaboraram um estudo sobre a distribuição das candidaturas e dos eleitos por raça e gênero nas eleições de 2016 e 2018

no Brasil²⁰⁹. Eles evidenciaram que, nas eleições de 2016 para vereador, dentre os(as) eleitos(as), 65% eram homens brancos, 10% eram mulheres brancas, 23% eram homens não brancos e apenas 2% eram mulheres não brancas. Com pequenas variações, as mesmas proporções apareceram nas votações em 2016 para prefeito e nas votações para deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores em 2018. Em todos os casos, houve mais de 60% dos eleitos autodeclarando-se homens e brancos (no caso dos governadores, esse percentual chegou a 69%).

O gargalo também se evidenciou ao compararem os dados de raça e gênero entre candidatos(as) e eleitos(as). Nesse caso, o único grupo em que o percentual de eleitos foi maior que o de candidatos foi o dos homens brancos. Os demais grupos, sem absolutamente nenhuma exceção, tiveram um percentual maior de candidatos que de eleitos, o que indica que, nas referidas eleições, para todas essas funções executivas e legislativas, os homens brancos apresentaram poder de elegibilidade muito maior que os demais grupos. Ao analisar os perfis dos vereadores e prefeitos de Barbalha, vemos uma situação ainda mais desigual. Com raríssimas exceções, os postos de vereador, prefeito e vice-prefeito em Barbalha foram (e continuam sendo) ocupados por homens brancos.

Não entraremos aqui na questão racial, que extrapolaria as possibilidades do presente estudo e permanece, portanto, como um tema da história de Barbalha a ser estudado urgentemente. Contudo, é possível sinalizar, com base em heteroclassificação feita pelos autores a partir das fotos disponíveis na Galeria de Prefeitos e Vereadores da Câmara, que a quase totalidade dos homens e mulheres que ocuparam tais cargos no Executivo e no Legislativo de Barbalha eram brancos²¹⁰.

Em termos de gênero, considerando apenas a distribuição a partir de 1963, tem-se uma dimensão do alto grau de subrepresentatividade feminina na história política recente de Barbalha:

209 CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

210 Um estudo adequado dessa questão demandaria avaliar elementos de autoidentificação e referências cruzadas de fontes a respeito do tema, o que extrapolaria em muito os limites desta pesquisa. Sobre o tema, cf.: CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020; CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, Brasília, jan./abr. 2015, p. 121-151. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151606>

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização
Tabela 6 – Distribuição de homens e mulheres entre as pessoas eleitas para os cargos de prefeito(a), vice-prefeito(a) e vereador(a) em Barbalha/CE entre 1963 e 2026²¹¹

Ges-tão	Executivo - prefeito(a) e vice-prefeito(a)				Legislativo - Vereadores(as)				Total - Executivo e Legislativo						
	Total	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total geral	Total H	%	Total M	%
1963 – 1967	2	2	100,00%	0	0,00%	11	11	100,00%	0	0,00%	13	13	100,00%	0	0,00%
1967 – 1971	2	2	100,00%	0	0,00%	10	10	100,00%	0	0,00%	12	12	100,00%	0	0,00%
1971 – 1973	2	2	100,00%	0	0,00%	10	10	100,00%	0	0,00%	12	12	100,00%	0	0,00%
1973 – 1977	2	2	100,00%	0	0,00%	11	10	90,91%	1	9,09%	13	12	92,31%	1	7,69%
1977 – 1983	2	2	100,00%	0	0,00%	9	9	100,00%	0	0,00%	11	11	100,00%	0	0,00%
1983 – 1989	2	2	100,00%	0	0,00%	11	9	81,82%	2	18,18%	13	11	84,62%	2	15,38%
1989 – 1992	2	2	100,00%	0	0,00%	17	15	88,24%	2	11,76%	19	17	89,47%	2	10,53%
1993 – 1996 *	2	1	50,00%	1	50,00%	17	15	88,24%	2	11,76%	19	16	84,21%	3	15,79%
1997 – 2000	2	2	100,00%	0	0,00%	17	15	88,24%	2	11,76%	19	17	89,47%	2	10,53%
2001 – 2004	2	2	100,00%	0	0,00%	15	12	80,00%	3	20,00%	17	14	82,35%	3	17,65%
2005 – 2008	2	2	100,00%	0	0,00%	10	7	70,00%	3	30,00%	12	9	75,00%	3	25,00%

continua...

211 A presente tabela foi desenvolvida com base em heteroclassificação realizada pelos autores do presente estudo, a partir de nomes e fotos presentes nos citados quadros. Embora não se desconheça toda a importante literatura especializada sobre gênero e os problemas e limitações inerentes a classificações como a que aqui é apresentada, optou-se por mantê-la de modo a servir como um indicador, ainda que muito imperfeito e limitado, da enorme desigualdade de gênero na composição dos principais quadros do Executivo e do Legislativo de Barbalha em sua história recente.

continuação

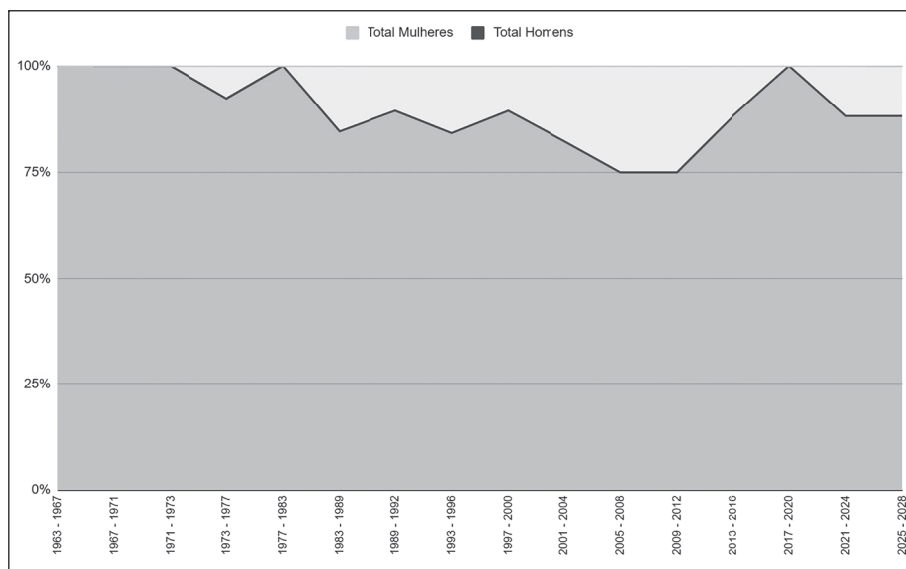
Gest-ão	Executivo - prefeito(a) e vice-prefeito(a)				Legislativo - Vereadores(as)				Total - Executivo e Legislativo					
	Total	Homens		Mulheres	Total	Homens		Mulheres	Total geral	Total H	%	Total M	%	
2009 – 2012 **	2	1	50,00%	1	50,00%	8	80,00%	2	20,00%	12	9	75,00%	3	25,00%
2013 – 2016 **	2	1	50,00%	1	50,00%	14	93,33%	1	6,67%	17	15	88,24%	2	11,76%
2017 – 2020	2	2	100,00%	0	0,00%	15	100,00%	0	0,00%	17	17	100,00%	0	0,00%
2021 - 2024	2	2	100,00%	0	0,00%	13	86,67%	2	13,33%	17	15	88,24%	2	11,76%
2025 - 2028	2	2	100,00%	0	0,00%	13	86,67%	2	13,33%	17	15	88,24%	2	11,76%
TOTAL	32	29	90,63%	3	9,38%	186	89,42%	22	10,58%	240	215	89,58%	25	10,42%

* Na gestão 1993-1996, o cargo do Executivo ocupado por mulher foi o de vice-prefeita, correspondendo à gestão de Ermengarda Maria de Amorim Sobreira e Santana; ainda está sendo investigado por que seu nome e imagem não constam do quadro correspondente a essa gestão na Câmara Municipal de Barbalha.

** Nas gestões 2009-2012 e 2013-2016, o cargo do Executivo ocupado por mulher foi o de vice-prefeita, correspondendo às duas gestões de Maria Bertilde Sampaio Correia

Fonte: os autores, com base em dados obtidos pela equipe técnica através dos quadros que compõem a Galeria de Prefeitos e Vereadores, expostos no prédio da Câmara Municipal de Barbalha.

Gráfico 2 – Distribuição de homens e mulheres entre as pessoas eleitas para os cargos de prefeito(a), vice-prefeito(a) e vereador(a) em Barbalha/CE entre 1963 e 2026



Fonte: os autores, com base em dados obtidos pela equipe técnica através dos quadros que compõem a Galeria de Prefeitos e Vereadores, expostos no prédio da Câmara Municipal de Barbalha.

Assim, no Poder Executivo, teremos o pioneirismo de Ermengarda Maria de Amorim Sobreira e Santana, primeira vice-prefeita de Barbalha (1993-1996), na gestão de João Hilário (PDT), seguida por Maria Bertilde Sampaio Correia, vice-prefeita nas gestões 2009-2012 e 2013-2016 (com José Leite G. Cruz, do PT, como prefeito). É muito significativo que essas participações femininas tenham ocorrido todas em gestões de partidos de esquerda (PT e PDT).

Já no Poder Legislativo, temos as seguintes vereadoras ao longo do período recente (pós-1963):

- Raimunda Vieira (1973-1977);
- Gertrudes Coêlho Luna (1983-1989);
- Nilma de Sá Teles (1983-1989);
- Maria Valdênia da Cruz (1989-1992, 1993-1996, 1997-2000, 2005-2008);
- Luzia Saraiva Rocha (1989-1992, 1993-1996);
- Maria Régia C. O. Sampaio (1997-2000, 2001-2004);
- Polyana Silva Coimbra Cruz (2001-2004, 2005-2008);
- Luciana Renata do N. Silva (2001-2004);

- Cícera Bertulino de Souza (2005-2008, 2013-2016);
- Désirée de Sá B. Diaz Gino (2009-2012);
- Maria Ednalda dos Santos (2009-2012);
- Luana dos Santos Gouveia (2021-2024);
- Efigenia Mendes Garcias (2021-2024);
- Cícera Show (2025-2028);
- Gely Freitas (2025-2028).

É muito significativo que, dentre as mulheres que conseguiram ser eleitas para o Executivo ou para o Legislativo em Barbalha na história recente (pós-1963), até o início dos anos 2000, a maioria delas era oriunda de alguma das tradicionais elites familiares barbalhenses. Contudo, a partir do início do século XXI, essa situação se inverte: a maioria das mulheres eleitas em Barbalha, a julgar por seus nomes, não se vinculava a uma das famílias tradicionais na cidade²¹².

Como observa Patrick Cunha Silva em sua tese: “Tanto os candidatos como os eleitos possuem um perfil social e educacional diferente do da população. Em termos gerais, o legislador municipal é homem, proveniente de uma ocupação com maior prestígio social e melhor remuneração do que a da população média do município e com escolaridade superior, também, à da média da população”²¹³.

O perfil do atual Presidente da Câmara, portanto, foge tanto ao padrão histórico de Barbalha quanto ao padrão nacional atual.

Dorivan Amaro dos Santos, atual Presidente da Câmara Municipal de Barbalha, foi o idealizador do projeto que deu origem a este livro. A entrevista com ele, realizada em maio de 2026, oferece um contraponto às narrativas tradicionais sobre a história política da cidade²¹⁴. Natural de Cajazeiras (PB)

212 Estamos considerando aqui a vinculação familiar estritamente através dos nomes e, portanto, avaliando apenas o capital político eventualmente herdado pela via familiar. Fica a ser verificada em estudos futuros a possibilidade de apoio econômico de origem familiar a tais candidaturas sem uso público do sobrenome ou sem exposição pública de tais conexões familiares. Nesse aprofundamento, será imprescindível considerar que, por se tratar de município com população relativamente pequena, em muitos casos pode não haver necessidade de formalização do vínculo familiar (através da adoção pública do sobrenome na candidatura, por exemplo), em função de tais vínculos serem de amplo conhecimento entre boa parte dos moradores. Sobre capital político e questões conexas, cf.: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

213 SILVA, Patrick Cunha. **O poder legislativo municipal: estrutura, composição e produção**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-21052015-113557/publico/2014_PatrickCunhaSilva_VOrig.pdf. Acesso em: 21 maio 2026. p. 22.

214 SANTOS, Dorivan Amaro dos. **Dorivan Amaro dos Santos**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 8 maio 2026. 1 vídeo. Entrevista

e criado em Mauriti, Dorivan chegou a Barbalha em 1990, construindo uma trajetória marcada pela superação social e pela militância de base. De origem humilde, trabalhou como servente de pedreiro, operário de fábrica de calçados e vendedor antes de ingressar no serviço público como vigia e, posteriormente, consolidar-se na política legislativa, sendo atualmente um dos vereadores mais votados do município.

Sua consciência política despertou na periferia de Barbalha, especificamente no bairro Santo André, que na época carecia de infraestrutura básica como energia elétrica, o que gerou nele um senso crítico e o desejo de transformação social. Dorivan iniciou sua caminhada no movimento estudantil e em associações de bairro, filiando-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1997. Após diversas tentativas eleitorais, ocupou cargos de relevância como Secretário de Cultura e Subsecretário de Governo na gestão de José Leite, antes de chegar à presidência do legislativo.

Na análise da política barbalhense, Dorivan descreve um passado de profundo conservadorismo e elitismo, caracterizado pelo domínio de engenhos de cana-de-açúcar e pela prática do voto de cabresto. Ele revela que a elite local costumava oferecer banquetes para induzir o voto de trabalhadores rurais, mantendo uma democracia de fachada. Essa hegemonia só teria começado a ser rompida com o fluxo migratório de pessoas de outros estados e o fortalecimento do PT, culminando na ascensão de Camilo Santana, cuja rivalidade com Rommel Feijó ele classifica como o acirramento mais pesado da história local.

No campo cultural, destaca-se sua atuação na articulação para o registro da Festa do Pau da Bandeira como patrimônio do IPHAN. Ele oferece uma visão de bastidor sobre os festejos, definindo-os como um termômetro de popularidade onde políticos desfilam com batalhões de apoiadores e medem seu prestígio através de aplausos ou vaias.

Dorivan também expressa preocupações com o uso da religião por líderes extremistas para demonizar oponentes políticos, o que ele vê como uma ameaça à democracia. Além disso, faz uma crítica contundente à persistência das famílias tradicionais no poder, observando que em quase 180 anos a cidade nunca foi governada por alguém genuinamente vindo do povo. Ele defende que a história oficial de Barbalha ainda é obscura, ocultando episódios de discriminação racial e violência contra mulheres praticados pelas elites no passado. Em sua gestão como presidente, a Câmara ganhou PROCON (“para a manutenção do funcionamento do Núcleo de Atendimento ao Consumidor do PROCON-ASSEMBLEIA nas dependências da CÂMARA para realizar

atendimento de demandas relativas ao Direito do Consumidor”), Ouvidoria e, pela primeira vez, um prêmio da ATRICON (Associação dos Tribunais de Contas do Brasil) por transparência (Selo ATRICON Prata 2025)²¹⁵. Para o futuro, ele preconiza uma gestão com transparência total e a democratização do orçamento público para ouvir as reais necessidades das periferias. A história de Dorivan se conecta, assim, com a de Josafá Magalhães, que iniciou o fortalecimento do PT em Barbalha décadas antes.

A entrevista com Odair José de Matos, realizada em abril de 2026, oferece um testemunho de um vereador cujas raízes estão fincadas na zona rural e nos movimentos populares de Barbalha²¹⁶. Diferente de outras lideranças vinculadas a famílias tradicionais, Odair descreve-se como um homem de origem humilde, vindo do Sítio Brejinho, que construiu sua trajetória como professor, conselheiro tutelar e agente comunitário de saúde antes de ingressar na vida legislativa. Sua entrada na política institucional ocorreu de forma voluntária em 2004, a convite de Camilo Santana, evoluindo para mandatos como vereador e a presidência da Câmara Municipal por três ocasiões, gestões marcadas pela modernização da Câmara.

A entrevista com dona Luzimar Bezerra Furtado, realizada em junho de 2026, oferece uma perspectiva humanizada e cotidiana sobre o funcionamento da Câmara Municipal de Barbalha, desviando-se das grandes narrativas políticas para focar na importância dos trabalhadores e trabalhadoras e nos laços afetivos que muitas vezes permeiam a política²¹⁷.

A trajetória de dona Luzimar é marcada por um profundo sentimento de pertencimento e gratidão. Diferente de outros entrevistados, ela percebe a evolução da Câmara através do tratamento interpessoal e da valorização do trabalho de pessoas como ela no cotidiano do trabalho na Câmara. Ela destaca muito o trabalho feito por Dorivan Amaro na presidência da Casa, como um período de maior felicidade e reconhecimento. Para ela, a gestão atual trouxe melhorias visíveis na organização e na qualidade do ambiente de trabalho, o que reflete uma valorização da dignidade do servidor.

O ponto mais emocionante de seu depoimento é o relato de um grave problema de saúde que enfrentou. Segundo relata, a solidariedade e apoio

215 Disponível em: <https://camaradebarbalha.ce.gov.br/selos/1#> e <https://camaradebarbalha.ce.gov.br/convenio/2> (Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2025).

216 MATOS, Odair José de. **Odair José de Matos: depoimento**. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 17 abr. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha-CE.

217 FURTADO, Luzimar Bezerra. **Luzimar Bezerra Furtado: depoimento**. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 19 jun. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha-CE.

das pessoas na Câmara – vereadores e servidores – foi muito importante. Ao ser questionada sobre a importância de sua função, ela é categórica ao afirmar que os trabalhadores operacionais também são fundamentais para o bom funcionamento da política local, pois são eles e elas que garantem um bom ambiente para que as sessões e decisões possam ocorrer da melhor forma.

Prestes a completar 65 anos e dar entrada em sua aposentadoria, o depoimento de dona Luzimar encerra-se com um tom de despedida e saudade antecipada. Sua narrativa é um testemunho de como a política, muitas vezes vista como um campo de disputas e divergências, também é composta por redes de solidariedade e cuidado. Para além disso, conhecer e valorizar seu relato demarca um posicionamento em relação à própria História. Afinal, “quem construiu Tebas, a cidade das sete portas? Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram as pedras?”²¹⁸.

Imagem 21 – Dona Luzimar sendo entrevistada pela equipe técnica do projeto



Fonte: Acervo videográfico do projeto.

José Leite Gonçalves Cruz foi economista do Banco do Brasil e gestor público (vice-prefeito de 1989 a 1992 e prefeito por dois mandatos, entre 2009 e 2016)²¹⁹. De acordo com seu relato, a política barbalhense no século XX era dominada pela disputa entre o grupo do cel. Adauto Bezerra e o de Mauro Sampaio. José Leite detalha como o grupo de Eudoro Santana surgiu como um “fiel da balança”, alternando alianças até conquistar espaço próprio. Um

218 “Perguntas de um trabalhador que lê” (poema de Berthold Brecht, 1935).

219 CRUZ, José Leite Gonçalves. **José Leite Gonçalves Cruz**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 8 maio 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha-CE.

ponto central de seu depoimento é a politização da população, que ele atribui ao trabalho de base realizado por Dona Ermengarda e sua própria esposa, Isabel. Esse trabalho focou no fortalecimento de associações de moradores e na criação de creches comunitárias geridas pela própria comunidade, o que transformou cidadãos comuns em gestores de políticas públicas e eleitores mais críticos.

Sobre sua trajetória eleitoral, José Leite narra com detalhes a histórica eleição de 2008. Indicado por Camilo Santana (que na época era secretário estadual), Leite enfrentou o desafio de ser um candidato inicialmente desconhecido, com apenas 10% de intenção de voto contra 60% de Rommel Feijó. Sua estratégia de vitória baseou-se no contato direto, ‘de porta em porta’, focando na apresentação de propostas e na alta rejeição da gestão anterior, o que resultou em uma virada consolidada por mais de 2.300 votos de diferença.

No campo do desenvolvimento econômico, o entrevistado oferece uma análise crítica sobre o ‘tripé industrial’ trazido pelas famílias tradicionais (açúcar, cimento e cerâmica). Ele observa que, embora fossem visionários ao atrair esses empreendimentos, os grupos locais muitas vezes falharam na gestão, levando ao fechamento ou venda dessas indústrias. Em contrapartida, José Leite destaca que sua gestão focou na urbanização, aprovando diversos loteamentos que impulsionaram o crescimento populacional de Barbalha de 60 mil para 80 mil habitantes.

Culturalmente, ele reforça a imagem de Barbalha como uma cidade profundamente conservadora (lembrando o plebiscito onde a monarquia teria vencido na cidade), mas ressalta a ruptura com o elitismo cultural. José Leite orgulha-se de ter nomeado um vigia de escola, homem negro e de origem humilde (Dorivan Amaro), como Secretário de Cultura, simbolizando a valorização da cultura popular sobre a erudita. Ele também menciona o esforço, seu e de Dorivan, para perpetuar tradições através de grupos folclóricos mirins nas escolas e o trabalho para o reconhecimento do Pau da Bandeira como patrimônio imaterial.

Por fim, José Leite reflete sobre a ‘história viva’ da cidade, defendendo que o gestor deve valorizar os nomes que construíram o município, independentemente de ideologias. Mesmo afastado de cargos eletivos, ele afirma que mantém um vínculo indissociável com a cidade, resumindo sua relação com o serviço público em uma frase marcante: “a gente sai da prefeitura, mas a prefeitura não sai da gente”.

O histórico debate em torno da (não) gratuidade da vereança

Um tema de interesse, como se pode aferir pelas entrevistas, diz respeito ao pagamento pelo exercício da vereança. A esse respeito, Rommel Feijó afirmou: “teve época que a Barbalha, antes dos vereadores serem remunerados, você era vereador porque você sentiu um desejo de resolver os problemas da cidade”²²⁰. Argemiro também retomaria o tema em sua entrevista²²¹.

Essa perspectiva usualmente se fundamenta na compreensão de que a histórica gratuidade da função edil, que se transformaria de modo significativo a partir de meados da década de 1970, estaria associada a um fazer político mais ético e desinteressado, e que a remuneração de tal atividade resultaria em vicissitudes associadas à percepção da política como uma espécie de profissão, carreira ou negócio. Trata-se de uma visão recorrente entre segmentos conservadores e, particularmente, entre reacionários, que tendem a experienciar o presente como deterioração de um passado idealizado.

Contudo, como é consenso na literatura especializada, a remuneração da atividade política tem um cunho eminentemente democrático, pois amplia o espectro social com condições para o exercício da vereança. Sem essa garantia, a política quedaria restrita às pessoas ricas o suficiente para disporem de tempo e recursos para sustentarem economicamente sua atuação política por conta própria. Assim, como observou Young, “a desigualdade socioeconômica estrutural com frequência produz desigualdade política e exclusão relativa das discussões políticas influentes”²²². E, como observam Codato, Costa e Massimo, “a quantidade e o uso do tempo livre que cada profissão admite são elementos centrais para entender tanto a forma quanto a intensidade com que diferentes indivíduos podem se dedicar à carreira política”²²³.

Não é fortuita, nesse sentido, a presença expressiva de elites econômicas nos espaços de poder em contextos históricos anteriores aos anos 1970 – inclusive em Barbalha. Evidentemente, tal presença não desapareceu (muito

220 SÁ, Francisco Rommel Feijó de. **Francisco Rommel Feijó de Sá**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 6 abr. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha-CE.

221 SAMPAIO NETO, Argemiro. **Argemiro Sampaio Neto**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 3 jul. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha-CE.

222 YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

223 CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 346-362, dez. 2014. DOI: 10.1590/1807-01912014203346. p. 348-349

pelo contrário), nem em Barbalha, nem nos demais municípios brasileiros. Mas a remuneração dos edis, iniciada ainda no âmbito do processo de distensão ao qual os governos militares do período ditatorial forçaram-se a aderir por receio de perder o controle sobre a redemocratização, e consolidada a partir da Constituição de 1988, contribuiu para uma maior diversificação do perfil socioeconômico dos eleitos e das (ainda poucas) eleitas nas câmaras municipais brasileiras. Tal medida é ferramenta de promoção da democracia, justamente por abrir possibilidade a que trabalhadores(as), minorias e pessoas oriundas das classes subalternas tenham, também elas, condições mínimas para atuarem como representantes eleitos(as) em órgãos do Executivo e do Legislativo.

Há, nesse sentido, que se refutar a premissa de que a gratuidade da vereança implicaria desinteresse e, por ende, uma tendência a condutas éticas. Tal premissa assenta-se no plano das memórias e das interpretações baseadas em certos sentidos comuns. Não se trata, evidentemente, de questionar memórias ou crenças políticas. Porém, a preocupação com a coadunação máxima possível do discurso com a realidade ontológica é um princípio da profissão historiadora. Em função disso, problematizar questões de memória, em especial no âmbito da História do Tempo Presente, como aqui, é movimento fundamental do fazer historiográfico. É por isso que, em acordo com Bloch, Aróstegui, Rüsen e tantos outros, concebemos a História como ciência e, assim, como algo fundamentalmente diferente da memória, ainda que em constante interação com ela²²⁴.

Nesse sentido, a questão da remuneração dos vereadores na história recente torna-se um elemento de interesse para a história política de Barbalha, bem como de qualquer outro município brasileiro. No país, a ideia de que a vereança deveria ser um encargo cívico – exercido, portanto, gratuitamente, em prol do bem comum – é concepção herdada do período imperial e que atravessou diferentes regimes políticos no período republicano. Na Constituição de 1828, inclusive, chegava-se a prever multa para os edis que tivessem ausências injustificadas: “[...] se faltar sem justificado motivo, pagará nas cidades por cada falta 4\$000 e nas villas 2\$000 para as obras do Conselho, que o Secretario carregará logo em receita” (Art. 28)²²⁵. A Constituição de 1891 deixaria de estabelecer a multa por ausência

224 BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou O Ofício de Historiador**. Ed. anotada por Étienne Bloch. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002; ARÓSTEGUI SÁNCHEZ, Julio. **La investigación histórica: teoría y método**. Barcelona: Crítica, 1995; RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica**. Tradução: A. R. Alcaide. Revisão: E. R. Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

225 BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

injustificada e limitar-se-ia a assegurar “a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (Art. 68)²²⁶.

A gratuidade da vereança foi o padrão ao longo do Império e durante grande parte do período republicano, com breves períodos, em alguns anos das décadas de 1930 e 1960, nos quais foi determinada remuneração para vereadores dos municípios mais populosos e/ou de maior renda. A remuneração para vereadores de todos os municípios foi implementada apenas a partir de meados dos anos 1970, sendo mantida pela Constituição de 1988 e vigorando, portanto, até hoje. Evidentemente, como visto nos capítulos anteriores, os direitos e deveres inerentes à função de vereador passaram por diversas transformações ao longo desses diversos regimes políticos, abrangendo desde contextos de amplos poderes e exercício de funções típicas do Executivo (como no período imperial) até os de interrupção das atividades de vereança, ocorrida durante o regime ditatorial do Estado Novo.

No breve período entre a chamada “Revolução de 1930” e o golpe de 1937, registra-se abertura legal para a remuneração dos vereadores nos municípios mais populosos e/ou de maior renda. Embora breve em sua vigência, essa mudança é digna de nota por ser um indício das transformações que configurariam a inflexão que ocorreria em meados dos anos 1970, por razões de estratégia política.

A Constituição de 1934 determinou a autonomia dos municípios “em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”, incluindo “a electividade do Prefeito e dos Vereadores da Camara Municipal”, a “decretação dos seus impostos e taxas, e a arrecadação e applicação das suas rendas” e a “a organização dos serviços de sua competencia” (Art. 13)²²⁷.

Com base nisso, a Constituição Estadual do Ceará de 1935, em seu Título IV – Da organização municipal, Capítulo II – Da Camara Municipal, Art. 86, § 3º, estabelecia: “As funções de vereador e de membro da junta districtal, constituindo serviço publico relevante, serão exercidas gratuitamente. No municipio da Capital e naquelles cuja renda annual seja igual ou superior a quinhentos contos de réis, as funções de vereador *poderão* ser remuneradas”.

O mesmo entendimento foi aplicado, ainda que com variações, às constituições estaduais baseadas na Constituição de 1934 nas mais diversas regiões

226 BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

227 BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

brasileiras²²⁸. Nesse sentido, a título de exemplo, vale observar que, nesse mesmo período, as constituições estaduais da Paraíba (Art. 99), de Minas Gerais (Art. 61, § 4º), de Goiás (Art. 65, § 2º), do Espírito Santo (Art. 94), da Bahia (Art. 60, § 4º), de Alagoas (Art. 115), do Maranhão (Art. 104, § 3º), do Estado do Rio de Janeiro (Art. 104) e do Rio Grande do Norte (Art. 84) estabeleceram a gratuidade dos mandatos de vereador. Já outras, de forma semelhante à do Ceará, estabeleceram regras que permitiam que vereadores da capital e/ou de municípios com determinada renda anual recebessem remuneração. Foi o caso de Pernambuco (Art. 103), que apenas permitia remuneração aos vereadores da Capital, e de Mato Grosso, que permitia que vereadores dos municípios com receita superior a mil contos percebessem subsídio (art. 69, § 5º). Exceções notáveis nesse contexto foram: a da Constituição Estadual do Amazonas, que determinava subsídio a todos os edis, fixando o dos vereadores das Câmaras do interior como a quarta parte do subsídio mensal dos prefeitos (Art. 111); e a do Pará, que estabeleceu que a lei orgânica de cada municipalidade definiria os direitos e deveres de seus vereadores (Art. 65), abrindo margem para remuneração ou subsídio²²⁹.

Findo o regime ditatorial do Estado Novo, a Constituição de 1946, construída sobre o objetivo de redemocratização da sociedade brasileira, não promoveu alterações a respeito do tema da remuneração dos vereadores e, com isso, implicou o retorno ao princípio mencionado, estabelecido na Constituição de 1934, de autonomia dos municípios inclusive em relação aos estados. Retomava-se a ideia, em diametral oposição às intervenções estadonovistas, de que “a autonomia dos Municípios será assegurada: I – pela eleição do Prefeito e dos Vereadores; II – pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente, a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas; b) à organização dos serviços públicos locais” (Art. 28)²³⁰. Isso só mudaria com o advento do regime ditatorial instaurado pelo golpe civil-militar de 1964.

Em 27 de outubro de 1965 foi publicado o Ato Institucional nº 2, em cujo Art. 10 o general Castello Branco e o grupo que o acompanhava na direção

228 CÂMARA DOS DEPUTADOS. **As Constituições dos Estados e da República**. Prefácio do Deputado José Pereira Lira (Primeiro Secretário da Câmara). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. p. 484-485; BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

229 Sem desconhecer a diferença conceitual entre “remuneração” e “subsídio” e a história desses conceitos, optaremos por não entrar aqui nesse debate, pois isso implicaria extrapolar as dimensões previstas para esta publicação.

230 BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

do novo regime ditatorial intempestivamente determinavam: “Os vereadores não perceberão remuneração, seja a que título for”²³¹. Tal medida, associada ao alto grau de intervencionismo do governo ditatorial federal em todas as esferas da sociedade, com cassações arbitrárias e prisões baseadas na ação do crescente sistema de vigilância, com infiltrações e delações por toda parte, alinhava-se com a adoção de um modelo de controle social de corte profundamente autoritário e centralizador. A gratuidade, nesse sentido, contribuía com as ações de controle daquele sistema, já que retomava a tradicional perspectiva elitista da vereança. Porém, se antes a vereança se restringia às classes dominantes por critérios fundamentalmente econômicos, relacionados à disponibilidade de tempo e de recursos para o exercício edil subsidiado por conta próprio ou de sua família, após 1964 restringir-se-á aos segmentos das classes dominantes por critérios econômicos, ideológicos ou estratégicos, o que significa dizer que o novo contexto demandaria, na prática, não apenas a posse dos recursos necessário para sustentar sua atuação política, mas também a adesão aos ideais do novo regime ou a acomodação a eles, em uma postura de moderação e não questionamento. A análise das atas da Câmara Municipal de Barbalha no período confirma essa tendência²³².

Entretanto, a determinação intempestiva de Castello Branco teve vida breve, exemplificando o movimento pendular a que fazia referência Maria Helena Moreira Alves em seu clássico estudo sobre a Ditadura Militar²³³. Apenas dois anos depois, o regime ditatorial modificaria a norma através da Constituição de 1967, onde, em seu Art. 16, § 2º, estabeleceu-se um retorno à remuneração dos edis em determinadas circunstâncias, de forma análoga à implementada com base na Constituição de 1934: “Somente terão remuneração os vereadores das Capitais e dos Municípios de população superior a 100 mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar”²³⁴. Novamente, dois anos depois, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, em seu Art. 15, § 2º, modificaria para 200 mil habitantes o número mínimo de população para que os vereadores do respectivo município pudessem receber remuneração, em um novo ajuste que apontava para o caráter dinâmico

231 BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

232 É exemplar, nesse sentido, o tom elogioso ao ditador Médici na ata da 37ª sessão ordinária de 1969, aqui reproduzida. **Ata da 37ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Barbalha em 1969 (13 out. 1969)**. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barbalha.

233 ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

234 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

daquele regime²³⁵. Note-se também que, a despeito de reiterar determinações de autonomia dos municípios, a Constituição de 1967, com tal emenda, estabelecia de modo sintomático daquele contexto de arbítrio uma série de possibilidades de quebra de tal autonomia, notadamente no § 3º do referido Art. 15, sendo a mais grave e emblemática a determinada em seu item “e”: “[A intervenção nos municípios será regulada na Constituição do Estado, somente podendo ocorrer quando] forem praticados, na administração municipal, atos *subversivos* ou de corrupção”.

Em 1975, ainda durante aquele regime ditatorial mas em conjuntura diversa, marcada pela busca por ampliação de bases sociais de apoio ao processo transicional promovido pelos militares no poder, o general Ernesto Geisel enviaria ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 1, propondo remuneração a todos os vereadores indistintamente e independentemente da população de seu respectivo município de atuação. Vale lembrar que os diferentes e complementares modos de controle social estabelecidos ou reconfigurados a partir do golpe de 1964 seguiam em pleno funcionamento; portanto, por baixo da aparência de democratização que aquela medida pretendia dar ao governo Geisel, havia de fato uma reconfiguração das estratégias de controle social das instâncias político-representativas locais. Na prática, buscava-se formas mais efetivas de angariar apoios sociais e uma aparência de legitimidade para aquele regime intrinsecamente ilegítimo²³⁶.

Assim, a 23 de abril de 1975, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 4, determinando que “a remuneração dos vereadores será fixada pelas respectivas Câmaras Municipais para a legislatura seguinte, nos limites e segundo critérios estabelecidos em lei complementar”. Poucos meses depois, a Lei Complementar nº 25, de 2 de Julho de 1975, assinada também por Geisel e por seu ministro da Justiça Armando Falcão, estabeleceria critérios e limites para a remuneração dos vereadores. Novas modificações posteriormente estabeleceriam critérios mais detalhados, sobretudo em termos de proporcionalidade à população municipal, mas, em linhas gerais, mantém-se após 1988 e até hoje o princípio de que a vereança deve ser remunerada e que cabe às leis orgânicas de cada município, a partir das diretrizes constitucionais, estabelecer seus critérios para tanto.

235 BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969**. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

236 Como explica o historiador espanhol Julio Aróstegui, ditaduras não podem se legitimar, posto que são instauradas através de atos fundamentalmente ilegítimos. Portanto, para legitimarem-se, precisariam deixar de ser. ARÓSTEGUI, Julio. Coerción, violencia, exclusión: la dictadura de Franco como sistema represivo. In: ARÓSTEGUI, Julio. (coord.). **Franco: la represión como sistema**. Barcelona: Flor de Viento Ediciones, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tais mudanças no último século de história nacional são indicativas dos diversos contextos políticos pelos quais passou a sociedade brasileira, assinalando a jovialidade de nossa democracia pós-1988 e como suas raízes alcançam substratos temporais diversos, recebendo heranças e influências de períodos democráticos e também de contextos autoritários. Mais especificamente, observa-se que o regime político ditatorial instaurado em 1964 não foi homogêneo e constante ao longo de toda a sua vigência, mas dinâmico, repleto de lutas, acomodações e readequações, tendo em vista a dinamicidade da sociedade e a mutabilidade dos interesses e da composição dos grupos no poder em cada conjuntura. Observa-se ainda a dialética entre as esferas de poder, ou seja, como as dinâmicas nacionais produziam impactos locais, ao mesmo tempo que as dinâmicas locais importavam e eram consideradas na formulação das políticas nacionais, tanto naquele contexto de autoritarismo, tendo em vista os objetivos de perpetuação corporativa militar no poder e controle sobre os rumos políticos do país, quanto nos períodos democráticos antecedente e subsequente, tendo em vista um dos fundamentos que definem de fato um regime democrático, qual seja: as interações políticas cotidianas entre cidadãos e cidadãs no lugar onde vivem. Daí a importância de estudos que, inspirados em abordagens metodológicas como a micro-história, promovam esse olhar para o cotidiano das lutas políticas. Ou, nas palavras de Jacques Revel: “as grandes transformações que alteram profundamente a face da Terra não existem em nenhuma parte a não ser pela ação de atores que, na lógica dos contextos peculiares da sua experiência social, se esforçam em garantir para si um lugar, isoladamente e/ou com outros. Cabe à História e às ciências sociais reconhecer esses lugares e as lógicas de ação que deles fazem parte”²³⁷.

É o que, através deste livro, buscamos fazer, a partir do caso de Barbalha. Nesse sentido, buscar compreensões sobre a história política de Barbalha nos séculos XIX, XX e XXI é, também, buscar compreender um pouco mais sobre a história política do Ceará e do Brasil nesse período. E compreender esse panorama, como já foi dito, é condição indispensável para que os cidadãos e cidadãs barbalhenses possam vislumbrar e construir os seus próprios horizontes futuros.

237 REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Trad. Anne-Marie Milon de Oliveira. Rev. téc. José G. Gondra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 444, set./dez. 2010, p. 434-444.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. **Igreja, sindicato e organização dos trabalhadores**. 1991. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARÓSTEGUI, Julio. **La investigación histórica**: teoría y método. Barcelona: Crítica, 1995.

ARÓSTEGUI, Julio. Coerción, violencia, exclusión: la dictadura de Franco como sistema represivo. In: ARÓSTEGUI, Julio (coord.). **Franco**: la represión como sistema. Barcelona: Flor de Viento Ediciones, 2012.

BARCELLOS, Jorge. O silêncio dos legislativos municipais na produção historiográfica. **Revista de Estudos Legislativos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 45-68, jul./dez. 2018.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas Brasileiros, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou O Ofício de Historiador**. Ed. anotada por Étienne Bloch. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORGES, Vera Lucia Borgéa. **A batalha eleitoral de 1910**: imprensa e cultura política na primeira república. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALLOU, Lyrio. **Barbalha**: minha vida. Recife: Bagaço, 2002.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira**

de Ciência Política, Brasília, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151606>.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estradas da integração**: o rodoviarismo, a ditadura do Estado Novo e o desenvolvimento regional no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 346-362, dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203346>.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Tradução: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

D’ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DIAS, Gisele de Souza. **Luz para o interior**: as disputas políticas e econômicas em torno da eletrificação municipal (1940-1950). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

DUARTE, T. J. Couto. **Barbalha em tempos passados**. Barbalha, CE: Secretaria Municipal de Educação, 1986.

FACHIN, Frederico. **O Cangaço**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. Territorialidades em (trans)formação: vilas e cidades nos primeiros tempos da Assembleia Legislativa Mineira (1835-1843).

Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 25, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/Y4wzd9sq7xyySJPQHMrw/?lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2026.

GARCIA, Maria Fernanda. A Marcha para o Oeste e as estradas de rodagem no Brasil Central (1940-1950). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 145-168, 2014.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Caminhos da Educação).

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Assis Daniel. Da Chesf ao projeto americano Morris Asimow: Modificações técnicas no nordeste brasileiro (1945-1972). **Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, n. 10, 2016. Disponível em: https://www.sbhsc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=958. Acesso em: 19 jun. 2026.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. **Bandidos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil (1895-1965)**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP, 1999.

LOPES, Luciana Suarez. Notas sobre a autonomia municipal no Brasil Colônia e Império. **Boletim Informações Fipe**, n. 465, p. 35-42, jun. 2019.

MAIA, Doralice Sátyro. Normativas urbanas no Brasil Imperial: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822-1850). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, p. 458-476, 2014. DOI: 10.12957/geouerj.2014.14407. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/14407>.

MALAVOTA, Cláudia Maria S. Iluminando a cidade: a energia elétrica e a transformação dos hábitos urbanos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 115-136, 2002.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS**: afastamentos sumários de professores durante a Ditadura Militar. Curitiba: Appris, 2023.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Apagando o Lampião**: vida e morte do rei do cangaço. São Paulo: Global, 2018.

MONTEIRO, Vitor Borges. O processo de industrialização do Cariri Cearense na Década de 60: um relato sobre o projeto Asimow. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 7925-7944, jan. 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n1-532. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43475/pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

MORAES, Kátia Maria de. **O telefone na vida cotidiana do Rio de Janeiro (1877-1950)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anti-comunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Napoleão Tavares. **Barbalha Cultural**. Barbalha: [s. n.], 2000.

NEVES, Napoleão Tavares. **Da URCA para Barbalha**: memória histórica da solenidade de entrega do título de Professor Honoris Causa em 16 de agosto de 2005 na Câmara Municipal de Barbalha. Barbalha: HB Gráfica, [2005].

NILSEN KNONKEL, Eliane; CARDOSO, Maria Angélica; HOFF, Sandino. A condição social e educacional das mulheres no Brasil Colonial e Imperial. **Roteiro**, v. 30, n. 1, p. 35–60, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/8816>. Acesso em: 20 fev. 2026.

NUNES, Silvio Gabriel Serrano; COMPARINI, Julio de Souza. O município na história do constitucionalismo e das constituições brasileiras (1824-1988). **Revista Simetria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo**, v. 1, n. 13, p. 66–84, 2024. DOI: 10.61681/revistasimetria.v1i13.200. Disponível em: <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/article/view/200>.

OLIVEIRA, Almir Leal. A Construção do Estado Nacional no Ceará na Primeira Metade do Século XIX: Autonomias Locais, Consensos Políticos e

Projetos Nacionais. In: OLIVEIRA, Almir Leal; BARBOSA, Ivone Cordeiro (org.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso.** ed. fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, v. 3, n. 6, out. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/fh9cpRfmbxt4QNkmvnZyffg/?format=html&lang=pt>.

PARENTE, Josênio Camelo. **Integralismo no Ceará: a utopia conservadora.** Fortaleza: UFC, 1999.

PEREIRA, Cezídio d'Albuquerque Martins. **Promptuário da legislação republicana do Estado do Ceará:** de 2 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1914. Fortaleza: Typografia Minerva, 1915. Reimpressão fac-similar: Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. 274 p. (Coleção Biblioteca Básica Cearense).

PINTO, Luciano Rocha. **Câmara Municipal:** uma sociedade de discurso na cidade-corte do Império do Brasil (1828-1834). 2014. 209 f. Tese (Doutorado em História Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do Território e Evolução Político-Administrativa do Ceará:** A Questão dos Limites Municipais. Fortaleza: IPECE, 2010.

PORTO, Walter Costa. **O Voto no Brasil:** da colônia à 6ª República. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de. **Padres, coronéis e ativistas sociais:** o Cariri à época da usurpação militarista (1964-1985). 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

QUEIROZ, Ivan da Silva. Região Metropolitana do Cariri cearense, a metrópole fora do eixo. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, set./dez. 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira:**

o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 4. ed. São Paulo: Difel, 1985. t. 3, v. 1, p. 153-187.

REIS JUNIOR, Darlan de O. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Tradução: Anne-Marie Milon de Oliveira. Revisão técnica: José G. Gondra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

RIBEIRO, Josiane. **Penitência e festa: as missões do Padre Ibiapina**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2006.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1997.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado: Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica**. Tradução: A. R. Alcaide. Revisão: E. R. Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2013.

SERRA, João B. As viagens da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima (1947-1954): diplomacia e devoção na Guerra Fria. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, Lisboa, v. 10, n. 18, p. 143-165, 2012.

SILVA, Giselda Brito. **A lógica da suspeição contra a força do sigma: discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

SILVA, Josier Ferreira da. **O Círculo Operário de Barbalha como expressão do catolicismo social na educação e na cultura (1930 a 1964)**. 2009. 365 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, Patrick Cunha. **O poder legislativo municipal: estrutura, composition e produção**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-21052015-113557/publico/2014_PatrickCunha-Silva_VOrig.pdf. Acesso em: 21 mai. 2026.

SIMIÃO, Cícero Aurelisnor Matias. **Resistência, rota de fuga e refúgio: o Cariri cearense na ditadura militar**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOARES, Rodrigo Goyena. **Entre oligarquias: as origens da república brasileira (1870-1920)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2024.

SOUSA, Diego Alves de. **Tradição, cultura e fé: a Festa de Santo Antônio de Barbalha**. Fortaleza: Premium Editora, 2023.

SOUZA, Océlio Teixeira de. A festa do pau-da-bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): uma experiência religiosa popular. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Associação Nacional de História (ANPUH), 2003.

VIEIRA, Márcia Paula Chaves. **Poder Legislativo no Ceará: geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identity e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

Fontes

Leis

BARBALHA. Câmara Municipal. **Decreto nº 008, de 6 de abril de 2020**. Prorroga os efeitos do Decreto nº 5 de 2020, enquanto durar a situação de emergência em saúde decretada pelo Estado do Ceará, na forma que indica e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Barbalha, n. 664, 6 abr. 2020. Disponível em: https://camaradebarbalha.ce.gov.br/diario/93/664_2020_0000001.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **As Constituições dos Estados e da República**. Prefácio do Deputado José Pereira Lira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Brasília, DF: Presidência da República, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Brasília, DF: Presidência da República, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Decreto de 26 de março de 1824. Manda proceder á eleição dos Deputados e Senadores da Assembléa Geral Legislativa e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-38579-26-marco-1824-567113-publicacaooriginal-90525-pe.html>. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Decreto nº 157, de 4 de maio de 1842. Dá Instruções sobre a maneira de se proceder ás Eleições Geraes, e Provinciaes. Rio de Janeiro, 1842. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-157-4-maio-1842-560938-publicacaooriginal-84213-pe.html>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 2.675, de 20 de outubro de 1875. Reforma a legislação eleitoral. Rio de Janeiro, 1875. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2675-20-outubro-1875-549763-publicacaooriginal-65281-pl.html>. Acesso em: 9 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Lei Saraiva. Rio de Janeiro, 1881. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227300>.

BRASIL. Decreto nº 71, de 20 de dezembro de 1889. Declara a entrancia da comarca de Barbalha, no Estado do Ceará, e marca o vencimento do respectivo promotor publico. Rio de Janeiro, 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-71-20-dezembro-1889-516246-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855. Altera a Lei de 19 de Agosto de 1846. Rio de Janeiro, 1855. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-842-19-setembro-1855-558297-publicacaooriginal-79444-pl.html>. Acesso em: 23 fev. 2026.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: <https://www.planalto.gov>.

br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Rio de Janeiro, 1828. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846**. Regula a maneira de proceder às eleições de Senadores, Deputados, membros das Assembléas Provinciaes, Juizes de paz, e Camaras Municipaes. Rio de Janeiro, 1846. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-norma-pl.html>. Acesso em: 23 fev. 2026.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 7.315, de 8 de junho de 1964**. Concede o título de cidadão cearense ao Professor Morris Asimow. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 1964. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis64/7315.htm>. Acesso em: 9 jul. 2026.

CEARÁ. **Lei nº 9.464, de 17 de junho de 1971**. Concede o título que indica e dá outras providências. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 1971. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis71/9464.htm>. Acesso em: 3 abr. 2026.

CEARÁ. **Lei nº 9.495, de 19 de julho de 1971**. Concede o título que indica e dá outras providências. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 1971. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis71/9495.htm>. Acesso em: 3 abr. 2026.

CEARÁ. **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)**. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Ed. fac-similada. Org. Almir Leal Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa. Fortaleza: INESP, 2009.

Outros documentos

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Typ. de T. Pompeu, 1863. v. 1. Disponível em: http://memoria.org.br/trf_arq.php?a=00027001. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Typ. de T. Pompeu, 1864. v. 2. Disponível em: http://memoria.org.br/trf_arq.php?a=00027002. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Agência Senado. 1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados. **Agência Senado**, Brasília, DF, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872: Ceará**. Rio de Janeiro, 1874. v. 15. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872ce>. Acesso em: 27 jul. 2026.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Gerência de Estatística, Geografia e Informação. **Projeto Atlas de Divisas Municipais Georreferenciadas do Estado do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2021.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 2000**: Resultado Oficial no Estado do Ceará e Estatísticas Eleitorais. Fortaleza: TRE-CE, 2001.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 2004**: Resultado Oficial no Estado do Ceará e Estatísticas Eleitorais. Fortaleza: TRE-CE, 2004.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Informática. Coordenação de Estatísticas e Informações Eleitorais. Seção de Estatísticas. **Eleições Municipais de 15 de novembro de 1988**. Fortaleza: TRE-CE, 1988.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Informática. Coordenação de Estatísticas e Informações Eleitorais. Seção de Estatísticas. **Eleições Municipais de 1992**. Fortaleza: TRE-CE, 1992.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Tecnologia da Informação. **Resultados Eleitorais – Eleições Municipais 2012**. Fortaleza: TRE-CE, 2012.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Tecnologia da Informação. **Resultados Eleitorais – Eleições Municipais 2016**. Fortaleza: TRE-CE, 2016.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Tecnologia da Informação. **Resultados Eleitorais – Eleições Municipais 2020**. Fortaleza: TRE-CE, 2020.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Sistema de Gerenciamento. **Eleições Municipais 2008 – 1º turno**: Resultado da totalização. Fortaleza: TRE-CE, 5 out. 2008.

DIRETORIA-GERAL de Estatística (1889-1930). In: BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário da Administração Pública Brasileira da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/896-diretoria-geral-de-estatistica>. Acesso em: 27 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: Barbalha: histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/historico>. Acesso em: 11 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: Barbalha: panorama. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/panorama>. Acesso em: 12 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa municipal de Barbalha – CE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2022/CE/barbalha/A0_2301901_MM.pdf. Acesso em: 12 jun. 2026.

Jornais

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Typ. de T. Pompeu, 1863. v. 1. Disponível em: http://memoria.org.br/trf_arq.php?a=00027001. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Fortaleza: Typ. de T. Pompeu, 1864. v. 2. Disponível em: http://memoria.org.br/trf_arq.php?a=00027002. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. **Senado Federal. Agência Senado**. 1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados. Agência Senado, Brasília, DF, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império de 1872**: Ceará. Rio de Janeiro, 1874. v. 15. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1872ce>. Acesso em: 27 jul. 2026.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Gerência de Estatística, Geografia e Informação. Projeto Atlas de Divisas Municipais Georreferenciadas do Estado do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2021.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 2000**: Resultado Oficial no Estado do Ceará e Estatísticas Eleitorais. Fortaleza: TRE-CE, 2001.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 2004**: Resultado Oficial no Estado do Ceará e Estatísticas Eleitorais. Fortaleza: TRE-CE, 2004.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Informática. Coordenação de Estatísticas e Informações Eleitorais. Seção de Estatísticas. **Eleições Municipais de 15 de novembro de 1988**. Fortaleza: TRE-CE, 1988.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Informática. Coordenação de Estatísticas e Informações Eleitorais. Seção de Estatísticas. **Eleições Municipais de 1992**. Fortaleza: TRE-CE, 1992.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Tecnologia da Informação. **Resultados Eleitorais – Eleições Municipais 2012**. Fortaleza: TRE-CE, 2012.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Tecnologia da Informação. **Resultados Eleitorais – Eleições Municipais 2016**. Fortaleza: TRE-CE, 2016.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Tecnologia da Informação. **Resultados Eleitorais – Eleições Municipais 2020**. Fortaleza: TRE-CE, 2020.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Sistema de Gerenciamento. **Eleições Municipais 2008 – 1º turno**: Resultado da totalização. Fortaleza: TRE-CE, 5 out. 2008.

DIRETORIA-GERAL de Estatística (1889-1930). *In*: BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário da Administração Pública Brasileira da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/896-diretoria-geral-de-estatistica>. Acesso em: 27 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: Barbalha: histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/historico>. Acesso em: 11 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: Barbalha: panorama. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barbalha/panorama>. Acesso em: 12 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa municipal de Barbalha – CE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2022/CE/barbalha/A0_2301901_MM.pdf. Acesso em: 12 jun. 2026.

Links

AGÊNCIA BRASIL. **Eleições 2024**: apuração em Barbalha (CE). Brasília, DF: Empresa Brasil de Comunicação, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes/2024/apuracao/ce/barbalha>. Acesso em: 21 maio 2026.

BARBALHA. Câmara Municipal. **Atas da Câmara Municipal de Barbalha digitalizadas**: 1936-1951. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPfd0KfHuDyuMFIe36dDkDAICD?usp=drive_link. Acesso em: 27 jul. 2026.

BARBALHA. Câmara Municipal. **Atas da Câmara Municipal de Barbalha digitalizadas**: 1952 a 1956. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/181ezDyFPfd0KfHuDyuMFIe36dDkDAICD?usp=drive_link.

com/drive/folders/1WHSmaaZTcKKzcsiKoxXOHvDr9vi9vYoK?usp=-drive_link. Acesso em: 27 jul. 2026.

CEARÁ (Estado). Governo do Estado. **Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha é reconhecida como Patrimônio Cultural do Estado do Ceará**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 14 dez. 2018. Disponível em: <https://www.ce.gov.br/secult/2018/12/14/festa-do-pau-da-bandeira-de-santo-antonio-de-barbalha-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-do-estado-do-ceara/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

LANDIM, Antonio Reginaldo. **Há 46 anos, era inaugurado o Balneário do Caldas**: 1975-2021. Barbalha “Esquecida”, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://barbalhaesquecida.com.br/2021/03/03/ha-46-anos-era-inaugurado-o-balneario-do-caldas-1975-2021/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

LANDIM, Antonio Reginaldo. **História de Barbalha**. Barbalha “Esquecida”, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://barbalhaesquecida.com.br/historia-de-barbalha-em-topicos/>. Acesso em: 18 jun. 2026.

LANDIM, Antonio Reginaldo; SANTOS, Carlos Aparecido dos; QUEIROZ, Maria Celene Sá de. **Barbalha “Esquecida”**. Barbalha, 2019-. Disponível em: <https://barbalhaesquecida.com.br/>. Acesso em: 3 abr. 2026.

MOREIRA, Roberto. Parque da Cidade de Barbalha é entregue requalificado para fortalecer a cultura e lixo e lazer. **Blog Roberto Moreira**, 31 maio 2024. Disponível em: <https://www.blogrobertomoreira.com/2024/05/parque-da-cidade-de-barbalha-e-entregue.html>. Acesso em: 22 mar. 2026.

REPORTAGENS em jornais e revistas sobre Barbalha. [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/15sJbCLzS67PFT12gLp6tvMra-VKXq9Vud?usp=sharing>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SAMPAIO, Antonio Costa. **Barbalha Esquecida**, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://barbalhaesquecida.home.blog/2020/12/28/antonio-costa-sampaio/>. Acesso em: 10 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA). **Medicina**. Juazeiro do Norte: UFCA, [2026]. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/cursos/graduacao/medicina/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

Imagens

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cecasa – Cerâmica do Cariri S/A**: Barbalha, CE. [S. l.: s. n.], [19--]. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=434040>. Acesso em: 18 jun. 2026.

Fontes orais

CORREA, João Hilário Coelho. **João Hilário Coelho Correa**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 22 maio 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

CRUZ, José Leite Gonçalves. **José Leite Gonçalves Cruz**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 8 maio 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

FURTADO, Luzimar Bezerra. **Luzimar Bezerra Furtado**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 19 jun. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

MATOS, Odair José de. **Odair José de Matos**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 17 abr. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

SÁ, Francisco Rommel Feijó de. **Francisco Rommel Feijó de Sá**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 6 abr. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

SAMPAIO, Alexandre Callou. **Alexandre Callou Sampaio**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 27 abr. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

SAMPAIO, Giuseppe Mallmann de. **Giuseppe Mallmann de Sampaio**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 9 mar. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

SAMPAIO NETO, Argemiro. **Argemiro Sampaio Neto**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 3 jul. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

SANTOS, Dorivan Amaro dos. **Dorivan Amaro dos Santos**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 8 maio 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

SARAIVA, Guilherme Sampaio. **Guilherme Sampaio Saraiva**: depoimento. Entrevistadores: Gabriela Moreira Duarte Pinheiro, Iria Maria Oliveira e João Pedro Eleutério. Barbalha, 1 jul. 2026. 1 vídeo. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Barbalha: município, sujeitos, história” – Universidade Regional do Cariri e Câmara Municipal de Barbalha/CE.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ANEXOS

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

PRESIDENTES DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARBALHA (1936 – 2026)

(06.07.1936 – 31.12.1947) Raimundo Peixoto Coelho Alencar

(FOTO NÃO ENCONTRADA)

(01.01.1948 – 01.01.1951) Joaquim Duarte Grangeiro



(01.01.1951 – 25.03.1955) Antônio Lyrio Callou



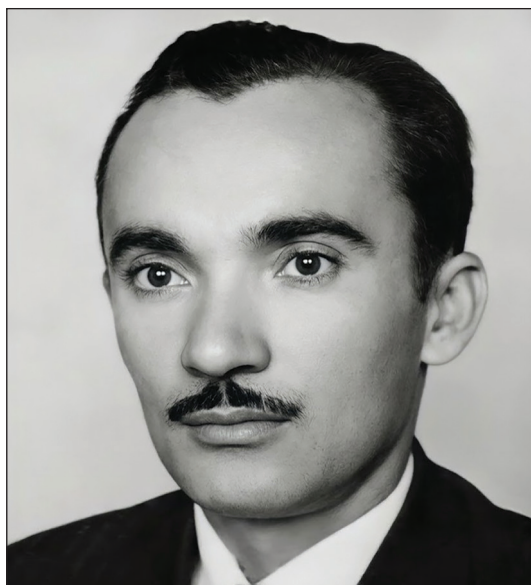
(25.03.1955 – 25.03.1959) Neroly Filgueira



(25.03.1959 – 25.03.1961) José Duarte Grangeiro



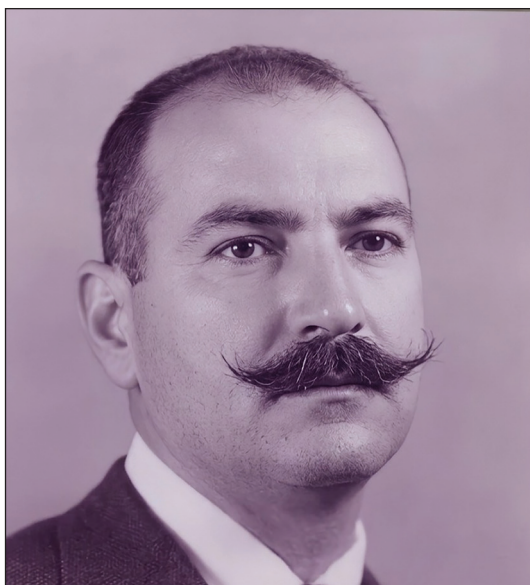
(25.03.1961 – 25.03.1962) Márcio Sampaio Filgueira



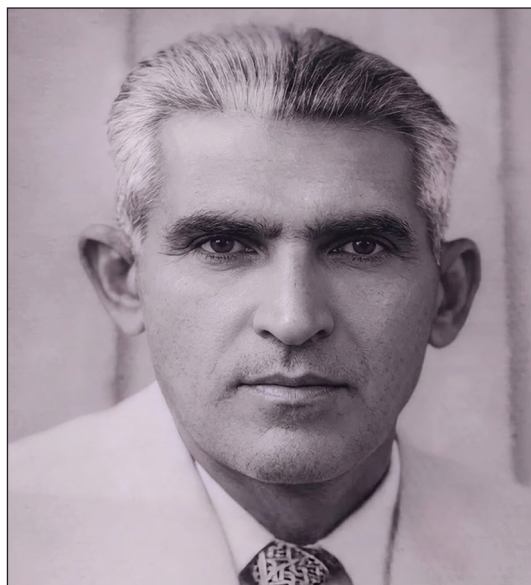
(25.03.1962 – 25.03.1963) Salustiano Canuto de Sousa



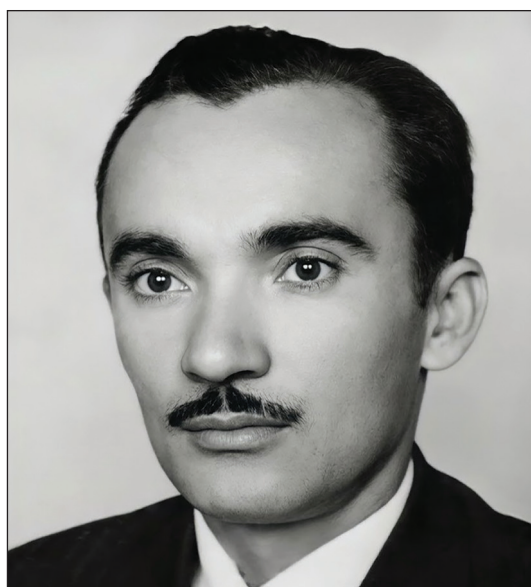
Em 21.11.1962 Elony Sampaio assumiu o posto temporariamente



(25.03.1963 – 25.03.1964) Raul Coelho de Alencar



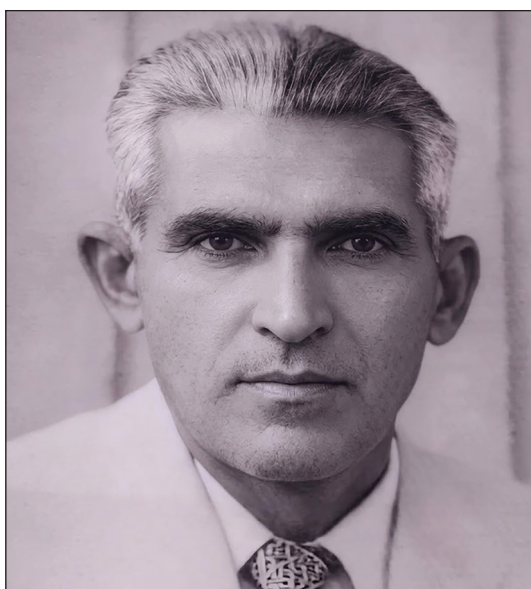
Em 11.09.1963 pede demissão e Márcio Sampaio Filgueira assume



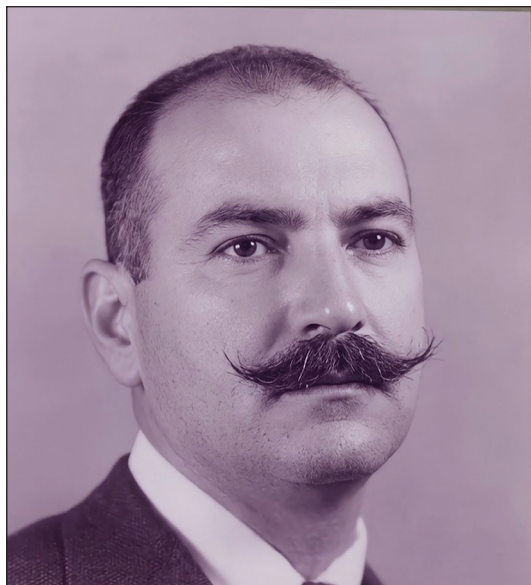
(25.03.1964 – 25.03.1965) Oscar Cruz Sampaio



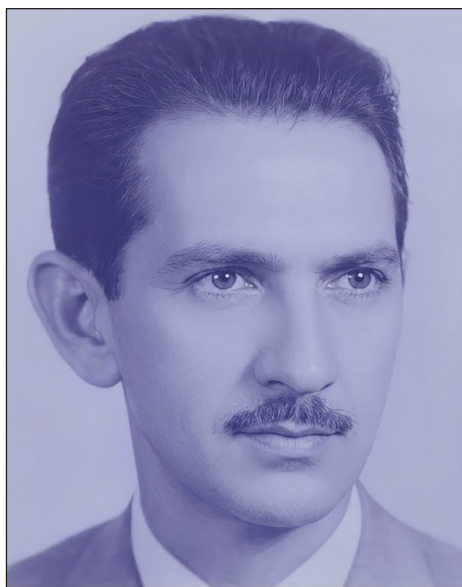
(25.03.1965 – 25.03.1966) Raul Coelho de Alencar



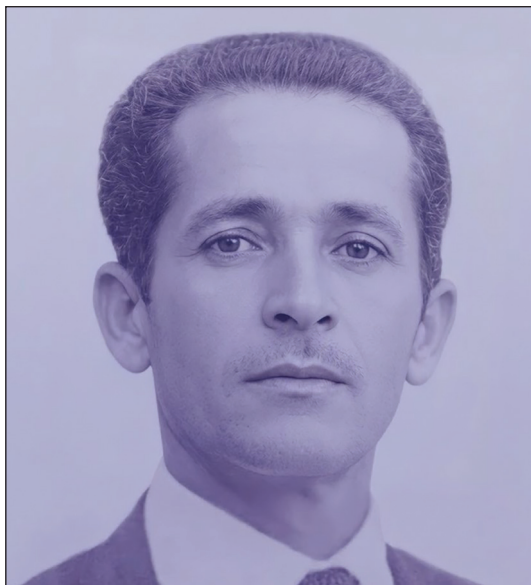
(25.03.1966 – 25.03.1967) Elony Sampaio



(25.03.1967 – 25.03.1970) José de Sá Barreto (3 mandatos)



Em 31.04.1968 Francisco Adávio de Sá Barreto assumiu por um breve momento



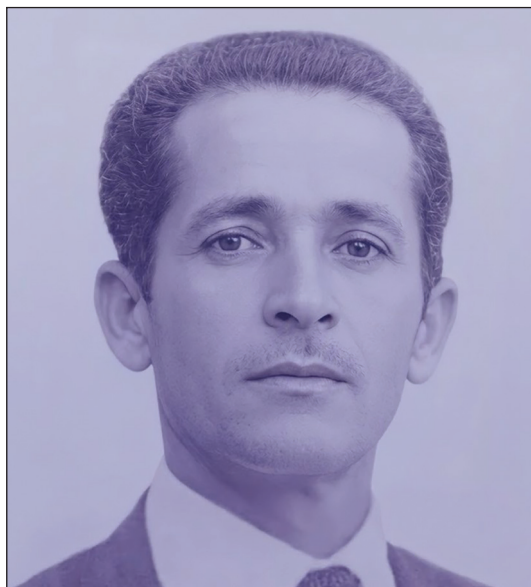
(25.03.1970 – 31.01.1973) Rotsenaidyl Duarte Fernandes Távora
(2 mandatos)



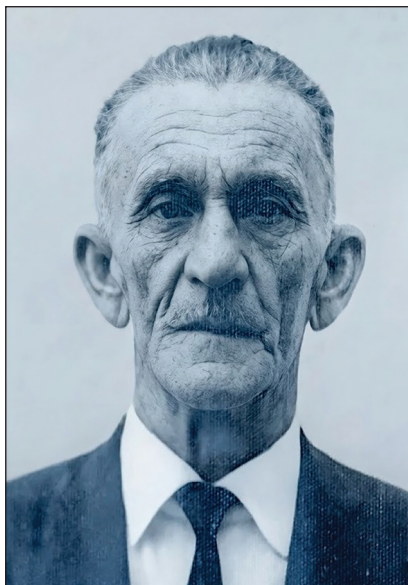
Em 10.08.1971 Sandoval Ribeiro Costa assume interinamente



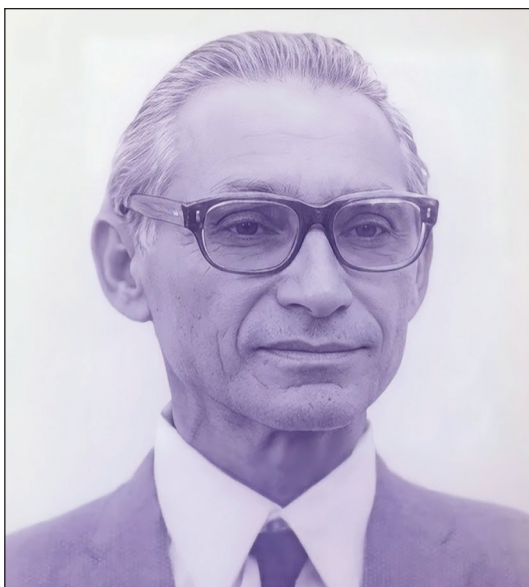
Depois, assume Francisco Adávio de Sá Barreto



(31.01.1973 – 03.02.1975) Odilon Cavalcante Bem



(03.02.1975 – 31.01.1977) João Vicente de Macêdo



(31.01.1977 – 31.01.1979) João Bôsko Sá Cavalcante



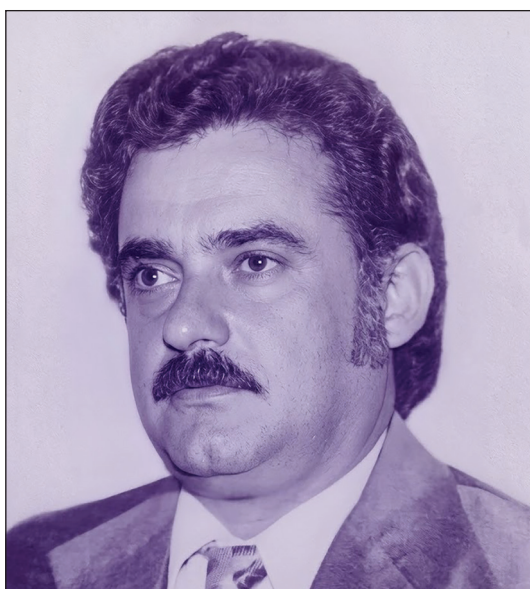
(31.01.1979 – 31.01.1981) Sandoval Ribeiro Costa



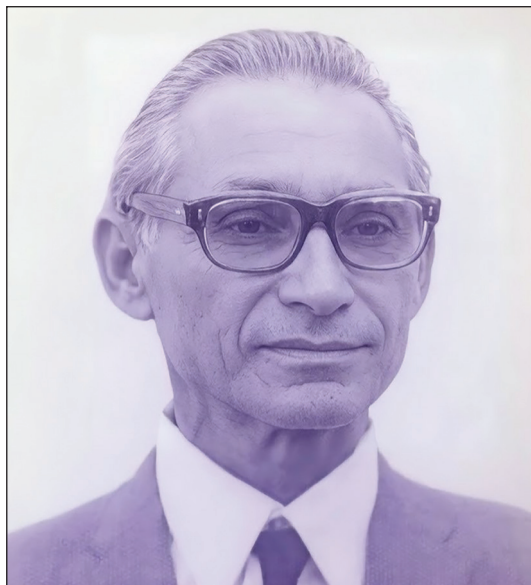
(31.01.1981 – 31.01.1983) João Bôsko Sá Cavalcante



(31.01.1983 – 31.01.1985) Luís Roberto Correia Sampaio



(31.01.1985 – 31.01.1987) João Vicente de Macêdo



(31.01.1987 – 31.12.1988) Augustinho José dos Santos



(01.01.1989 – 31.12.1990) Jácio Berardo Sampaio



(01.01.1991 – 31.12.1992) Antônio Marcondes Luna Alencar



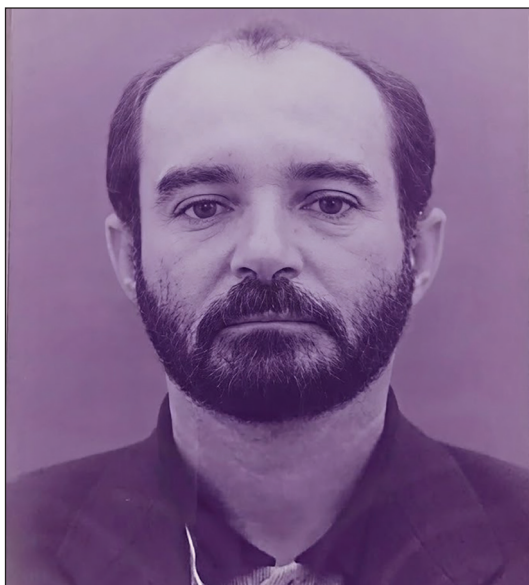
(01.01.1993 – 31.12.1994) Maria Valdênia da Cruz



(01.01.1995 – 31.12.1996) Francisco Weliton Sampaio Macêdo



(01.01.1997 – 31.12.1998) Raimundo de Sá Barreto Grangeiro



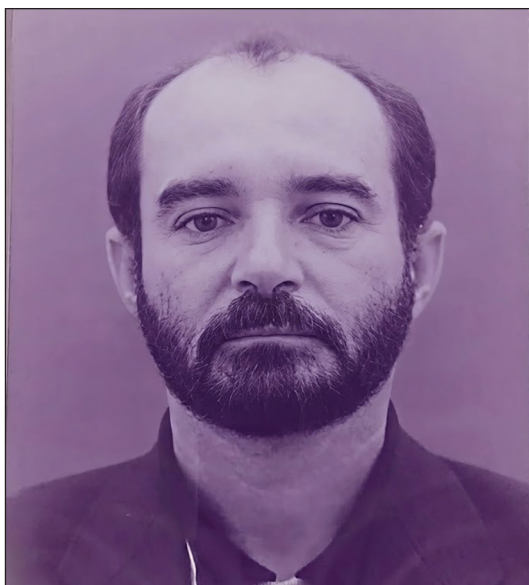
(01.01.1999 – 31.12.2000) Maria Valdênia da Cruz



(01.01.2001 – 31.12.2002) Antônio Marcondes Luna Alencar



(01.01.2003 – 31.12.2004) Raimundo de Sá Barreto Grangeiro



(01.01.2005 – 31.12.2006) Antonio Everardo Garcia Siqueira



(01.01.2007 – 31.12.2008) José Oliveira Garcia (Ernandes Garcia)



(01.01.2009 – 31.12.2010) João Flávio Cruz Sampaio



(01.01.2011 – 31.12.2012) José Oliveira Garcia (Ernandes Garcia)



(01.01.2013 – 31.12.2016 – Daniel de Sá Barreto Cordeiro



(01.01.2017 – 31.12.2018) Everton de Souza Siqueira



(01.01.2019 – 31.12.2024) Odair José de Matos



(01.01.2025 – 31.12.2026) Dorivan Amaro dos Santos



Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

BIOGRAFIA DOS VEREADORES

1. ANTENOR FRANCISCO DE AMORIM

Nasceu em 06 de dezembro de 1984, em Barbalha-Ceará, filho dos agricultores Francisco Luís de Amorim, conhecido como Chico Jacinto, e Rosa Saraiva de Amorim. Ao longo da vida exerceu diversas atividades profissionais, trabalhando como agricultor, cortador de cana em outros estados, motorista de transporte coletivo e vigilante. Foi eleito em 2024 para seu primeiro mandato pelo PDT conquistando 1.153 votos.

2. ANTONIO FERREIRA DE SANTANA

Nascido em 05 junho de 1964 em Barbalha-CE, filho de Miguel Jorge de Santana e Suely Ferreira de Santana, Técnico em Radiologia está no seu segundo mandato onde foi reeleito em 2024 pelo Pcdob conquistando 1.137 votos.

3. CARLOS ANDRÉ FEITOSA PEREIRA

Nasceu em 26 de fevereiro de 1984 em Barbalha-CE, filho de Carlos Alberto Pereira da Silva e Oceilma Sampaio Feitosa. Graduado em Gestão Pública e estudante do curso de Direito, está no seu quarto mandato onde foi reeleito em 2024 pelo PSB com 1.454 votos.

4. CÍCERA BERTULINO DE SOUZA

Nasceu em 19/03/1970 em Missão Velha-CE, filha de Inez Maria Bertulino de Souza e Vicente Ferreira de Souza, Agricultora está no seu terceiro mandato de vereadora onde foi eleita em 2024 pelo PSB com 1.247 votos.

5. CÍCERO JOANES LEITE SAMPAIO

Nasceu em 31/12/1976, natural de Barbalha-CE, filho de Francisco José Sampaio e Maria Jacola Leite Sampaio, Formado em Ciências com habilitação em Matemática, está no seu primeiro mandato onde foi eleito em 2024 pelo PSDB com 1.615 votos.

6. DORIVAN AMARO DOS SANTOS

Nascido no dia 12 de abril de 1973 em Cajazeiras/PB, filho de Luiz Amaro dos Santos e Maria Socorro dos Santos, funcionário público efetivo, está no seu quarto mandato de vereador onde foi reeleito em 2024 pelo PT com 1.674 votos.

7. EPITÁCIO SARAIVA DA CRUZ NETO

Nascido no dia 28 de julho de 1982 em Barbalha-CE, filho de Francisco José Póvoa da Cruz e Maria Valdênia Póvoa Cruz, graduado em Administração, está em seu terceiro mandato, foi reeleito vereador em 2024 pelo Republicanos com 1.244 votos.

8. EXPEDITO RILDO CARDOSO XAVIER TELES

Nasceu no dia 25 de novembro de 1970, no Bairro do Rosário, na cidade de Barbalha-CE. Filho do Senhor João Xavier Teles e da Senhora Maria das Graças Cardoso. Servidor Público, Formado em Tecnologia da Construção Civil, Graduado em Direito e Pós-Graduado em Processo Penal, está no seu sétimo mandato como vereador onde foi reeleito em 2024 pelo União Brasil com 1.064 votos.

9. FRANCISCO MARCELO SARAIVA NEVES JÚNIOR

Nascido no dia 25 dias de janeiro de 1996 em Barbalha-CE, filho de Francisco Marcelo Saraiva Neves e Edivania Maria da Silva Saraiva, graduado em odontologia, está no seu segundo mandato de vereador onde foi reeleito pelo PT em 2024 com 1.606 votos.

10. JOÃO ILÂNIO SAMPAIO

Nasceu no dia 1º de junho de 1967. Natural do Distrito Estrela, em Barbalha, Ceará, é filho dos agricultores, Antônio Evangelista Sampaio e Maria Jacola Leite Sampaio, graduado em Ciências Biológicas, especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, está no seu terceiro mandato de vereador onde foi reeleito em 2024 pelo PSB com 1.573 votos.

11. JOSÉ ALEX SARAIVA DE SÁ BARRETO

Nasceu em 30/04/1986 em Barbalha-CE, filho de Daniel de Sá Barreto Cordeiro e de dona Severina Gercina, servidor público, foi eleito para seu primeiro mandato de vereador em 2024 pelo PT com 1.767 votos.

12. MARCUS JOSÉ ALENCAR LIMA

Nascido em 19 de agosto do ano de 1966 em Juazeiro do Norte-CE, filho do comerciante José Geraldo de Lima (in memória) e da professora Maria Evaldisete Alencar Lima, bacharel em Direito, é membro da reserva remunerada da polícia militar do Ceará como Tenente Coronel, está no seu segundo mandato de vereador onde foi eleito em 2024 pelo Republicanos com 1.000 votos.

13. MARIA GELY DE FREITAS PEREIRA

Nasceu em 23/12/1967 na cidade de Barbalha-CE, filha de Francisco José de Freitas e Raimunda Adrelina de Freitas, funcionária do Hospital Santo Antônio de Barbalha está no seu primeiro mandato de vereadora onde foi eleita em 2024 pelo Republicanos com 1.042 votos.

14. MATHEUS CLEBER SARAIVA GONÇALVES

Nasceu em 04/08/1998 na cidade de Campinas-SP, filho de Lucimar Saraiva (auxiliar de serviços gerais) e de Severino Gonçalves (um artesão), estudante de Direito, foi eleito para seu primeiro mandato de vereador em 2024 pelo PSDB com 864 votos.

15. ODAIR JOSÉ DE MATOS

Nascido aos 12 dias do mês de março de 1973, filho dos agricultores Odálio Sirino Matos e Maria Vilanir Félix de Matos, formado em Letras, Mestre em Educação Profissional e especialista em Gestão Escolar, servidor público efetivo na área da saúde, foi reeleito em 2024 para o seu quarto mandato de vereador pelo PT com 1.626 votos.

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 11, 23, 24, 25, 26, 51

Atas 9, 13, 81, 93, 107, 108, 110, 114, 119, 177

Autonomia 15, 16, 18, 34, 51, 53, 87, 88, 90, 91, 125, 150, 174, 175, 176, 178

C

Cana-de-açúcar 11, 26, 169

Cariri 9, 11, 15, 19, 23, 28, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 68, 81, 93, 99, 125, 128, 130, 131, 139, 140, 142, 145, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 168, 170, 171, 173

Ceará 4, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 79, 80, 81, 83, 88, 99, 109, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 148, 149, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 163, 175, 176, 179

Cólera 11, 12, 41, 43, 86

Comarca 34, 41, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 69, 72, 82

Constituição 13, 15, 18, 21, 51, 92, 103, 133, 135, 150, 173, 174, 175, 176, 177, 178

E

Eleição 16, 17, 62, 88, 89, 101, 103, 134, 136, 139, 142, 172, 174, 176

Epidemia 12, 42, 43, 44, 46, 47, 86

Estado Novo 91, 92, 93, 96, 100, 118, 175, 176

F

Família 12, 21, 56, 57, 60, 68, 72, 74, 80, 81, 83, 89, 115, 131, 132, 156, 157, 159, 160, 163, 177

Farinha 11, 25, 26, 27, 28, 52

Festa do Pau da Bandeira 131, 132, 145, 146, 147, 169

Fome 11, 12, 19, 41, 46, 47, 48, 49

Freguesia 19, 35, 42, 44, 57

G

Governo provincial 28, 30, 34, 44

I

Império 11, 12, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 34, 35, 42, 44, 53, 62, 175

Incêndio 12, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 84, 85

Intendência 49, 51, 52, 65, 66

L

Lei Orgânica 14, 133, 176

M

Município 13, 14, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 63, 80, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 97, 99, 111, 113, 116, 117, 125, 129, 132, 134, 135, 144, 147, 148, 150, 152, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178

O

Ofício 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 42, 44, 45, 46, 49, 50, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 97, 109, 174

Oligarquias 11, 18, 87, 90, 155

P

Partido 40, 61, 62, 66, 81, 82, 83, 108, 109, 134, 137, 144, 145, 169

Poder local 9, 11, 12, 13, 34, 53, 93, 129, 150

População 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 28, 34, 36, 37, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 53, 62, 63, 69, 73, 84, 91, 105, 115, 132, 137, 144, 147, 148, 149, 161, 168, 171, 177, 178

Prefeito 12, 16, 63, 89, 91, 93, 94, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 113, 114, 115, 117, 118, 130, 131, 134, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 159, 160, 162, 164, 171, 176

Presidente da província 15, 16, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 68, 70, 83

Província do Ceará 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 83

PT 5, 14, 19, 22, 56, 57, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 169

R

Rapadura 11, 26, 27, 68, 96, 157, 158

Redemocratização 13, 111, 118, 132, 133, 155, 159, 173, 176

República 50, 51, 63, 87, 88, 89, 90, 91, 109, 126, 132, 143, 174, 175, 176, 177

S

Seca 12, 44, 48, 49

Século XIX 11, 15, 16, 18, 19, 22, 23, 28, 29, 40, 41, 46, 49, 51, 53, 55, 61, 62, 63, 81, 86, 87, 163

Sessão 30, 32, 70, 71, 72, 73, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 126, 127, 130, 133, 134, 177

T

Trabalhadores 14, 28, 36, 114, 119, 128, 129, 133, 152, 169, 170, 171, 174

V

Varíola 11, 12, 41, 43, 44

Vereadores 11, 12, 13, 15, 16, 24, 25, 26, 27, 30, 32, 33, 34, 41, 46, 53, 55, 62, 63, 68, 71, 72, 74, 80, 86, 89, 91, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 108, 110, 112, 114, 116, 117, 119, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 150, 164, 169, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Editora CRV - Proibida a impressão e/ou comercialização

SOBRE OS AUTORES

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis

Professora do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da URCA, do Programa de Pós-graduação em História da UFC e Pesquisadora do INCT-Proprietas. Doutora em História Social pela (UFC), com pós-doutorado pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Darlan de Oliveira Reis Junior

Professor da Universidade Regional do Cariri (Urca). Historiador marxista. Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com pós-doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Iarê Lucas Andrade

Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Sevilla, Espanha. Prof do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA.

Jaime Valim Mansan

Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), Departamento de História, e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória/URCA). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com estágio doutoral na Universidad Complutense de Madrid.

SOBRE O LIVRO

Tiragem não comercializada

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5 | 11,5 | 13 | 16 | 18

Arial 8 | 8,5

Papel: Offset 90 g (miolo)

Royal | Supremo 250 g (capa)